



Universidade Federal do Ceará – UFC
Pós-Graduação em Sociologia – Doutorado

Wellington Ricardo Nogueira Maciel

Tempos e Espaços da Praia do Futuro:
usos e classificações de uma zona liminar

Fortaleza
Julho de 2011

Wellington Ricardo Nogueira Maciel

Tempos e Espaços da Praia do Futuro: usos e classificações de uma zona liminar

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, sob orientação da Professora Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira, como requisito necessário à obtenção do grau de doutor em sociologia.

Fortaleza
Julho de 2011



Universidade Federal do Ceará
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Doutorado

Tese intitulada “Tempos e Espaços da Praia do Futuro: usos e classificações de uma zona liminar”, de autoria do doutorando Wellington Ricardo Nogueira Maciel, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira - UFC (Orientadora)

Dr. Rogério Proença Leite - UFS

Dra. Linda Maria de Pontes Gondim - UFC

Dra. Glória Maria dos Santos Diógenes - UFC

Dr. Gisafran Mota Jucá – UECE

Dr. César Barreira

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFC

Dedico esta tese ao meu pai
Valmir Silva Maciel (in
memoriam).

Agradecimentos

A elaboração desta tese contou com a participação direta e indireta de algumas pessoas e instituições. Agradeço, em primeiro lugar, a minha orientadora, professora Dra. Irllys Barreira, pelos ricos momentos de interlocução que mantivemos e pela grande aprendizagem que obtive no ofício da pesquisa durante esses mais de dois anos, apontando caminhos e trilhas metodológicas menos tortuosas para seguir.

Dirijo agradecimento à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior-CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa, fundamental para o desenvolvimento desta investigação.

Às professoras doutoras Linda Gondim e Léa Carvalho, pelas valiosas sugestões quando no exame de qualificação.

Aos colegas de turma de doutorado, em especial, à Mônica, pelas ricas conversas durante o curso.

Aos meus familiares, em especial, aos meus irmãos Tito e Dudu e a minha mãe, Sra. Cleonice Nogueira Maciel, por compartilhar mais esse momento de alegrias e realizações.

Ao meu amor, Iara Adeodato, pelo companheirismo e pelos belos momentos que vivemos no decurso de nosso primeiro ano, fundamental para a escrita da tese.

Aos meus amigos, dentro e fora da Universidade, pelas conversas em mesa de bar ou em uma das barracas da Praia do Futuro.

À Sra. Fátima Queiroz, Presidente da Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF, por disponibilizar os arquivos da entidade para a realização de importante pesquisa documental.

Ao Sr. Paulo Lamarão, advogado da AEPF, pela concessão de fotos e documentos referentes às disputas judiciais envolvendo empresários e poder público, bem como pelas empolgantes conversas sobre a Praia do Futuro.

A todos os que dispuseram de algum tempo de suas vidas para me conceder entrevistas ou simplesmente falar da Praia do Futuro.

Além de empresários e “barraqueiros”, lembro os moradores da Praia, em particular, do grupo reunido em torno do Fórum Pela Educação da Praia do Futuro-FEPRAF.

Por último, não poderia esquecer de agradecer ao meu amigo José Odair, que me conduziu desde o início pela Praia, seja pela “orla”, seja pelas dunas, onde diariamente teima em estabelecer um futuro mais digno para os moradores da Praia do Futuro.

Resumo

Esta tese investiga as redefinições de usos e classificações da Praia do Futuro a cargo dos novos espaços de lazer praiano localizados no trecho de orla ao leste da cidade de Fortaleza. O campo de observação da pesquisa abrange os grandes complexos de barracas (espécies de bares, restaurantes e casas de *shows* à beira-mar) situados, em sua maior parte, entre a Rua Renato Braga e a Praça 31 de Março, no trecho conhecido, por empresários, fortalezenses e turistas, como “praia nova”. Três desses complexos exemplificam bem os dias em que mais a Praia é redefinida: o complexo CrocoBeach, durante “o domingo na praia”; o Chico do Caranguejo, para “a quinta do caranguejo”; e a “barraca” Biruta, nos dias de *shows* e eventos. Além de serem os mais procurados, é sobre os complexos de barracas que recai grande parte das disputas simbólicas acerca da redefinição da Praia como bem público. A tese baseou-se em entrevistas, observação direta e registro fotográfico dos tempos e espaços do lazer da Praia, além de uma importante pesquisa documental a respeito das classificações dos usos constituídos durante a ocupação do local. O argumento principal desenvolvido considera que a atribuição de significados a um espaço urbano articula usos e classificações conforme as posições assumidas no seu interior, o que tem implicações diretas no modo de tipificar uma praia como bem público.

Palavras-chave: usos, classificações, zona liminar, Praia do Futuro, Fortaleza.

Abstract

This work investigates the redefinitions of uses and classifications of Praia do Futuro in charge of new resort entertainment leisure located in the beach stretch of coastline east of the city of Fortaleza. The field of survey research includes the large complexes of barracks (a sort of bars, restaurants and concert halls by the sea) situated in the most part between Renato Braga Street and 31st March Square, the stretch known by businessmen, tourists and people from Fortaleza, as “new beach”. Three of these complexes exemplify the days when the beach is more redefined: the complex Crocobeach during “Sunday on the beach”, “Chico do Caranguejo” for “Quinta do Caranguejo” and the tent “Biruta” in the days of concerts and events. Besides being the most sought by people the complexes of tents largely encompass symbolic disputes about the redefinition of the Beach as a public property. The thesis was based on interviews, direct observation and photographic record of the times and places of leisure of the beach besides an important documental research about the classifications of uses that were constituted during the occupation of the site. The main argument developed considers that the attribution of meanings to an urban space articulates uses and classifications according to the positions taken in its interior and must have direct implications on how to classify a beach as a public estate.

Key – words : uses, classifications, introductory zone, Praia do Futuro, Fortaleza.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Da cidade à praia: aproximações físicas e semânticas	11
1.2 Delimitação do objeto e escolhas metodológicas	20
1.3 A barraca de praia como lugar de expressividade pública: usos e liminaridades	25
1.4 Considerações sobre políticas de lazer, cidade e espaço público	30
1.4.1 Inserção de Fortaleza na globalização e a política estratégica do turismo	32
2. CLASSIFICAÇÕES DOS USOS DE UMA ZONA LIMINAR	40
2.1 Imagens da Praia do Futuro	41
2.2 Uma praia que cresce e aparece	47
2.2.1 “A Praia do Futuro tornou-se presente”	52
2.3 Atores e conflitos em torno dos usos do lazer	57
2.3.1 Uma praia dividida pelos usos	64
2.4 A praia como bem público	75
3. AS BARRACAS E OS NOVOS USOS DA PRAIA DO FUTURO	85
3.1 Dos clubes profissionais às barracas de praia	87
3.2 Da praia à barraca/da barraca à praia	91
3.2.1 Um barraqueiro “cai na praia”: trajetória de usos e movimentos	92
3.3 Dilemas da urbanização da Praia do Futuro	98
3.3.1 “Uma praia sem futuro”: a construção da “praia do presente” e do “caos urbano”	102
3.4 As barracas da “praia mais badalada da cidade”	109
3.5 “Esta Praia Tem Futuro”: a praia da AEPF	118
4. TEMPOS E ESPAÇOS DAS BARRACAS-COMPLEXOS	135
4.1 Da barraca à barraca-complexo	136
4.2 Temporalidades socioespaciais do lazer praiano	146
4.3 As centralidades das barracas-complexos	151
4.3.1 Uma praia Biruta	152
4.3.1.1 Dinâmicas de uma arena	159
4.3.2 A quinta do caranguejo	166
4.3.3 “Esta é a sua praia”: o complexo CrocoBeach	174

5. REDEFINIÇÕES DA PRAIA DO <i>FUTURO</i> NAS DISPUTAS SIMBÓLICAS DO <i>PRESENTE</i>	183
5.1 Usos “legais” e “ilegais” do lazer da Praia do Futuro	186
5.2 Os significados de praia em jogo na disputa judicial	192
5.3 Quando a “praia do futuro” é a “praia do presente”	201
5.4 Um bem público em movimento	208
5.4.1 Os “excedentes” da praia	209
5.4.2 Os “excedentes” “fixos”	213
5.4.3 Os “excedentes” “móveis”	224
6. DA BARRACA À CIDADE: CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE UMA ZONA LIMINAR	229
7. BIBLIOGRAFIA	234

1. Introdução

Os habitantes sempre imaginam habitar numa Aglaura que só cresce em função do nome Aglaura e não se dão conta da Aglaura que cresce sobre o solo. E mesmo para mim, que gostaria de conservar as duas cidades distintas na mente, não resta alternativa senão falar de uma delas, porque a lembrança da outra, na ausência de palavras para fixá-la, perdeu-se. (Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*).

Se a opção por utilizar uma epígrafe tem por finalidade dar ênfase a um pensamento que, de certa forma, embasou a origem de um trabalho acadêmico, pode-se dizer que a epígrafe citada cumpriu esse objetivo. O caso de Aglaura, uma das cidades invisíveis imaginadas por Ítalo Calvino (1998), parece se aplicar à Praia do Futuro. Em ambas a tensão entre “nome” e aquilo que “cresce sobre o solo” é a característica mais assinalada. Se, de um lado, Calvino situa a necessidade de se optar por um ou outro dos caminhos que levam a conhecer Aglaura, compreendo que, em relação à Praia do Futuro, deve-se procurá-la em ambos os registros. Somente assim, considerando-os simultaneamente, é que se pode adentrar nas suas dinâmicas sociais.

Embora a Praia do Futuro não seja considerada cidade como Aglaura, entender o modo como habitantes, mas também visitantes, empresários e poder público, se reportam a esse local situado na zona costeira de Fortaleza pode ser revelador de mudanças em curso nas maneiras de nomear a Capital do Estado do Ceará. Fortaleza possui um conjunto de traços que alimentam alguns “nomes” mais divulgados no País e no exterior, como os de “cidade *das belas praias*”, “Capital *do sol*”, “*das jangadas*” e dos “*verdes mares*”. É no seu litoral que se reúnem os referenciais com amparo nos os quais os aspectos de “cidade praiana” são ressaltados e sedimentados em cartões postais¹ e nas representações de moradores e turistas que se dirigem a ela.

Apesar da imagem mais divulgada de “cidade praiana”, até um observador menos atento é capaz de apontar algumas diferenças no litoral, levando em conta para isso os usos e apropriações mais visíveis do seu lazer praiano. De acordo com esse critério, as praias de Fortaleza podem ser classificadas segundo sua

¹ Para uma análise das representações de lugares turísticos presentes em cartões postais Cf. BARREIRA, Irllys. “Narrativas do olhar: Fortaleza em cartões postais”. In: LEITE, Rogério Proença (Org). *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008, p. 107-128.

localização, os públicos frequentadores, as estruturas, equipamentos de lazer e presença maior ou menor dos poderes público e privado.

Conforme esse parâmetro de comparação o lazer da Praia do Futuro apresenta algumas peculiaridades que o individualizam em face do das outras praias: está localizado ao leste de Fortaleza; o trecho de praia onde está concentrado é composto por instalações privadas, conhecidas por barracas de praia (espécies de restaurantes, bares e casas de *shows* à beira-mar), responsáveis por atrair um elevado número de banhistas durante todo o ano; os públicos que frequentam suas barracas são mais diversificados em termos de renda, profissão, idade, gênero, opções sexuais, escolaridade e origem além de haver ações conjugadas entre os setores público e privado que o modifica radicalmente, em particular nos últimos anos.

As características singulares desse lazer, em grande parte identificado pelas barracas, transformam a então “praia mais badalada da cidade” num campo fértil para se investigar as mudanças que seus novos usos ocasionam sobre a classificação de Fortaleza como “cidade praiana”. A ausência de um contrato público em torno dos interesses nesse lazer (usos da Praia por parte das barracas, resultando em disputas judiciais com o Patrimônio da União em torno da “privatização da praia”, além de conflitos entre empresários e vendedores ambulantes) é outra característica marcante, envolvendo a Praia, atualmente, alcançando grande visibilidade na imprensa de Fortaleza.

1.1 Da cidade à praia: aproximações físicas e semânticas

Parece oportuno, inicialmente, situar a Praia do Futuro no contexto de Fortaleza. Do ponto de vista de sua localização, ela se encontra ao leste da Capital do Ceará. Divide-se, do ponto de vista da administração municipal, em duas grandes áreas: Praia do Futuro I, que tem início nas proximidades dos bairros Mucuripe e Cais do Porto, indo até a rua Renato Braga, nas imediações do Clube dos Engenheiros; e a Praia do Futuro II (Imagem 1), que segue desse trecho até o rio Cocó, na divisa com a Praia da Sabiaguaba, último trecho de orla ao leste da Cidade.

Considerada última faixa de praia a ser incorporada ao espaço urbano de Fortaleza na década de 1950, a Praia do Futuro surge na condição de loteamento de propriedade do empresário Antonio Valdir Diogo, que deu nome ao loteamento. Após herdar grandes propriedades de terras de sua família e por se tratar de área próxima ao mar, passou a se dedicar à indústria de sal e, mais tarde, aos negócios imobiliários.

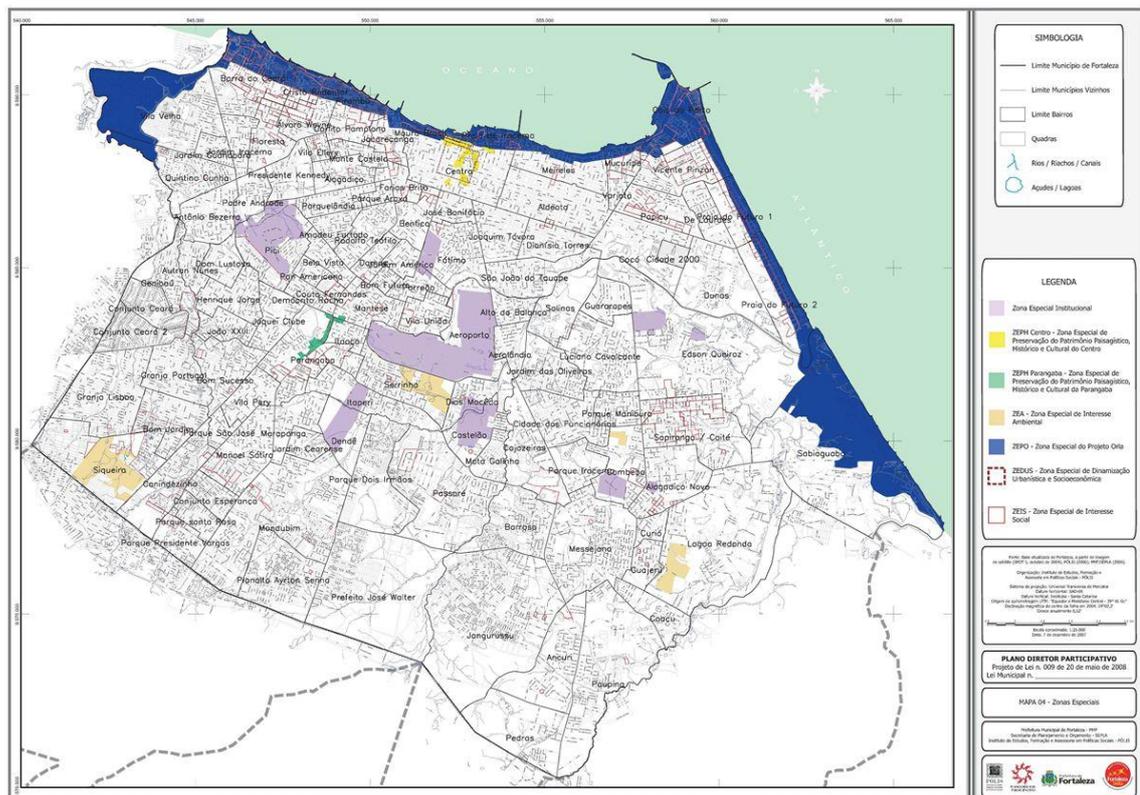


Imagem 1. Mapa da cidade de Fortaleza. Zonas Especiais/Divisão por bairros. Ao leste, localização da Praia do Futuro, na Zona Especial do Projeto Orla. Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, 2008.

O loteamento Praia Antonio Diogo, embora não reconhecido pela Prefeitura de Fortaleza, foi dado por aprovado em 1949 e apenas em 1976 passou a constar nos registros da Secretaria do Patrimônio da União em sua versão final. Na primeira versão do loteamento, as terras limitavam-se com o Oceano e no documento definitivo de 1976 com a atual Avenida Zezé Diogo.

Em 1952, a então “Praia do Futuro” passa a se chamar oficialmente Praia Antonio Diogo por força da Lei Municipal n°484, de 27 de junho do mesmo ano, denotando o predomínio dos proprietários de terras no direcionamento da expansão urbana. Apesar do nome oficial, o que permaneceu como primeira referência

semântica foi a denominação “praia do Futuro”, com “p” minúsculo, forma pela qual as matérias jornalísticas publicadas no jornal *O Povo* entre as décadas de 1960 e 1970 se referiam a ela.

Por volta da década de 1940 o empresário Antônio Diogo iniciou a delimitação e, posteriormente, a venda de lotes para moradias de veraneio destinadas à parte da elite da Cidade e, logo depois, na década de 1960, passou a lotear terrenos que serviram para comportar as sedes dos clubes profissionais² que passaram a despontar em Fortaleza nesse período, primeira forma de organização do lazer na Praia. Desde os anos 1970 a Praia passou a ser ocupada pelas barracas de praia, tornando-se atualmente os espaços mais associados a esse lugar.

Há alguns trajetos mais comuns para moradores e visitantes chegarem à Praia do Futuro: partindo do Centro histórico da Cidade, contornando o Centro Cultural Dragão do Mar, na Praia de Iracema; seguindo pela Avenida Beira-Mar, no bairro Meireles, onde se localizam os principais hotéis e pousadas de Fortaleza; em direção à Praia Mansa, no Porto do Mucuripe, tomando-se adiante a Avenida César Cals, que entrecruza os bairros Serviluz e do Cais do Porto, rumo à longa e reta Avenida Dioguinho, principal acesso à Praia do Futuro por esse trajeto. Ou, ainda, vindo dos bairros “nobres” e da periferia pela Avenida Santos Dumont³, principal via de passagem para automóveis e ônibus com destino à Praia.

Estendendo-se desde o limite do Porto do Mucuripe até a foz do Rio Cocó, no bairro Sabiaguaba, a Praia do Futuro permite ao passante mais atento apontar algumas características principais: antes de alcançar sua faixa de praia, é possível observar, ao longo da Avenida Dioguinho, uma concentração não contígua no espaço dos “clubes profissionais”, cujo auge de funcionamento se deu na década de

² Refiro-me aqui aos clubes das categorias profissionais que passaram a ser construídos na Praia do Futuro por volta da década de 1960, dentre eles: o Clube do Médico, dos Oficiais da Polícia Militar, o Clube de Engenharia, dos Magistrados, a Associação Atlética Banco do Estado do Ceará. Cabe lembrar que esses “clubes” se diferenciam dos chamados “clubes sociais” que despontaram em Fortaleza por volta da década de 1930. Sobre estes Cf. PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. *A cidade dos clubes: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-1970*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

³ É por esta avenida, construída sobre dunas na década de 1970, que é possível ter uma visão mais panorâmica da Praia e dos seus limites físicos. Ela representa uma aposta no desenvolvimento urbano da Praia do Futuro quando esta passou a estar associada cada vez mais à presença de infraestrutura urbana. Boa parte das primeiras instalações, inicialmente voltadas para permitir o acesso ao lugar, parecia orientar a expansão urbana de Fortaleza. O intuito seria o de transformá-la em “ponto de atração turística”, desejo que por volta da década de 1970 já era posto como necessária para a cidade, onde a associação entre a cidade e o par praia/turismo ganhava destaque a cada ano.

1980. Até esse decênio, os clubes consistiam em grandes instalações destinadas a reunir categorias profissionais em espaços mais restritos a outros segmentos sociais. Neles, eram realizadas festas, bailes de carnaval, encontros familiares e comemorações de datas importantes para seus associados. Hoje boa parte dos clubes se encontra desativada ou funcionando em situações precárias.

Chegando à Praia pela Avenida César Cals, o visitante ou morador é incapaz de ter uma visão de conjunto dos principais traços que hoje a identificam: as barracas de praia. A presença de casas e de estabelecimentos comerciais servem de barreira ao olhar passante. Nessa altura do trajeto, a Praia só permite se apresentar em fragmentos. É essa a impressão que se tem quando se para para observá-la desde as várias ruas que cruzam suas avenidas principais de acesso.

Saindo-se da Avenida Dioguinho, onde estão os clubes profissionais, e dirigindo-se até a Avenida Zezé Diogo, vê-se um grande número de barracas de praia por toda sua extensão, totalizando cerca de 150, segundo levantamento oficial do Patrimônio da União. Distintas do modelo arquitetônico dos clubes e não restritas do ponto de vista social a algum tipo de vínculo profissional, as barracas de praia podem ser tomadas como o novo formato socioespacial mais utilizado e divulgado quando se fala em equipamentos de lazer praiano em Fortaleza.

Nunca fui um frequentador das barracas da Praia do Futuro. Até iniciar minha pesquisa de campo em 2008, lembro-me de tê-la visitado apenas uma vez, no ano de 1995, antes do surgimento das barracas-complexos (barracas que têm como principal característica instalações de serviços e equipamentos de lazer, como parques aquáticos). Embora gostasse de lazer praiano, a distância entre o local onde residia até a Praia me desencorajava. Era mais fácil me deslocar à Beira-Mar ou à praia do Náutico, bem mais próximas.

Essa qualidade de “lugar distante” representou inicialmente um duplo desafio, quando passei a buscar entender suas dinâmicas: primeiro, a não ser aquela visita ocasional, não possuía uma ideia mais sedimentada acerca das lógicas de usos e classificações da Praia do Futuro que pudesse me orientar de antemão nas minhas investidas em campo; e segundo, em consequência disso, reproduzia as imagens mais comuns nos media de lugar desorganizado e de “praia badalada”.

Em 2008, quando passei a procurar as “barracas mais badaladas” da Praia, com a finalidade de compreender suas dinâmicas, essa era a impressão de que eu compartilhava, como de resto aqueles que a procuravam. Era a estas barracas que se dirigia a maior parte do público. Nas primeiras visitas que fiz, escolhi o “domingo na praia” como dia para minhas primeiras observações, já que se tratava do dia mais comum aos fortalezenses e visitantes que procuram lazer praiano em Fortaleza.

Inicialmente, ia à Praia me deslocando pelos terminais de ônibus. Em média, levava cerca de duas horas para chegar. O trajeto não tinha desvios acentuados, embora representasse grande distância de onde morava: seguindo sempre pelas principais vias de tráfego, tomava o ônibus “Paranjana/Parangaba” com destino ao terminal do Papicu. Lá disputava uma das vagas no “Praia do Futuro/Caça e Pesca” ou no “Praia do Futuro”. O primeiro demorava cerca de 15 minutos para embarcar. Já o segundo de 20 a 30 minutos.

A demora para tomar um dos ônibus faz-me recordar um fato que me chamou a atenção numa dessas idas à Praia. Havendo chegado ao terminal do Papicu, por volta das 9 horas de um domingo, e esperando há alguns minutos na plataforma de embarque (o que por um lado já era motivo de alegria, pois, com a chegada dos ônibus e o andar da fila, me encontrava mais próximo da plataforma onde estes deveriam parar, marcada por duas estruturas de ferro, medindo mais ou menos as mesmas dimensões da porta de entrada do veículo) algumas moças então posicionadas no início da fila conversavam em voz alta sobre a ansiedade em partir em direção à Praia. Uma delas disse algo que me instigou logo acerca do “nome” da Praia. Ela disse, dirigindo-se às demais: “esta praia é do futuro mesmo, hein”, o que logo provocou risos entre as amigas. À primeira impressão, ela estava se referindo à demora do ônibus. Aos poucos, via que esta imagem se articulava com outras referências semânticas mais comuns à Praia.

Tornava-se custoso, com efeito, não só reproduzir as imagens de “lugar distante”, sugerido pela própria denominação da Praia, como também a de praia do “uso inadequado” tão comuns quando seu lazer é apropriado pelos meios midiáticos e parte do Poder Público. Por outro lado, aquilo passava a me instigar para entender como uma Praia tão “distante” e “desorganizada” poderia mobilizar uma grande quantidade de pessoas num dia normalmente dedicado ao descanso. Os primeiros

questionamentos me levaram a outros mais específicos: se chegar à Praia se tornava algo cansativo, pelo menos para aqueles que tinham que tomar um ônibus, deveria haver algo na Praia que valesse a pena esse deslocamento.

Passei então a observar a vida correr na Praia do Futuro, concentrando-me na observação mais conduzida de alguns aspectos, ao mesmo tempo em que me deixava ser estimulado por outros. Aos poucos me familiarizei com seus inúmeros estímulos, ao mesmo tempo, perturbadores – dada a profusão de pessoas, sons, cheiros e ruídos – quanto provocadores, distribuídos por pontos alternados da Praia.

Para efeitos de classificação analítica desta pesquisa, proponho algumas categorias operacionais, com o intuito de organizar e descrever os padrões de usos e ocupações básicos que presidem às ações dos vários atores que têm interesses na Praia do Futuro, tomando em consideração, para isso, seus condicionantes topográficos. Dessa forma, essas categorias básicas de espaços servirão para definir tanto os elementos físicos que, em conjunto, definem a Praia, como para revelar tipos de usos e ocupações que os singularizam no seu interior.

As formas espaciais que passo a chamar, desde agora, de *dunas*, *areias* e *acessos* parecem comunicar certos tipos de motivação que orientam usos e divisões do local. Essas divisões espaciais mais nítidas da Praia, além de possuir importância analítica, têm funções espaciais caracterizadas segundo os níveis e a natureza da topografia, o que favoreceu, desde a década de 1970, várias legislações específicas para controle da ocupação da Praia, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1977, definidora do trecho de dunas do bairro como área de preservação ambiental.

Nas *dunas* (Imagens 2 e 3), o uso predominante é o residencial, que se divide basicamente sob as formas de *dunas baixas*, onde se encontram pequenas casas, cujos materiais das construções são mais simples, além de pequenos estabelecimentos comerciais, escolas e creches. Na parte superior, nas *dunas altas*, predominam as mansões e condomínios fechados de luxo, definidos pela grandiosidade e suntuosidade dos materiais das construções.



Imagens 2 e 3. Mansões de luxo nas *dunas altas*. Nas *baixas*, moradias da “comunidade” Luxou. Fotos do autor: dezembro de 2009.

As *dunas baixas* são formadas por seis “comunidades” distribuídas ao longo de sua extensão: Luxou, 31 de Março, Cocos, Embratel, Caça e Pesca e Humaitá. Segundo dados do último censo do IBGE (2010), a Praia do Futuro I possui 6.630 habitantes, enquanto a Praia do Futuro II reúne 11.957 habitantes, totalizando em conjunto 18.587 moradores. Em dez anos a Praia do Futuro I obteve

crescimento populacional de 127,29%, perdendo apenas para o bairro Dendê. Essa população se distribui basicamente por entre três formas sócio-espaciais que foram se constituindo ao longo das últimas quatro décadas do século XX em decorrência dos tipos de ocupação que a têm caracterizado desde então.⁴

Em decorrência da situação existente quanto à posse da propriedade da terra (todas elas ocupando as chamadas “áreas de risco” em áreas públicas ou particulares) elas são constantemente ameaçadas de serem retiradas do local, por se tratar de área de considerável valor urbanístico, turístico e imobiliário, seja para projetos do Poder Público Municipal, como a atual proposta de construção das chamadas zonas de interesse social-ZEIS, seja para empresários do setor hoteleiro e imobiliário, com interesses na valorização dos terrenos e empreendimentos.

Nas *areias* estão 153 barracas de praia (segundo levantamento do Patrimônio da União) destinadas a oferecer diversos serviços relacionados ao consumo de alimentos e iguarias típicas, além de outros serviços mais variados, como salas de vídeo, de massagens, de bronzamento artificial, berçários, parques aquáticos e salas para acesso à internet. Há ainda outras instalações ao longo da orla voltadas para a comercialização de bebidas, lanches e água-de-coco. É nessa região da Praia onde estão concentradas as atividades que mais caracterizam seu lazer praiano.

Com extensão de aproximadamente oito quilômetros, sua faixa de praia é apontada como a única ainda relativamente aberta ao mar existente na Cidade, o que propiciou, nos últimos anos, preocupações e medidas de controle urbano quanto ao crescimento urbanístico da Praia, já que se trata de uma região ainda relativamente pouco habitada.

Uma observação mais atenta dessa parte da Praia possibilita visualizar algumas divisões que o olhar rápido e passageiro não é capaz de captar. Os cenários físicos dividem-se quanto às características das construções e das instalações e o tipo de público, o que concorre para demarcar as *areias* da Praia entre diversos pontos de referência para deslocamentos e permanências possíveis, além de servirem de referenciais espaciais para várias sociabilidades (Imagens 4 e 5).

⁴ Cf. *O Povo*, “Fortaleza: como cresce uma cidade”, de 02 de julho de 2011.



Imagens 4 e 5. Sociabilidades contrastantes nas *areias* num “domingo na praia”. Em primeiro plano, grupo de repentistas e vendedores ambulantes. Nas “palhoças”, acomodados em cadeiras ou empanados do complexo CrocoBeach, os *habitués*. Foto do autor: dezembro de 2009.

Entre as *areias* e as *dunas*, há uma parte topográfica intermediária, os *acessos*, cuja função é servir de pontos de deslocamentos internos e externos à Praia. Seus marcos de referência espacial principais são os vazios urbanos,

demarcados por estacas ou cercas (um dos grandes contrastes que o observador depara ao comparar com o amontoado de casas que caracterizam as *dunas baixas*) e as ruas e avenidas que dividem Praia e lhe permitem acesso (Avenidas César Cals, Zezé Diogo e Dioguinho, principalmente).

Além das sedes dos clubes profissionais e de alguns hotéis e condomínios, há, ao longo das duas primeiras avenidas, diversas e pequenas atividades comerciais, como farmácias, padarias, bares, postos de abastecimento de veículos, borracharias, que servem em grande parte como pontos de vendas de produtos de primeira necessidade dos que lá estão, além ainda de algumas residências. Na Avenida Zezé Diogo, que serve de acesso local às barracas, o tipo de pavimento em paralelepípedo exige um tráfego mais lento, servindo exclusivamente para o acesso aos estabelecimentos comerciais distribuídos ao longo da orla.

Com suporte nessa classificação topográfica mais nítida foi que a Praia do Futuro restou dividida nos últimos anos. Hoje se configura uma proliferação de cenários contrastantes em termos de usos e ocupações nas areias, diferentemente de momentos anteriores (décadas de 1960, 1970 e 1980), quando teria havido maior semelhança entre as construções em termos arquitetônicos e maior homogeneidade do público.

Uma das primeiras estratégias metodológicas que adotei, estando de posse dos ensinamentos etnográficos de Magnani (2002; 1998), que propõe uma postura “de perto e de dentro”, foi percorrer toda a extensão da Praia e assinalar seus espaços, marcos e atores. Só depois, passei a me deter em algumas regras mais restritas às barracas e a observar outros atores que delas eram excluídos ou que assumiam uma relação menos estável com esses espaços. De posse dessas características mais gerais, passei a valorizar, de modo mais central, o que era regra na Praia do Futuro: a utilização dos grandes complexos de barracas como espaços mais procurados por turistas e fortalezenses para o lazer praiano.

1.2 Delimitação do objeto e escolhas metodológicas

É levando em conta essa perspectiva metodológica que esta investigação se propõe analisar as redefinições de usos e classificações desse local, tendo como

recorte empírico o lazer das barracas de praia. Essa observação se impõe, uma vez que a faixa de praia, onde está situado esse lazer, compreende apenas uma parte do que se entende por Praia do Futuro. O campo de observação da pesquisa abrange os grandes complexos de barracas que modificam as formas de usos e apropriações do lazer da Praia do Futuro, localizados em sua maior parte entre a Rua Renato Braga e a Praça 31 de Março, no trecho conhecido por empresários, fortalezenses e turistas como “praia nova”. Três desses complexos exemplificam bem os dias em que mais a Praia é redefinida: o complexo CrocoBeach, durante “o domingo na praia”; o Chico do Caranguejo, para “a quinta do caranguejo”; e o Biruta, nos dias de *shows* e eventos. Além de serem os mais procurados, é sobre os complexos de barracas que recai grande parte das polêmicas que hoje envolve a Praia, em particular, a acusação, por parte do Patrimônio da União, de privatização de sua “orla”, resultando em disputas judiciais em torno dos seus significados.

A par desse recorte, foi útil proceder a um estudo comparativo dos tipos de usos e classificações que hoje contrastam entre si a chamada “praia nova” e a “praia velha”. Essas formas contrastantes de apropriação resultam em diversas tensões de usos e representações, envolvendo os diversos agentes com interesses diversificados (como empresários, moradores, vendedores ambulantes, Patrimônio da União, Governo do Estado e Prefeitura de Fortaleza), o que provoca ressignificações no sentido jurídico de praia (bem público versus área comum do povo) além de interferir diretamente sobre a experiência de usos do lazer na Praia.

Para operacionalizar os problemas expostos, optei pela combinação de fontes de dados e de técnicas e instrumentos de pesquisa, visando a atender aos objetivos da investigação. Por se tratar de pesquisa qualitativa sobre as atuais redefinições de usos e classificações da Praia do Futuro, especificamente, de sua classificação de bem público – e pressupondo que as atuais transformações do espaço público associadas ao lazer e ao turismo em Fortaleza favoreceu novas formas de apropriação de sua orla marítima, como as representadas pelas barracas-complexos – foi útil a flexibilização de alguns procedimentos de pesquisa convencionais utilizados nas ciências sociais, como, por exemplo, a observação direta.

O que denomino aqui de suportes espaciais e temporais para as ações na Praia me exigiu adotar um tipo de observação mais intermitente e menos guiado

pelos referenciais arquitetônicos mais estabilizados, possibilitando-me registrar ações e significações menos esperadas ou previsíveis. Os usos se intensificam mais durante “o domingo na praia”, “a quinta do caranguejo” e os dias de *shows* e eventos nas barracas. Essas temporalidades socioespaciais do lazer praiano se estruturam segundo maneiras distintas de classificar e organizar o lazer da Praia.

É nesse sentido que a utilização do registro fotográfico me auxiliou a verificar os jogos e disputas de usos específicos do trecho de praia onde se concentram as principais barracas-complexos. Ainda que as regularidades sociais sejam mais dinâmicas do que qualquer suporte técnico destinado a registrá-las, a mim se faz útil seu emprego como possibilidade de leitura da realidade empírica.

Além da observação direta e do registro fotográfico como recursos, realizei ainda entrevistas abertas com informantes considerados centrais, escolhidos segundo a posição ocupada no espaço social das barracas de praia. As entrevistas permitiram captar os significados de praia em disputa. Foram entrevistados empresários donos de barracas, vendedores ambulantes e atores públicos.

Dentre as entrevistas realizadas entre fevereiro de 2008 e setembro de 2010, destaco: duas com a presidente da Associação dos Empresários da Praia do Futuro; uma com o proprietário da “barraca” “Chico do Caranguejo”; com o gerente da “barraca” “CrocoBeach”; com um vendedor de cocos que trabalha nas areias da Praia e morador da “comunidade” “Cocos”, nas dunas baixas; entrevistas com duas lideranças da Praia do Futuro; com um morador das dunas baixas; com o diretor do Clube do Médico; com o Procurador da República no Estado do Ceará, responsável pela ação civil pública contra os empresários donos de barracas; além de conversas informais estabelecidas com outros moradores e vendedores ambulantes na Praia.

Além das entrevistas, importante pesquisa documental foi realizada junto à Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF, entre janeiro e abril de 2008, auxiliando-me a adentrar outras dimensões presentes nas disputas de usos e representações semânticas de que a Praia é objeto nos últimos anos. Estes documentos foram organizados conforme se mostravam úteis para captar dimensões de significados, usos e classificações da Praia do Futuro. Além de documentos mais restritos à própria AEPF, tive acesso àqueles referentes às demandas judiciais envolvendo empresários e atores públicos. Foram encontrados ainda relatórios e estudos mais gerais referentes à Praia.

No primeiro bloco de documentos, cito:

1. Cartas dirigidas à população de Fortaleza pela Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF; ofícios encaminhados pela AEPF aos órgãos encarregados pela fiscalização dos ditos bens públicos da União e do Município de Fortaleza; documentos produzidos pela AEPF; documentos do Escritório de Advocacia Paulo Quezado, advogado dos empresários reunidos na AEPF junto à Justiça Federal; projetos de empresas de segurança privada para as barracas da Praia do Futuro; projetos de arborização das barracas da Praia do Futuro da Prefeitura de Fortaleza (1999);

No segundo bloco:

2. Processos da Ouvidoria Geral do Estado do Ceará envolvendo as barracas; ofícios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no Estado do Ceará; decretos federais recentes sobre gerenciamento costeiro no Brasil; atas de reunião da Procuradoria da República no Estado do Ceará sobre a ação civil pública envolvendo as barracas; cartas enviadas pelo escritório de arquitetura Ignácio Montenegro; ofícios da Delegacia do Patrimônio da União direcionadas aos barraqueiros; Termo de Permissão de uso das barracas, expedido pela antiga Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização-EMLURB; ofícios enviados pela SETUR à AEPF sobre o projeto turístico “Essa Praia Tem Futuro”, entre os anos de 1999 e 2000; documentos da Delegacia do Patrimônio da União sobre a Companhia Imobiliária Antônio Diogo.

Entre os últimos, constaram:

3. Informações numéricas sobre as barracas da Praia do Futuro; relatórios de avaliação dos “atrativos turísticos” de Fortaleza; um relatório sobre “Viabilidade Ambiental da Orla Marítima entre a Praça 31 de Março e Clube Caça e Pesca”; leis, como por exemplo, a que dispõe sobre a criação do

Conselho Estadual de Turismo; cursos impressos do SEBRAE sobre adequação da cozinha às barracas de praia; projetos da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Governo do Estado a serem implantados no litoral cearense; projetos de limpeza urbana do Governo do Estado para a Praia; termos de audiências públicas realizadas pela Promotoria do Meio Ambiente e Planejamento Urbano no Estado.

Essa pluralidade de fontes e técnicas de coleta de dados qualitativos e documentais descrita me auxiliou sobremaneira a adentrar as várias classificações pelas quais a Praia do Futuro transita. Dentre essas, vale lembrar: a sobreposição atual entre as classificações de “praia do futuro”, “praia do presente” e “praia do caos urbano”; as divisões físicas e simbólicas entre “praia velha” e “praia nova”; o lugar ocupado pelas as barracas-complexos no interior da “mancha” (MAGNANI, 2008; 2002) de lazer; os significados de praia produzidos durante as temporalidades socioespaciais da Praia (“o domingo na praia”, “a quinta do caranguejo” e os dias de *shows* e eventos); as disputas de usos e classificações acerca do que seja praia; e o lugar da AEPF na dinâmica do espaço social das barracas de praia.

A pesquisa buscou responder à seguinte pergunta: de que maneira a Praia do Futuro é redefinida por meio dos usos e classificações do lazer praiano? Essa linha de investigação ostenta-se como via de análise fecunda a ser trabalhada, uma vez que é recorrente a qualificação, por parte dos meios midiáticos de Fortaleza e de atores públicos, dos atuais usos da Praia como “desordenados”.

Apresento, a seguir, uma exposição acerca do lugar analítico que as transformações do lazer ocupam nos debates atuais sobre cidade contemporânea e espaço público nas ciências sociais. Inicialmente, confiro ênfase à maneira como as interpretações concedem centralidade às formas de pertencimento com base nos novos formatos de espaços de lazer atuais. Nessa linha de raciocínio, considero a barraca de praia como lugar de expressividade pública que se efetiva durante as práticas do lazer praiano. Em seguida, me reporto à ideia de usos do espaço trabalhada por Michel De Certeau (2003) como opção analítica desta pesquisa para tratar das disputas de usos e classificações da Praia do Futuro.

1.3 A barraca de praia como lugar de expressividade pública: usos e liminaridades

Não são poucos os trabalhos cuja centralidade está nos processos sociais de redefinição e marcação de lugares durante as práticas de lazer (BAUMAN, 2009, 2003, 1999; FEATHERSTONE, 2007, 2001, 1997; CANCLINI, 2008, 2003; CERTEAU, 2003; ZUKIN, 2000). A temática central desses estudos é o espaço ocupado pelo lazer durante o consumo dos chamados bens simbólicos nas experiências das divisões sociais de hoje. A grande variedade de bens produzida e mobilizada na sociedade contemporânea, associada ao deslocamento dos conflitos do “mundo da produção” às práticas de consumo, consiste noutro aspecto ressaltado.

Por conta da nova centralidade urbana representada pelos espaços de usos liminares, o tema do lazer afigura-se destaque nas pesquisas acadêmicas em ciências sociais, não só em razão da sua importância socioeconômica e cultural para as cidades contemporâneas, mas também e principalmente pelo fato de estar associado em grande parte à emergência da chamada sociedade de consumo e dos aspectos políticos a esta associados.

Do ponto de vista dos estudos urbanos, alguns “espaços de consumo” ocupam certa centralidade nas análises. A liminaridade parece ser a qualidade mais ressaltada deles. Mais do que uma categoria útil para explicar processos sociais atuais associados ao consumo, lembra Zukin (2000), ela consiste em chave metodológica para se realçar aspectos recorrentes deles, como a sua indeterminação, além de possibilitar captar as dinâmicas de usos que esses espaços favorecem na atualidade. *Shopping centers*, grandes empreendimentos turísticos, como *resorts*, áreas portuárias e centros históricos “revitalizados”, parques temáticos, como a Disneylândia, e centros culturais intensificam os aspectos de liminaridade.

O espaço incita e imita a ambiguidade. Os sítios específicos da cidade moderna são transformados em espaços liminares pós-modernos, que tanto falseiam como fazem a mediação entre natureza e artefato, uso público e valor privado, mercado global e lugar específico. Liminaridade, aqui, remete ao conceito de Victor Turner, subvertido por Jean-Christophe, que alterou o significado antropológico original de ‘transição de certos grupos’ (...) conferindo ao termo um novo significado social e cultural de ‘espaço transicional’. Nomear um espaço como ‘liminar’, contudo, não simplifica o fenômeno. Misturando funções e histórias, um espaço liminar situa o usuário a ‘meio caminho’ entre instituições (ZUKIN, 2000, p.82).

Caracterizados pela fluidez de suas fronteiras, mistura de usos e dificuldade de atribuir-lhes identidades definidas, são esses os novos espaços voltados para as residências, áreas históricas “revitalizadas” e lazer, como parques aquáticos, por exemplo, aqueles que mais são lembrados. Importa entender o lugar desses espaços liminares nas dinâmicas sociais da cidade contemporânea.

A constante capacidade de transformação desses espaços, que a ideia de liminaridade acentua, se assemelha à proposta analítica de Certeau (2003). Para ele, a pretensão de estabilidade e fixidez que o planejamento urbano almeja para a cidade logo se desfaz, quando observamos os “modos de uso” dos seus espaços durante as “práticas cotidianas”. Este “cotidiano” é significado pelas apropriações que os usuários realizam, com vistas a demarcar um “percurso”, maneiras particulares de usar a “ordem imposta”. Os espaços de lazer parecem comportar assim tanto a dimensão da “ordem” quanto da liminaridade e as possibilidades de usos diferenciados e contrastantes (LEITE, 2001).

Arantes Neto (2000, p.106), em sintonia com Certeau (2003), resumiu bem a problemática analítica imposta pelos usos dos “espaços liminares”, ao afirmar que, no espaço urbano,

cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações (...) Os lugares sociais assim construídos não estão simplesmente justapostos uns aos outros, como se formassem um gigantesco e harmonioso mosaico. A meu ver, eles se superpõem e, entrecruzando-se de modo complexo, formam zonas simbólicas de transição, onde atores e cenários desenvolvem atributos análogos aos que Victor Turner conceituou como liminares.

Importa neste momento contrapor as perspectivas complementares dos usos e liminaridades adotados nesta pesquisa a outras que, embora conferindo destaque aos traços de informalidade dos novos espaços de lazer liminares, perdem de vista os conflitos de usos do cotidiano e tendem a reduzir as dimensões políticas presentes nesses espaços.

Pelo fato de estar associado ao consumo, o lazer normalmente é desqualificado para pensar processos mais concretos relacionadas às regras de cidadania e à experiência do espaço público. Nas perspectivas teóricas que assim procedem, o lazer é tomado como “uma fuga do cotidiano” (URRY, 2001; FORTUNA, 1999, por exemplo), este entendido aqui duplamente como *lugar da*

produção (trabalho) e da *residência*, além de *fuga* das responsabilidades políticas (cidadania) associadas a essa localização socioespacial, aspectos centrais por meio dos quais a cidadania e o espaço público foram concebidos na modernidade e mediante os quais o lazer é contrastado.

Interessa-me destacar o efeito político que tais formulações teóricas tendem a produzir acerca do entendimento possível dos espaços de lazer como locais de expressividade e contratualidade pública, especialmente aqueles do lazer praiano. Do ponto de vista empírico, esse parece ser um problema que perpassa os conflitos atuais envolvendo as barracas da Praia do Futuro, onde seus usos e classificações redefinem o conceito jurídico de praia.

Urry (2001) sugere em sua análise a ocorrência de certo esvaziamento *temporário* das qualidades políticas presentes nas práticas de lazer. Ele recorre a vários autores contemporâneos, dentre os quais Baudrillard (2006, 1991) e Jameson (2002), a fim de selecionar contribuições para sua caracterização do lazer contemporâneo. Retomo dois pontos que compõem as características gerais da sociedade contemporânea divisada pela óptica do lazer segundo a reflexão desse autor.

Cada um dos autores citados por Urry apresenta um papel distinto para o tratamento dado à extensão da cidadania às práticas de lazer. Em primeiro lugar, com origem na ideia de “sociedade hiper-real”, do sociólogo francês Jean Baudrillard, o autor argumenta que o lazer é o âmbito privilegiado para a manipulação de imagens e signos capazes de produzir uma realidade simulacional. A ideia de simulacro considera que a realidade é invadida pela tecnologia, sendo esta responsável por tornar aquela saturada de imagens, contribuindo assim para que o sujeito só tome como reais as fantasias proporcionadas pelos *mass media* dirigidas aos gostos e prazeres individuais.

Decorre do primeiro ponto o fato de que as práticas de lazer se tornam esvaziadas de sentidos coletivos (Jameson refere-se a um tempo esquizofrênico), já que são tomadas como o protótipo dessa realidade simulacional, além do que os indivíduos atomizados não têm outra referência, a não ser atender aos seus gostos consumistas cada vez mais mutantes e ferozes.

Como é possível assinalar, essas perspectivas veem apenas jogo de imagens e simulações (por exemplo: ambientes estilizados para o turismo, como a Disney World, compostos de mistura de efeitos sonoros e visuais para satisfazer fantasias individuais), a despeito de outros sentidos possíveis conferidos às práticas de lazer. O consumo estaria mais associado, segundo esse ponto de vista, à fruição hedonista e utilitária de bens e serviços, o que o tornaria *despolitizado* e *deslocalizado*, já que voltado para as satisfações privadas de desejos e prazeres de consumidores sem vínculos coletivos com os espaços de lazer.

Duas dissociações parecem, então, estar presentes nessas perspectivas, ensejando, por conseguinte, problemas quanto ao seu alcance explicativo para a extensão da cidadania às práticas de lazer. O primeiro problema que surge nessas análises diz respeito ao fato de elas levarem a uma dissociação presente no cotidiano entre consumo e política. Ao se considerar o cotidiano como constitutivo do “mundo comum” (TELLES, 1999), onde as questões acerca do justo e do possível numa dada sociedade devem ser debatidas e justificadas, não apenas verbalmente, num público, não poder haver *a priori* tal separação. A realidade desta cisão fica a cargo dos sujeitos envolvidos nesse público e só a eles cabe atestar a realidade daquilo que é tomado como justo e possível num dado momento. Portanto, o consumo, como qualquer outra atividade em sociedade, deve estar submetido ao político, entendido aqui como *a deliberação coletiva acerca do que deve ser a vida na sociedade* (TELLES, 2004).

A segunda dissociação operada se refere àquela entre consumo e lugar. Se o consumo turístico requer a saída temporária do lugar de trabalho e de residência, cabe a essas análises o esforço de relocalizar a tensão suspensa entre cidadania e pertencimento a um dado lugar. Não distante da primeira dissociação, a segunda acrescenta o fato de pensar uma cidadania difícil de se concretizar numa sociedade de fluxos e conexões entre lugares distantes no tempo e no espaço, onde as cidades despontam como agentes centrais para as novas dinâmicas econômicas, sociais e culturais da chamada “alta modernidade”, caracterizada pelos “desencaixes” (GIDDENS, 1997, 1991).

Não resta dúvida de que há uma tendência mundial para a padronização dos formatos espaciais de lazer, a despeito de sua localização. O próprio Giddens bem demonstrou que as atividades mais locais passam a ser cada vez mais

informadas por práticas sociais distanciadas. Com efeito, as barracas mais sofisticadas da Praia do Futuro reproduzem, até certo ponto, a organização estética dos espaços de lazer presentes em outros lugares, como os parques aquáticos internacionais da Europa e Estados Unidos.

Em decorrência dessas questões, os espaços de lazer passaram a ocupar posição mais positiva como objeto de investigação para se averiguar a forma como eles ritualizam modos de pertencimento e promovem novos formatos de expressividade pública. Ocorre aí uma espécie de politização dos espaços de lazer pelas práticas de consumo, visto que aqueles alçam à condição de terreno, onde os conflitos e significados sociais são produzidos, reproduzidos, disputados e veiculados.

Como visto, as perspectivas que atribuem um lugar analítico ao lazer e ao consumo na sociedade contemporânea ainda não alcançaram consenso quanto ao seu potencial político no debate teórico nas ciências sociais. Canclini (2008) parece avançar em tal discussão quando sugere instigantes hipóteses acerca das transformações dos novos cenários de pertencimento em curso na sociedade contemporânea. Suas observações parecem conferir nesse sentido um novo estatuto sociopolítico às práticas de lazer.

Para vincular o consumo à cidadania, e vice-versa, é preciso desconstruir as concepções que julgam os comportamentos dos consumidores como irracionais e as que somente vêem os cidadãos atuando em função da racionalidade dos princípios ideológicos. Com efeito constuma-se imaginar o consumo como o lugar do suntuoso e do supérfluo, no qual os impulsos primários dos indivíduos poderiam alinhar-se com estudos de mercado e táticas publicitárias (...) Quando selecionamos os bens e nos apropriamos deles, definimos o que consideramos publicamente valioso, bem como os modos de nos integrarmos e nos distinguirmos na sociedade. (CANCLINI, 2008, p.35).

Essa posição aponta para um avanço na maneira de interpretar os espaços de lazer característicos da sociedade contemporânea, dos quais se pode incluir a barraca de praia. A decisão de vê-los simplesmente como contextos onde escolhas hedonistas e utilitárias se concretizam pode deixar de fora conflitos de usos em torno da sua apropriação.

Coube à Michel de Certeau (2003) a ênfase conferida à dimensão da “apropriação” (um modo simultâneo de “consumo” e “produção”) dos espaços da cidade para assinalar a ausência de consenso de usos no “cotidiano”. Sua

perspectiva volta-se para estabelecer o espaço do dissenso por meio de outras práticas de significação, como ler e cozinhar. Por meio dessas práticas, embora a todo o momento sejam informadas pelos “sistemas totalitários” disciplinadores, lembra Certeau, os usuários ou praticantes conseguem “produzir” algo com os recursos escassos disponibilizados.

No que diz respeito aos usos do espaço, eles obedecem a uma “produção”, já que criam, do lado dos “sem-poder”, “táticas”, golpes e astúcias de caçadores, para lembrar outra imagem do autor, que operam uma apropriação das “estratégias”, ações, do lado dos “poderosos”, voltadas para construir um sentido esperado para o espaço urbano.

Ao contrapor as noções de “espaço” e “lugar”, Certeau (2003) sugere assim uma articulação possível, um “campo”, uma bricolagem, dos usos assim contrastados:

Entre espaço e lugar, coloco uma distinção que delimitará um campo. Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do ‘próprio’: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar ‘próprio’ e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade (...) Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidades polivalentes de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço está para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando percebida na ambigüidade de uma efetuação (...) Em suma, o espaço é um lugar praticado. (DE CERTEAU, 2003, p.201-202)

Esses novos usos, “programas conflituais ou proximidades contratuais”, do lazer da Praia são intensificados desde 1999, por intermédio do Projeto Turístico “Esta Praia Tem Futuro”, cujo objetivo principal é incrementar as “potencialidades turísticas” da Praia. Tal proposta de intervenção conjunta entre empresários e Governo do Estado volta-se para transformar a Praia em principal lugar de lazer e de turismo praiano de Fortaleza.

1.4 Considerações sobre políticas de lazer, cidade e espaço público

A cidade contemporânea é apontada por analistas em ciências sociais como o novo ator a ser inserido na nova ordem econômica mundial. As mudanças

advindas dessa inserção têm intensificado os aspectos de liminaridade dos espaços de lazer bem como seus usos contrastantes. É nas cidades que os novos espaços de lazer proliferam, possibilitando recortes mais delimitados acerca dos sujeitos que os tomam como referência para suas práticas sociais e formas de pertencimento. Essa é uma pista analítica importante para entender a emergência das barracas de praia como espaços de lazer e expressividade pública em Fortaleza.

A despeito de tal constatação sobre o papel da cidade contemporânea, os cientistas sociais acrescentam que os principais centros urbanos não são lançados de igual maneira nesse novo panorama, parecendo constituir-se na verdade num novo jogo de forças, onde não é possível demarcar, de modo polarizado, centros urbanos dominantes e dominados (SASSEN, 1998).

As trocas e intercâmbios econômicos e culturais decorrentes dessas mudanças nos padrões de hierarquização entre cidades e no interior de cada uma delas, nesses tempos da chamada globalização, deslocam a atenção dos especialistas para o modo como esses lugares se tornam cada vez mais borrados culturalmente (FEATHERSTONE, 2001; HALL, 2000).

Essa inserção das cidades é acompanhada por processos de especialização urbana e econômica, sobretudo em serviços, inicialmente como resposta dada pelos países europeus e Estados Unidos a desindustrialização iniciada desde meados da década de 1970, o que faz de certos centros urbanos desses lugares nódulos de uma rede de cidades mais vasta (HARVEY, 2004). Às cidades que ocupam lugares marginais nessa hierarquia cabe, por parte das administrações locais e da iniciativa privada, o desenvolvimento de estratégias econômicas mais voltadas para o lazer e turismo como forma de contrabalançar o desequilíbrio entre as cidades.

No caso da cidade de Fortaleza, as políticas recentes voltadas para lazer e turismo são formuladas com a pretensão de torná-la um centro receptor de fluxos de bens e pessoas e lugar de investimentos estrangeiros, além de serem apresentadas como meios para a redução das desigualdades sociais na Cidade e no Estado.

1.4.1 Inserção de Fortaleza na globalização e a política estratégica do turismo⁵

A pretensão de inserir Fortaleza na chamada globalização tem exigido do Governo do Estado do Ceará investimentos em obras grandiosas. Segundo Gondim⁶, no atual contexto urbano “pós-moderno”, várias cidades pelo mundo investem em políticas de “*city marketing*” como forma de reverter o quadro de decadência econômica, mediante a “requalificação de áreas históricas e da realização de grandes obras arquitetônicas”.

No caso específico de Fortaleza, a autora analisa a produção do Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura como exemplo recente da estratégia do “governo das mudanças” de transformar Fortaleza em um destino do chamado “consumo cultural”. Gondim salienta, ainda, que os discursos técnicos e científicos lançam mão da produção ficcional e do simbolismo arquitetônico, combinando-os com análises e projeções baseadas em dados sócio-econômicos, o que resulta na produção de uma “cidade imaginária”.

Longe de ser um resultado concreto das políticas de desenvolvimento dos últimos governos estaduais, a inserção do Ceará no processo de globalização e a transformação de Fortaleza em ‘cidade global’ devem ser compreendidas como parte de um projeto político, para o qual a produção de novas imagens assume caráter estratégico.⁷

Essas obras inserem-se principalmente no contexto das disputas pela hegemonia política da Capital cearense, uma vez que, embora tendo se tornado hegemônico no restante do Estado, o grupo político de Tasso não logrou obter a direção de Fortaleza com a mesma constância, com exceção feita à eleição de Ciro Gomes em 1988, que se licenciou dois anos depois para se candidatar a governador. Ao assumir a vaga de prefeito, o então vice de Ciro Gomes, Juracir Magalhães, passou a fazer oposição ao Governo do Estado, tendo conseguido eleger, em 1992, seu sucessor e por duas vezes (1996 e 2000) reelegeu-se. Sua popularidade decorreu em grande parte das obras de impacto no espaço urbano da

⁵ As informações deste tópico sobre a política de turismo do chamado “governo das mudanças” foram reproduzidas de Maciel (2010, p.104-113).

⁶ GONDIM, Linda M.P. “Imagens da cidade, políticas culturais e desenvolvimento urbano: a produção imaginária de Fortaleza como ‘cidade global’” In: *Reforma do Estado e outros estudos*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p.13-32.

⁷ *Op.Cit.*, p.17.

Capital cearense, como um calçadão na Praia de Iracema, viadutos e remodelações de praças.⁸

Os “governos das mudanças”, por sua vez, passaram a apostar na “indústria do turismo” e nos “programas estruturantes” a serem desenvolvidos nos chamados destinos turísticos estratégicos. A prioridade foi dada à Fortaleza por ser a principal porta de entrada do Estado e por deter a centralidade no âmbito das cidades que compõem a região metropolitana. Dentre as imagens que passaram a preconizar uma nova realidade do Ceará e de sua Capital, mais positivos e distintos assim das imagens tradicionais associadas à seca e à miséria, estão as de “Caribe brasileiro” e “Miami do Nordeste”.⁹ O objetivo era conciliar *marketing* urbano com intervenções de grande impacto na estrutura urbana do Estado.

Foi então com o objetivo de tornar as cidades cearenses competitivas e atrativas para turistas e investidores estrangeiros que o “Governo das mudanças” iniciou, com o *Plano de Desenvolvimento Sustentável* (1995-1998), uma ampla política de “reordenamento do espaço” com o intuito de adequar o Estado, com destaque para Fortaleza, ao novo contexto econômico mundial, caracterizado pela competição acirrada entre as cidades. O planejamento que dirigiu os programas propostos estava voltado para a criação de um “produto turístico” diversificado, cuja oferta de infra-estrutura, incentivos fiscais, belezas naturais e aspectos histórico-culturais fosse apresentada como vantagem comparativa do Estado do Ceará.

Em termos conceituais e estratégicos, o Estado desenvolverá o seu produto turístico, dentro do conceito de turismo com conservação da natureza (...) O Estado promoverá a imagem turística própria e memorável, que envolve o desenvolvimento de produtos turísticos diferenciados, segundo especificidades físicas, ecológicas e culturais da base territorial (p.79).

Essa política compõe um dos “vetores de intervenção voltados para alcançar o desenvolvimento sustentável no Estado”. Os outros “vetores” são: proteção do meio ambiente; geração de emprego e desenvolvimento sustentável da economia; capacitação da população; desenvolvimento da cultura, ciência, tecnologia e inovação, todos concebidos de forma “integrada”. Quanto à política de “reordenamento do espaço” é dito que ela

⁸ *Op. Cit.*, p.18.

⁹ *Op. Cit.*, p.18.

“repousa no planejamento regionalizado das ações governamentais, na interiorização do desenvolvimento das indústrias e dos serviços, na redistribuição espacial da infra-estrutura de transportes, energia e comunicações, no zoneamento geoambiental e econômico e nos programas de desenvolvimento urbano”¹⁰

Entre os principais programas criados estavam o *Programa de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos – PROURB*¹¹ e o *Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR*¹², ambos relacionados à implantação de infra-estrutura urbana de apoio à política de incentivo ao turismo do Governo do Estado.

O PRODETUR, dividido em duas fases, foi concebido como um programa de obras múltiplas para a região Nordeste. No Ceará, O PRODETUR I, aplicado entre 1995 e 2002, teve como principais obras o Aeroporto Internacional Pinto Martins e a sua via de acesso em Fortaleza, além da rodovia “estruturante” “Costa do Sol Poente”, que liga a Capital às cidades litorâneas ao oeste do Estado por parte do Governo do Estado.

Foi com o PRODETUR que as principais obras de promoção do turismo no Estado foram viabilizadas, mediante empréstimos contraídos junto a bancos e agências multilaterais internacionais. Antes de detalhar melhor a política estratégica do turismo do Governo do Estado cabe lembrar o contexto em que o projeto político mudancista se tornou hegemônico no Estado do Ceará.

Como é sabido, as eleições de 1986 significaram, do ponto de vista da organização das forças políticas do estado do Ceará, um aceno à presença de lideranças¹³ não provenientes das estruturas tradicionais de poder, assentadas no coronelismo. Esses novos atores, egressos das universidades e do empresariado, canalizaram anseios dos setores intelectuais e da sociedade civil comprometidos

¹⁰ Cf. Ceará. Governador, 1995-1998 (Tasso Jereissati). *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará – 1995-1998*. Fortaleza: SEPLAN, 1995, p.46.

¹¹ Cf. <http://www.sdlr.ce.gov.br>. O PROURB teve duração de 1995 a 2003, viabilizando a “estruturação urbana” de um total de 50 cidades cearenses, com o objetivo de torná-las “competitivas para atrair indústrias e incrementar o turismo”.

¹² Cf. Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. Fortaleza: Secretaria do Turismo do Estado do Ceará – SETUR, 2002.

¹³ Cf. GONDIM, Linda M. de Pontes. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)*. Ijuí-RS: Ed. UNIJUÍ, 1998. Segundo Gondim, os “jovens empresários do CIC” se organizaram já a partir do final da década de 1970, no bojo das manifestações pela democracia, com o objetivo de romper com o ciclo dos “coronéis”: Virgílio Távora (1962-1966); Plácido Castelo (1967-1970); César Cals (1971-1974); Aduino Bezerra (1975-1978); Virgílio Távora (1979-1982) e Gonzaga Mota (1983-1986).

desde o final dos anos 1970 com as transformações por que passava a sociedade brasileira.

Intitulando-se “governo das mudanças”, esse novo grupo buscou logo na primeira gestão do seu principal representante, Tasso Jereissati (1987-1990), lançar as bases para a construção de uma propalada nova gestão da coisa pública, em oposição à maneira apontada como tradicional e arcaica de fazer política, baseada no favor e na rede de clientela sob controle das lideranças tradicionais. Um conjunto de novas palavras fez parte, desde então, parte dos discursos dos principais representantes dos governos mudancistas, tais como “eficiência”, “racionalidade”, “moralização administrativa”, “moderno”, “miséria”, “clientelismo” etc (LEMENHE, 1995).

No segundo mandato de Tasso Jereissati (1995-1998), essa pretensão de demarcar uma nova temporalidade deveria ser aprofundada com a implementação de ações complementares orientadas em três sentidos: “as transformações de ordem material, as mudanças nas estruturas e relações sociais e a modificação das representações sociais.”¹⁴ No que diz respeito ao espaço urbano, o referido plano previa um amplo processo de “reordenamento do espaço”, com intervenções na área de infra-estrutura urbana, com vistas a reverter a concentração de investimentos em Fortaleza e inserir o Ceará e sua Capital com competitividade na chamada globalização.

Como observa Bernal (2004), a política de “estruturação urbana” do “Governo das Mudanças” parece mais ter aprofundado do que revertido a centralização de Fortaleza quanto aos investimentos em infra-estrutura urbana: “a moderna industrialização recente, as obras de infra-estrutura urbana voltadas para a atração turística e as modernas vias estruturantes vêm contribuindo para aumentar o poder de atração da cidade tanto sobre a população interiorana como sobre aquela originária de outros Estados”.

Se na primeira gestão de Tasso Jereissati e na de Ciro Gomes a demarcação temporal entre o “antes” e o “depois” foi feita no âmbito da esfera administrativa (Estado racional *versus* Estado patrimonialista), como observou Gondim, no segundo mandato tratava de adaptar o espaço urbano para o novo

¹⁴ Ceará. Governador, 1995-1998 (Tasso Jereissati). *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará – 1995-1998*. Fortaleza: SEPLAN, 1995, p.25.

momento em que se encontravam o Estado e sua Capital, com a construção de obras de infra-estrutura urbana com vistas a sua promoção aos mercados nacionais e internacionais. A crítica recaía sobre as administrações passadas que não souberam controlar o grave problema urbano de Fortaleza, materializado na “macrocefalia” da cidade,¹⁵ nem desenvolver as “vocações turísticas natas” do Estado.

Na perspectiva de Bonfim¹⁶, a segunda administração de Tasso foi marcada pela tentativa de imprimir um caráter mais democrático à sua gestão, objetivo prejudicado, conforme o autor, em virtude da centralização de poder nas mãos do secretário de governo, então empresário da construção civil. Aliado a esse fator, está a derrota sofrida pelo Governo na eleição de 1996 para a Prefeitura de Fortaleza, o que levou a uma reorganização das forças políticas no restante do Estado. Outra característica do segundo governo foram os “programas estruturantes”, que serviram para reforçar “a ênfase na gestão econômica do Estado” e dificultar a execução de um “modelo de gestão pública participativa”, no que se refere em particular, à chamada “indústria do turismo”.

Apesar da publicidade voltada para a produção de uma imagem positiva do Estado e de Fortaleza, com a novela *Tropicaliente*, exibida em 1994 pela Rede Globo, e através de periódicos nacionais (*Veja, Folha de São Paulo*) e internacionais (*Newsweek, The Economist, The New York Times* etc), isso não resultou em mudanças significativas na oferta de infra-estrutura urbana, apostando apenas no binômio sol/mar como principais atrativos turísticos.

A Praia do Futuro apresenta algumas especificidades em relação a esse modelo de política do turismo adotado em todo o Estado do Ceará. Apesar das tentativas recentes de classificar a Praia do Futuro como “lugar turístico” (é o caso do Projeto Turístico “Esta Praia Tem Futuro”, uma “pareceria” entre Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF e a Secretaria de Turismo do Estado-SETUR), o que me chama atenção está nos conflitos de usos e classificações que as experiências sociais orientadas para a Praia podem possuir para averiguar as

¹⁵ Ceará. Governador, 1995-1998 (Tasso Jereissati). *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará – 1995-1998*. Fortaleza: SEPLAN, 1995, p.9.

¹⁶ BONFIM, Washington Luís de S. “De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará”. In: PARENTE, Joséênio. *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p.35-62.

maneiras como as políticas públicas e privadas de lazer e turismo interferem na organização das suas sociabilidades públicas.

É comum nas análises sobre essas políticas inferir que as consequências políticas e culturais das suas medidas seletivas parecem não representar questão menor. Ao relegar outros espaços e sujeitos como invisíveis aos interesses das políticas de turismo e lazer, argumenta-se, elas podem contribuir para o aumento dos processos relacionados à segregação, podendo dessa maneira interferir no caráter público das práticas de lazer.

Essas análises lembram que a materialização dessas políticas ocorrem por meio de obras de grande impacto na estrutura urbana da cidade (Aeroporto Internacional de Fortaleza, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, reforma da Ponte dos Ingleses, obras de saneamento básico, entre outras intervenções menores). Quando se alarga o escopo empírico de alcance dessas políticas no âmbito do Estado do Ceará, outras cidades despontam como destinos inventados para o mercado de lazer e turismo.¹⁷

Isso parece resultar de um padrão de intervenção mais amplo que caracteriza esse modelo de política posto em prática no Estado do Ceará desde 1995, cuja orientação mais geral é a de eleger seletivamente lugares apontados como naturalmente turísticos em decorrência das particularidades “naturais” e “culturais” que pretensamente possuem, aspectos considerados centrais num momento de acirramento da competição entre cidades.

Assim, a primeira constatação que se pode inferir acerca das análises teóricas dessas políticas no Estado do Ceará diz respeito ao modo como é dada ênfase à maneira como Estado e iniciativa privada estabelecem relações, com a finalidade de selecionar áreas potencialmente turísticas. Em se tratando de um Estado quase inteiramente banhado pelo Oceano, com altas temperaturas e grande diversidade natural, é fácil concluir que o litoral é priorizado como espaço-chave para as instalações turísticas.

É nesse trecho que ocorre boa parte das ações desses agentes, cabendo quase sempre ao Estado a oferta de infraestrutura (como estradas de acesso,

¹⁷ Para uma discussão em torno das disputas simbólicas sobre essas obras Cf. Maciel (2010), Gondim (2007) e Barreira (2002).

iluminação pública, limpeza urbana) e à iniciativa privada a edificação de infraestrutura propriamente turística e de lazer (*resorts*, pousadas, barracas de praia estilizadas, parques aquáticos). A segunda constatação diz respeito à restrição dos serviços públicos à área de influência onde se encontram essas infraestruturas.

Apesar de tais constatações, o consumo de lazer e turismo das áreas selecionadas por essas políticas pode vir a revelar disputas materiais e simbólicas mais marginais em torno das fronteiras sociais desses lugares (ARANTES NETO, 2000). Daí a necessidade de se priorizar as “lutas de classificação” (BOURDIEU, 2007) e de reconhecimento que ocorrem nos lugares inventados para o lazer e o turismo e enfrentar as questões que eles exprimem para a existência do espaço público nesses locais.

A necessidade de uma mudança analítica sobre os pontos de lazer é expressa, visto que a relação entre políticas de lazer e turismo e políticas urbanas, antes referida em Fortaleza e no Estado do Ceará, se caracteriza por uma sobredeterminação das primeiras sobre as outras, cabendo àquelas quase sempre suprir a oferta de infraestrutura básica dos empreendimentos turísticos instalados por todo o litoral cearense. A separação entre essas políticas resulta, certamente, na redução do alcance dos benefícios materiais e simbólicos das políticas de lazer e turismo.

Nessa perspectiva, os debates contemporâneos no interior das ciências sociais em torno das transformações dos processos de “marcação da diferença” (WOODWARD, 2007) podem ser úteis para se averiguar as possibilidades analíticas que se abrem ao se investigar outras divisões sociais e simbólicas nos locais voltados para lazer e turismo das cidades contemporâneas.

Essa necessidade parece se exprimir para o caso da Praia do Futuro, onde se encontram os complexos de lazer que tem modificado bastante as formas de apropriação e se tornado referência em matéria de infraestrutura de lazer em Fortaleza e fora dela. Veicula-se a noção de que essa mudança acontece com a “internacionalização da Praia do Futuro”, com origem no investimento de capitais estrangeiros nas barracas-complexos. De todo modo, algumas diferenças distanciam a Praia do Futuro desse modelo de intervenção que parece se aplicar em boa parte do Estado.

Mesmo considerando o Projeto Turístico Esta Praia Tem Futuro, implantado em 1999, a Praia já possuía uma dinâmica de lazer realizada pelas barracas desde meados da década de 1970. Diferentemente de outros lugares praianos, não foi “inventada” por meio de um ato institucional deliberado. Esse Projeto, porém, representou uma virada nas dinâmicas do lazer praiano, pois passou a incentivar o empresariamento das barracas-complexos e modificar seu lugar no interior do espaço social das barracas de praia.

O ciclo intermitente de propostas de intervenção e ordenamento da Praia do Futuro ganhará uma versão mais complexa durante os anos de 1999/2000, com a implementação do Projeto Turístico Esta Praia Tem Futuro. Essa fase atual de mudança parece ser exemplar, por conferir centralidade à maneira como essa formação social do lazer praiano, a barraca de praia, caminhou para um processo de interiorização/cercamento do sentido jurídico conferido a praia (“bem público de uso comum do povo”), resultando na associação mais comum e publicizada entre barracas-complexos e praia.

No próximo capítulo, destaco o modo como as classificações da Praia do Futuro possibilitaram que imagens mais positivas do local se sobrepusessem a outras mais negativas. As imagens de “praia mais badalada da cidade” ou “a praia do fortalezense” passaram a ser mobilizadas por empresários situados na “praia nova”, resultando em novos significados. Essa nova classificação foi estabelecida paulatinamente, à medida que a Praia passou a ser caracterizada como espaço de lazer.

2. Classificações dos Usos de uma Zona Liminar

Abordar as cidades através das palavras que as designam e designam suas diferentes partes? É com esse instigante questionamento que Depaule e Topalov (2001) abrem o não menos sugestivo texto “A cidade através de suas palavras”. A inquietação presente na pergunta se deve ao fato de que, de uma forma ou de outra, se privilegiou entre viajantes e etnólogos, geógrafos e historiadores, lexicógrafos e linguistas ora a própria língua, sua riqueza, sua evolução e suas particularidades e muito pouca atenção se deu ao objeto do discurso, ou, por outro lado, a atenção recaiu sobre este, levando-se a afirmar que as palavras apenas designavam coisas que lá estavam antes de serem nomeadas.

Em consonância com Depaule e Topalov (2001, p.19; 29), compreendo, por um lado, que as palavras que nomeiam os espaços da cidade podem representar ricas fontes de investigação, quando se trata de compreender as maneiras singulares pelas quais elas os informam e constituem. Por outro lado, ao se observar como são designadas as “partes” de uma cidade, é possível olhar as palavras como expressões das dinâmicas urbanas que se inscrevem simultaneamente na cidade e na linguagem. Proponho partir desse duplo movimento, da palavra à cidade/da cidade à palavra, para tratar neste capítulo das classificações dos usos da Praia do Futuro produzidas por jornais e Poder Público.

Em primeiro lugar, as classificações que tomam a Praia como objeto de desejo, promessa, julgamento ou planejamento possuem certa relação cronológica com os usos: “praia do futuro”, “Futura praia de banho” e “Futura barra da Tijuca” durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, quando inexistia infraestrutura urbana; “praia do presente”, “praia do crescimento anárquico”, “praia do caos urbano”, nos anos 1980, em referência à ausência de controle sobre o aumento dos usos residenciais e de lazer; e “a praia mais badalada da cidade” a partir dos anos 1990, resposta oferecida por empresários e alguns gestores públicos à “decadência” pela qual estaria passando desde as décadas anteriores. Em segundo lugar, as maneiras como classificações e usos estabelecem combinações podem ser tomadas ainda como veículos de conflitos. Esse é o caso das reviravoltas jurídicas em torno da classificação da Praia como “bem público”.

2.1 Imagens da Praia do Futuro

Até a década de 1930, Fortaleza ainda não havia descoberto o banho de mar como programa de lazer, daí falar-se que a cidade cresceu de “costas para o mar”. A posição de alguns dos seus edifícios mais antigos, construídos no século XIX, atestam esse fato: Santa Casa de Misericórdia, Estação João Felipe e Cadeia Pública. A exceção do Forte Shonnenborch erguido na colina Marajaitiba, em 10 de abril de 1649, pela expedição do holandês Matias Beck, a cidade de Fortaleza¹⁸ durante décadas desprezou o mar, estando seus principais prédios voltados para o sertão.

A Praia de Iracema já despontava como cartão postal, embora tenha sido quase totalmente destruída após as obras do porto do Mucuripe (1939-1942). Novas áreas já figuravam como locais para outras atividades, como a Barra do Ceará, a oeste, que por esse período era utilizada para pousos e decolagens de hidroaviões, comuns à época, e a Praia do Futuro, ao leste.

Nas referências às práticas de banho de mar em Fortaleza de meados do século XX são comuns alusões aos comportamentos dos banhistas, sempre qualificados de reclusos, cujos corpos surgiam sempre encobertos, além de certo desprezo demonstrado pela área litorânea. Nos clubes sociais, esse tipo de constrangimento poderia ser em parte evitado e controlado (PONTES, 2005).

Segundo Pontes (2005), o surgimento dos chamados clubes sociais desde a década de 1930 atesta o desejo despertado pelo mar em parte da elite da cidade via isolamento físico e separação social. Desse momento em diante, a Capital se volta para o mar por meio da invenção e organização de espaços de lazer e sociabilidade.

Em virtude da localização desses clubes, algumas regiões passaram a ser valorizadas para as práticas de lazer. Como observou Jucá (2003, p.139-140),

(...) o interesse dos fortalezenses pela região praieira limitava-se às praias de Formosa, Iracema e Meireles, que ficavam próximas (...) Como medida de prevenção ao contínuo avanço do mar, na Praia de Iracema, foram

¹⁸ Apesar das expedições de Pero Coelho (1603), Martin Soares Moreno (1611) e Matias Beck (1649), Fortaleza só foi elevada à condição de cidade no dia 13 de abril de 1726, quando foi instalada a Vila de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, pelo Capitão-Mor Manuel Francês. Essa passou a ser a data oficial de fundação da Cidade.

colocados diques de pedras restando apenas um exíguo espaço para os banhistas. A área aberta só começava após aquela praia (...) Por isso manifestava-se a opinião de que o banho de mar só progrediria com limitações, pois 'a Praia do Futuro', situada além do porto, constituía apenas um desejo alimentado.

Com as obras de início do Porto do Mucuripe, um loteamento criado em 1950 pela Companhia Imobiliária Antônio Diogo (fundada em 1942) surge como possibilidade de suprir as necessidades de parte da elite fortalezense, que buscava outro local para lazer. Segundo Costa (1988), a expansão em direção a esta praia ultrapassou o ramal da estrada de ferro Parangaba-Mucuripe, onde se encontrava o chamado Sítio Cocó¹⁹. Ainda conforme Costa (1988, p.128-129), a transposição da barreira física da via férrea e a incorporação dos terrenos de praias, dunas e mangues do Sítio Cocó tiveram início quando a Prefeitura de Fortaleza autorizou, em 1954, parcelamento do Sítio e o loteamento da praia Antônio Diogo, a chamada "Praia do Futuro".

Com os trabalhos do Porto em andamento, mesmo em um ritmo lento, os terrenos nas suas imediações foram sendo valorizados. A Imobiliária Antônio Diogo, em 1950, loteou uma área, que se estendia do farol do Mucuripe até a barra do rio Cocó. Compreendia sete quilômetros de comprimento por 600 metros de largura. Cada uma das quadras do loteamento, divididas em 12 lotes, tinha 20 metros de frente por 40 de fundo (JUCÁ, 2003, p.134).

Após o aforamento das terras pertencentes ao antigo Sítio Cocó à primeira proprietária do loteamento, Sra. Elisa Antônio Diogo de Siqueira, no ano de 1944, e a transferência no mesmo ano de sua titularidade à Imobiliária, a Praia do Futuro iniciou uma intermitente ocupação nas décadas de 1960, 1970 e 1980 aspecto que teve consequências diretas sobre a organização do seu lazer.

A Praia do Futuro foi aos poucos incorporada ao espaço urbano de Fortaleza. A exemplo de outras áreas litorâneas desponta como periferia de zona portuária.

¹⁹ Segundo Costa (1988, p.124; 128; 135), o Sítio Cocó abrangia um conjunto de terras de propriedade de Antônio Diogo que a partir dos anos 1970 daria origem aos bairros de Vincente Pinzón, Papicu e Praia do Futuro. Até essa década, "a organização espacial do Sítio Cocó não havia chegado ao nível de ocupação total dos lotes. Daí a disponibilidade de terras ainda não construídas naquela área (...) A linha férrea e o Rio Cocó foram considerados por muito tempo como obstáculos à expansão urbana para as zonas leste e sudeste de Fortaleza (...) O uso e ocupação do solo nas terras do antigo Sítio Cocó não são homogêneos. Nos bairros em que se dividiu o antigo Sítio convivem o uso industrial, o uso agrícola, dado pelos posseiros, e o uso residencial, com a presença de mansões, edifícios de apartamentos e conjuntos habitacionais (Cidade 2000 e favelas)".

Próximo à zona portuária, instalaram-se as indústrias que necessitam dos serviços portuários, como os moinhos de trigo, o beneficiamento de pescado, a construção naval e o terminal petroleiro. Toda essa faixa litorânea está ocupada por bares, restaurantes e clubes, no plano mais alto, após a Avenida Zezé Diogo, e por barracas de bebidas e comidas na beira da praia. Os clubes ali instalados – de engenheiros, médicos, advogados, juristas e oficiais da polícia militar – foram edificadas em terrenos de praças, que deveriam servir a toda comunidade, mas foram doados, pelo poder municipal, a essas entidades (...) Com o prolongamento das avenidas Santos Dumont e Zezé Diogo e com a política habitacional que dirigiu os recursos do BNH para financiar casas para a classe média, estas áreas iniciaram um rápido processo de ocupação. (COSTA, 1988, p.143-144).

Os terrenos na Beira-Mar, no bairro Mucuripe até o estuário do rio Cocó, passaram então a ser cada vez mais valorizados em função de uma crescente divulgação de que existia uma área em Fortaleza que seria a “futura Barra da Tijuca do Ceará”²⁰, referindo-se à Praia do Futuro. Estes fatores foram determinantes para um movimento imobiliário em Fortaleza em direção a essa zona (Imagem 6).²¹

Com início nos anos 1960, a Praia do Futuro passou a figurar como espécie de zona de fuga da Cidade, local para onde se dirigia, inicialmente, nas décadas de 1960 e 1970, boa parte da elite fortalezense em busca de novos ares e áreas para opções de banho de mar e fruição. Era uma zona distante ainda a ser alcançada, possível apenas para aqueles que possuíam meios próprios para deslocamentos mais longos, já que ainda não existia oferta de linhas de ônibus para a Praia.

A imagem de praia distante e inexplorada que passou a ser apontada como promessa de futuro urbano foi constituindo-se a representação mais difundida. Essa ideia fundamental é sintetizada pelo jornalista cearense J. Alencar Araripe, em entrevista sobre sua vida, concedida ao jornal Diário do Nordeste, em 1995. Nela, é dada ênfase à qualidade mais associada ao lugar.

Aproveito a oportunidade para uma explicação. A denominação Praia do Futuro foi dada por mim, quando editorialista do [jornal] Correio do Ceará. Mas o que eu queria dizer é que aquela era a praia de nosso futuro urbano, e não dar um nome definitivo a ela, sem sentido, aliás, para ser um nome

²⁰ Cf. Jornal *O Povo*, de abril de 1968, “A avenida do futuro”.

²¹ “O poder público contribuiu para a expansão ‘desordenada’ da cidade na direção do Sítio Cocó, construindo grandes obras e equipamentos públicos, abrindo novas vias, implantando infraestrutura e serviços. Grandes vazios urbanos foram valorizados, permanecendo nas mãos de especuladores. Desde 1972, estavam previstos no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região de Fortaleza-PLANDIRF o prolongamento da Avenida Santos Dumont até a Praia do Futuro e a construção da Praça 31 de Março e da Avenida Zezé Diogo. A execução dessas obras, em 1976, provocou, de imediato, a abertura de inúmeros loteamentos e ruas e a construção de residências nos bairros Papicu e Cocó” (COSTA, 1988, p.134).

próprio, para ter caráter toponímico. Mas o nome pegou e ficou. (DIÁRIO DO NORDESTE, 1995).

Ao reivindicar a autoria do “nome”, embora pareça admirado com o substantivo que passou a designar o lugar, o Jornalista fornece uma pista valiosa para se adentrar as dinâmicas de classificação da Praia. “Nome” e “praia” passaram então a compor uma relação que faz Alencar Araripe justificar o que para ele “não faz sentido”, inclusive por ter se transformado em “nome próprio”. O fato é que esse “nome” originário, a despeito da intencionalidade do Jornalista, passou a alimentar outras imagens menos conhecidas.



Imagem 6. Praia do Futuro, década de 1970. Intermitências na sua ocupação. Postal Edicard. Fonte: Arquivo Pessoal do Sr. Paulo Lamarão, advogado da AEPF.

Dentre essas, a acentuação das distâncias percorridas para alcançá-la passou a ser um dos pontos destacados nas primeiras representações: “A Praia do Futuro exige automóvel. Daí por que parece ser mais selecionada ou grande”. Não só pela grande distância a ser percorrida até a Praia, ainda pouco habitada e com reduzida infraestrutura urbana, mas também pelas características de área ainda relativamente conservada e menos poluída do ponto de vista ambiental (quando comparada a outras praias da Cidade, como a Barra do Ceará, ao oeste, e a Beira

Mar), a Praia do Futuro passou a ser representada desde os anos 1970 como única praia na Cidade própria para o banho de mar.

A oposição simbólica a outras áreas de Fortaleza durante esse momento tinha não só uma função comparativa nítida de apontar a inexistência de problemas na Praia, mas também já revelava uma imagem ainda atribuída à ausência de condições materiais para o fornecimento de serviços básicos para o atendimento das necessidades dos que para lá se encaminhavam em busca de moradia ou lazer.

O relativo isolamento da Praia reforçava outras imagens. É assim que sobressai nas suas referências poéticas mais conhecidas. Em “Maria do Futuro”, canção lançada originalmente pelo compositor Taiguara, na década de 1970, e regravada em 2007 pelo cantor cearense Fagner, no trabalho “Fortaleza”, exaltam-se poeticamente suas belezas naturais. Na música, concebe-se a Praia como lugar da Cidade onde tudo parece ser mais intenso e ter início.

Duna branca, lua imensa/Maria deita, nua e branda/Com as nuvens que a lua enleita/Duas tranças uma flor/E Maria enfeita/Suas mansas curvas cheias onde a areia aceita/Era noite de verão/Vi o amor nascer/Num sorriso seu/O luar me convidou/O mar nos temperou/E ela me envolveu/Nessa rede ela aprendeu/Minha dor se viu, minha solidão/Nessa rede eu vi nascer/Minha liberdade/Tua rede, minha sede/E o amor te trouxe/Quero ver o mar salgando o teu seio doce/E em cadeias de amor puro viver guardado/Jogo areias do futuro no meu passado.²²

Já na música “Terral”, gravada pelo também cantor cearense Ednardo, a Praia é retratada como o lugar de origem, lugar de onde se vem e onde se quer ficar, caracterizado pelas “dunas brancas” e distante das “chaminés ou fumaça”. É de lá também que se avista do mar a orientação da “praia falando amor”.

Eu venho das dunas brancas/Onde eu queria ficar/Deitando os olhos cansados/Por onde a vida alcançar/Meu céu é pleno de paz/Sem chaminés ou fumaça/No peito enganos mil/Na Terra é pleno abril/Eu tenho a mão que aperreia, eu tenho o sol e areia/Eu sou da América, sul da América, South América/Eu sou a nata do lixo, eu sou o luxo da aldeia, eu sou do Ceará/Aldeia, Aldeota, estou batendo na porta prá lhe aperriá/Prá lhe aperriá, prá lhe aperriá/Eu sou a nata do lixo, eu sou o luxo da aldeia, eu sou do Ceará/A Praia do Futuro, o farol velho e o novo são os olhos do mar/São os olhos do mar, são os olhos do mar/O velho que apagado, o novo que espantado, vento a vida espalhou/Luzindo na madrugada, braços, corpos suados, na praia falando amor.

²² FAGNER. *Fortaleza*. Manaus: Som Livre, 2007. 1 CD: digital, estéreo. Cf. também o artigo “Curtição presente” do jornal *O Povo*, de 15/04/1973, em referência a música composta por Taiguara.

Esse tom nas maneiras de nomear a Praia como lugar de desejos e de promessas parece se perder na produção fílmica “Praia do Futuro – um filme em episódios”, de 2008, realizada por um grupo de jovens cineastas cearenses reunidos em torno da Alumbramento Produções Cinematográficas.²³ O intervalo das canções citadas anteriormente e essa produção fílmica compreende um período em que a Praia deixa de figurar como lugar de promessas urbanas não realizadas a lugar “onde o tempo se perdeu”.

É possível como base nesse longa-metragem tratar a forma como esse lugar compôs o repertório temático dessa produção. Pude assistir ao seu lançamento exibido no centro Cultural SESC Luiz Serveriano Ribeiro, no Centro Histórico de Fortaleza. Sem uma narrativa-mestra a guiar o filme, que, como sugere o subtítulo, foi composto por pequenos “episódios”, uma maneira criativa de propor uma coleção de sons e imagens sobre a Praia do Futuro foi representada.

No título do filme, de imediato, tem ressaltado a intenção de explorar a própria ideia de futuro e a escolha do lugar que remete de alguma forma a essa imagem. Segundo um dos produtores do filme, Ivo Lopes, “a Praia do Futuro é um lugar significativo de Fortaleza e tem esse nome incrível que causa uma estranheza”. Os curtas exploram os planos estáticos do chamado cinema observacional e a fragmentação narrativa. Segundo o mesmo jornal, há no filme uma mescla de “visão onírica, poética, realista, futurista, apocalíptica e romântica da Praia do Futuro”.

Em todos os curtas, os cenários são os mesmos: as areias, com suas barracas, e o mar. As personagens aparecem quase sempre isoladas e reflexivas, como que a pensar nas possibilidades fornecidas pela realidade que se lhes apresenta. Na *Revista Cinética* algumas leituras são dignas de notas por fazer referências aos “tempos” da Praia: evita-se falar deste “presente” como se ele já

²³ As informações citadas aqui sobre o filme além de resultar de minhas impressões, foram combinadas com fontes eletrônicas e impressas que teceram comentários e avaliações sobre a produção. Os episódios foram estes: “Eu errei, você errou”, de Wanessa Malta, “Castelo de areia”, de Guto Parente e Thais Dahas, “Pedra”, de Rúbia Mércia, “Valores imaginários”, de Ricardo Pretti, “Aprender a nadar”, de Salomão Santana, “Vídeo (2008)”, de Pablo Assumpção, “Já era tempo, um filme musical sensual tropical absurdo”, de Armando Praça e Diogo Costa, “Banho de sol para dinossauros”, de Felipe Bragança, “Depois do fim”, de Ythallo Rodrigues, “p.f”, de Fred Benevides, “mar morto”, de Mariana Smith, “A linha da pipa”, de Themis Memória, “Pequena grande história”, de Luiz Pretti, e “Onde o tempo se perdeu”, de Ivo Lopes. No caso da fala de Ivo Lopes citada, consultar “Um audiovisual coletivo” In: *Diário do Nordeste*, caderno 3, de 19 de julho de 2008. Ver também: www.revistacinetica.com.br e <http://cineclausofilia.blogspot.com>

estivesse informado por um “passado” ou, inversamente, afasta-se uma “narração regressiva”, “vinda de um futuro devastado”.

“Espaço” e “tempo” são constantemente confrontados na Praia do Futuro que surge dessa produção. A mistura desses elementos em certos momentos parece sugerir a estabilização de ambos. A vida parece ter cessado na Praia do Futuro. A não ser os movimentos de ir e vir das ondas, tudo o que resta no “presente” são “vazios” (físicos e oníricos) deixados pelas promessas de um lugar de futuro. É o que sobressai na mesma revista, quando exprime: “o espaço acaba sendo uma ideia, não uma construção, não algo imanente. São formas de interesse personalíssimo e intimista”.²⁴

Os artigos jornalísticos publicados pelo jornal *O Povo* serão tomados como meios de acesso aos dilemas que mais parecem caracterizar a Praia (lugar de promessas/“lugar onde o tempo se perdeu”) desde o momento em que ela desponta como área de crescimento da Capital do Ceará.

2.2 Uma praia que cresce e aparece

A “Avenida do Futuro” (atual Avenida Santos Dumont), que na década de 1940 já era lembrada por Sabóia Ribeiro como obra que incrementaria o crescimento para aquela região da Cidade, passava a receber uma atenção digna de nota por parte do jornal *O Povo* na década de 1960.

À noite, o panorama é puramente poético. Se faz lua. Se não se tem medo da agressão, de facada, de roubo ou desaparecimento. A treva se espalha, vinda do mar, que se diria um imenso tinteiro de nanquim entornado sobre o poroso e capilar do chão contíguo. Com uma agravante, o gemido fúnebre ou agourento das ondas. Aqui e ali, como se foram avisos aos navegantes ou marcas do amor legítimo, dezenas de carros fantasmas se aninham à margem do calçamento. E pensa-se que estão abandonados, porque ninguém enxerga viva alma dentro deles. Quando muito se flagra a cabeça de um cavalheiro. A da donzela ou matrona se esconde por trás dos encostos fofos e macios. Só o diálogo ouvido muito perto, como um sussurro, acusa mais de um personagem no drama sem platéia e por trás dos bastidores da vida. A vida noturna e turística de Fortaleza não pode parar na Beira Mar, no fim do asfalto, nos restaurantes que se agrupam ao pé da virgem dos lábios de mel. Mas o acesso à praia do Futuro é bastante difícil, depósitos de gasolina e óleo, nas passagens do trilho notadamente nas vizinhanças dos moinhos e na entrada para o nosso porto. Por que não

²⁴ Sem se distanciar muito das principais imagens da revista citada antes o Cineclausofilia no artigo “Praia do Futuro. Cinema do Futuro, ilha no presente” dá ênfase a um “diálogo com o presente da Praia”, “um sentimento de distância em relação a uma cidade” e a uma “idéia de Nordeste”.

iluminar a praia do Futuro. A municipalidade deve acompanhar o povo, criar-lhe novas áreas de respiração. Higienizar material e moralmente determinadas zonas. A cidade marcha, quando pode, como é o caso de Fortaleza, para os lados onde o sol nasce, para as bandas onde o dia amanhece mais cedo. As nossas luzes já atingiram a Barra do Ceará, o poente urbano. Programa arrojado na Praia do Futuro, a Avenida do Futuro.²⁵

As obras de prolongamento da Avenida constituíram um fator preponderante para voltar o crescimento da cidade em direção à Praia. Durante os primeiros anos da década de 1970, já se cogitava na necessidade de sua expansão, com o objetivo de desconcentrar o fluxo de veículos que passava a sobrecarregar a Avenida Perimetral, situada na altura no Mucuripe, via única que servia de acesso à Praia. Com a Avenida Santos Dumont parecia se prenunciar uma espécie de “aldeotização” da Praia, já que parecia ser a Aldeota que se expandia, bairro cujo surgimento é concomitante à do Centro histórico da cidade e do bairro de Jacarecanga, antes de elite.

Após a construção desse principal acesso à Praia, outras imagens foram sendo alimentadas conforme ia “crescendo”. As dinâmicas de usos e classificações passaram a compor certo repertório de “maneiras de dizer” (CERTEAU, 2003) a Praia reunindo formas semânticas de julgamento e avaliação dos seus usos.

Falou-se tanto em Praia do Futuro. Mas não se está pensando no futuro da Praia. Bastou passar o piso para carros por aquelas redondezas, e as glebas se valorizaram, e as construções começaram a aparecer, a brotar na areia fina e movediça. Hoje, os ‘Chez Pierre’, os ‘Drive-in Bar’, os ‘Sombra Amena’ vão povoando de cumieiras leves ou portáteis o antigo deserto de dunas e ventos fortes. Praticamente, os banhos de mar de Fortaleza se mudaram com armas e bagagens para o lado de lá do Velho Farol, ou melhor, para as plagas onde o alcatrão e dejetos de embarcações não toldam e enegrecem as águas azuis ou alencarianamente verdes e bravias.²⁶

O que sobressai nessa passagem, como designo desde agora, são referências à imagem de “praia do presente”: “bastou passar o piso (...) que as glebas se valorizaram, e as construções começaram a aparecer, a brotar na areia fina e movediça”. É possível também vislumbrar na mesma passagem a junção entre as representações de “praia do futuro” e “praia do presente”, que já anunciava certa preocupação quanto ao ritmo de ocupação imposto a ela no “presente”. “Falou-se

²⁵ *O Povo*, de 22/03/1968.

²⁶ *Idem*.

tanto em Praia do Futuro” e “não se está pensando no futuro da Praia” revelam semanticamente a sobreposição entre essas imagens.

Concomitante a classificação de “praia do futuro”, outra foi sendo estabelecida. Essa não fazia mais alusão a lugar de promessas, desejos e expectativas, mas passou a compor um núcleo representacional feito de descrições e constatações da praia que “crescia sobre o solo”, para lembrar a Aglaura de Ítalo Calvino²⁷.

O surgimento dos primeiros restaurantes (“Chez Pierre”) e casas de shows (“Drive-in Bar” e “Sombra Amena”) na “areia fina” é acompanhado por certo deslumbre ante a descoberta de uma área ainda pouco habitada, o que se reflete na maneira como a Praia é evocada (“praia de águas azuis ou alencarianamente verdes e bravias”).

O final dos anos 1970 e durante os anos 1980 a Praia do Futuro foi palco de intensa ocupação para uso residencial de classe média (Imagem 7). As matérias jornalísticas revelam como a Praia passou a ser procurada para novas construções. Várias são as matérias que dão destaque aos lançamentos imobiliários na Praia: Edifício Costa Brava, da construtora SERVES, O Povo, de 27/04/1979; Morada do Futuro, Morada do Atlântico, Morada da Praia e Morada das Dunas, da construtora CENPLA, de 02/06/1979; Edifício Leonardo Da Vinci, da construtora PLACON, de 16/06/1979; Edifício Comodoro, pela construtora COEBA, de 29/01/1979; Em “Praia do Futuro: o paraíso dos apartamentos”, de 27/05/1980, já se indicava a atração exercida pela Praia por esse tipo de ocupação. Entre abril de 1980 e dezembro de 1981 o Jornal reservou importante espaço para esse tipo de empreendimento. Entre os edifícios lançados estão: San Martin, Giuliano, Santorinni, Ticiano e Raffaello, Malibu, Figueiredo Correa, Guararapi, Neptunus e Marseille.

²⁷ Assim como a Praia do Futuro, a tensão entre “nome” e aquilo que “cresce sobre o solo” é a característica mais ressaltada por Calvino (1998, p.65) a respeito de Aglaura: “Não saberia dizer nada a respeito de Aglaura além das coisas que os próprios habitantes da cidade sempre repetem: uma série de virtudes proverbiais, de defeitos igualmente proverbiais, algumas extravagâncias, algumas inflexíveis observâncias às regras. Antigos observadores atribuíram a Aglaura um constante sortimento de qualidades, comparando-as, claro, às de outras cidades da época. Pode ser que nem a Aglaura que se descreve nem a Aglaura que se vê tenham mudado muito desde então, mas o que era estranho tornou-se habitual, excêntrico ou desdouro num ajuste de virtudes e os defeitos distribuídos de maneira diferente. Deste modo, nada do que se diz a respeito de Aglaura é verdadeiro, contudo permite captar uma imagem sólida e compacta de cidade, enquanto os juízos esparsos de quem vive ali alcançam menor consistência. O resultado é o seguinte: a cidade que dizem possui grande parte do que é necessário para existir, enquanto a cidade que existe em seu lugar existe menos”.



Imagem 7. Cartão postal da Praia do Futuro da década de 1980. Detalhe para o aumento do número de edifícios e para o crescimento quantitativo de barracas na faixa de praia. Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Paulo Lamarão, advogado da AEPF.

Após os primeiros anos de promessas de “lugar de futuro” que acompanharam a ocupação da Praia, em grande parte associadas às vantagens locacionais e ambientais existentes da praia “que crescia sobre o solo”, a terceira imagem passou a denunciar um tempo de “decadência”. Essa “decadência” foi associada principalmente ao ritmo acelerado e “desordenado” e a estagnação das construções de edifícios multifamiliares.²⁸

Dos anos 1980 em diante um tom mais avaliativo acerca do crescimento da Praia do Futuro perpassa as matérias do Jornal. Senão vejamos: “A Praia do Futuro, maior crescimento vertical registra a saturação do mercado” (Jornal O Povo, de 25/08/1981), “Não existe projeto para a Praia do Futuro” (de 03/06/1981), “Praia

²⁸ Segundo Costa (1988, p.147-148), o recrudescimento das construções desses edifícios na Praia do Futuro se deu por conta da crise do petróleo iniciada em meados da década de 1970 e do achatamento dos salários da classe média, imposto pelos programas de ajuste econômico do final da década. Esses fatores provocaram uma crise na construção civil. Os salários não acompanharam a inflação nem o valor das prestações da casa própria financiada pelo BNH. Casas e apartamentos eram devolvidos, abandonados, e outros não conseguiam compradores. Muitas construtoras entraram em falência. Apesar dessa “decadência”, no período entre 1970 e 1980, foram construídos 6.236 prédios na área denominada Sítio Cocó, entre casas e edifícios de apartamentos, refletindo um crescimento de 110%.

do Futuro tem crescimento anárquico” (de 04/06/1981), “Exploração, poluição e nenhuma providência” (de 02/12/1981), “Praia do Futuro, a decadência continua” (de 24/01/1982), “A Praia do Futuro não é mais aquela” (de 08/02/1982), “Praia do Futuro é uma favela” (de 14/01/1983), “Ocupação desastrosa” (de 24/04/1984), “As perspectivas de crescimento” (de 27/03/1987), “A realidade e o sonho de se antecipar o futuro” (de 14/07/1987), “A Praia do Futuro foi a Barra da Tijuca cearense” (de 13/12/1987), “Adeus Praia do Futuro” (de 09/04/1988) e “Caos urbano ameaça o bairro do Futuro” (de 14/05/1989)²⁹.

A associação entre “decadência” e presença de freqüentadores tidos como desviantes passou a ser constante nas representações jornalísticas sobre a Praia do Futuro desde a metade da década de 1970, quando seus “problemas” passaram a preocupar as autoridades públicas. Em matéria de abril de 1975, do jornal *O Povo*, uma “guerra contra a criminalidade” havia mobilizado vários órgãos para fechar bares e restaurantes cada dia mais numerosos na faixa de praia. Coube à então Delegacia de Costumes e Diversões e ao Centro de Operações Policiais (COP) evitar a presença de “prostitutas nas casas de diversão” e outros “freqüentadores”.

A Praia do Futuro surgia quase de momento como local freqüentado por famílias. Acabou a freqüência da Avenida Beira Mar. Mas, aos poucos, começou a decair, com a presença de pessoas suspeitas. A abertura de mais bares e restaurantes deu azo à freqüência de marginais e, na maioria maconheiros e prostitutas, forçando a retirada das famílias. A Praia do Futuro tornou-se então salão de boates. Mulheres (prostitutas profissionais) remanescentes de gangues de ladrões, rameiras dos cabarés do Farol, Fascinação, Bar da Alegria e outros das ruas Barão do Rio Branco e Major Facundo (já fechados pela polícia) passaram a ser as principais personagens daquele ambiente. A introdução de conjuntos musicais em alguns restaurantes agravou mais ainda a situação; aumentou consideravelmente a freqüência de menores, mocinhas que em pouco tempo se tornaram prostitutas. Gatunos fichados na polícia passaram a agir, arrombando veículos e furtando toca fitas e gravadores. O uso do tóxico na Praia do Futuro generalizou-se de tal maneira que recente estatística, levantada pela Delegacia de Costumes e Diversões, revelou que o maior índice de prisões no ano passado verificou-se naquela faixa da cidade. A Praia do Futuro, com seus bares e restaurantes e outras ‘milongas’ caiu na desgraça e passou a ser assunto da crônica policial da cidade.³⁰

²⁹ Para evitar repetir os conteúdos semelhantes de uma matéria para outra, optei por citar apenas os títulos dessas matérias. Análises de algumas matérias são realizadas ao longo desta tese.

³⁰ “Praia do Futuro volta a ser familiar”, *O Povo*, de 10/04/1975. Cabe lembrar que essas referências a “praia do caos urbano” passaram a dizer respeito também a outras partes da Praia, como as *dunas*: “A Praia do Futuro, alvo de grandes empreendimentos imobiliários, possui lindas mansões além de belos e luxuosos edifícios com vista panorâmica para o mar. Num passado recente surgiram as casas suntuosas, a maioria localizada nas dunas. No presente, erguem-se os prédios de confortáveis apartamentos. Isso tudo sem uma infraestrutura de

Os traços de “praia do caos urbano” que se configurava, ao mesmo tempo em que passavam a se sobrepor às imagens de “praia do futuro” e “praia do presente”, reuniam julgamentos sobre aspectos morais dos “frequentadores” e dos espaços de lazer que surgiam: “pessoas suspeitas”, “marginais, maconheiros e prostitutas profissionais”, “gangues de ladrões”, “rameiras dos cabarés”, “menores”, “mocinhas”, “gatunos fichados na polícia”. Do lado dos espaços: “bares”, “restaurantes”, “boates” e “milongas” contribuía para este cenário.

Até a década de 1960, a Praia é apontada como futuro urbano promissor de Fortaleza, onde o inexistente adensamento populacional e a natureza ainda preservada eram fatores preponderantes para se investir nas promessas de que a Praia passaria a sintetizar naquele momento diante da “degradação” de outras áreas da Cidade. Foi, contudo, durante as décadas de 1970 e 1980 que a Praia do Futuro constituiu do ponto de vista urbanístico, desde o “crescimento anárquico” da “praia do presente”. Importa atentar para o papel ocupado pelas barracas no crescimento dessa praia.³¹

2.2.1 “A Praia do Futuro tornou-se presente”

O momento-síntese de passagem da imagem de “praia do futuro” a “praia do presente” ocorreu durante as propostas de controle dos usos emprestados a Praia pelas barracas de praia por ocasião do primeiro projeto turístico (o Projeto Atlântico Sul) implantado no ano de 1984. Essa proposta de urbanização ocorreu em 30/09/1984, quando inaugurada a 1ª etapa do Projeto Pólo Turístico Atlântico Sul, na administração municipal de César Cals Neto, com o objetivo de ordenamento de sua

saneamento básico, de sistema de transporte, segurança, educação, saúde, enfim, sem os equipamentos urbanos essenciais a um bairro. Em meio aos grandes projetos arquitetônicos, surgem as dezenas de favelas com barracos de lona e pau-à-pique num contraste de onde saltam aos olhos as desigualdades sociais”. Cf. *O Povo*, de 23 de maio de 1988, “Praia do Futuro cresce sem infraestrutura urbana”.

³¹ Desde 2007, com os debates sobre a elaboração do chamado Plano Diretor Participativo de Fortaleza, a Praia do Futuro tem sido apontada como uma das principais áreas de expansão da cidade. Além do controle sobre a ocupação da orla pelas barracas de praia, são previstas medidas de disciplinamento dos usos das dunas por mansões, favelas e condomínios fechados de luxo. Sobre as preocupações acerca do futuro da Praia nesses debates Cf. “Fortaleza e o futuro: os dilemas do crescimento”, “A cidade do futuro em construção”, *O Povo*, 11 de fevereiro de 2007; “Fortaleza: os caminhos para o futuro da cidade”, *O Povo*, 06 de abril de 2008; “Fortaleza 282 anos. Rumo ao futuro. Salto no presente”, *O Povo*, 13 de abril de 2008; “O futuro da cidade em jogo”, *O Povo*, 15 de dezembro de 2008; “Praia do Futuro sob controle”, *O Povo*, 19 de dezembro de 2008; “Um futuro melhor para Fortaleza”, *O Povo*, 28 de dezembro de 2008 e “Para onde Fortaleza vai crescer”, *O Povo*, 25 de janeiro de 2009.

faixa de praia. Nessa intervenção, era prevista a urbanização de 2.600 metros da Praia, o que compreendia o trecho cujos limites atuais vão da rua Renato Braga à Praça 31 de Março. Apenas 1.100 metros foram concluídos.

O anúncio da urbanização do que ficou conhecido por “barracas padronizadas do trecho Atlântico Sul” teve lugar privilegiado em matérias de *O Povo* de outubro de 1984. Esse projeto, aos olhos da imprensa e do Poder Público, significou a concretização das promessas de praia que a representação de “praia do futuro” passou a alimentar ao longo das décadas anteriores.

O projeto abrangeu um trecho de 500 metros, desde a Rua Renato Braga ao Hotel Praia Sol. Para o ato de inauguração, foi organizada uma festa com palanques armados, trio elétrico, “Coca-Cola de graça, muita folia”, além de escola de samba e distribuição de camisetas do Projeto por parte da Prefeitura de Fortaleza. O ato oficial em si restringiu-se ao descerramento da placa inaugurativa pelo então prefeito César Neto, acompanhado de outras autoridades oficiais. Interessa-me observar o tom semântico com que esse ato foi interpretado pelo Jornal e pelo Poder Público com vistas a compreender a singularidade dos novos usos que estavam sendo previstos para a Praia.

O programa inaugural da urbanização teve início às 8h30min com a “I caminhada Carnavalesca”, saindo do Pólo de Lazer General Eudoro Correia, na Rua Dr. João Moreira, no Centro da Cidade, e percorrendo a Avenida Santos Dumont, a anunciada “avenida do futuro”. Desse trajeto, a caminhada se dirigiu à Praça 31 de Março em direção ao Hotel Praia Sol. *O Povo* lembra que, além da escola de samba, várias pessoas, atraídas pelo anúncio de novidade divulgado pela Prefeitura, passaram a acompanhar o trio.

No trio elétrico, onde ocorriam apresentações musicais, eram distribuídas camisetas com propagandas conjuntas das administrações do prefeito César Neto e do governador Gonzaga Mota. Além desses, compareceram ao ato o presidente da Emurf, órgão responsável pela supervisão das obras de urbanização, os deputados Ciro Gomes e Pinheiro Landim, o secretário de serviços urbanos do Município, o secretário de transportes, o secretário de imprensa e relações públicas e o procurador geral do Município, além do compositor Fagner.

Segundo o Jornal havia ainda mais dois trios elétricos cobrindo todo o trecho inaugurado. Por toda a “área urbanizada”, era possível encontrar faixas onde constavam os seguintes dizeres: “A Praia do Futuro tornou-se presente”, “Fortaleza está mais bela. Surge o Pólo Turístico Atlântico Sul”, além de outras faixas em nome da então Associação dos Barraqueiros da Praia do Futuro-ABPF, agradecendo ao Prefeito pela obra.

Um passeio pelo trecho foi organizado para que o Prefeito pudesse constatar pessoalmente as mudanças ocorridas. Para ele, a urbanização atrairia fluxos turísticos para a Praia, além de ensejar a oferta de empregos e uma nova área para lazer. Outro aspecto destacado por ele foi “a urbanização de um bairro que está crescendo”. Lembrava, todavia, que a ausência de rede de esgotos era um dos aspectos que mais o preocupava, pois acreditava que a urbanização voltaria a atrair prédios multifamiliares.

No dia seguinte à inauguração, o mesmo jornal noticiava opiniões de “barraqueiros” que ainda “permaneciam na areia da praia, onde a urbanização não foi concluída”. Um barraqueiro tecia alguns comentários sobre as mudanças que a obra acarretaria sobre os usos do lazer. Além da ausência de sombra, por se tratar de barracas menores, o hábito de “armar rede” nas estruturas das barracas estaria comprometido, “mas acredito que vou ganhar outro tipo de freguês. Futuramente muitos turistas passarão a frequentar essa praia, que terá, inclusive, movimento à noite, como a Beira-Mar”.

Outra proposta de ordenamento das barracas foi elaborada durante a gestão da prefeita Maria Luiza Fontenele (1985-1988). Era prevista a construção de barracas padronizadas, primeira tentativa de controle do processo de diferenciação em curso no interior do conjunto das barracas. Foram tomadas várias medidas judiciais, prevendo derrubadas de barracas que haviam se diferenciado das demais.

A essa altura, barraqueiros e Prefeitura de Fortaleza exerciam entre si pressões. A entrada em cena dos comerciantes localizados no trecho entre a Praça 31 de Março e a Praia do Caça e Pesca assumiu importância, visto que tomaram posições de poder em torno da Associação dos Barraqueiros da Praia do Futuro, então fundada em 1982 e oficialmente reconhecida no Diário Oficial do Estado em 18/08/1993 após a elaboração de seu estatuto. A organização desses barraqueiros assinalou, desde então, um equilíbrio de poder em relação à Prefeitura, já que a

Associação passou a elaborar e implementar projetos particulares de ordenamento da faixa de praia, ora em concorrência, ora em complementação com aquela.

Como uma das primeiras medidas dos barraqueiros associados, a ABPF contratou, em fevereiro de 1988, a empresa Projecto Engenharia LTDA para edificação de barracas mais amplas e diferenciadas do que os modelos padronizados oferecidos pela gestão de Maria Luiza. As barracas (no total de 35) seriam construídas em trechos onde existiriam espaços laterais, denominados de servidões públicas (espécies de pequenas praças ajardinadas), possibilitando o acesso à praia.

As atuais 35 “servidões de passagens” existentes no trecho entre a Praça 31 de Março e a Praia do Caça e Pesca, e 12 no trecho compreendido entre o bairro Serviluz e a Praça 31 de Março, foram de iniciativa dos empresários associados. Em decorrência do registro constante de acidentes no trecho de praia envolvendo veículos, resolveu-se também pela elevação do calçadão da atual avenida Zezé Diogo, obra inaugurada, em sua primeira etapa, em 30/09/1984, tendo sido confluída a segunda etapa no início dos anos 1990. Fecharam-se em seguida os acessos à área de praia para carros. Um decreto federal de 2004 (Nº 5300, de 07/12/2004) regulamentou a lei de gerenciamento costeiro no que diz respeito à necessidade da existência dessas praças.

Uma nova tentativa de controle do espaço ocupado pelas barracas foi iniciada em 1989 durante a administração municipal de Ciro Gomes, quando foi assinado um convênio entre a Delegacia do Patrimônio da União, a Prefeitura Municipal e a antiga Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização-EMLURB, estabelecendo, mediante termo de uso para esse trecho de praia, que as “barracas, equipamentos e demais serviços” só poderiam ser “explorados” sob autorização de “permissão de uso” fornecida pela EMLURB e após inscrição da ocupação na Delegacia do Patrimônio.

Os permissionários das barracas, como foram chamados seus primeiros ocupantes, teriam que pagar uma taxa de ocupação anual na forma de legislação patrimonial da União. Juntamente com os vendedores ambulantes, “ficariam obrigados ao cumprimento das exigências dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais”. Dentre essas exigências estaria a proibição de pôr mesas e cadeiras fora da cobertura das barracas, da mesma forma que não poderiam ser colocadas

cadeiras de sol e toldos além da faixa estabelecida pela Emlurb com vistas a não prejudicar “o livre trânsito e uso das praias pelos banhistas e populares”.

Outras medidas exemplificam bem as tentativas de controle dos usos de sua “faixa de praia”. Além dos comerciantes, os usuários das barracas estariam também sob pena de receber punições a partir do Convênio como a “perda do direito de uso da Praia”, caso não atendessem as normas previstas, entre elas, a de colocar cadeiras de sol e toldos além da faixa estabelecida pela EMLURB. Os usuários seriam obrigados ainda a manter a limpeza da área de influência das barracas.

Apesar das duras medidas de controle sobre comerciantes e usuários já era possível apontar algumas diferenciações ocorrendo no espaço das barracas. Do total de 42 barracas existentes no trecho da Praça 31 de Março duas apresentavam estruturas diferentes: La Luna e Itapariká. Ambas foram construídas com dois pavimentos, portanto, mais altas que as demais. A demolição das barracas ficou a cargo da Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas (SUOP). A operação contou com “70 homens e dez policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar”.³²

Após a tentativa de estabelecer um contrato sobre os usos da Praia na administração de Ciro Gomes, uma outra proposta similar por parte da Empresa Municipal de Limpeza Urbana – Emlurb será elaborada. Em 1992 um “termo de permissão de uso” das barracas foi lançado no qual era prevista a cobrança de uma espécie de aluguel pela exploração comercial das barracas. Esse convênio ainda previa a padronização de cerca de 106 barracas. Com o passar dos anos, diante do seu avanço para áreas consideradas públicas na Praia, o que deveria ser 02 ou 03 barracas foram se transformando em 01. As cozinhas, por exemplo, que na concepção original seriam subterrâneas, passaram a ser construídas no mesmo nível da avenida Zezé Diogo.

Das atuais barracas da Praia do Futuro restam poucas que ainda mantêm esse formato padronizado. Muitas passaram por mudanças, em razão também de uma diversificação maior do público frequentador. Vale lembrar que em 1997, durante a administração do prefeito Juraci Magalhães, foi dada por concluída a cobrança da taxa de ocupação, já que várias denúncias de cobrança indevida ou

³² *Diário do Nordeste*, de 17/05/1989 (“Praia do futuro: construções irregulares são derrubadas pela Suop”).

extorsões dos barraqueiros estariam sendo praticadas na Praia por parte de fiscais municipais.

Há exatos oito anos, em 04/04/2003, o prefeito Juraci Magalhães elaborou uma nova tentativa de “gestão compartilhada” da Praia entre Prefeitura e Gerência Regional do Patrimônio da União, na qual eram previstos regularização, cadastramento, administração e planejamento de toda a orla marítima de Fortaleza – da Barra do Ceará à foz do rio Cocó, com prioridade para a Praia do Futuro. Sem sucesso.

Uma proposta similar foi adotada em setembro de 2008 pelo Decreto Municipal nº12431, que instituiu a “Comissão de Análise da Dinâmica de Uso da Praia do Futuro”, vinculada diretamente ao Gabinete da prefeita Luizianne Lins, com o intuito de resolver os conflitos envolvendo empresários, Poder Público e vendedores ambulantes. O Decreto considera a Praia “um dos maiores pontos de lazer dos fortalezenses e circuito turístico obrigatório de Fortaleza”, necessitando-se de um “acompanhamento estratégico” e de um espaço público onde os interesses sejam considerados “demandas públicas”. Dentre os atores que compõem a Comissão estão: oito representantes da Prefeitura de Fortaleza; oito representantes da Associação dos Empresários da Praia do Futuro; um representante da Câmara Municipal de Fortaleza; um representante do Ministério Público da União no Estado do Ceará e um representante da Gerência do Patrimônio da União no Ceará.

2.3 Atores e conflitos em torno dos usos do lazer

A visibilidade alcançada dentro e fora da Cidade de “um dos maiores pontos de lazer”, “a praia da cidade” ou “a praia mais badalada” se tornou a imagem mais conhecida para moradores, visitantes, empresários e alguns atores públicos. É em decorrência, em grande parte, dessas imagens mais positivas que o trecho de praia é citado nos últimos anos em revistas nacionais e internacionais como único do tipo no Brasil a possuir grandes complexos de lazer para suporte das necessidades dos banhistas que a eles se dirigem.

É preciso destacar a posição da AEPF (associação que reúne barraqueiros do trecho que passou a ser chamado de “praia nova”) na produção dessa nova imagem. Nos discursos dos associados, faz-se comumente alusão a

atividades e qualidades que mais são associadas atualmente aos grandes complexos de barracas.

Praia ideal para o banho de mar, passeios e caminhadas. Praia para a prática de esportes – futebol de areia, futivoley, windsurf, surf, ciclismo, frescobol e voley de praia. Praia do sol, da cor morena, do estar sob a sombra das palhas de carnaúba, da cerveja, do peixe frito e caranguejo. Praia dos forrós e dos pagodes, das noites de quinta-feira, dos shows musicais e do humor cearense, do luar e das serestas. Praia dos namorados, dos encontros, das amizades, de todas as idades.³³

Como visto antes, embora a Praia do Futuro tenha recebido diversas intervenções com vistas a mudar seus usos, principalmente com início nos anos 1980, década em que se intensificou a procura para práticas de lazer e proliferaram propostas de planejamento, foi só na década de 1990 que uma intervenção mais complexa foi planejada.

Essa reviravolta teve início em 1999, quando a AEPF e a Secretaria de Turismo do Estado-SETUR lançaram o Projeto Turístico “Esta Praia Tem Futuro”, um convênio por meio do qual um conjunto de problemas deveria ser solucionado, como aspectos de infraestrutura, imagem e estruturas das barracas, com a finalidade de construir, no “presente”, uma “praia de futuro”. Isso foi feito aproveitando as oportunidades de aumentar os lucros dos empreendimentos localizados na faixa de praia, favorecidas pelo aumento do fluxo nacional e internacional de turistas para a Cidade.

A justificativa dada ao Projeto pela AEPF e pela SETUR levou em consideração a ausência de investimentos do Poder Público municipal na Praia, fato que podia ser observado, pois se argumentava que se levava em conta o agravamento dos “problemas sociais”, urbanos e ambientais da Praia nas décadas anteriores, como: aumento dos casos de violência, precariedade das instalações de lazer, em particular, da “praia velha” e ausência de “profissionalização” dos barraqueiros. Para a AEPF, esse quadro contribuiu para sedimentar uma imagem negativa da Praia do Futuro. O desdobramento do Projeto Turístico, posto em prática por meio dos “grupos de trabalho”, passou a associar a imagem mais positiva de “praia mais badalada” a alguns espaços que foram assumindo certa centralidade nas suas dinâmicas urbanas (Imagens 8, 9 e 10).

³³ Projeto Turístico “Esta Praia Tem Futuro”, Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF/Secretaria de Turismo do Ceará-SETUR, 1999-2000.



Imagens 8 e 9. Ornamentação de um dos salões do complexo Vila Galé. Acesso pelo calçadão. Nos limites do complexo, um “flanelinha”. Fotos do autor: março de 2010.



Imagem 10. Mudanças de usos após o Projeto Esta Praia Tem Futuro. Detalhe para a valorização de aspectos de estilização do “setor praia” do complexo CrocoBeach, responsável por atrair um público mais seletivo composto principalmente por turistas e setores de Fortaleza com maior poder aquisitivo. Foto do autor: março de 2010.

Consoante o Projeto, ficaria sob responsabilidade da SETUR uma ampla avaliação do potencial econômico da Praia, com vistas a torná-la ponto de atração dos fluxos de lazer e turismo dirigidos a Fortaleza com base em ações estratégicas de *marketing*, além de intervenções em segurança e limpeza urbana. Por parte da AEPF, caberia ampliação e modernização das barracas para incrementar novos frequentadores e outras possibilidades de negócio na Praia.

As ações materiais na Praia foram associadas em grande parte a outras mais relacionadas com o propalado *marketing* turístico-urbano, que concentrava boa parte dos investimentos públicos e privados quando se tratava do setor de serviços, divisadas como a opção mais promissora para cidades que apresentam crises urbanas periódicas, como o caso de Fortaleza, exigindo-se, portanto, a produção de imagens mais positivas das cidades associadas às transformações urbanas.

Essa visibilidade alcançada pela Praia do Futuro como “a praia mais badalada da cidade”, dessa forma, ocorreu no momento em que Fortaleza despontou como opção de destino para os fluxos turísticos que buscavam nas cidades litorâneas do nordeste do Brasil alternativas para lazer e turismo. No que diz

respeito à Praia, essa classificação tem efeitos políticos que não podem ser menosprezados, porquanto as modificações operadas nos ditos empreendimentos turísticos e de lazer atuam diretamente nas formas públicas de apropriação da sua faixa de praia.

A referência à dimensão socioespacial feita anteriormente importa nesse sentido, porque a existência e os aspectos de distinção das estruturas arquitetônicas dos complexos de barracas, mais abertas esteticamente e fisicamente do que os antigos clubes profissionais, aliadas a maior diversidade social de seus públicos, não permitem ser reduzidos apenas a critérios de pertencimento a determinada categoria profissional. Em contraste, outros critérios estão envolvidos diretamente nas escolhas e nos usos dessas estruturas por parte dos atores que se dirigem atualmente à Praia do Futuro com interesses no seu lazer, como gostos musicais, ornamentação das barracas, alimentação, preferências sexuais, estilos de vida, *shows*, presença ou ausência de serviços, como lojas de conveniências, salas de vídeo, berçários etc e outros equipamentos, como parques aquáticos e *playgrounds*.

Essa diversidade de usos e de motivações e a existência de grandes instalações para o lazer associados às disputas travadas nos últimos anos em torno da definição jurídica de “praia” (“área comum do povo”, “espaço público”) são indícios empíricos importantes para o entendimento de sua redefinição como lugar praiano.

Em 2005, após tomar conhecimento da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal contra os barraqueiros da Praia do Futuro, o Fórum de Turismo do Ceará, espaço governamental que integra vários agentes com interesses na atividade turística no Estado, incluindo a AEPF, lançou uma “Carta Aberta” à população de Fortaleza para que esta se manifestasse em relação à possível retirada das barracas de praia, argumentando que estas já fazem parte do contexto visual e turístico de Fortaleza. Como recurso discursivo utilizado, era lembrado que a medida a ser adotada pelo Patrimônio da União poderia resultar em alguns danos irreversíveis, entre os quais

A extinção de mais de 5.000 (cinco) mil empregos diretos; a extinção de mais de 20.000 (vinte) mil empregos indiretos; condenação à morte de um importante produto e pólo turístico de nosso estado; inviabilização da Praia do Futuro como local de lazer para a população (hoje com toda infraestrutura disponível a insegurança é grande, como será com a praia vazia?); diminuição de aproximadamente R\$ 2.500.000,00/mensais (R\$

30.000.000,00/ano) na renda da cidade em salário dos empregados diretos; diminuição de aproximadamente R\$ 8.750.000,00/mensais (R\$ 105.000.000,00/ano) na renda da cidade em salários dos empregados indiretos; perda na arrecadação do ICMS; diminuição na arrecadação do FGTS e INSS; aumento nas despesas do INSS com o pagamento do Seguro Desemprego; um severo impacto negativo na cadeia produtiva da Turismo; repercussão negativa de nosso estado no âmbito interno e externo.

Esses aspectos numéricos que conferem hoje distinção à Praia em relação às outras praias de Fortaleza são mobilizados por empresários e gestores públicos em torno dos atuais formatos socioespaciais do seu lazer praiano. É justamente tendo em conta esse caráter de diferenciação, como se busca argumentar aqui, que os sentidos legais e jurídicos do que se entende por praia são alvo de disputas de usos e classificações por parte de empresários, representados pela Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF e pelo Patrimônio da União, órgão federal encarregado do gerenciamento dos bens federais, entre os quais a orla marítima brasileira.

As centenas de vendedores ambulantes que ocupam boa parte da orla nos finais de semana (principalmente aos domingos, quando o público da faixa de praia é mais heterogêneo, e nos trechos onde estão situados os grandes complexos de barracas) são alvos também de constantes conflitos, pois estariam violando áreas interditadas a eles pelos empresários.

Proibidos de permanecer nos setores restritos das barracas de praia (Imagem 11), cuja justificativa é a de que estão perturbando o lazer dos frequentadores e realizando furtos em banhistas, os vendedores ambulantes da Praia, ao criar suas “táticas” (CERTEAU, 2003) de sobrevivência, parecem revelar dimensões políticas importantes presentes em suas práticas nesse trecho de praia.

A presença dos vendedores pode ser identificada nos vários apetrechos que utilizam para suas comercializações. O primeiro contraste que se pode observar entre esse tipo de apropriação dos demais que ocorrem na Praia se refere à dimensão do corpo. Se a Praia é tida como lugar para a “pouca roupa”, do corpo descoberto dos banhistas, as qualidades corpóreas, mobilizadas e tornadas visíveis pelos vendedores, parecem revelar dimensões importantes, constitutivas hoje das formas de sociabilidade existentes no trecho de praia.



Imagem 11. Demarcação de lugares nas *areias* num “domingo na praia”. Vendedor de bonecas de pano nos limites do complexo CrocoBeach. Foto do autor: março de 2010.

O corpo, nessa perspectiva, pode ser tomado como depositário de identidades contrastantes, desviantes, alternativas, contestadoras, que, ao se apropriarem de determinados referentes espaciais na Praia, parecem emprestar uma dinâmica sociológica central que atua diretamente, em especial, nos últimos anos, sobre sua qualidade de lugar praiano.

Como pude me informar durante conversas informais com vendedores participantes do Projeto Cidadão (de iniciativa do Governo do Estado para a geração de emprego e renda para vendedores ambulantes na Praia), identificados com a utilização de blusas, a proposta é a de manter trabalhando no trecho de praia apenas os vendedores cadastrados, já que suas ações podem ser mais bem acompanhadas e monitoradas.

A Praia, lugar de controle e demarcação de fronteiras, sobretudo no “domingo na praia”, parece ser local também para o exercício de outras apropriações que a experiência contemporânea de espaço público favorece. O ponto de vista de um vendedor de óculos de sol sobre seu trabalho na Praia é revelador acerca de outras apropriações feitas do trecho de praia. Trabalho e lazer parecem não estar dissociados nas experiências mais concretas de tempo e espaço.

É bom demais trabalhar olhando pro mar. Saio de casa e até esqueço os problemas, embora eles voltem depois. Quando estava saindo disse a mulher que esperasse um pouquinho e arrumasse as panelas que trazia o almoço. E pelo menos o frango eu já garanti com a venda de um óculos aqui. Não consigo ficar em casa só pensando. Os problemas ficam martelando na cabeça e a gente acaba pensando besteira. Não quero que meus filhos tenham o mesmo futuro que eu. Eles vão para a escola e só vão trabalhar quando terminarem de estudar.³⁴

Por seu lado, os aspectos materiais de reforço de distinção das barracas-complexos contribuem para a demarcação das divisões recentes da Praia em duas dimensões relacionais: praia “nova” e “velha. A grande presença de públicos na primeira, sobretudo no “domingo na praia”, é um indício da eficácia dos investimentos materiais e simbólicos que esse trecho de praia recebeu nos últimos anos.

A classificação de “a praia mais badalada da cidade” foi sendo alimentada pelos novos usos do seu lazer praiano, em grande parte, identificadas pelas barracas-complexos. Apresentadas como mais sofisticadas em termos arquitetônicos e mais badaladas no que se refere à animação das quintas do caranguejo, do domingo de sol e mar e dos dias de *shows* e eventos, elas materializam disputas simbólicas em torno dos limites e significados de praia.

2.3.1 Uma praia dividida pelos usos

Não se vai à Praia do Futuro sem informações detalhadas acerca das localizações e qualidades das barracas. Com isso não quero acentuar que, mesmo entre as barracas mais procuradas da “praia nova” não haja diferenças importantes: há instalações grandes e médias. Estou tencionando exprimir que a divisão entre “praia velha” e “nova” incorpora uma variante simbólica que reforça e alimenta suas experiências das divisões atuais³⁵. Essas divisões foram tecidas concomitantemente ao surgimento e crescimento das barracas-complexos após o Projeto Esta Praia Tem Futuro. Ir à Praia do Futuro não pode ser descrito apenas como uma decisão aleatória e individual. Sabe-se aonde vai e quem encontrar. Adentrar suas lógicas e regras de controle moral que balizam as escolhas dos que à Praia se dirigem parece ser uma pista para captar suas dinâmicas de classificação atuais.

³⁴ Conversa informal com vendedor ambulante em 02 de abril de 2008.

³⁵ Sobre o lugar conferido a essas divisões pelas matérias jornalísticas, Cf. Jornal *O Povo*, de 28 de agosto de 2005 “Praia do Futuro. Entre o cuidado e o desprezo”.

Segundo essa perspectiva, as divisões recentes de Praia do Futuro “velha” e “nova” (como por diversas ocasiões pude registrar nas minhas idas ao campo, estabelecendo contato com moradores e frequentadores da Praia, além de consulta a matérias jornalísticas e nas entrevistas que realizei) constituem as formas típicas de seu ordenamento socioespacial nos últimos anos.

Essas classificações possibilitam, no primeiro momento, inferir que elas não designam apenas momentos distintos na ocupação da faixa de praia, como poderia parecer à primeira vista, mas parecem revelar elementos de ordem simbólica importantes que interferem nos atuais processos de classificação e redefinição de sua qualidade de praia.

Tudo que a Associação tem feito é melhorar a Praia do Futuro como destino turístico e isso tem sido feito pelos barraqueiros e com certeza existe um papel da AEPF nessa evolução. Com o Projeto Esta Praia Tem Futuro o que foi que a Associação fez? Nós dividimos a Praia em cinco setores e aí fica mais fácil conversar com os barraqueiros. Pega ali o setor da [barraca] da ‘Tia’...senta e conversa. Vê as necessidades: problema de iluminação problema de lixo, problema com animais soltos. Sempre nessa ordem. O primeiro trecho, que agente chama de ‘Trecho 1’, é o que começa no [bairro] Serviluz e termina aqui na Rua Renato Braga, onde poderia citar a barraca da ‘Tia’, o ‘Dionízio’, o ‘Dallas’. São barracas já de muito tempo. Aí vem esse trecho que nós chamamos de ‘Trecho das barracas padronizadas’, porque elas têm de certa forma o mesmo padrão arquitetônico, que são essas pirâmides, o tipo de vegetação. Nesse setor, você tem a ‘Marulhos’, a ‘CrocoBeach’, a ‘Vira Verão’, o ‘Cuca Legal’, que são quatro barracas mais destacadas, em diria assim. Na minha opinião, essas barracas tem um ponto fortíssimo que é a arborização, certo? E uma coisa que a gente chama de ambientação, que é essa coisa rústica, essa coisa de primar por essa ornamentação, por essa coisa de carnaúba, de palha, de acessórios que dão embelezamento sem sair muito do rústico, sabe? Eu acho que isso agrada muito as pessoas. Eu acho que essa valorização do rústico é uma coisa da nossa própria cultura, sabe? De querer enaltecer o que é nosso, de valorizar o que é nosso. Isso traz um diferencial bem grande pra esse setor. Bem, aí depois nós temos o ‘Setor 3’, onde está a ‘Cabumba’, onde está o ‘Biruta’, a ‘América do Sol’. Tem o mesmo estilo de construção e de público. Depois, nós temos o ‘Quarto Setor’ que é o da [Praça] 31 de Março, onde estão aquelas barracas que hoje dão apoio muito grande aos romeiros que vêm do [município de] Canindé, aos caminhoneiros. É um pólo que atrai esse tipo de freqüentador. Esse é o ‘Setor quatro’. Depois nós temos o ‘Setor 5’ que inclui todas as barracas que estão da Avenida Santos Dumont pra lá [na direção da Praia do Caça e Pesca], que também tem um certo padrão arquitetônico bem parecido com as barracas do ‘Trecho 2’. Mas sem dúvida nenhuma os ‘trechos’ mais sacrificados hoje em termos de freqüência é o da Praia do Futuro ‘velha’, que é o ‘trecho 1, e o ‘trecho da 31 de Março’. São barracas que não atendem muito o gosto dos freqüentadores. Estão mais abandonadas.³⁶

³⁶ Entrevista concedida a mim pela presidente da Associação dos Empresários da Praia do Futuro e proprietária da barraca Marulhos, em 10 de setembro de 2008. Além de presidente da AEPF, a Sra. Fátima é ainda diretora da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL, diretora do Sindicato de Bares, Restaurantes,

Na Praia do Futuro “nova”, que tem início no trecho entre a Praça 31 de Março e a Rua Renato Braga, estão os complexos turísticos maiores e mais caros representados pelas barracas-complexos temáticas e mais sofisticadas (Chico do Caranguejo, Itapariká, CrocoBeach, Marulhos, Vira Verão, Vila Galé, CocoBeach, América do Sol), compostas por espaços restritos a certos frequentadores dispostos a consumir os serviços mais diferenciados neles oferecidos.

Para compreender o reforço dessa diferença em relação à “praia velha” e a maneira como esta é vivida na Praia “nova”, é preciso atentar para a forma como as relações sociais são organizadas e ordenadas (Imagens 12, 13 e 14). Essas classificações simbólicas servem, nesse sentido, ao propósito, não necessariamente consciente, de produção e reprodução dos grupos por meio de atividades que conferem sentido às suas práticas sociais com base nos quais o outro (a “praia velha” e seus proprietários) é incluído ou excluído desses processos de identificação.

Cabe fazer referência ao papel exercido pelos barraqueiros da “praia nova” que passaram a ser reconhecidos, desde o projeto Esta Praia Tem Futuro, como empresários. Diferentemente dos barraqueiros da “praia velha”, com menor posse de capital econômico, cultural e simbólico, aqueles empresários passaram a emprestar à barraca de praia a qualidade de “paisagem” (ZUKIN, 2000) onde esta incita a ambiguidade típica de um espaço urbano liminar. É possível também encontrar nas dependências dos principais complexos de barracas a “citação cultural” de lugares distantes mais associadas ao que Featherstone (2007; 2001; 1997), na esteira das reflexões de Baudrillard (1991), chamou de “espaço simulacional”.

A função assumida por esses empresários assemelha-se àquela que os chamados “novos intermediários culturais” incorporaram no contexto das mudanças da estrutura social nos Estados Unidos na década de 1960. Esses “jovens profissionais urbanos”, como foram chamados, reuniam diversos tipos de “animadores culturais” que provinham da participação em atividades de jornalismo, artes plásticas, *marketing*, publicidade, entre outras.



Imagens 12 e 13. Cenários contrastantes entre “praia velha” e “praia nova” após o projeto Esta Praia Tem Futuro. Na primeira imagem, barracas abandonadas na “praia velha”. Na segunda, pórtico na entrada da barraca Atlantdz, na “praia nova”. Fotos do autor: outubro de 2009.



Imagem 14. Estrutura delimitando área do complexo Vila Galé na “praia nova”. Foto do autor: 05/01/2009.

Os “intermediários” dedicam-se à oferta de bens e serviços simbólicos bastante valorizados na cidade contemporânea, sobretudo para o consumo distinto e seletivo de turistas e setores sociais que, a despeito do lugar, tendem a apresentar gostos e práticas culturais semelhantes. Historicamente, esses profissionais foram recrutados nos setores de classe média diante da crise econômica que abalou a sociedade norte-americana durante as transformações associadas à chamada “acumulação flexível” atingindo o “mundo da produção”. O chamado “consumo cultural” revelou-se estratégico para reverter esse quadro e passou a ocupar, ao lado da “produção”, importante lugar na reprodução do capital (HARVEY, 2005; 2004).

Pode-se dizer que o papel dos empresários da AEPF na sedimentação da divisão entre Praia “nova” e “velha” incorpora algumas práticas desses “intermediários”. É o caso dos recursos simbólicos utilizados por suas barracas onde servem de ornamentação e obstáculos arquitetônicos (cercas, muros, cordas, tapumes, instalações) com efeitos de demarcação de lugares (LEITE, 2001; ARANTES NETO, 2000) capazes de reforçar fronteiras e distinções na Praia.

Esses elementos simbólicos atuam hoje como componentes fundamentais a imprimir-lhes as características que parecem tão eficazes no que diz respeito à

orientação cotidiana daqueles que se dirigem à “praia nova”, como: policiamento militar, segurança privada nas barracas, mecanismos de vigilância, como câmeras espalhadas pelo trecho de praia onde se encontram os grandes empreendimentos, torres do projeto Guardiões da Praia, limpeza urbana periódica, fiscalização de trânsito, iluminação pública, coleta de lixo, vias de acesso calçamentadas, salões para apresentações artísticas e estrutura de lazer e turismo diferenciada.

Os obstáculos físicos são alvos de constantes conflitos entre empresários da parte “nova” e o Patrimônio da União, por se tratar de obras de ampliação das estruturas de praia e proibição do acesso de outros frequentadores aos ambientes restritos das barracas-complexos.

Na Praia do Futuro “nova”, o tempo dedicado à permanência nas barracas, onde o consumo é condição para ocupar suas acomodações, não apenas se distancia de qualquer interpretação que a possa associar ao desperdício do tempo, como também revela a importância desses espaços como lugares de marcação e pertencimento. Esses aspectos suscitam pontos centrais para o debate que se trava atualmente acerca da acusação de “privatização do espaço público da Praia”.

Conforme lembra Woodward (2007), é por meio do significado produzido pelas representações das divisões que os atores dão sentido às suas experiências cotidianas. Cabe assinalar as características dominantes dessas divisões por meio das barracas-complexos, tomado aqui como recurso utilizado das maneiras de estar na praia e de se situar nela.

É durante as ocasiões em que ocorrem shows e eventos nas barracas, como pude acompanhar em janeiro de 2008, quando foi realizado o “Arena de Férias”, na barraca Biruta, e nos dias onde o trecho de praia recebe um público maior, como o “domingo na praia”, que as fronteiras simbólicas de sua faixa de praia mais se deslocam, o que redefine o sentido jurídico de praia e contribui para o acirramento dos conflitos em torno dos seus usos.

Nesses dias, se intensificam os conflitos envolvendo empresários, Patrimônio da União e vendedores ambulantes, com base nos quais as fronteiras em relação ao exterior das barracas são reforçadas. A maneira como essa diferença é exercitada passa pela forma como esse exterior é representado.

Em contraposição ao espaço ocupado pelas barracas, a areia da Praia é tomada como principal lugar dessa marcação da diferença. As qualidades mais ressaltadas dessa área são insegurança, desorganização e violência, por conta dos constantes assaltos a banhistas. Esses aspectos são considerados aqui como elementos centrais nas redefinições atuais dos usos da Praia do Futuro.

Como pude observar por diversas oportunidades em minha pesquisa de campo, a presença ou ausência de cofres presos às palhoças das barracas situadas nas areias da Praia é um fator determinante para a permanência em uma delas. É comum os frequentadores das barracas, ao optar em tomar banho de mar, se sentirem obrigados a deixar seus pertences nesse dispositivo. Essa medida de segurança por parte de alguns empresários é exaltada como um dos diferenciais da Praia “nova”.

É no “domingo na Praia” que acontecem mais roubos e assaltos nas areias da Praia. Essa área pode ser descrita como uma zona liminar (MAGNANI, 2002), uma fronteira tênue entre espaços de sociabilidades distintas representados pelas barracas e os usos mais diversificados das areias. Nelas, andar desatento ou sem conhecer suas lógicas pode significar deparar-se com atores e práticas consideradas marginais. São recorrentes nas altas estações roubos de cordões, pulseiras, relógios e máquinas fotográficas de pessoas mais desavisadas, sobretudo turistas.

A presença seletiva de serviços considerados públicos concorre, assim, para a produção de quadros diferenciados. É o caso do Projeto Guardiões da Praia, iniciativa da Secretaria de Segurança Pública do Estado, para combater casos de violência e assaltos nesse trecho do litoral de Fortaleza.

Os aspectos considerados de insegurança e violência (ver BAUMAN, 2003; CALDEIRA, 2003 acerca da proliferação dos enclaves fortificados na sociedade contemporânea) foram os principais motivos levantados por empresários e Poder Público para a implantação, em 2006, do Projeto Guardiões da Praia, considerada uma intervenção relacionada ao Projeto Esta Praia Tem Futuro. Argumentava-se que os casos de violência nas areias estavam afastando os banhistas. A distribuição das instalações mobilizadas pelo projeto deveriam atender aqueles trechos onde os conflitos fossem mais graves.

O Projeto consistiu na instalação de torres de observação distribuídas ao longo do trecho de praia. Cada uma delas (mais altas e mais bem equipadas do que as torres antigas) é composta por dois policiais militares e dois salva-vidas, localizadas em pontos estratégicos da “praia nova”, sob a alegação de se constituírem pontos principais de insegurança no mar e nas areias.

Embora sua implantação original tivesse por finalidade cobrir toda a Praia, o Projeto passou a contar, apenas, como pude acompanhar nas minhas observações no campo, com a presença de policiais e salva-vidas nas torres onde se encontram os maiores complexos de lazer, já que é na praia “nova” onde os casos de assaltos e roubos são mais constantes, resultando em maiores conflitos nas areias entre seguranças das torres, segurança privada das barracas, vendedores ambulantes e outros atores liminares.

Ao todo foram instaladas nove torres de observação ao longo das areias da Praia do Futuro, tendo como referência algumas barracas consideradas mais frequentadas – Arpão, Itapariká, Chico do Caranguejo, Vila Galé, América do Sol, Croco Beach e Barraca da Tia. À exceção desta, todas são consideradas por moradores, empresários, turistas e Poder Público como representantes da “praia nova”.

Em cada torre, mais altas e mais bem equipadas e visíveis do que as antigas (Imagens 15 e 16), podendo ser visualizadas a distância, dois policiais militares e um salva-vidas passaram a se revezar, identificando casos de violência e afogamento. Entre as oito torres, quadriculos e equipes de policiais a cavalo circulam pelas areias possibilitando seu deslocamento aos locais considerados mais críticos. Além das areias, outros espaços da Praia passaram a ter atenção especial, como o calçadão e algumas ruas próximas, onde são comuns roubos de carros de propriedade de clientes das barracas. As torres dos outros trechos de barracas encontravam-se, durante minha pesquisa de campo, sem contar com nenhum policial ou salva-vidas.



Imagens 15 e 16. Antiga torre de observação, desativada. Torre do Posto 4, na barraca Vila Galé, do Projeto Guardiões da Praia, implementado em 2006. Foto do autor: fevereiro de 2009.

Além do Projeto Guardiões da Praia, um projeto de segurança privada para as barracas foi também implementado em 2006. Elaborado pela empresa C.A.D.P Segurança e Vigilância, o objetivo do projeto é garantir a eficácia de algumas qualidades das barracas que estavam desaparecendo ou sendo comprometidas diante do estado de insegurança na Praia. É reveladora a esse

respeito a “análise da situação” diagnosticada no projeto da referida empresa. As qualidades lembradas são aquelas associadas aos grandes complexos de lazer que modificam as práticas de lazer praiano.

Visitando a Praia do Futuro hoje temos uma sensação diferente de bem pouco tempo atrás, quando víamos famílias inteiras se divertindo. Era praxe o almoço na barraca com o mais variado cardápio, um verdadeiro ambiente de lazer da família. A onda que atravessamos de violência já faz você refletir sobre qual lazer dar prioridade e em que local. As barracas apresentam estruturas organizacionais que não ficam a dever a nenhum outro tipo de negócio, com suas estruturas montadas e voltadas para oferecer o que há de melhor aos clientes, senão vejamos: ambientes agradáveis, com som ambiente, cozinhas higiênicas, salão com palco para shows, facilidades de pagamento através de cheques e cartões de créditos, estacionamento, cardápio variado, bebidas diversas, piscina, fazem o diferencial num ambiente competitivo. A C.A.D.P. vê a segurança como a chave que abre a porta de entrada para uma nova Praia do Futuro, mas temos consciência que não é o fator de mudança total.

Malgrado essas medidas públicas e privadas de segurança por trechos da Praia, as ações de sujeitos menos visíveis são comuns nas areias. O “domingo na praia” é o dia em que mais elas ocorrem. Por conta disso, são recorrentes as recomendações dirigidas a pessoas mais desavisadas: “Mesmo que vá ficar na barraca, sem caminhar ou jogar frescobol, deixe corrente, pulseiras e relógio em casa; na hora de caminhar, tire tudo, inclusive brincos; para ficar na areia, prefira trechos com barracas mais movimentadas e com segurança particular”.³⁷

Na Praia do Futuro “velha”, em contraste, as representações mais comuns reservam a esse trecho de praia qualidades negativas e desviantes; lugar da marginalidade, do consumo de drogas, da ausência de infraestrutura e da prostituição. Foi na barraca Vela Latina, na “praia velha” onde ocorreu, em 2001, a morte de seis portugueses que estariam nesse lugar em busca de turismo sexual. O fato obteve repercussão internacional o que colaborou ainda mais para a produção de imagens negativas sobre esse trecho.

Na matéria “Esquecida pelo poder público”, o *Diário do Nordeste* revela dimensões importantes dessas novas divisões. Na “praia velha”,

(...) o cenário é desolador. As estruturas das barracas parecem esqueletos sobre a areia. Muitas estão em ruínas, sem teto, com os escombros servindo de abrigo a famílias sem-teto ou mesmo usuários de drogas. A areia tomou conta do pouco que permanece de pé, sendo acumulada entre

³⁷ Cf. *O Povo*, de 18 de julho de 2010, “Banhistas reclamam de assaltos na Praia do Futuro”.

as barracas e chegando a soterrar algumas estruturas. No lugar dos desejados clientes, só se veem cães, gatos e jumentos por todos os lados.

Com aproximadamente dois quilômetros de extensão, a Praia do Futuro “velha” conta com 36 das mais de 150 barracas existentes nas areias da Praia, sendo o único trecho a possuir todas as barracas regularmente cadastradas no Patrimônio da União. Dessas, apenas 12 estão em funcionamento hoje, como a barraca “Zé da Praia”. Do ponto de vista do seu proprietário, há certa convergência na associação comumente feita entre decadência da “praia velha” e a presença de certos frequentadores.

Em 76, não tinha nada aqui não, cara. Era só areia. Isso aqui só ia até o Casarão. Pra lá, no Caça e Pesca, fizeram uma pista de piçarra. Não tinha nada aqui não. Aqui só prestou na época do César Cals Neto. Essa Praça aí [a 31 de Março] quem fez foi ele, ali onde tá a CrocoBeach. De lá pra cá não foi feito mais nada. Aqui tinha o ‘Meu Garoto’, ‘Cheiro do Mar’... As barracas aqui era tudo de lona. Eu cheguei aqui em 72. Aqui tinha o ‘Maria Maria’, tinha a ‘Maré Manso’, ‘Dona Joaninha’, tinha ‘O Bené’, o ‘Havaí’, tinha o ‘Atlântida’, o ‘Aconchego do Mar’. O pessoal que vinha era de Fortaleza mesmo, era lotação. Eu vendia muita caixa de cerveja. Aqui tinha muito advogado, engenheiro. O que acabou com nós aqui foi a insegurança. Acabou com nós. Naquela época a gente tinha freguesia, dinheiro. Aqui tá abandonado.³⁸

Na mesma matéria do *Diário do Nordeste* vários proprietários de barracas da parte “velha” apontaram os problemas mais comuns no trecho, aspectos importantes na construção e sedimentação de sua classificação mais recente.

“Aqui, só tem areia por todos os lados e bêbados e marginais à noite. A gente recebe pouca ajuda da Prefeitura ou Estado para se levantar novamente”. (Proprietária de barraca na parte “velha”).

“Se eles fizessem um calçadão, iluminassem e ajudassem a tirar a areia, a gente corria atrás do resto”. (Proprietário de barraca na parte “velha”)

A Praia “velha” é reiteradamente lembrada por empresários da parte “nova” e pelo Poder Público como antítese do que se entende por praia, num rico processo de classificação da Praia do Futuro. Essas representações parecem ser constitutivas, para os propósitos desta investigação, dos processos atuais de marcação da diferença entre “nova” e “velha” Praia do Futuro, da mesma forma que reveladoras também das ambiguidades que o sentido jurídico “praia pública” denota.

³⁸ Entrevista a mim concedida por “Zé da Praia”, proprietário da barraca de mesmo nome, em 05/08/2008.

Essa marcação de lugares, por sua vez, se alimenta de uma temporalidade socioespacial. Como pude constatar nas minhas idas ao campo, é marcante o lugar ocupado pelo consumo de caranguejos e outros alimentos durante os dias em que mais a Praia é redefinida. Essa relação se intensifica durante os momentos em que ela recebe um público maior e mais diversificado, como ocorre durante o “domingo na praia”, na “quinta do caranguejo” e nos dias quando são realizados *shows* e eventos.

As novas práticas de lazer incentivadas na Praia do Futuro podem assim ser tomadas como fio metodológico para se ter acesso a outras dimensões simbólicas presentes nas divisões Praia “nova” e “velha”. Da mesma forma que é difícil imaginar a Praia do Futuro sem associá-la às práticas de consumo de alimentos, bebidas, serviços e iguarias de praia (caranguejos, camarões, peixes, ostras etc), que lhe são tão características, mais difícil ainda parece ser limitar essas práticas apenas ao seu aspecto utilitário: a satisfação de necessidades fisiológicas.

A atual valorização do trecho de praia da Praia do Futuro, como busquei apontar, ocorreu no momento em que Fortaleza despontou como opção de destino para os fluxos turísticos que buscavam nas cidades litorâneas do Nordeste do Brasil alternativas para lazer e turismo. Esse aspecto econômico tem efeitos políticos e simbólicos importantes, já que as modificações operadas nos empreendimentos turísticos na Praia atuam diretamente nas formas de apropriação da sua orla marítima. Ilustra isso a divisão da Praia em “praia nova” e “praia velha”.

As disputas simbólicas recentes com base nas quais esse espaço de lazer é objeto de ressignificações por parte dos vários atores (empresários, vendedores ambulantes, moradores, visitantes, Patrimônio da União) parece ser um aspecto importante da maneira como sua qualidade de “bem público” é mobilizada no momento em que ela passa a despontar, no “presente”, como “a praia mais badalada da cidade”.

2.4 A praia como bem público

No final da década de 1990, a Praia do Futuro passou por intensa mudança nos usos e imagens associadas ao “caos urbano” e à “decadência” que a teriam caracterizado nos anos anteriores. Alguns barraqueiros associados à AEPF

buscaram modificar as estruturas de suas barracas, levando-as a crescer e a avançar nas *areias*. Isso resultou em conflitos judiciais com o Patrimônio da União, órgão encarregado pelo gerenciamento dos chamados “bens públicos” federais. Esses conflitos passaram a gravitar em torno da acusação de privatização desses bens por parte das barracas e das contradições de usos que elas foram imprimindo ao seu lazer.

A matéria “Praia do futuro e das contradições”, publicada no *Diário do Nordeste*, de 03/12/2006, é significativa da forma como a ocupação recente de sua faixa de praia foi sendo classificada.

Em pleno mês de dezembro, com o calor aumentando à medida que se aproxima a alta estação, domingo é dia de banho de mar, caranguejo e pouca roupa em Fortaleza. Pelo menos para o público fiel da Praia do Futuro, que de dezembro para janeiro deve aumentar em 50%, somando cerca de 120 mil pessoas por fim de semana (...) *A Praia do Futuro, cartão postal de Fortaleza, está cercada de contradições. De um lado, estão barracas abandonadas, outras servindo de moradia, ambulantes sem cadastro, estacionamentos irregulares; do outro, estabelecimentos com infra-estrutura capaz de fazer inveja a muitos restaurantes da cidade. São verdadeiras empresas com dezenas de funcionários, parque aquático e serviços que inovam o atendimento na orla e se firmam como opção de lazer para o fortalezense e o turista, já que a estrutura é única em capitais brasileiras.*

A Praia, antes caracterizada pelas dunas e deserta, das promessas de desenvolvimento urbano e do crescimento anárquico, vai dando lugar às imagens que exaltam a existência atual de construções de lazer, de turismo e de moradia. Essas novas edificações (barracas, hotéis, pousadas, mansões), que “cresceram sobre o solo”, passaram a condensar referências a uma “nova praia” (Imagem 17).³⁹

Até meados do século XX, quando indústrias de beneficiamento de peixes e caroços de algodão, oiticica e cera de carnaúba cresciam para os lados das praias do Pirambu, Goiabeiras e Barra do Ceará, o extremo oposto do litoral de Fortaleza era visto como promessa de desenvolvimento urbano. Era a Praia do Futuro. Hoje, os mais de seis quilômetros de praia em mar aberto estão entre os raros ainda balneáveis em Fortaleza. *Na orla, onde até pouco tempo só havia dunas, hoje encontram-se diversas ‘barracas’ como são chamados os bares, restaurantes e casas de shows.* Alguns desses estabelecimentos oferecem a exótica gastronomia cearense, a base de

³⁹ Apesar da associação mais comum da Praia do Futuro a espaço de lazer, os espaços de residência voltaram a ocupar lugar importante nas apropriações da Praia. A propaganda do lançamento do edifício VG FUN das construtoras Diagonal e Rossi é significativa das mudanças nas formas de representar seletivamente a Praia do Futuro nos últimos anos, quando ela passou a atrair construções para fins de moradia de luxo. No jornal *O Povo* de 18 de dezembro de 2010 é dado espaço ao pré-lançamento do condomínio com os seguintes termos: “Qual é a sua praia? Minha praia é a do Futuro. A Praia do Futuro com estilo e sofisticação.” Em se tratando da Praia do Futuro, a propaganda lembra ainda que é um “empreendimento juridicamente perfeito”.

frutos do mar, e entretenimento para crianças, durante o dia, muito forró e espetáculos de humor para os adultos, especialmente à noite. *Na Praia do Futuro, hoje também se encontram hotéis, pousadas, prédios residenciais com apartamentos e algumas mansões.* Por lá ainda entram os ventos que vêm do mar e varrem o calor abrasador da cidade. Nos fins de semana, cada espaço nas vias de trânsito é disputado para estacionamento de veículos, enquanto as areias se enchem de cadeiras e toalhas para os banhos de sol.⁴⁰

Os avanços em direção ao mar pelos novos usos do lazer e do turismo ocupam lugar importante na dinâmica de voltar a Cidade para outras regiões. Além da Praia do Futuro, o caso do Porto das Dunas, nos limites de Fortaleza, passou a direcionar o crescimento dos mercados turístico e imobiliário após a construção do BeachPark (BERNAL, 2004).

Segundo a matéria do *O Povo* de abril de 2010, “O litoral que Fortaleza não enxerga”, a Cidade teve parte dos 34 quilômetros de praia “comida” ao longo das duas últimas décadas. 65% dela sofrem com “uso inadequado”, como poluição, insegurança ou ocupação irregular e apenas 12 quilômetros, o que compreende os trechos de praia da Beira Mar e Praia do Futuro, “estão acessíveis à maioria da população”, sendo só estas as “duas áreas para lazer e turismo” do fortalezense.

A matéria informa ainda os trechos de praia que estavam sendo deslocados: da Barra do Ceará ao Kartódromo, “a praia é o quintal de uma urbanização caótica”; a Leste-Oeste, “não se enxerga o mar. O acesso é restrito aos moradores da área. A falta de segurança e a poluição da água afastam outros visitantes”; na Praia de Iracema, “a praia praticamente não existe”. Só a partir do trecho entre as ruas Idelfonso Albano e Rui Barbosa “a praia volta a aparecer”.

Ao longo da Beira Mar, a areia some e reaparece (...) São tantas construções ao longo do calçadão e da praia que em muitos pontos não é possível contemplar o mar (...) Na curva da orla, entre a Beira Mar e a Praia do Futuro, nos primeiros quilômetros do chamado setor leste, o porto, o Serviluz e os tanques de combustível da Petrobrás bloqueiam a praia. Será que damos a atenção devida as nossas praias?

Apesar de ser designada, ao lado da Beira Mar, como uma das duas áreas de lazer e turismo da Cidade ainda existente, a dinâmica atual dos usos da Praia do Futuro redefine sua classificação como lugar praiano. Diferentemente da Praia de Iracema, caracterizada, entre outras coisas, pelo elevado valor do chamado solo

⁴⁰ “Futuro e Dunas. Perto da capital”, *O Povo*, caderno Viagem e Lazer, de 22 de janeiro de 2009.

urbano, o que se reflete na quase ausência de terrenos para novas construções, a Praia do Futuro sofre de algo bem distinto.



Imagem 17. Vista aérea do Hotel e barraca de praia Vila Galé, na Praia do Futuro, pertencentes a um grupo de investidores portugueses, avançando nas areias. Fonte: www.vilagale.com (2001?).

A ocupação intermitente de prédios residenciais e comerciais tem sua contraposição no crescimento das construções de lazer e turismo. Não apenas as barracas de praia, mas também hotéis e pousadas de luxo cresceram nos últimos anos. Foram as barracas de praia, no entanto, as armações que mais cresceram e avançaram em direção ao mar.

Esse avanço fez a União exercer um controle cada vez mais intenso nos últimos anos, proibindo novas construções e embargando obras em andamento. O objetivo foi reduzir os movimentos desses empreendimentos nas dinâmicas de lazer. As medidas adotadas visavam a reestabelecer parâmetros técnicos para esse tipo de construção na Praia.

Os principais embates entre União e barraqueiros envolvem a utilização de obstáculos arquitetônicos pelas barracas de praia, aspecto que estaria reduzindo uma área considerada pública e limitando o acesso ao interior desses espaços apenas aos usuários dispostos a adquirir seus produtos e serviços. É nesse âmbito que se encontra a Ação Civil Pública de 2005 quando, segundo o Órgão, as barracas cresceram em tamanho.

A Ação Civil Pública de 2005 exige a retirada de todas as armações arquitetônicas utilizadas como parte das estruturas das barracas, alegando que elas se expandiram transpondo os limites previstos nas legislações de gerenciamento costeiro que incidem sobre as áreas de praia do Brasil. Por conta disso os dispositivos físicos utilizados pelas barracas, por se tratar de obras de ampliação das estruturas de praia, estavam proibindo o acesso de outros frequentadores da faixa de praia aos ambientes restritos dos novos espaços de lazer.

Tanto nos jornais impressos quanto nos *media* falados, a Praia do Futuro é cada vez mais associada aos ambientes das barracas mais sofisticadas, cujos espaços assemelham-se ao que Caldeira (2003) denominou de “enclaves fortificados”, espaços urbanos estilizados voltados para o consumo de setores sociais mais privilegiados, valendo-se para isso de equipamentos de segurança e vigilância e de barreiras arquitetônicas para isolar e afastar aqueles apontados como “diferentes”, “sujos” e “perigosos”.

Não é à toa que seu trecho de praia, apresentado como lugar da insegurança, dos problemas e do medo, é contrastado com a suposta segurança e organização representada pelos espaços das barracas mais estilizadas. Esse aspecto de deslocamento físico e semântico (da praia a barraca) por conta do avanço das construções de lazer, contribui para intensificar os conflitos de usos entre empresários e vendedores ambulantes em torno da ocupação de espaços nas areias.

Ante a redefinição emprestada à Praia pelas barracas, o Patrimônio da União constatou a existência de 150 barracas de praia. Esse crescimento em número foi acompanhado por igual crescimento em tamanho. Por várias vezes, pude registrar esse aspecto nas duas entrevistas que realizei com a presidente da Associação dos Empresários da Praia do Futuro, Sra. Fátima Queiroz. Normalmente,

a Presidente assinalava esse crescimento reportando-se aos grandes complexos de barracas que surgiram nos últimos anos.

Pode-se garantir, então, que o crescimento das barracas redefiniu a Praia como bem público, não só porque favorecido novas formas de organizar seu lazer praiano, resultando, inclusive, em comportamentos mais reservados de clientes por meio do uso de espaços mais restritos e isolados (como os espaços vip's, os salões de beleza e massagem, por exemplo, presentes em todos os complexos de barracas) para permanência na praia, mas também redefinido as relações sociais por meio da utilização de apetrechos físicos.

Em razão do avanço de construções turísticas e de lazer em áreas consideradas públicas pertencentes à União, várias medidas administrativas e jurídicas foram adotadas em âmbito federal, estadual e municipal, com o intuito de estabelecer parâmetros técnicos para organizar os usos dos chamados “bens públicos de uso comum do povo”, especificadamente, das praias.

A principal dessas legislações, a Lei Federal de Gerenciamento Costeiro (Lei 7.661, artigo 10, de 16/05/1988), considera praia como

bem público de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvadas os trechos considerados de interesse e segurança nacional e incluídos em áreas protegidas por legislação específica (...) entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos até o limite onde se inicia a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde começa um outro ecossistema.

No âmbito estadual, a Lei 13.796, de 30/06/2006, institui a Política Estadual do Gerenciamento Costeiro e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Nelas aplicam-se as mesmas definições jurídicas de 1988 à praia. Do ponto de vista municipal, a Lei nº 7.987 de 1996, a Lei de Uso e ocupação do Solo, nos seus artigos 109, 111 e 112 estabelece que a “faixa de praia” [é a] “parte da orla marítima do município de Fortaleza, constitui-se da área coberta e descoberta pelas águas marítimas”. Seu parágrafo único prevê ainda que “todas essas faixas são ‘non aedificandi’ e se destinam ao lazer e à prática de atividades esportivas”.

Por outro lado, a primeira legislação a reconhecer o chamado domínio patrimonial desses bens por parte da União data de 1946 (Decreto-Lei 9.760). Nele

são lançadas as bases conceituais⁴¹ que fundamentaram as legislações posteriores: o Decreto-Lei 2.398, de 1987, que trata da emissão de foros e taxas de ocupação relativos aos imóveis da União; a própria Constituição de 1988, que no seu artigo 20 especifica quais são os bens pertencentes à União; a Lei 9636, de 1998, que dispõe sobre sua regularização e administração, alterando aspectos das leis citadas há pouco; o Projeto de lei, de autoria do senador Paulo Hartung, que propõe a alteração conceitual dos “terrenos de marinha” presente na lei de 1946; o Decreto 3.725, de 2001, que muda alguns aspectos relativos à administração desses bens patrimoniais previstos pela lei de 1998; e, mais recentemente, o Projeto Orla⁴².

Neste projeto federal, é proposto o reordenamento urbanístico da orla marítima das principais cidades brasileiras. É dito ainda que

a garantia de acesso às praias, como bem público, e, conseqüentemente, a manutenção da função social dessa faixa altamente valorizada do território nacional, necessita ser enriquecida pela responsabilidade municipal na gestão, ampliando as possibilidades de solução de conflitos de uso e a reversão dos processos de degradação.

A versão municipal do projeto em Fortaleza, o Projeto Orla Fortaleza, de 2006, ainda não implementado, tem como meta traçar ações para sua orla na busca de resolver os conflitos específicos de um total de cinco trechos de praia da Cidade. No caso da Praia do Futuro, está prevista a retirada de todas as barracas, já que o Projeto passou a compor a Ação Civil Pública de 2005. Essa determinação resulta em constantes lutas judiciais entre empresários e Patrimônio da União em torno das redefinições semânticas do sentido jurídico atribuído ao termo praia. Apesar da visão integrada apresentada pelo Projeto é importante atentar para as formas como as competências entre as diversas instâncias de controle dos usos foram sendo definidas a respeito da Praia do Futuro.

Depaule e Topalov (2001, p.20) reconhecem que a língua designa objetos, conferindo-lhes sentido. As classificações oficiais participam desse trabalho de sedimentar significados como estratégia de reprodução da ordem social. Essas mesmas classificações, contudo, obedecem a múltiplas variações da própria língua,

⁴¹ Refiro-me aqui aos chamados “terrenos de marinha” e os “terrenos acrescidos de marinha”, ambos, por sua vez, dependentes da definição *presumível* da chamada Linha de Preamar-Média, de 1831, para serem demarcados. A expressão “de marinha” faz referência aos bens relacionados à influência ou proximidade com o mar.

⁴² PROJETO ORLA: fundamentos para gestão integrada. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002, p.18.

segundo as diferentes posições que aí se inscrevem. Dessa forma, para os autores, elas convivem sempre com a possibilidade das discordâncias quanto ao acordo sobre o registro simbólico da ordem social. Essa observação parece se aplicar às recentes tentativas de modificação do sentido normativo dos chamados bens públicos.

Por conta das mudanças patrimoniais e conceituais, algumas medidas passaram a ser propostas nos últimos anos com a finalidade de flexibilizar a definição dos bens públicos federais. O Projeto de Lei de 1999 é importante nesse sentido porque reconhece atualmente que as transformações patrimoniais fundamentais no âmbito do Estado deveriam se refletir em mudanças nas maneiras de nomear esses bens.

Ainda que considere a titularidade da pose daqueles tipos de terrenos por parte da União, o Projeto de 1999 lembra que a não-alteração de alguns parâmetros na legislação que os rege, como a presumível definição da Linha de Preamar Média de 1881, reconhecida pela lei de 1946, pode fazer da União a maior proprietária de áreas urbanas em muitos estados brasileiros o que resultaria num

contra-senso, pois é notório que, há já vários anos, vem sendo promovida substancial reforma patrimonial do Estado, objetivando deixar ao poder público apenas o cumprimento de suas funções básicas e essenciais (...) Como medidas iniciais, estamos propondo que seja reduzida de 33 (trinta e três) para 13 (treze) metros a área que deve constituir os chamados terrenos de marinha, a ser delimitada, porém, a partir do preamar-médio do ano de 1999. Isso, a nosso ver, particularmente em razão do encurtamento da área desse tipo de bem da União, contribuirá (...) para reduzir a atual margem de insegurança jurídica de que se ressentem muitos milhares de famílias.

Essa mudança jurídica e conceitual, que se reflete, segundo o Projeto, no “encurtamento da área desse tipo de bem”, perpassa a grande maioria dos estados brasileiros. No que tange ao Estado do Ceará, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) constatou imprecisões na demarcação daqueles terrenos, em particular, na Praia do Futuro. Do total dos 560 quilômetros da costa cearense há uma margem de 10% de erro nas medições por falta de clareza dos “parâmetros demarcatórios”⁴³.

Importa dizer que as tentativas recentes de definir esses bens no Ceará levaram em conta estudos técnicos realizados em 1996 pela SPU, constatando-se

⁴³ Esses dados foram consultados nas matérias do *O Povo*, de 26/03/2008: “Estudo técnico constata erros demarcatórios no litoral” e “Pontos do litoral com distorções”.

no Estado “a superposição da faixa de terrenos de marinha com a praia e até com o mar”. Ela atinge várias praias do Estado, como, por exemplo, Prainha, no Município de Aquiraz, Taíba, em São Gonçalo do Amarante, as praias da Caponga e Batoque, boa parte das praias do Município de Caucaia e a praia de Mundaú, em Trairi, apenas para ficar nesses exemplos. Essa superposição foi acelerada pela intensificação dos usos para lazer e turismo no litoral que passaram a ser incentivados no Estado do Ceará nos anos 1990 (GONDIM, 2007; BERNAL, 2004).

Nessa década, Fortaleza foi inserida nos processos sociais nacionais e internacionais relacionados ao lazer e turismo via grandes mudanças urbanas. Vale lembrar a esse respeito a construção do Aeroporto Internacional de Fortaleza (MACIEL, 2010), a reforma da Ponte dos Ingleses, na Praia de Iracema, e o Centro Cultural Dragão do Mar (GONDIM, 2007). Esses espaços urbanos passaram a ficar em sintonia com modelos e tendências mundiais, onde usos, estilos e funções se fundem ou se misturam.

A criação de centralidades urbanas passou a ser a principal estratégia adotada por muitas das gestões urbanas pelo mundo como parte de uma divulgada bem-sucedida estratégia de mudança urbana. Esse processo mais geral de especialização urbana que acompanha as transformações econômicas desde 1970 é apontado como saída para muitas cidades (HARVEY, 2005; 2004).

As mudanças arquitetônicas mais recentes pelas quais as barracas passaram podem ser tomadas em parte como uma tentativa de incorporar esses processos e como resposta dada pela Associação dos Empresários da Praia do Futuro – AEPF às possibilidades econômicas abertas com a inserção de Fortaleza no mercado turístico.

É só com suporte nesse quadro que se pode compreender melhor a inserção do Projeto “Esta Praia Tem Futuro” como momento de redefinição dos significados de praia. Essas redefinições intensificaram-se desde 1999-2000 por meio de convênio assinado entre a AEPF e a Secretaria de Turismo do Ceará-SETUR, cujo objetivo principal era incrementar as “potencialidades turísticas” da Praia. Isso foi feito, por um lado, aproveitando as oportunidades de aumentar os lucros dos empreendimentos localizados na sua faixa de praia, favorecida pelo aumento do fluxo nacional e internacional de turistas para a Cidade e, por outro, de

tirá-lo da decadência que o caracterizou nos anos anteriores ao Projeto mediante imagens mais positivas.

Como visto, as imagens mais comuns da Praia do Futuro (“praia do futuro”, “praia do presente” e “praia do caos urbano”) revelam três momentos fundamentais para a compreensão da sua dinâmica no contexto urbano de Fortaleza. Esses momentos revelam certa correlação cronológica entre usos e classificações: no primeiro momento, a Praia é apontada como promessa de futuro urbano, cujas imagens destacam a ausência de construções e infraestrutura; no segundo momento, do lugar vazio e esmo, surgem as primeiras construções, com destaque para as “barracas de praia”. Nesse momento, o “presente” parece se realizar; no terceiro, dá-se destaque à maneira caótica e desorganizada da forma como essa ocupação teria se dado.

A classificação de “a praia mais badalada da cidade”, a representação mais associada a este “presente”, deve sua eficácia aos usos que as barracas imprimiram ao lazer praiano. É nesse âmbito que os empresários reunidos em torno da Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF passaram a concentrar certo poder e a investir em mudanças nos usos do trecho de praia, com o intuito de ofertar serviços e equipamentos ditos de qualidade em sintonia com a nova condição de cidade turística que Fortaleza passou a incrementar, desde então. Pode-se dizer que a Praia parece crescer em sintonia com as novas exigências da Cidade, reunindo suas dinâmicas e contradições. No próximo capítulo, interpreto a dinâmica urbana favorecida por esses novos espaços de lazer.

3. As Barracas e os Novos Usos da Praia do Futuro

A localização de grande número de barracas na Praia do Futuro e a maneira como seu limite é demarcado em relação ao exterior são aspectos importantes para compreender o lugar que esses espaços ocupam na dinâmica urbana de Fortaleza. Conforme o ponto de vista suposto aqui, as barracas de praia são consideradas uma apropriação que se efetua em torno de referenciais espaciais para um conjunto mais diversificado de frequentadores. Sabe-se que ali é o lugar do lazer praiano mais divulgado e utilizado na Cidade. Por outro lado, esse lazer passou por uma diferenciação dos seus usos que resulta num fenômeno sociológico fundamental: a associação de sentido mais comum entre praia e barraca.

Essa concentração e contiguidade de pontos de lazer num mesmo lugar lembra a ideia de “mancha”, proposta por Magnani (2008). A “mancha de lazer” da Praia do Futuro (Imagem 18) compreende um conjunto de estabelecimentos, bares, restaurantes e casas de *shows* que concorrem para marcar essa região, com a reunião de alguns elementos espaciais demarcadores, capazes de lhe conferir um “lugar próprio” (CERTEAU, 2003).

No que diz respeito ao entendimento do conjunto de barracas de praia como um tipo de “mancha de lazer”, alguns de seus traços se aproximam dessa perspectiva. É lá onde se reúnem as barracas de praia mais representativas e procuradas em Fortaleza. Seus elementos arquitetônicos e de inovação de serviços ocupam hoje lugar privilegiado nas matérias jornalísticas sobre lazer e turismo na Capital do Ceará. Além disso, os símbolos que elas mobilizam são o aspecto mais eficiente de estabelecimento e sedimentação dos seus usos os quais não comportam ambiguidades. Sabe-se exatamente de que barraca se trata, quem as frequenta, as regras que as presidem, o que se pode ou não fazer no seu interior. Atribuir às barracas centralidade no lazer de Fortaleza significa destacar, portanto, dois traços fundamentais: os socioespaciais e simbólicos de organização do lazer praiano. Neste capítulo proponho investigar de que maneira esses traços foram formulados.



Imagem 18. A “mancha de lazer” praiano mais procurada de Fortaleza. Vista aérea das barracas da “praia do presente”. Detalhe para o “trecho 2”, nas proximidades da Praça 31 de Março, onde estão concentradas as barracas-complexos, “modernizadas” após o Projeto Turístico Esta Praia Tem Futuro. Anos 2000. Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Paulo Lamarão, barraqueiro e advogado da AEPF.

Várias são as tentativas de planejamento dos usos desse lazer. Cabe lembrá-las: Projeto Turístico Atlântico Sul (1985), durante a gestão municipal de César Cals Neto, interrompida por falta de verbas; Operação Praia do Futuro (1987), posta em execução na administração de Maria Luiza. Também interrompida; Operação Praia do Futuro (1988), intervenção proposta por barraqueiros, Ministério Público Federal, Procuradoria Geral do Estado, Delegacia do Patrimônio da União e Prefeitura Municipal de Fortaleza. Apenas 1.600m de faixa de praia foram ordenados; gestão do prefeito Ciro Gomes (1989), continuação do ordenamento da faixa de praia da gestão anterior. Interrompida em 1990; gestão do prefeito Juraci Magalhães. O projeto foi paralisado por apresentar problemas ambientais (1992); na sua segunda gestão foi dado início às obras do calçadão, concluídas em 2000; e por fim o Projeto Esta Praia Tem Futuro (1999), um conjunto de ações realizado pela AEPF, SETUR, SEBRAE, MPF e PMF.

À revelia ou em sintonia com essas tentativas de planejamento, algumas barracas de praia passaram, nas últimas décadas, por uma diferenciação que tem

resultado na redefinição do sentido jurídico comumente atribuído ao que se entende por praia (“bem público de uso comum do povo”, “espaço público”). Essa redefinição semântica é realizada mais intensamente por conta das barracas associadas à AEPF, denominadas aqui de barracas-complexos. Essas barracas possuem elementos mais demarcadores do que as barracas-artesaniais da “praia velha”, sua principal contraposição. As barracas-complexos se diferenciam destas tanto do ponto de vista da arquitetura quanto no que se refere aos traços de estilização estética, aspectos valorizados atualmente pelas “cidades mercadorias” e pelo “*city marketing*” (HARVEY, 2004, ARANTES, 2000).

Essa diferenciação do espaço social das barracas ocorreu ao longo das décadas em que a Praia do Futuro passou a figurar como zona atrativa para o lazer praiano. As barracas-complexos foram se tornando as mais representativas do gênero em Fortaleza além de espaços mais associados à “praia do presente”. A legitimação delas como referenciais espaciais de lazer, contudo, foi constituída nos embates e conflitos envolvendo barraqueiros e Poder Público em torno dos novos usos do litoral que a cidade passou a incentivar desde meados da década de 1990.

Importa dizer, antes de tudo, que os usos do lazer pelas barracas emprestaram dois movimentos físicos à Praia do Futuro: por um lado, em sua extensão, já que essa ocupação passou a se distribuir ao longo dos oito quilômetros oficiais que caracterizam a Praia do Futuro; por outro lado, na sua largura, uma vez que as barracas-complexos passaram a avançar em direção ao mar, ocupando maiores espaços nas areias. É significativa a respeito deste tipo de movimento a passagem do lazer praiano dos clubes profissionais às barracas de praia.

3.1 Dos clubes profissionais às barracas de praia

Os primeiros clubes profissionais que passam a despontar como opção de lazer na Praia são indícios da intensão de torná-la um lugar de atração e organização dos fluxos que a ela se dirigiam. Esse parece ter sido o caso do Clube do Médico, que despontava na década de 1960 como “nova perspectiva para a Praia do Futuro”.

“Seu” Rui, que se denomina administrador há 41 anos do Clube, funcionário desde sua fundação, na década de 1960, revela alguns aspectos do lazer da Praia proporcionado pelo Clube.

O Clube do Médico foi uma iniciativa do Centro Médico Cearense que hoje já é Associação Médico Cearense. Mudou de razão social e à época o presidente do Centro Médico era o Dr. Edílson Gurgel. Ele fez essa proposta para a classe médica, né?, de Fortaleza e do Ceará para a fundação de um clube recreativo. Havia vários lugares, mas foi a Praia do Futuro quem ganhou. Então, compraram esses terreno que tem 10.000 m². Na época que foi comprado não tinha nada de habitação aqui. Não tinha nenhum acesso. Era um calçamento estreito, dessas de pedra tosca, né? Quem fez não foi o [ex-prefeito] Evandro Aires de Moura, foi antes dele. Isso foi em 66. Era o Cordeiro Neto (...) Isso aqui foi feito em 67. Aí foi feita uma barraquinha lá na beira-mar da praia, de alvenaria, uma caixa d’água, um tanque (...) Daí nasceu o Clube do Médico. No dia 18 de outubro de 1967 foi colocado a pedra fundamental do Clube, certo? Aí, iniciou-se a venda de ações. Aí veio o projeto da sede. Esse projeto foi feito pelo arquiteto Neudson Braga.⁴⁴

O Clube parece sintetizar um indício nas promessas de futuro urbano e um dos marcos espaciais importantes da “praia do presente” que se construía, pois representava um incentivo a mais para a ocupação de uma área ainda não adensada na Cidade, já que “o desenvolvimento urbano de Fortaleza seguia forçosamente no sentido leste, rumando para a Praia do Futuro”.

A Praia do Futuro era considerada o futuro da cidade porque aqui...aqui era deserto, não tinha nada. O pessoal que trabalhava aqui no Clube não tinha ônibus. O transporte passava no Hospital Geral ou no Castelo Encantado. Depois criou-se a linha Parangaba/Praia do Futuro. Aí era bom demais. Só precisava andar um quilômetro e meio pra pegar o ônibus. Mas a maioria dormia aqui. Passava o final de semana por conta da distância. Aqui não tinha nada. Água era de poço. Porque aqui era uma praia para o futuro, pra frente. Agora eu não sei quem colocou esse nome. Hoje esse futuro tá uma porcaria. É uma praia que não tem futuro porque é perigosa, falta muita coisa aqui. Não tem um comércio. Não tem um supermercado, um frigorífico. Aqui é tudo muito caro.

“Seu” Rui compara o papel que o Clube possuía aos chamados clubes sociais (PONTES, 2005) da Cidade. Dotado de instalações modernas para a época, estava voltado para o lazer privado dos profissionais de medicina, em grande parte oriundos dos segmentos sociais mais providos de capitais culturais e econômicos.

Um dos primeiros clubes que apareceram aqui foi o Náutico, o Ideal, o Clube de Regatas da Barra do Ceará, o Clube do América. Os Diários veio pra cá. Esses são da década de 60. Hoje não se vai mais aos clubes sociais. Na época, o papel do Clube do Médico era o mesmo do Ideal, do

⁴⁴ Entrevista a mim concedida, no dia 20 de março de 2008.

Náutico e do late. O padrão era esse aí. Eram os cinco melhores que tinha aqui em Fortaleza. A Associação Atlético do Banco do Estado do Ceará também porque a AABEC na época tinha muito dinheiro. Hoje tá tudo uma porcaria. Mas eram primeiro nível. Havia muita competição entre os clubes, nas festas, nos carnavais, nas rodas de samba (...) As festas aqui eram muita seletivas. Primeiro que o acesso era difícil, né? Aqui era muito reservado.

Do ponto de vista arquitetônico, o Clube está dividido em três setores principais, distribuídos ao longo de 10.000 m² de área total. Na chamada sede social, com área de 1.700 m², estão o salão nobre e o setor de administração, com salas de reunião, uma pequena boate, salas de jogos, salão de festas com 500 m², restaurante, bares, cozinha, dispensa com câmaras frigoríficas, almoxarifado, pequena oficina, sala para exames médicos, vestiários e sanitários. No setor aquático, duas piscinas para adultos e crianças funcionavam como alternativas ao banho de mar. E no setor esportivo, estão quadras para várias modalidades esportivas, como basquete, vôlei, tênis e futebol de salão. Além dessas divisões básicas, há ainda um bosque e um *playground*, tudo voltado para dar ao Clube um “aspecto sóbrio e nobre”.

Essa arquitetura diferenciada deveria, para os propósitos a que se dirigia, ou seja, servir de suporte para o lazer privado de uma categoria profissional, reunir condições materiais favoráveis ao conforto e opulência dos gostos dessa “classe”. Para o arquiteto Neudson Braga, responsável pelo projeto arquitetônico do Clube, o Clube do Médico, diferentemente dos clubes sociais e profissionais cada vez mais presentes na cidade naquela ocasião, se caracterizava pela definição precisa dos seus limites físicos, não repetindo portanto o caso de outros clubes “com construções intermináveis”.⁴⁵

Além dessa necessidade principal a ser atendida, “mesmo sendo um clube privado”, o Clube tenderia a servir de referencial importante na “programação turística de Fortaleza”, já que pela “localização privilegiada, pela originalidade da ideia” e, principalmente, pelo fato de representar, “fisicamente, o elogiável esforço de uma classe que se propunha a realizar obra de tão grande envergadura” na Cidade, concorreu para fornecer uma estrutura “moderna” de lazer e turismo na Praia.

A Praia, onde o Clube se localiza, a despeito da reduzida ocupação, já apresentava indícios de “melhorias”. Na opinião do arquiteto, o Clube do Médico

⁴⁵ Entrevista concedida a mim pelo arquiteto Neudson Braga em 10 de junho de 2009.

apenas havia “se antecipado ao evidente surto de desenvolvimento daquela aprazível região”. A principal “melhoria” apontada por ele estava a localização do terreno para a construção do Clube na Praia, embora à época “as condições ainda eram menos favoráveis. De lá pra cá, já podemos enumerar uma série de inovações e melhoramentos que justificam o acerto da escolha”: pavimentação asfáltica do acesso principal, as obras de prolongamento da avenida Santos Dumont, a extensão da rede elétrica, a instalação e construção de novos clubes, a possibilidade de um grande hotel turístico e a nova linha circular de ônibus (Parangaba à Praia do Futuro)”⁴⁶.

Alguns anos após a construção do Clube, outra obra passou a emprestar à Praia certo ar de novidade em Fortaleza durante a década de 1960. A Praça 31 de Março, nome dado em homenagem à data comumente atribuída ao Golpe Militar de 1964, era apresentada como “modelo de praça na cidade”. Com uma “área pública” de 25 mil metros quadrados e sob responsabilidade da Empresa de Urbanização de Fortaleza-EMURF parecia ser um complemento ao lazer que o Clube oferecia à Praia do Futuro. Ele lembra o deslocamento das barracas de um trecho a outro da Praia.

Essa Santos Dumont favoreceu só os freqüentadores da praia. Mas pro Clube do Médico em si não teve nenhuma vantagem positiva. Só desvantagem. Vinha lá sendo feito o trabalho de melhoria da cidade. Aí prolongaram a Santos Dumont. Vinha até aqui. Antes ia só até ali onde está o Hospital Geral. Só até ali. Nesse trecho de praia aqui não era bom. Antes era só a Praia do Futuro velha. Devido a insegurança vieram pra cá, ocupar aqui. Porque antes de se alargar aqui se ia na Praia do Futuro velha, naquelas barracas lá. Acabaram tudo lá. Aí vieram pra cá. Aí os barraqueiros daqui com mais visão, né?, do comércio, começou a trazer artista, a trazer humorista de terça-feira em diante. Pra lá, na Praia do Futuro velha você não vê nada. É perigoso. Ali tem uns marginais que desce o morro pra roubar (...) Essa Praça 31 de Março era muito bonita na época. Não sei qual foi o prefeito. Aí fizeram essa Praça, um restaurante (...) Nessa época não tinha o alargamento da Santos Dumont. O restaurante era ‘O Luarada’. Era a mesma coisa do pólo de lazer da Barra do Ceará (...) As barracas da Barra é tudo desorganizada. Aí veio andando as coisas. Acabaram com a Praça. Foi uma novidade para a Praia.

Sua localização, em terreno antes ocupado pelo Clube do Veterinário, abrangia os cruzamentos das avenidas Santos Dumont e Dioguinho (próximo ao Clube do Médico) a partir das quais se tornou possível atender às “condições e necessidades existentes nas faixas de praia”, já que passava a haver de modo

⁴⁶ “Clube do Médico, nova perspectiva para a Praia do Futuro” In: *O Povo*, de 20 de dezembro de 1969.

crescente “um grande número de pessoas que não tem atualmente condições favoráveis de utilização das praias por falta de equipamentos que satisfaçam as necessidades dos mesmos”.⁴⁷

Com a intermitente ocupação da Praia do Futuro e o aumento do fluxo de pessoas dirigindo-se a ela em busca de lazer, as barracas passaram aos poucos a condensar a função de espaços mais lembrados e divulgados da “praia do presente”. O seu surgimento e crescente avanço na Praia são traços marcantes das dinâmicas que eles imprimem nas maneiras de usar a Praia desde os anos 1970.

3.2 Da praia à barraca/da barraca à praia

O relato do surgimento das primeiras barracas da Praia do Futuro feito pelo jornal *O Povo* de 18 de junho de 1974 é digno de nota, por ser um dos raros registros desses tipos de armações de lazer. Na matéria “Praias e Barracas”, é dada ênfase a passagem da praia à barraca e à descrição da teia de interdependências que passa a envolver barraqueiros, vendedores ambulantes e banhistas em torno dos aspectos de centralidade, pioneirismo, expansão e improvisação desses equipamentos.

A presença de barracas nas praias, para venda de comidas e bebidas aos banhistas, tem sido combatidas por umas pessoas e defendidas por outras. Indiferentes à discussão em torno delas, os barraqueiros instalaram-se definitivamente nas areias, começando pela Praia do Futuro, invadindo o trecho que vai dos ‘Diários’ até o ‘Naútico’ e sendo os primeiros a explorar as possibilidades comerciais da nova Avenida Leste-Oeste. Contam com um grande e forte amparo: os banhistas, que preferem fazer suas libações o mais perto possível da linha da praia, num comodismo perfeitamente natural. Sob toldos, sombras coloridas, árvores ou a pleno sol, milhares de pessoas estão fazendo usos dessa facilidade e desfrutando de uma democracia integral (...) Certo é que, especialmente no Meireles e na Praia do Futuro realiza-se aos sábados e domingos uma atividade comercial intensa, pois não atuam somente os barraqueiros, mas uma variedade impressionante de outras pessoas, que vendem cigarros, sorvetes, pastéis, sanduíches, óleo para pele e toda vasta gama de quinquilharias característica do comércio ambulante do centro da cidade. Se é verdade que as barracas estão animando as praias e oferecendo facilidades aos banhistas, é certo também que estão ocorrendo sérios inconvenientes. Um fato que chama a atenção é a exaustiva ocupação do espaço. Os barraqueiros eram uns poucos pioneiros; hoje são incontáveis, confundindo-se os ‘territórios’ que a si mesmos destinaram (...) Ao lado desta saturação, persiste a falta de higiene. Não havendo água corrente, os copos e talheres são lavados mesmo em baldes, cuja água cedo se transforma num caldo grosso de sujeira (...) Não pregamos nenhuma perseguição aos

⁴⁷ “O espetacular da Santos Dumont é a Praça”, *O Povo*, de 15 de agosto de 1976.

barraqueiros. Mas acreditamos que certas medidas disciplinares precisam ser tomadas por quem de direito. Regras devem ser adotadas para evitar a ocupação abusiva do espaço e para combater a poluição ambiental e a falta de higiene.

É significativa a conotação dada pelo Jornal à novidade, representada pelas barracas em termos de construção na Praia. Nela, os traços de expansão (“a exaustiva ocupação do espaço”) para a faixa de praia já são apontados ao ser denunciada a ausência de medidas disciplinares, regras para seu controle. Constata-se também junto às barracas a presença de “outras pessoas” que comercializam os mais variados produtos nas areias. Observam-se ainda usos e práticas higiênicas que causam certo desagrado.

3.2.1 Um “barraqueiro” “cai na praia”: trajetória de usos e movimentos

Para ilustrar esse aspecto de expansão das barracas na Praia, parece oportuno o recurso à trajetória de uns dos pioneiros na sedimentação desses novos usos (Imagem 19). O relato de “Seu” Marinho, proprietário da barraca Marinho’s, na “praia nova”, é representativo, pois mostra elementos da dinâmica de movimentos que as barracas passaram a emprestar à configuração de lazer da Praia do Futuro. A diferenciação com os restaurantes foi o primeiro traço a ser levado em conta para a demarcação do lugar de ocupação das barracas.

A Praia do Futuro...ali no antigo Chez Pierre...ali é o começo da Praia do Futuro velha e ela vinha até o Casarão. Pra cá não tinha nada. Era só mato. Isso nos anos 60. *Eu ainda não tava na praia* [Grifo meu], mas era isso aí (...) Na Praia do Futuro velha tinha os restaurantes e as barracas deles lá. Tinha o Bola Branca, tinha o Balanço do Mar, o Bariloche, o Ruínas, o Mandacaru, o Bacaninha. Aí o último que tinha era o Albatroz, onde é o Eudinho. É um restaurante todo de madeira. Muito chique. (...) Hoje é ocupado por uma barraca. A barraca dele é a Barcelona, era como se fosse hoje a Croco Beach. Era *top* de linha. Era toda feita de madeira. Ela colocou lonas de listras, com varanda, rede. Isso era coisa de outro mundo porque na verdade as barracas eram todas de saco de açúcar. Todas as barracas (...) Isso na Praia toda. Surgem a Barcelona e o Kabuletê, que hoje é o Rebu. Então são barracas de madeira arrumadinha. Elas se diferenciavam das outras. Naquele tempo as barracas não podiam ficar na praia não. Você armava hoje e no final do dia desmontava e ia pro outro lado da rua. A gente pagava as pessoas que moravam do outro lado da rua para guardar nossas barracas. Tinha um depósito. A gente guardava as mesas, as cadeiras e as varas, que eram curtas. Tudo muito pouco. No outro dia, na segunda-feira, vinha a Capitania dos Portos...Nessa época não tinha o Patrimônio da União não... Recolhia tudo. Quem ficasse na praia perdia a barraca. No dia seguinte, tudo de novo: montava a barraca e depois tirava. Isso já na praia, na areia. Do outro lado tinha os restaurantes. Tinha

restaurante muito famoso. Esse Balanço do Mar...vinha muita gente famosa. Eu tinha mais ou menos uns quinze anos.



Imagem 19. Praia do Futuro. Década de 1970. Detalhe para as poucas construções na Praia, em especial, as pequenas barracas móveis dos “barraqueiros pioneiros” na “área de praia”. Fonte: Capitania dos Portos. Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Paulo Lamarão, advogado da AEPF.

A classificação como barraca ou restaurante, por outro lado, dependia de alguns aspectos fundamentais, como tipos de materiais de construção utilizados e a localização desses equipamentos.

É o seguinte. Meu pai começou primeiro que eu lá. O nome da barraca dele era Minibar e a do meu irmão era Edílson Praia Bar, que hoje ainda existe. Ainda tá lá. Ele ficou lá. Eu vim embora pra cá. Lá eu não tinha barraca. Eu tava no meio, mas não tinha barraca. Então começou. A barraca que começava a Praia velha se chamava Chez Pierre. Era uma barraca muito grande. Tinha música ao vivo e tudo. Era a única que era de alvenaria. Toda pronta. E era a única fixa, que ficava, as outras não. Ela não era estilo da gente. Porque ela, como era uma coisa muito antiga, ela tinha uma coisa diferente (...) Aí começou com o Chez Pierre. Ele ficava todo dia e a gente tinha que botar e tirar, botar e tirar...Tinha um monte de barraca que eu não lembro o nome agora. Eu sei de todas, mas não lembro agora (...) Aqui na parte nova existia apenas uma barraca que se chamava Saporiu. Ela é a barraca mais velha da Praia do Futuro. O Chez Pierre era barraca mas a gente já considerava restaurante por conta de tá na praia, mas era terreno próprio. Tava dentro da praia e não era barraca. A gente tinha que recolher o material e ela não. Agora aqui de barraca tinha a Saporiu, né? Ela ficava ali por trás onde hoje está a América do Sol. Do outro lado tinha um

restaurante antigo que se chamava karlu'x. Acabou. A Saporiu era sozinha. Do outro lado era só restaurante. Vinha gente famosa. Jogador de futebol...Rivelino, o Pelé. Tinha cantores famosos... Agepê, Pinduca, Alípio Martins.

O fechamento dos primeiros restaurantes na Praia é apontado por ele como responsável pela nova posição que as barracas ocuparam nas dinâmicas do lazer praiano. A transformação de restaurante em barraca obedece a dinâmica fixo/móvel.

Teve um período...muito menino de 'menor' saindo no jornal freqüentando esses restaurantes. Aí o Juizado de Menores fechou tudo. Até hoje. Nunca mais abriu nenhum lá na praia velha. Aí as barracas de cá começaram a engordar o pescoço, a crescer, a fazer coisa melhor, porque acabou o lado de lá. Antes era restaurantes e as barracas. As barracas não tinham tanto...eram móveis, não tinham tanta bagagem como tem hoje. Aí o Kabuletê caiu na praia e virou Rebu. Existe lá em cima. Ele era restaurante, aí veio pra praia e virou a barraca Rebu. Chegou a ser barraca Kabuletê ainda. Começou como barraca. Depois que ficou fixo virou restaurante. Depois voltou como barraca Rebu. E até hoje existe...Rebu.

Por conta da dinâmica restaurante/barraca, barraca/restaurante, e fixo/móvel ele revela o momento em que “caiu na praia” como barraqueiro.

Eu, no caso, quando cai na praia...Eu já tenho uma faixa de trinta e cinco anos na praia. Quando em entrei, eu entrei menor. O meu pai tinha um barzinho do lado de lá, que se chamava Minibar. Ele já tinha acabado com a barraca, entendeu? Aí eu comprei uma barraca escondida dele. Eu ajudava meu pai no bar, que era também restaurante, entendeu? (...) A minha barraca tinha só quatro mesas. Só que eu não podia ir pra lá porque era de menor. Eu contratei um cara pra tomar conta (...) E era daquele jeito tirando e botando...a barraca. Todo mundo que tava ali era que nem ambulante. Ele num bota também uma barraquinha? Do mesmo jeito. Eu sou filho dum comerciante. Ele começou como um ambulante. Colocou uma mesinha e aí foi aumentando. Eu tinha quatro mesas, já era uma barraca razoável. A maior barraca tinha vinte mesas. Era uma CrocoBeach da vida, entendeu? (...) Eu fui um dos primeiros a colocar palhoça na barraca. Aí eu juntei um dinheiro e comprei umas mesas, bandejas, garçon. Foi uma revolução na praia. Com pouco tempo vinha todo mundo. Descobriram que tinha uma barraquinha legal na praia. Peguei uma clientela fora de sério.

Pelo fato de estar se diferenciando das barracas de lona ou à base de saco de açúcar, que constituíam a maioria, “Seu” Marinho passou a enfrentar conflitos em torno dos usos que estava incentivando.

Aí começou a dar problema pros vizinhos. Os outros começaram a construir também. A gente ficava por teimosia. A gente começou a crescer. A gente começou a ter mais coisa. As barracas começaram a inchar. A gente descobriu que a Capitania dos Portos só tinha dois caminhões. Não dava para colocar todas as barracas. As que não eram tiradas ficavam lá mesmo. E foi ficando e crescendo. Aí começou a cansar eles, né? Eu, o meu irmão

e o Kabuletê começou a fazer uma barraca legal, a crescer. Aí começou a aparecer o cara com uma batinha, a aparecer uma clientela legal, de alto nível. E aí os outros começaram a reclamar que agente tava crescendo demais. Ficaram pra trás. Me denunciaram pra Capitania, entendeu? Porque eu tava crescendo demais, entendeu? Era pra eles me acompanhar, né? Pra ficar tudo bonitinho também. Eles diziam que eu tava botando barraca pra barão e queria matar os pobres. Aí eu criei um outro nível. Comecei a pegar amizade com gente grande. Comecei a ser conhecido. Mas resolveram derrubar minha barraca (...) Eu fiz isso pra valorizar a praia. Pra mostrar que agente é organizado. Com nenhuma intenção de passar por cima de ninguém (...) Na época os restaurantes vinham pra cá pra ver que cara é esse organizado que tá na praia. Vinha o pessoal do Peixado, Panela de Barro e Toca do Coelho. Minha barraca era referência. O cara que veio da Capitania pra derrubar a barraca me deu uma dica. Ele pediu que eu criasse uma associação pra dar força, pra gente brigar por isso aqui, porque do jeito que tava as barracas não podiam ficar, entendeu?

A criação de uma associação tinha por objetivo reunir os barraqueiros em torno de sua permanência. Apesar dessa intenção, apenas aqueles que estavam se diferenciando dos demais optaram por assim proceder. Esse fato resultou, gradualmente, numa divisão da Praia. Uma configuração de barraqueiros ao redor da associação foi se estabelecendo.

Como eu era de 'menor' em convidei um vereador pra criar uma associação. Eu tinha uns dois meses pra criar essa associação. Tudo isso se passando na Praia velha. Aí eu tinha uma pessoa chamada Raimundo 'Quente', que já tinha barraca pra cá, hoje 'praia nova'. Esse Raimundo 'Quente' tem muita história, né? Ele já tinha sido presidente de associação de moradores. Já era rodado. Eu expliquei o caso e ele topou. Mas tudo começou comigo. Eu fui o embrião dessa associação. Hoje ainda é a mesma associação. O objetivo da associação era garantir que as nossas barracas não iam ser derrubadas. Era pra organizar os barraqueiros. Com isso aí a associação conseguiu que o Patrimônio regularizasse. Aí surgiu a tal RIP [Registro de Inscrição no Patrimônio], uma taxa anual. Só que essa coisa da RIP aí...é uma inscrição junto ao Patrimônio pra ocupar a praia. Só que nem todas as barracas tinham o mesmo tamanho. Mesmo assim o imposto foi lançado. Só foi padronizado depois, do Casarão pra cá. Depois do Casarão surgiu *outra praia* [Grifo meu]. Tudo é Praia do Futuro, mas criou-se essa coisa: a Praia do Futuro 'velha', a Praia 'nova' e o Caça e Pesca.

A “praia nova”, também chamada de “praia das barracas urbanizadas”, do “calçadão” ou ainda “praia do meio”, já que se encontrava entre a “praia velha” e a praia do Caça e Pesca, passava a ser vista como promissora entre os barraqueiros associados. Algumas conquistas já haviam sido realizadas por eles. Embora pudesse representar ônus aos barraqueiros, já era um sinal de que estavam legalizados perante os olhos do Poder Público.

Aqui surgiu outra praia que é a praia das barracas urbanizadas. Aqui é onde foi feito a urbanização. Foi feito o calçadão. O calçadão não tinha documento da União, não. Foi coisa da Prefeitura. Quem conseguiu esse

documento da União foram as barracas que começaram primeiro. Com a associação as barracas conseguiram a RIP. O Patrimônio não modificou nada. Ele considerava o que já estava, a área existente. Inclusive se você quisesse colocar uma área maior, podia, só que ia pagar mais caro. Aí essa parte do meio aqui...Apareceu o prefeito César Neto, né? Ele fez a urbanização da [rua] Renato Braga, do antigo Casarão, perto da barraca Porto Beach. O Casarão não faz parte da velha. O calçadão vem de lá até a barraca América do Sol. Aí nesse meio foi feito barracas pequenininhas pra venda de coco. Só pra coco (...) Aí só podia colocar vinte mesas e era dentro dum buraco. Era uma barraca enterrada, entendeu? Isso foi com a Prefeitura.

A urbanização parecia, aos olhos de “Seu” Marinho, concretizar a promessa da “praia do futuro”. A opção em se deslocar para esse “meio” que despontava era alimentada por essa imagem.

Eu parti pra ela. Eu sai da praia velha pra ir pra urbanização. Porque eu senti que era o futuro, sabe? Eu tava numa barraca grande lá. Depois que fizeram esse calçadão pra cá essa praia aqui deu uma crescida. E a gente ficou mais velho lá, ficou esquecida. Aí eu senti que o futuro era aqui. O que é que fiz? Eu troquei a minha barraca, que não era urbanizada por uma urbanizada. Lá na velha eu não cheguei a ter RIP porque na hora que a gente criou a associação e ela começou a andar foi no momento que chegou o calçadão. Aí virou um problema. Eu tinha uma barraca minha, sem RIP e eu parti, pensando no futuro (..) Eu fui ser permissionário. Aí, foi uma coisa bem bolada. Surgiu o calçadão novo. Todo mundo com aquela sensação. Só que eu deixei de ter uma coisa minha pra ser permissionário. Porque nessa barraca de permissionário quem manda é a Prefeitura. É sua, mas até na cor da roupa era a Prefeitura quem mandava. Na época era uma bata verde com o nome Emlurb. A barraca não podia ter nome. Era barraca ‘A’, ‘B’ ... Aí ficou o calçadão da Praia do Futuro, a praia velha e o Caça e Pesca. Aqui era chamado o calçadão das arapucas porque era dentro de um buraco, pequena (...) Aí eu vim de lá porque começou a aparecer favela e aqui começou a aparecer mansão nas dunas. Como eu já tinha uma visão, eu disse: ‘a tendência é isso aqui encher de favela. O negócio é pra lá.’ Aí tinha o Caça e Pesca e o ‘meio’. Eu optei pelo calçadão. O calçadão naquele tempo era coisa de outro mundo. E realmente deu certo. Eu passei uma fase ruim, mas deu certo porque eu tô no melhor lugar da praia hoje. O lugar mais valorizado da praia é o ‘meio’.

Após a promessa da “praia do meio”, “Seu” Marinho narra a maneira como ela começou também a decair e outra “praia” a despontar como outra promessa.

Aí o que foi que aconteceu? Aconteceu que o calçadão aqui não aprovou porque o cliente quer estrutura (...) Tu quer tudo na mão. Uma barraquinha sem estrutura, uma arapuca (...) Hoje na Praia aqui, tu quer o quê? Fazer umas compras, pegar um sol, tu dorme um pouco, toma banho, tem tudo (...) O que foi que aconteceu? A gente foi engolido pela aquela parte de lá [do Caça e Pesca] que cresceu de uma maneira impressionante. Tinha o Itapariká, o Chico do Caranguejo, o Subindo ao Céu, o Ula Ula. Um monte de barraca. A Coco Beach, com cascata, piscina. Aí engoliu. Aí nós ficamos lamentando. O calçadão começou a ser abandonado.

É importante atentar para o fato de que, ao se referir à “praia nova”, o barraqueiro fornece valiosas pistas para o entendimento das dinâmicas entre essas “praias”. Enquanto a “praia do meio” ou do “calçadão” parecia ter uma referência espacial mais ou menos circunscrita, “a praia urbanizada”, a “praia nova”, era uma forma de classificar barracas que possuíam entre si as características de ter crescido e possuir uma estrutura diferenciada. Nesse sentido, até trechos da “praia” do Caça e Pesca já despontava como “praia nova”.

A saída apontada por ele para reverter o abandono da “praia do meio” era fazer com que essas barracas urbanizadas crescessem. A urbanização havia construído cerca de 22 “arapucas”, todas sob controle de uso e expansão por parte da Prefeitura. O lado bom apontado por ele desse cenário estava no fato de que a Prefeitura já havia deixado, a essa altura, de realizar fiscalização e renovar os contratos anuais dos permissionários. Isso facilitou a venda das “arapucas”, o que possibilitou que essa “praia” voltasse a crescer.

A gente se perguntava: quem é que vai comprar uma permissão de uso? Só tinha uma saída (...) Se colocar um cara grande, um grande arrasta o outro, entendeu? Aí um dia chegou o Argemiro [proprietário da barraca CrocoBeach]. Na época [no ano de 2000] a barraca era uma arapuca. Só que a dele era um arapuca diferente. Todas essas barracas grande daqui hoje foram arapucas. Tinha dois tipos. Tinha a arapuca e tinha a ‘bandinha’. Aquela barraca atual dele, da CrocoBeach, é lugar de cinco ‘bandinha’ (...) Agente precisava de um cara que botasse grana e comprasse a briga pra chamar outras pessoas. Então, era eu, o Saturnino, o Valdinei e o Aldair. Agente era diferenciado. A gente começou a valorizar essa área aqui. De que forma? A gente já começou a colocar a faixa. Esses quatro barraqueiros...a gente criou uma maneira diferente de levantar nossa área. Como não deu certo a urbanização...deu certo, mas ninguém ia segurar turista com arapuca. Esses barraqueiros não pensam em crescer. Fui eu que convenci o Argemiro a comprar nessa ‘praia’. Eu precisava de um doido pra comprar uma barraca. Porque você sabe, aqui não podia fazer nada, era controlado. Tinha que ser um doido porque o cara que tem dinheiro ele só pensa em crescer. Aqui não tinha chance pra gente crescer. Aí nasceu a CrocoBeach, na praia. Aí começou a mudar tudo. Com a mudança na barraca dele começou a atrair o público que agente queria. A Prefeitura abandonou. A gente começou a melhorar. Tudo começou com a minha barraca. Com a CrocoBeach apareceu a Vira Verão dentro dessa área ainda que era das arapucas. Depois da Vira Verão, a Marulho cresceu. Várias barracas mudaram depois disso. De repente nós transformamos uma área que tava ruim na melhor. Hoje é a melhor área de barraca de praia do Brasil.

Esse aspecto da dinâmica das barracas no início da ocupação da Praia é importante por assinalar o contraste nas redes de interdependência de barracas-complexos e “excedentes”. Se, como relata “Seu” Marinho, os restaurantes eram

fixos e os barraqueiros pioneiros, eram móveis, atualmente, com a transformação destes em empresários, passaram a se estabelecer como fixos (barracas-complexos) e os vendedores ambulantes a assumirem a posição de móveis, revelando disputas e conflitos em torno dos usos da Praia.

Por outro lado, a dinâmica entre as divisões da Praia do Futuro narrada e vivenciada por “Seu” Marinho, a partir dos seus movimentos, revela a forma como a urbanização da Praia foi produzindo um conjunto de barracas distintas em relação às demais. Isso favoreceu certa posição de poder daqueles barraqueiros associados, que aos poucos assumiam funções fundamentais nas dinâmicas do lazer da Praia. Aos poucos, entre essas barracas urbanizadas, algumas foram se autonomizando em relação às demais.

3.3 Dilemas da urbanização da Praia do Futuro

O avanço e o crescimento físico das barracas ocorreram paralelamente ao acúmulo de propostas de urbanização para a Praia. Um desses marcos sucedeu a propósito da construção da Praça 31 de Março. Edificada durante a gestão municipal do prefeito Evandro Ayres de Moura, ela fora apresentada como o principal espaço aberto para uso do lazer praiano. Essa “praça pública” tinha como principais qualidades “equipamentos de lazer, como restaurantes, lanchonetes, *playgrounds* e uma área para camping” voltados para dar “condições de lazer” aos seus usuários, até então inéditos em espaços abertos na Praia⁴⁸.

Um ano antes o mesmo jornal noticiava que a proposta de construção desta praça incorporaria além de barracas, “campo de pelada, parque para crianças, local para pic-nics e sombrinhas de praia”. Esses dados são significativos por demonstrar a tensão que se tornará cada vez mais característica a esta praia:

⁴⁸ Há pouco, a atual gestão da Prefeita Luizianne Lins autorizou a construção da “Praça do Futuro”, obra aprovada no Orçamento Participativo municipal que será erguida no mesmo lugar onde atualmente se encontra a Praça 31 de Março. Os quiosques em estado de degradação até então existentes haviam dado lugar a instalação do Cirque du Soleil, em junho de 2009. Desde então, apenas um grande vazio a servir de espaço de passagem para banhista passou a caracterizar este lugar. A obra prevê a construção de dois campos de futebol de areia, quadras de vôlei de areia, duas quadras poliesportivas pavimentadas, uma pista de *skate*, pista de *cooper*, ciclovias, equipamentos de ginástica, quiosques para lanchonetes, além de escritório para a Secretaria Executiva Regional II e espaços para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. O objetivo é construir um “espaço público na Praia”. Antes mesmo de ter os poucos equipamentos retirados para a armação do Circo, há anos a Praça passava por processo de degradação. Esse processo intensificou-se com o advento das barracas-complexos que passaram a oferecer serviços e equipamentos privados nos seus limites. Cf. *O Povo*, “Praça do Futuro custará R\$ 5 milhões”, de 24/03/2011.

aquela que envolve o aumento vertiginoso de barracas e sua expansão para áreas consideradas públicas e as propostas de controle do lazer praiano por parte do poder público.

É possível inferir a partir daí que o lazer da Praia do Futuro estava se estruturando quanto às posições de interesses acerca dos seus limites físicos e simbólicos, embora já fosse possível constatar certa confusão entre os “territórios”. Apesar desses limites ainda não serem questionados como problemas, era dada como fato notório a presença de contradições entre os usos de sua faixa de praia (*O Povo*, de 07 de março de 1979).

De toda forma, aos poucos, o acirramento das posições acerca da Praia e de seus limites ia tomando ares de denúncia de um tipo de “ocupação anárquica”.

De vez em quando a Praia do Futuro comparece ao noticiário dos meios de comunicação. E comparece mais pelos aspectos negativos do processo de ocupação a que foi submetida do que pelas suas virtudes que se apequenam diante daqueles (...) Vejamos o que acontece. A ocupação da praia, desde o relevo até a orla, desde o Mucuripe até a Barra do Cocó intensificou-se a partir do prolongamento da Santos Dumont – uma obra construída sob os auspícios da integração, mas logo transformada em fator de especulação imobiliária. Voltemos a um velho tema. Todas as dunas ali existentes, consideradas as mais características de Fortaleza, transformaram de imediato em loteamentos ou terrenos avaramente conservados para comercialização no futuro, e passaram a ser ocupados de vários modos, mediante critérios violentadores da fisiografia e do meio natural (...) Evidentemente, o que ali está posto sugere apenas a perda que a ocupação anárquica de dados espaços da Praia do Futuro representou em termos paisagísticos (...) No momento, emerge outra ordem de preocupações – a Praia do Futuro vem sendo ocupada, tanto na orla quanto nas dunas, sem um projeto. Tememos a abertura para um adensamento que deixa antever a eclosão de graves problemas de saneamento básico (...) Antes de tudo elaborar, enquanto ainda há tempo, um projeto integrado para a Praia do Futuro, por meio do qual se possa corrigir pelo menos parte das distorções que remontam ao início da ocupação da área (*O Povo*, de 5 de junho de 1981).

Nesta nota do Jornal constam as representações mais comuns à Praia: “virtudes” da ocupação (“praia do futuro”); “obra para integração” (“praia do presente”), “especulação imobiliária”, “ocupação sem projeto”; “terrenos avaramente conservados para comercialização no futuro”, “ocupação anárquica”, “aspectos negativos do processo de ocupação” da “orla”, “eclosão de graves problemas de saneamento básico” (“praia do caos urbano”). A dinâmica entre essas representações é sugerida pelo caso da Avenida Santos Dumont, acesso que

pareceria concretizar no presente as promessas de futuro do lugar, mas que se transformou em fator de “especulação imobiliária” e ocupação “irregular” da “orla”.

Um aspecto fundamental que perpassa as primeiras medidas que buscam conter esse avanço diz respeito à espacialização da urbanização. Com isso, afirmo que, apesar dessas propostas, em grande parte, terem como pano de fundo toda a extensão da Praia, apenas alguns trechos foram recebendo ao longo dos anos intervenções com vistas à organização do seu lazer. Os órgãos fiscalizadores de sua ocupação tiveram papel importante nas dinâmicas de usos do lazer efetuados pelas barracas.

A constatação acerca da seletividade das intervenções com vistas à urbanização é demonstrada não só pelo exemplo da Praça 31 de Março, cuja construção foi realizada no fim do prolongamento da Avenida Santos Dumont, ambas símbolos da “praia do presente”, então planejada para ser a principal via de acesso à Praia. Além de “Seu” Marinho, outros barraqueiros me relataram nas entrevistas e em conversas informais que esse fato favoreceu uma espécie de migração para esta área da Praia de barraqueiros mais antigos já instalados em outras áreas, como o trecho Chez Pierre/Clube dos Engenheiros, considerado o mais antigo, nas imediações do bairro Serviluz, já que, em virtude da crescente atenção dada pelo Poder Público, a área da Praça passou a ser vista como trecho de expansão urbana.

Na matéria “Urbanização da Praia do Futuro vai começar”, de 02 de janeiro de 1984, do mesmo jornal, era prevista “a urbanização do trecho que vai da Avenida Perimetral à Praça 31 de Março”, o que compreendia 2.680 metros de praia. Afirmava-se que esse modelo de urbanização seguia o adotado para a Avenida Beira-Mar, onde, no lugar de barracas isoladas, seriam construídos conjuntos padronizados reunindo seis barracas cada, “cujo número total dependeria de quantos barraqueiros se apresentarem para arrendá-las”. A prioridade no arrendamento das barracas seria dada aos “barraqueiros que já trabalham naquela parte da orla marítima de Fortaleza”.

Ficaria a cargo da Empresa de Urbanização de Fortaleza-EMURF (mais tarde EMLURB) a realização e fiscalização das obras. Uma das primeiras medidas adotadas por esse órgão foi a cobrança de uma taxa aos permissionários das barracas cujo valor era mais alto do que aquele praticado na Beira-Mar. A taxa tinha

por função, segundo palavras do presidente do órgão citadas na matéria, complementar as obras realizadas pela Prefeitura no trecho já que

esse tipo de procedimento já foi feito, por exemplo, quando da construção do prolongamento da avenida Santos Dumont. Alguns proprietários que pagaram essa taxa estão com seus terrenos *situados nas proximidades da área urbanizada* [Grifo meu]. [A taxa cobrada aos barraqueiros, conforme o mesmo raciocínio, se justificaria tendo em vista que estes] “serão os mais beneficiados com a urbanização da Praia do Futuro.

Outros elementos referenciados na mesma matéria merecem ser enumerados por serem representativos dos argumentos aqui levantados acerca das interdependências e coerções que foram circunscrevendo Poder Público e alguns barraqueiros dos trechos que passaram a ser objeto de intervenções. Merece ser destacado o fato da taxa cobrada àqueles barraqueiros que no trecho da Praça permaneceram ser a mais alta da Cidade, uma espécie de moeda de troca; o terreno pertencia à própria Prefeitura, não havendo, portanto, a necessidade de desapropriações; e, principalmente, esta obra de urbanização era apresentada como a obra mais cara da gestão do prefeito Evandro Ayres de Moura; o arquiteto contratado foi o mesmo que realizou a urbanização da Beira-Mar; dentre as principais mudanças estava a construção de quadras de esportes, bancos de concreto e iluminação pública, posto médico e banheiros públicos.

O presidente da Emurf fez questão de salientar que os barraqueiros não serão expulsos da área, mas apenas afastados enquanto se processam as obras de urbanização. Ainda não há um levantamento do número deles, o que será feito à medida que os trabalhos forem avançando. As barracas novas serão de três tipos diferentes, de acordo com o tamanho: pequena, média e grande (...) Em sucessivas reportagens, O Povo denunciou o estado de abandono daquela área da cidade, ocupada desordenadamente por barracas e bares desprovidos de higiene, que em alguns trechos fornecem o quadro necessário para a proliferação da marginalidade. Se a beleza natural das praias de Fortaleza estimula a visita dos turistas, o que se espera da Prefeitura é que verifique o estado de algumas praias da cidade, entre elas a do Futuro. Em diversos trechos ela está praticamente abandonada.

Essa matéria sobre a proposta de urbanização da “praia do Futuro” que selecionou um só trecho, revela, no comentário final do Jornal, a correlação entre barracas e densidade semântica associada a sua ocupação: “enquanto se processam as obras de urbanização”, “à medida que os trabalhos forem avançando”, “estado de abandono daquela área da cidade, ocupada desordenadamente”, “fornece o quadro para a proliferação da marginalidade” e “abandonada”.

Cabe lembrar que, antes da proposta de urbanização de 1984, alguns anos antes, outras medidas foram cogitadas para a Praia, como as de junho e dezembro de 1981, sob a gestão municipal de Lúcio Alcântara, sem recursos para realizá-la. O mesmo jornal afirmava que a proposta era digna de aplausos por favorecer a “higienização daquele recanto da orla marítima, principalmente as áreas utilizadas para o lazer de amplas camadas da população”, sendo as principais as de “classe média, sem maiores opções para a necessária higiene mental”.

3.3.1 Uma “praia sem futuro”: a construção da “praia do presente” e “do caos urbano”

Durante toda a década de 1980, o crescimento do número de barracas na Praia resultou em várias medidas visando ao seu controle ou retirada. A então EMLURB (antes EMURF) assumiu a função de fiscalizadora desse tipo de uso da praia. Inicialmente, as primeiras medidas adotadas se resumiam em retirar, utilizando-se inclusive da força, as estruturas de barracas. Logo em seguida, essas medidas foram unidas a outras mais preocupadas em estabelecer convênios e concessões de usos a alguns barraqueiros.

Como a delimitação das áreas de praia no Estado e restante do País ainda não havia sido estabelecida do ponto de vista jurídico (o que só ocorreu em 1989, com a Lei de Gerenciamento Costeiro), coube àquela empresa municipal, em Fortaleza, estabelecer parâmetros para o disciplinamento dos usos das suas praias. Foi sob a gestão da prefeita Maria Luiza Fontenele, durante sua “administração popular”, que esses tipos de medidas foram mais adotados nessa década.

Parece lógico deduzir que essas medidas incidiram em grande parte sobre as áreas que passavam a receber algum tipo de intervenção com vistas a sua urbanização e incorporar semanticamente referências à “praia do presente”. Alguns empecilhos, contudo, dificultavam sua implementação.

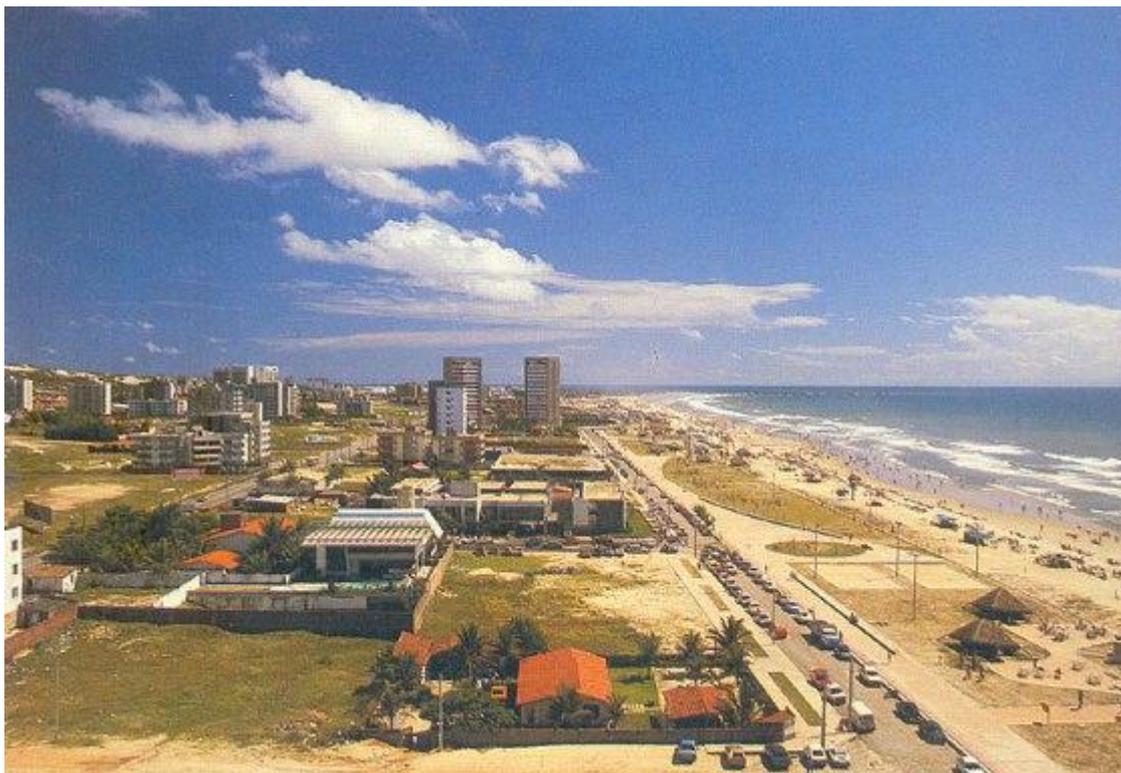


Imagem 20. Intensificou-se a ocupação da Praia do Futuro. À direita, urbanização da “praia do calçadão”, no trecho da Praça 31 de Março, em fins da década de 1980. Detalhe, em primeiro plano, para a presença das “arapucas”, barraca intermediária entre a barraca-artesanal e as barraca-complexo. As “arapucas” estavam sob a responsabilidade administrativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza e de uso por parte dos barraqueiros associados à então ABPF. Nas areias, avistam-se as barracas excedentes, fora da urbanização. Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Paulo Lamarão, advogado da AEPF.

O trecho da Praça 31 de Março (Imagem 20), também conhecido como “praia do meio”, “praia do calçadão” ou “praia nova”, que havia recebido barracas padronizadas, principal exemplo da “praia do presente”, já reunia também “barracas e cadeiras excedentes”. Para executar redução do número de barracas desse trecho, foi reunida uma grande equipe, que envolvia: quatro coordenadores, 20 fiscais, 72 garis, um operador de pá mecânica e um auxiliar. Foram utilizadas ainda “10 caçambas, quatro carros lastro, dez chibancas e dez pés de bode”. A Polícia Federal, a Polícia Militar e o Batalhão de Polícia de Trânsito atuaram como “grupo de apoio”. Uma consulta há cerca de 382 pessoas, supostamente “usuárias de toda a faixa já urbanizada”, revelou que estas estavam insatisfeitas com o “estado de conservação dos equipamentos e serviços existentes na praia”. (*Diário do Nordeste*, de 19/10/87).

Um caso envolvendo um dos barraqueiros instalados nesse trecho merece uma nota. “Vasquinho”, considerado “o mais antigo barraqueiros daquele local”,

trabalhava em uma das duas barracas de um proprietário que se negava a repassar a posse definitiva a ele, já que esta era a condição dada pela EMLURB àqueles localizados em áreas excedentes e com pretensões de nelas permanecerem. Esse caso revela certa concentração de propriedade das barracas em torno de alguns barraqueiros que foram assumindo posições de poder na configuração que se tecia.

No trecho inicial previsto pelo projeto de urbanização, havia cerca de 96 barracas distribuídas em torno de apenas 33 proprietários. Cada barraqueiro “trabalhava numa matriz, além de duas ou três filiais”. “A nossa intenção é deixar o barraqueiro em apenas uma barraca”, afirmava o presidente da EMLURB. De toda forma, os barraqueiros permaneceriam, até o término do projeto, nas barracas existentes até a posterior “delimitação do [novo] espaço de trabalho”. Era prevista a construção de 28 barracas no lugar das 96, sendo que aquelas, pelo Projeto, seriam “ampliadas, duplicando o tamanho das antigas barracas-padrão”.

Em toda a extensão da Praia, do antigo restaurante e barraca Chez Pierre ao Clube do Caça e Pesca, funcionavam 336 barracas para 155 barraqueiros, dos quais apenas 13 possuíam autorização de uso do cada vez mais atuante Serviço do Patrimônio da União (*Diário do Nordeste*, de 20/10/87), órgão que passou a concentrar as funções de fiscalização e controle dos usos da praia até então a cargo da EMLURB.

Na negociação sobre os novos critérios a incidir sobre as barracas e as áreas a serem ocupadas, a associação dos barraqueiros do trecho ficou encarregada de definir juntamente com a empresa municipal, os novos limites. A essa altura, os barraqueiros do trecho da Praça 31 de Março passaram a apresentar contrapropostas de urbanização na busca de se distinguirem das barracas-padrão instaladas pela Prefeitura.

Os barraqueiros da Praia do Futuro, mais precisamente no trecho compreendido entre a Praça 31 de Março até as barracas já urbanizadas, continuam esperando a resposta da Superintendência de Obras Públicas (Suop), Empresa de Urbanização de Fortaleza (Emlurb) e de outros órgãos da Prefeitura, no sentido de agilizar o anteprojeto alternativo, elaborada com a participação direta daqueles comerciantes (...) ‘Nosso projeto prevê a construção de instalações modernas em alvenaria, sem agredir a palhoça que dá o aspecto regional’, [afirmava um dos associados, proprietário de uma barraca onde os demais do trecho se reuniam periodicamente para] ‘discutir os problemas e as possíveis soluções para a reformulação geral pela qual vai passar a Praia do Futuro’ (*Diário do Nordeste*, de 20/10/87).

Em 1989, mesmo ano de criação da Lei de Gerenciamento Costeiro, a constatação acerca da relação entre barracas e imagem mais divulgada da Praia, como lugar desordenado e caótico, parecia se consolidar junto à chamada opinião pública. Nessa ocasião, por conta do crescente número de barracas, foram intensificadas tais representações, em particular a de “praia do caos urbano”, e o avanço das barracas passou a resultar em mais iniciativas dos barraqueiros em torno da elaboração de propostas alternativas de ordenamento da Praia.

A matéria de *O Povo* de 14/05/1989, “Caos urbano ameaça o bairro do futuro” revelava que o próprio “projeto alternativo” dos barraqueiros estava ensejando conflitos de usos e definições dos espaços entre os “estabelecidos” na Associação e os barraqueiros “outsiders” (ELIAS, 2000) “excedentes”.

O bairro do futuro, sonho de muitos e da classe imobiliária que investiu na praia com esse nome como uma nova fonte de renda, ainda é obscuro e distante. Mesmo depois de iniciado o projeto de urbanização envolvendo a Procuradoria Geral da República, a Prefeitura de Fortaleza, Governo do Estado e Associação dos Barraqueiros, que desenha um novo contorno para as barracas à beira-mar, o local continua sendo alvo de grupos de sem-teto. Aleatoriamente, eles armam as suas barracas tanto na orla marítima, com fins comerciais – venda de bebidas, peixes e caranguejos, somando já um total de 400 – de acordo com os dados da Procuradoria Geral da República, como fora da faixa de praia, onde os casebres já formam pequenas favelas (...) O projeto que prevê alinhamento das barracas, da Praça 31 de Março ao Clube de Engenharia, que foi idealizado pelos barraqueiros (...) está sendo desrespeitado por eles próprios. As barracas continuam, em sua maioria, com grande parte construída em alvenaria, ignorando o projeto que prevê a construção em tijolos apenas para cozinhas e banheiros e a conservação de boa área para a preservação do verde. As cadeiras, que deveriam ficar apenas na faixa sob a barraca de palha, espalham-se sem nenhum alinhamento em grande faixa fora das barracas.

Esses barraqueiros excedentes, situados às margens dos projetos oficiais e alternativos de urbanização, referidos pela matéria como “barracas”, “eles próprios”, “grupos de sem tetos” e “pequenas favelas”, não possuíam representação junto à associação de barraqueiros, configuração tecida entre os barraqueiros das áreas já urbanizadas, organizada principalmente com base naqueles instalados no trecho da Praça 31 de Março.

Os barraqueiros associados à ABPF haviam conseguido nessa ocasião exceder em 10 metros a área de suas barracas além do previsto no projeto inicial, com o objetivo de pôr mais mesas, cadeiras e empanadas. Eles passariam a contar, a partir de então, com 42x55 na dimensão de suas barracas. Para o então

presidente da Associação dos Barraqueiros, Raimundo “Quente”, a “regularização” por parte da Prefeitura daria mais segurança a eles, pois poderiam trabalhar “dentro da lei”. Mesmo assim, esse fato não agradou a todos os associados à ABPF. Para o proprietário da barraca Itapariká, Fernando Ramos, a ampliação prevista ainda pelo Presidente da ABPF representava área menor do que a estabelecida pelos barraqueiros antes da urbanização, não aceitando, portanto, “reduzir o espaço ocupado”.

Parece ser a característica mais marcante do lazer da Praia do Futuro a diversidade e conflito de interesses. É o que se mostra de imediato hoje ao observador interessado nele, quando se levam em conta os usos do seu lazer, como, por exemplo, os praticados pelos “coqueiros” e pelas centenas de vendedores ambulantes, móveis e fixos. São esses “excedentes” hoje, como se formassem *outra* praia, durante o lazer praiano, que mais são contrastados à imagem atual da “praia nova” divulgada pela AEPF. Leite (2001) sugere que essas dinâmicas de usos e contra-usos da cidade estabelecem fronteiras simbólicas mais instáveis no espaço urbano, embora podendo isolar e demarcar lugares em conflito.

Os barraqueiros da AEPF foram construindo posições de poder nos embates anteriores em torno de propostas de urbanização para a Praia do Futuro. Mais à frente, discorro sobre a centralidade da atual Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF nas vigentes redefinições de usos e classificações da Praia, ora em consonância ora de forma independente dos agentes públicos, dando ênfase ao Projeto Turístico Esta Praia Tem Futuro. Por volta desse momento, registraram-se maior autonomia e a centralização das medidas e decisões da Associação e dos seus associados no interior da “mancha” do lazer praiano.

Em todo caso, apesar de deixar à margem a maioria dos barraqueiros instalados na Praia, o projeto “alternativo” passou a ser incorporado pelos agentes públicos. A legitimidade das novas construções passou a ser disputada principalmente entre esses atores. Mesmo assim, eram feitas ressalvas a elas. A opinião do arquiteto nomeado pela Prefeitura de Fortaleza, responsável pela construção das barracas do trecho, é reveladora das necessidades de crescimento das barracas:

Não é com botecos de três metros por cinco que se vai atrair o turista. Nós precisamos é de grandes restaurantes, instalações sanitárias. E não apenas

isso, mas banheiros amplos, onde os banhistas possam deixar guardadas as suas roupas, para irem tomar banho, curtir a praia sem preocupações (...) Não ficará uma barraca na faixa de praia. As que já existem vão ser retiradas (*O Povo*, 1989)

A então Associação dos Barraqueiros da Praia do Futuro (reconhecida formalmente em 1993), que reunia os barraqueiros do que ficou conhecido como Polo Turístico Atlântico Sul, onde se encontravam as barracas padronizadas, pedia a inscrição da ocupação de seus associados, como forma de reconhecimento de sua atividade de barraqueiros. Em ofício encaminhado pela Associação à coordenadora do Departamento de Defesa do Consumidor, em 24 de fevereiro de 1994, sintetiza os embates e transformações nas barracas de praia do trecho:

Por volta da década de 1970, começaram a surgir as primeiras barraquinhas nesse trecho. Com o desenvolvimento da cidade e o conseqüente aumento de frequência pública nestas praias, já causadas também por esta infraestrutura informal, a Administração Pública, através da Empresa Municipal de Urbanização – Emurf, achou por bem intervir por volta de 1984 para a urbanização do referido trecho. Fez-se a medição e a conseqüente redistribuição de área e construção de guaritas, denominadas de ‘arapucas’, com 16m² de área, as quais foram entregues aos barraqueiros na ocasião, em substituição as que possuíam e que foram demolidas em seguida. Informamos ainda que nenhum barraqueiro foi indenizado pela perda de suas barracas originais, justamente por estarem recebendo novas barracas, as quais os mesmos barraqueiros deveriam concluir dentro do projeto, sob suas próprias expensas, o que foi feito na íntegra, e que apesar disso perderam o seu direito de propriedade.

Como é possível perceber, esses embates diziam respeito às propriedades dos barraqueiros, os quais, à medida que avançavam na Praia, atuavam para mudar seus significados, limites e espaços. A definição desses limites, como visto, não foi ponto passivo entre os vários atores envolvidos, seja entre os próprios barraqueiros, seja entre esses e o Poder Público. As medidas de retirada de barracas adotadas por parte dos órgãos fiscalizadores, os conflitos entre barraqueiros associados e barraqueiros excedentes são reveladores das posições divergentes já tomadas no interior do espaço social das barracas.



Imagem 21. Vista aérea da Praia do Futuro, anos 2000. Detalhe para a ocupação das *areias* pelas barracas-complexos das imediações do Hotel Vila Galé, construído em 2001. Ao fundo, edifícios multifamiliares. Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Paulo Lamarão, advogado da AEPF.

Em 2002, já com o nome de Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF, uma longa carta encaminhada pela entidade ao então prefeito Juraci Magalhães descrevia o crescimento das barracas e as transformações nas propriedades dos barraqueiros (Imagem 21). Tal ação se justificava, pois era prevista a urbanização, para aquele ano, de cerca de 1.500 metros do calçadão da Praia. Temendo qualquer intervenção que não levasse em conta as ações da AEPF e dos órgãos públicos ao longo dos anos anteriores, inicialmente, era lembrado que havia cerca de quarenta anos os barraqueiros estavam estabelecidos no trecho, aspecto que deveria ser levado em conta para o reconhecimento desse tipo de uso da Praia.

A expansão e organização do lazer praiano passaram então a ser reivindicados como vantagens características das barracas que a AEPF, na ausência do Poder Público, se encarregou ela mesma de direcionar e delimitar seus lindes:

Durante quatro décadas houve uma evolução das estruturas de atendimento ao público e uma ocupação da faixa de praia de forma espontânea por barracas de vários padrões, atendendo a todas as camadas sociais (...) A evolução das estruturas de praia, não foi acompanhada pela

ação dos poderes públicos, tanto Municipal, Estadual ou Federal, mesmo que tenham havido várias intervenções, no sentido de urbanização e outros melhoramentos. No entanto, essas intervenções se caracterizaram pela falta de uma coordenação e pela ausência de uma legislação própria de uso e ocupação do solo, que levasse em conta o conhecimento da comunidade e a especificidade da praia (...) A preocupação com a melhoria da praia vem também se arrastando há décadas, tanto que nós empresários da área, no início, isoladamente e após reunidos em Associação, buscamos juntos aos órgãos competentes o desenvolvimento de um trabalho (...) Algumas ações foram encaminhadas, trazendo como resultado um plano estratégico para a requalificação da Praia do Futuro, os projetos de ordenamento da faixa de praia, de saneamento, de segurança pública e ações efetivas e contínuas do SEBRAE/CE na qualificação dos recursos humanos, na divulgação da praia e da nossa logomarca.

O aspecto rude e simples das barracas-artesanaís passou a ser a qualidade mais combatida, quando se buscava justificar o crescimento das barracas-complexos. No próximo segmento, lanço mão das propriedades das barracas de praia e suas transformações de usos. São analisados documentos, relatórios e propostas de organização do lazer praiano por instituições como o SEBRAE, que tem contribuído para intensificar, ao longo dos anos, os aspectos de diferenciação, racionalização operacional e econômica de alguns desses estabelecimentos.

3.4 As barracas da “praia mais badalada da cidade”

Das primeiras barracas-artesanaís construídas com lonas e improvisadas, na década de 1970, às barracas-complexos de lazer atuais, as propriedades dos barraqueiros foram se tornando não só marcas características desse lazer praiano, reconhecido dentro e fora da Cidade, como alvos de conflitos, envolvendo barraqueiros da “praia nova” e “praia velha”, agentes públicos e vendedores ambulantes (Imagens 22 e 23).

Aos poucos, as posições no interior dessa “mancha de lazer” foram estabelecidas com base no acúmulo desigual de propriedades econômicas e simbólicas, resultando em conflitos de usos, na modificação das estruturas das barracas e no incremento de aspectos de ornamentação, estilização e *design*, tão valorizados nos espaços típicos do chamado “urbanismo pós-moderno” (ARANTES, 2001, 2000b; HARVEY, 2005, 2004). Essas modificações se intensificaram com a internacionalização da Praia do Futuro, desde a vinda de investidores estrangeiros, que passaram a adquirir barracas e outros empreendimentos turísticos, como pousadas e hotéis.



Imagens 22 e 23. Área do salão da barraca “Zé da Praia”, na “praia velha”, com vistas para uma favela. Detalhe para a torre do Projeto Guardiões da Praia abandonado num “domingo na praia”. Fotos do autor: fevereiro de 2010.

Não é à toa que os conflitos envolvendo a Secretaria do Patrimônio da União e empresários se intensificaram sobremaneira durante o período em que o Projeto Turístico Esta Praia Tem Futuro realizou intervenções no lazer das barracas,

sendo a última delas a implementação do projeto Guardiões da Praia, em 2006, em cujas torres constam as logomarcas da AEPF e da SETUR. Por ora, cabe descrever as modificações nas propriedades dos barraqueiros e sua relação com as posições ocupadas no interior do espaço das barracas de praia.

Como já visto, o primeiro convênio a ser estabelecido diretamente entre agentes públicos (Procuradoria Geral da República, Prefeitura de Fortaleza, por meio da EMLURB e Patrimônio da União) e barraqueiros, previa uma série de restrições aos usos da Praia, que iam desde a delimitação do tamanho da área a ser ocupada por parte de cada barraca à quantificação do número de cadeiras e mesas. Um “termo de permissão de uso”, de 12 de fevereiro de 1990, concedido pela EMLURB a uma barraqueira pode ser tratado como chave analítica para captar algumas dimensões das propriedades em uso naquela ocasião de redefinições do espaço das barracas.

Nesse Termo a praia era considerada “bem de uso municipal”, segundo a classificação dada pela Prefeitura de Fortaleza, cabendo à permissionária atender às condições contratuais previstas. Além de questões acerca de duração do contrato e valores, outras cláusulas a obrigavam a obedecer ainda aos seguintes parâmetros: utilizar quantidade máxima de 35 mesas e 140 cadeiras “dentro do espaço delimitado pela EMLURB”; o objeto do contrato só poderia ser utilizado com fins comerciais; a transferência do uso da barraca deveria ser autorizada antecipadamente pela Empresa Municipal; era vedada qualquer comercialização do espaço publicitário da barraca, já que eram de barracas padronizadas. A barraca do referido Termo, por exemplo, era de tipo D, nº 15, da urbanização da Praia do Futuro.

Esse aspecto de controle da expansão das propriedades das barracas efetuado pela EMLURB é um marco significativo que deve ser assinalado acerca das mudanças ocorrentes em seguida na dinâmica de “integração” e “diferenciação” (ELIAS, 2008; 1994) do seu lazer praiano. Além da AEPF, o SEBRAE- Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa, ocupou uma função importante no redimensionamento das barracas mediante o incentivo ao empresariamento dos seus serviços e estruturas, que, diferentemente da Empresa Municipal, propôs seu crescimento físico e econômico.

Um diagnóstico realizado pelo SEBRAE em setembro de 1993, intitulado “Pesquisa Setor Turismo – Barracas de Praia”, fornece dados importantes para o entendimento dessas mudanças. O objetivo do diagnóstico era definir e propor medidas para organizar, do ponto de vista operacional, as barracas de praia de Fortaleza. Ao todo, foram identificadas 574 “unidades de turismo” em toda a orla, incluindo hotéis, pousadas e barracas, sendo que, destas, 151 eram constituídas de barracas pertencentes à Praia do Futuro, a única a apresentar o maior número dessas estruturas, correspondendo a 70% de concentração, quando comparada às demais praias.⁴⁹

A explicação para tal concentração de barracas é dada pela Empresa, em função da “qualidade da praia (despoluída, extensa, larga e paisagística)”.

Consequentemente, a força natural do mercado levou para esta localização a maior parte das barracas, inclusive as de melhor estrutura de atendimento e de maior índice de lucratividade (...) A praia mais distante sem um sistema de transporte coletivo muito eficiente não permite que camadas populares dos habitantes de Fortaleza possam desfrutá-la. Há, portanto uma seleção de nível social e de renda, deslocando-se para a Praia do Futuro pessoas com condução própria. Estes fatores concorrem naturalmente para que as barracas instaladas na Praia do Futuro tenham melhor estrutura física, seus proprietários realizem maior volume de investimentos e portanto, ocorra maior concorrência entre aquelas barracas aí situadas.

Para a Empresa, os aspectos de seleção do público, distância, competição e infraestrutura de lazer justificam-se com base em uma explicação lógica: sendo mais isolada do que as demais praias, o que remetia à ausência de pouca infraestrutura urbana, a Praia do Futuro favorecia a sua utilização apenas para segmentos mais seletivos do ponto de vista social e de renda. Essa seletividade era apontada como variável responsável pelas mudanças nas estruturas de barracas da Praia, levando a uma maior concorrência entre barraqueiros.

Até meados da década de 1990, quando essa pesquisa em análise foi realizada, era comum, além da concentração da propriedade de barracas nas mãos de poucos barraqueiros, como visto antes, o emprego de familiares nelas, inclusive muitas das quais servindo também de moradia, denotando a ausência de uma espécie de racionalização dos seus processos produtivos, por meio da divisão entre local de trabalho e de moradia, algo que se intensificou com o empresariamento

⁴⁹ Além da Praia do Futuro, foram pesquisadas ainda as barracas das praias da Beira-Mar (66), Praia de Iracema (02) e Mirante (07).

inaugurado pelas barracas-complexos, em cujo processo o SEBRAE cumpriu papel importante.

Em geral, as barracas das praias de Fortaleza possuíam propriedades que justificavam sua classificação, por parte do SEBRAE, em microempresas. Apesar dessa classificação, não poderiam ser designadas como empresas por constituírem “firmas individuais”. Em média, havia três sócios por barraca, todos pertencentes ou não à mesma família. Cerca de 73% delas possuíam membros familiares na sua administração. Do total das barracas, 56% empregavam entre quatro e nove pessoas enquanto 42% entre dez e 20.

A busca em definir o perfil operacional das barracas de praia por parte do SEBRAE insere-se num conjunto de mudanças de usos previstos para as barracas. Essa maior divisão racional exerceu-se também sobre o trabalho, bem como sobre o próprio espaço da barraca, o que intensificou os aspectos de diferenciação espacial de algumas delas no interior da “mancha de lazer”. Esse aspecto está presente, também, tanto em espaços urbanos da Cidade, como observou Bezerra (2009) a respeito da Praia de Iracema e Gondim (2007) a propósito do Centro Cultural Dragão do Mar, como fora da cidade (ZUKIN, 2000). Nesses “espaços urbanos pós-modernos” predominam a mistura de usos e a estilização dos ambientes.

A ausência de racionalização poderia ser mais bem observada, segundo a Empresa, na gestão administrativa das barracas da Praia. Apenas 62% delas tinham a prática de “traçar suas metas com regularidade”, o que se refletia diretamente nos baixos índices de: controle de caixa (57,8% das barracas), fluxo de caixa (51,17%) e controle de despesas (51,1%). Esses aspectos de “ausência de controles formais” constatados eram mais característicos, quando se levava em conta “o porte micro da grande maioria das empresas que ainda se caracteriza como unidade familiar, onde a presença de parentes ocorre em alto percentual”.

Do total de barracas da Praia, 98% dos proprietários “dirigem eles próprios seus negócios há mais de 2 anos”; 52% estão a mais de 6 anos, “o que revela uma estabilidade no ramo”, sendo a propriedade de barracas a “atividade principal” para 87% dos barraqueiros. O tempo de permanência na Praia não era apontado pelo SEBRAE como fator preponderante para o seu “associativismo”. Senão vejamos: apenas 9% estavam registrados no antigo SINDETUR (Sindicato de Empresas de Turismo) e 24% possuíam registro na Empresa Brasileira de Turismo-EMBRATUR.

Das 151 barracas da Praia do Futuro, apenas 6,67% dos seus proprietários eram filiados à Associação dos Barraqueiros da Praia do Futuro, contra 93,33 de não-associados.

No que diz respeito à oferta de produtos pelas barracas, todas comercializavam bebidas alcoólicas, refrigerantes e tira-gostos; 78% serviam suco ou água; 40% contavam com som ambiente; 20% apresentavam som ao vivo e 02% possuíam material para jogos e 78% delas trabalhavam com cardápio impresso. Esses elementos já constituiriam fatores para diferenciação das barracas da Praia do Futuro quando comparada com as demais praias, sendo que, no seu interior, já era notório que “as barracas de maior grau de capitalização procuram elevar seu nível de desempenho e resultados buscando a oferta de serviços e lazer diferenciados”. Dentre esses fatores de diferenciação constava que apenas 16% delas ofereciam mais de dez variedades de tira-gostos e 07% disponibilizavam mais de 10 tipos diferentes de refeições e bebidas, excluindo-se a cerveja.

Em toda a extensão das praias de Fortaleza, era possível assinalar o seguinte padrão de infraestrutura operacional das barracas: 96% possuíam fogão comum; 91%, instalações elétricas; 80%, instalações hidráulicas; 62%, geladeiras; 58%, *freezers*; 24%, transporte próprio e 02%, fogão industrial. Esse quadro era revelador da “fragilidade e precariedade das barracas para uma qualificação para o atendimento turístico”. O fato de todas as barracas não possuírem instalações elétricas e hidráulicas, cerca de 13% delas, significava que ainda estavam em “estágio de total artesanidade”.

Por conta desses elementos comparativos de diferenciação das propriedades das barracas, a Praia do Futuro já era responsável por atrair certa corrente turística, de maior poder aquisitivo, enquanto as “barracas instaladas nas demais praias, naturalmente, recebem uma outra fatia do mercado, formada por clientes nativos e de menor poder aquisitivo”.

No geral, a avaliação da Empresa acerca do “perfil operacional das barracas de praia” de Fortaleza concluía, em relação à Praia do Futuro, que a maior concentração espacial delas nesta praia se devia ao fato de aí se localizarem “as unidades de melhor categorização e com condições de bem atender ao turista ou visitante da cidade”; que algumas barracas já eram classificadas como “empresas” e que já apresentavam “alto grau de consolidação de propriedades das instalações e

experiência gerencial”. Por outro lado, ainda persistiam alguns traços que a aproximavam das demais praias de Fortaleza, como “baixo nível de ações de natureza coletiva ou associativa” e precariedade das instalações higiênicas.

Em 1995, dois anos após o diagnóstico do SEBRAE, era possível assinalar outras classificações oficiais similares das barracas de praia de Fortaleza tomando como parâmetro a presença de aspectos de higiene e limpeza. A Secretaria Estadual do Meio Ambiente-SEMACE, órgão responsável pela chamada balneabilidade das praias do Estado, lançou nesse ano o Projeto Praia Limpa com o intuito de intervir nos trechos de praia mais poluídos.

Duas áreas-piloto foram planejadas para a intervenção: a primeira, compreendendo a Praça 31 de Março, nos limites entre as barracas “Água Viva” e a barraca “Alves”, onde havia a presença de 23 barracas; a segunda área, a praia da Barra do Ceará, nos limites entre o antigo Clube de Regatas e o píer que fazia divisa com a praia das Goiabeiras. Nesse trecho, havia 144 barracas.

Além dessas áreas iniciais, estava prevista a expansão do projeto para outros trechos das praias. Na Praia do Futuro, essa expansão abrangia a Praça 31 de Março ao Clube do Caça e Pesca, reunindo 42 barracas; da Praça 31 de Março ao início do calçadão, onde finalizava o trecho das barracas padronizadas, nos limites entre as barracas “Verde e Branco” e “Karlux’s”, se encontravam 45 barracas. Do calçadão ao antigo Chez Pierre, entre as barracas “Esquina do Futuro” e “Casarão”, havia 41 barracas. Por fim, a Beira-Mar, nos limites das barracas “Portal do Sol” e “Iracema”, havia 66 barracas.

O objetivo do Projeto Praia Limpa foi modificar “o comportamento dos freqüentadores, dos vendedores ambulantes e dos proprietários de estabelecimentos comerciais (barraqueiros)”. A proposta do projeto em mudar esse comportamento assemelha-se, em menor escala, ao que Elias (1994, p.134) entende por “processo civilizador” (Imagem 24). Para ele,

as boas maneiras continuam em processo de formação. O novo padrão não surge da noite para o dia. Algumas formas de comportamento são proibidas não porque sejam anti-higiênicas, mas por que são feias à vista e geram associações desagradáveis.



Imagem 24. Comportamento mais reservado. Mistura de funções no salão dedicado à organização de festas e ao consumo do complexo América do Sol num “domingo na praia”. Esta barraca é responsável por atrair um público mais diversificado em termos de gostos musicais, renda e estilos. Foto do autor: fevereiro de 2010.

A constatação acerca da diferenciação nos aspectos de limpeza e higiene no litoral de Fortaleza era o parâmetro de classificação para as praias. Com base não apenas no critério comportamento, como transparece na citação a seguir, estas foram classificadas em limpas, intermediárias e sujas.

Relacionando-se esta classificação com sua localização na cidade e com o nível de renda das pessoas que as habitam e/ou freqüentam, pode-se admitir que o referido serviço prestado pela Prefeitura se orienta nitidamente por um atendimento diferenciado (...) Com efeito, segundo os dados da pesquisa, observa-se que as praias esteticamente limpas de Fortaleza são as localizadas no trecho Praia de Iracema – Beira-Mar. Nesta área, onde estão localizados a grande maioria de hotéis de luxo, os flat’s mais suntuosos e os condomínios fechados das pessoas de alto poder aquisitivo, observa-se uma elevado padrão de eficiência do serviço de limpeza pública, consubstanciado na oferta de um espaço comparativamente mais limpo.

Além das praias de Iracema e Beira-Mar (“limpas”), foram identificadas as “praias de periferia” (“situados nos bairros de população de baixa renda, tais como, Kartódromo, Barra do Ceará e Goiabeiras”) caracterizadas por apresentar “configuração inversa àquela identificada nas praias do trecho Iracema-Beira-Mar”. Era observado que nas imediações da praia do Kartódromo a situação urbana se

agravava, pois havia se transformado em “lixão”. Quanto a Praia do Futuro, classificada como “praia intermediária”,

freqüentada principalmente pela classe média de Fortaleza, notabilizou-se pela oferta de um mar despoluído e de caranguejos que podem ser degustados em praticamente todas as barracas da orla. Na escala adotada no relatório pode ser considerada como de situação intermediária entre as praias limpas e as praias sujas e apresenta trechos mais ou menos limpos em função das ações dos comerciantes estabelecidos na área (barraqueiros), dada a insuficiente capacidade de atendimento da Prefeitura.

Apesar da seleção pela renda do público de classe média por trechos mais “limpos” da Praia, aspecto que a singularizava por apresentar no seu interior tanto qualidades das “praias limpas”, típicas do trecho Iracema-Beira-Mar, quanto aspectos das “praias sujas”, próprias das “praias de periferia”, era possível enumerar “traços comportamentais” que impediam a Praia de ser classificada totalmente como “limpa”:

1. Os frequentadores optam por localizar-se fora da área de cobertura das barracas, onde inexitem “equipamentos para deposição dos resíduos produzidos durante o período de permanência na área”;

2. “Em nenhum dos trechos visitados observou-se a presença de coletores, à exceção de alguns vendedores de sorvete que acoplam ao carrinho um cesto para papéis”; “há frequentadores que não têm por hábito utilizar estes equipamentos e, em muitos casos, mesmo na proximidade deles, lançam ao chão o lixo que produzem”;

3. “Do ponto de vista dos comerciantes (barraqueiros) a manutenção de espaços limpos afigura-se como atrativo para a freguesia e, em função deste fato, realizam diretamente os serviços de varrição. Note-se, porém, que os critérios de limpeza e higiene variam de forma substancial de comerciante para comerciante”;

4. “Um outro fator que agrava e dificulta a limpeza e manutenção da área é o comportamento dos garçons que não seguem as orientações e contribuem para o acúmulo de lixo em áreas inadequadas, e dos vendedores ambulantes, principalmente os que vendem cocos, que por não se fixarem em nenhum lugar específico não tem interesse na manutenção de espaços limpos”.

No que diz respeito aos vendedores ambulantes os conflitos com os barraqueiros envolvendo questões relacionadas à limpeza haviam sido encaminhados para o estabelecimento de contratos em que alguns vendedores eram credenciados a permanecerem na área da barraca, sendo, contudo obrigados a recolher o lixo de sua atividade.

A expansão e o crescimento das barracas foram ocorrendo nos embates entre os agentes envolvidos e revelando disputas simbólicas em torno dos espaços e significados de praia. O lançamento e a implementação, em 1999, do Projeto Turístico Esta Praia Tem Futuro, uma ação conjunta entre AEPF e SETUR, são considerados, por dois aspectos, marco na reviravolta das posições dos barraqueiros acerca dos usos e classificações da Praia.

Em primeiro lugar, essa dinâmica consolidou e legitimou a posição de poder da AEPF no interior da configuração e de seus associados, concentrando em suas mãos as funções de planejamento do lazer praiano, já que passava a atuar diretamente na redefinição dos seus novos limites, e outras mais relacionadas com o controle sobre as armações de outros barraqueiros excedentes; em segundo lugar, favoreceu, por conta disso, uma sobreposição semântica entre barracas-complexo e praia, resultando no fenômeno sociológico que pode ser sintetizado no que Dagnino (2004, 2000) designa por “deslizamento semântico”.

3.5 “Esta Praia Tem Futuro”: a praia da AEPF

A posição de poder alcançada pela AEPF na configuração de lazer manifesta-se mais diretamente sobre os aspectos apontados como negativos que passavam a caracterizar a Praia do Futuro. A sua autonomização e de seus associados em relação a outros barraqueiros e ao Poder Público, em andamento em fins dos anos 1980 e início da década de 1990, foi significativa nas redefinições do seu lazer praiano.

Durante a vigência do Projeto Turístico Esta Praia Tem Futuro, os aspectos de centralidade da AEPF e de deslizamento semântico (praia/barraca) foram mais acentuados. Por meio da maior ligação e atuação dos associados reunidos na AEPF teve curso uma espécie de “processo civilizador” (ELIAS, 1994) do espaço das barracas de praia. Cabe agora investigar como este sucedeu.

Em ofício encaminhado em 10 de março de 2000 aos agentes envolvidos⁵⁰ com o Projeto Esta Praia Tem Futuro, a então ABPF relatou algumas atividades desenvolvidas segundo o “interesse coletivo da Associação”. Dentre essas ações realizadas, estavam o concurso para a confecção da logomarca da Praia do Futuro (lançada oficialmente no dia 23/03/2000, na barraca Tropicália, atualmente na “praia nova”); um mutirão de limpeza e “campanhas educativas” do SEBRAE/SEMACE/EMLURB; início da execução do projeto de Urbanização e ordenamento de faixas de praia da AEPF a cargo do arquiteto Inácio Montenegro, contratado pela Associação e sob a orientação da Delegacia do Patrimônio da União; florestamento da Praia, além de um acordo entre Associação dos Barraqueiros e Órgãos Públicos com o objetivo de “disciplinar a área de atuação dos vendedores ambulantes na Praia do Futuro”. Nesse acordo, se havia estabelecido que nenhum ambulante poderia comercializar seus produtos nos salões das barracas. Além dessa medida, outra determinava os produtos que poderiam ser vendidos.

O lançamento da logomarca representava, de modo particular, um ato simbólico fundamental para os barraqueiros reunidos na Associação, uma vez que passaram a buscar reconhecimento como empresários e não mais como barraqueiros. A ABPF passava agora a ser divulgada com a abreviação AEPF. É recorrente nas entrevistas que realizei e nas conversas informais com os associados à AEPF lembrarem essa distinção, um dos aspectos que ressaltam a divisão entre “praia nova” e “praia velha” (Imagens 25 e 26).

É possível constatar a presença da logomarca da AEPF nas torres do projeto Guardiões da Praia, ao lado da identificação da marca da SETUR. Nela, além das letras, uma representação de duas mãos cerrando união é retratada, o que remete, segundo a presidente da Associação, tanto à nova união firmada entre os empresários quanto à parceria destes com a SETUR. Antes de tratar do “reordenamento da praia” pela AEPF, cabe lembrar as condições e a estrutura do Projeto Esta Praia Tem Futuro na qual essa proposta se insere.

⁵⁰ Empresários e representantes do Patrimônio da União.



Imagens 25 e 26. Na primeira imagem ornamentação em pedras do complexo Atlantdz. Na segunda, entrada pelo calçadão do complexo CocoBeach. Fotos do autor: março de 2009.

Por ocasião do lançamento do “Esta Praia Tem Futuro”, algumas condições eram lembradas pela então ABPF para a eficácia das medidas a serem adotadas: ela dependeria da “organização dos agentes, conciliação de interesses e da vontade política para resolver os problemas da Praia do Futuro”; “o projeto

deverá resolver os problemas do presente, no entanto, já preparando as condições para concretizar ações portadoras de futuro” e a identificação de prioridades para a Praia, dentre as quais questões de infraestrutura, limpeza e higiene, profissionalização dos barraqueiros e segurança.

O Projeto passou então a ser subdividido entre cinco grupos de trabalho com vistas a atender essas prioridades de modo mais autônomo. Foram eles: Grupos de urbanização e infraestrutura, segurança, equipamentos, capacitação/qualidade e imagem/comunicação, que trabalhariam “pontos prioritários, objetivando promover e consolidar a Praia do Futuro como Centro Turístico, tornando-a competitiva, melhorando sua habitabilidade, conservando e resgatando sua imagem”.

Nos vários ofícios a que tive acesso, encaminhados pela SETUR e pela AEPF a outros agentes públicos e privados, era-lhes cobrada participação em um desses grupos, ao mesmo tempo em que era lembrada a urgência em se concretizar as ações esperadas. Aos olhos desses dois agentes, só com o engajamento de todos os empresários associados se poderia alcançar o objetivo principal do Projeto, que era “transformar a praia em um modelo de serviços”. Para isso algumas estratégias foram encaminhadas de modo prioritário, com o intuito de dar mais visibilidade às ações. Atuar diretamente sobre as armações de outros barraqueiros que impediam, para a AEPF, a construção de uma “nova” Praia do Futuro parecia ser a medida mais urgente a ser tomada.⁵¹ “Nós que fazemos a Praia do Futuro somos conscientes de que as mudanças que necessitam ser implantadas nesta praia, não são simples, sabemos que é um projeto de médio e longo prazo” – lembrava a AEPF.

Em ofício de 06 de novembro de 2001, o Secretário de Turismo do Estado, Sr. Raimundo Viana, lembrava que

estamos trabalhando em ações concentradas na *melhoria geral da praia* [Grifo meu] e que solicitamos à Prefeitura, em reunião conjunta, ações de limpeza pública, trabalho com ambulantes, iluminação e sinalização (...)

⁵¹ Até mesmo essa aparente concordância sobre esse fato, em alguns momentos, produziu certo mal-estar entre AEPF e SETUR. Esse parece ser o tom de uma mensagem enviada ao Secretário de Turismo em exercício, Sr. Marcos Pompeu de Souza Brasil, acerca da lentidão das ações. Era lembrado que, corrido quase três meses desde o lançamento do Projeto, nenhuma grande intervenção havia sido posta em prática na Praia, dentre elas a retirada de barracas em “estado decadente” (Ofício da AEPF à SETUR, de 24 de novembro de 2000). Em resposta (Ofício à AEPF, de 11 de dezembro de 2000), o Secretário lembrava do compromisso e dava certezas em “produzir efeitos significativos para a Praia”.

Ressaltamos que este mês entrou em funcionamento o Hotel Vila Galé, que é voltado para um público nacional e internacional, cuja captação do investimento, bem como do Hotel Lisboa foi ação da SETUR, colocando a Praia do Futuro no mapa do turismo internacional.

Por volta desse momento, a AEPF, então assumindo uma posição mais determinante, reunia cerca de 108 empresários associados, responsáveis por empregar mais de 3.000 funcionários diretos e por abrigar nas áreas de praia próximas às barracas em torno de 9.000 empregos indiretos (Ofício à SETUR, de 07 de dezembro de 2000). Nem todos os barraqueiros, todavia, estavam associados à AEPF, em particular, os do trecho da “praia velha”.

As reuniões organizadas para elaboração e implementação do Projeto, que ocorriam nas dependências das barracas da “praia nova” (por exemplo, Chico do Caranguejo, Crocodilo, Itapariká, América do Sol e Marulho, principalmente) ou na própria sede da SETUR, eram sempre acaloradas, já que envolviam debates sobre intervenções de grande vulto. Elas podem ser consideradas aqui como espaços de produção de consenso acerca da praia que se buscava estabelecer. Era durante essas reuniões que se tecia uma rede de informação e comunicação entre empresários ligados à AEPF, responsável por circular significados de praia em jogo mais ou menos comuns entre esses agentes.

Esse consenso foi estabelecido em torno dos seguintes aspectos prioritários de conflito sobre a Praia: infraestrutura e serviços públicos, tais como “segurança, higiene, saneamento básico, preços cobrados e assédio de vendedores ambulantes no interior de barracas e na praia, bem como a regulamentação da atividade de ‘barraqueiros’”. Essa relação de prioridades além de se basear nas constatações dos barraqueiros, é fruto de pesquisa realizada junto aos frequentadores da praia” (AEPF, “SETUR divulgará plano de ação para a Praia do Futuro”, de 22 de novembro de 1999).

Em novembro de 1999, poucos meses após o lançamento oficial do Projeto, a AEPF já realizava, por conta própria, e sob fiscalização da DPU, o “ordenamento das faixas de praia, delimitando a área de ocupação das barracas e a retirada de estabelecimentos abandonados em áreas da União”. Por esse período, já eram contabilizadas seis barracas abandonadas retiradas, sendo que outras oito tinham prevista sua demolição.

Analisando o “relatório de vistoria das barracas do trecho 1”, produzido pelo Projeto, de dezembro do mesmo ano, onde se situam as barracas da “praia velha”, é possível inferir que um número maior de barracas era objeto de remoção. Dos cinco trechos classificados para intervenção, o de número um era o que apresentava “problemas mais urgentes”. Ao todo, foram identificadas 38 barracas nesse trecho, considerado pelos empresários reunidos na AEPF como o principal referencial de contraste para a construção da “nova Praia do Futuro”. A seguir, descrevo as ações da AEPF por meio do Grupo de Trabalho “Urbanização e Infraestrutura”, que passou a concentrar as principais medidas que incidiram diretamente sobre a redefinição física do espaço das barracas de praia e outros aspectos de “civilização” (ELIAS, 1994).

Embora até o lançamento do Projeto “Esta Praia Tem Futuro” o padrão das barracas não se diferenciava de forma tão acentuada como atualmente, ainda que houvesse algumas diferenças entre elas, o trecho 1 (que compreendia o conjunto de barracas situadas entre o bairro Serviluz e a rua Renato Braga, fora do espaço das barracas padronizadas do antigo Projeto Atlântico Sul) passou a concentrar as duras medidas de retiradas. Barraca a barraca, a vistoria seguia uma mesma linha de avaliação: identificação da barraca/associada/não associada à AEPF/determinação do delegado (Sr. José Dantas, delegado da gerência do Patrimônio da União)/observação do Grupo de Urbanização e Infraestrutura.

Alguns casos merecem ser citados como ilustrativos das medidas adotadas pela AEPF e DPU. Numeradas em ordem crescente desde o início daquele trecho a avaliação constatava e concluía o seguinte acerca das barracas-artesaniais da “praia velha”. Transcrevo aqui trechos do relatório onde constam as avaliações dos casos que aos olhos da AEPF pareciam se distanciar do novo padrão de barracas de praia a ser construído.

1. Barraca “Galeão”: “não-associada; Edificação gigantesca e continua em obras; Estranha-se o tamanho da obra e a proposta do empreendimento”;
2. Barraca “Bar ao Vento”: “não-associada; Pedir casa para a família, depois retirar a barraca; Moradia de 06 pessoas”;
3. Barraca “Norte Sul”: “não-associada; Oficiar para que vá ao Patrimônio da União; Moradia de casal com 02 filhos. Nota-se obra recente de ampliação. Não tem

funcionado comercialmente nos últimos 03 meses. Cobertura irregular. Se não demolir mandar cobrir de palha”;

4. Barraca “São José”: “não-associada; oficial para que vá ao Patrimônio da União; Barraca bem pequena. Comércio e moradia para 08 pessoas. Colada às Barracas Jangada e Edílson Praia Bar. Esgoto exposto e cobertura do teto não tem uniformidade. O proprietário não quer conversar com o Projeto. Quer vender a barraca, comprar um barco e voltar para a pesca”;

5. Barraca “Edílson Praia Bar”: “não-associada; Retirar muros, liberar a passagem ao lado da barraca e remanejar a areia; Ocupa uma área imensa do lado direito da barraca, com muro, barracão e palhocinhas em estado decadente e já tombados pela ação do vento e da areia”;

6. Barraca “Pai Herói”: “não-associada; Oficial para melhorar aspecto (urgente); Moradia de 08 pessoas (avó, filhos e netos). É ponto de encontro de caminhoneiros. Cercada com pedaços de madeira, coberta com vários tipos de materiais. Não tem nenhuma arborização. Apresenta problemas de esgoto e higiene (aspecto decadente)”;

7. Barraca “Zona Zen”: “não-associada; Derrubar parcialmente; Moradia. Parece hospedar um pessoal “meio estranho”. Está toda fechada de madeirite com cobertura irregular. Não tem atividade comercial”;

8. Barraca “Mariscos”: “não-associada; oficial para retirar cerca e cobrir de palha (uniformizar cobertura), recuar o barracão da areia, que está avançando (fora de alinhamento)”;

9. Barraca “Veleiros”: “não-associada; diminuir o tamanho do salão, concentrar a área de serviços num só ponto e cobrir de palha (uniformizar cobertura). Ocupa grande área, sem necessidade. Observação: As três barracas acima e mais a Barraca “Tia” são da mesma família. Propomos reunião para solicitar projetos e acordo de acomodação”

10. Barraca “Zé da Praia”: “não-associada; prazo até 22/12/1999 para resolver problemas de esgoto e higiene. Retirar a palhoça da frente, que está fora do alinhamento. Prazo de 30 dias para uniformizar cobertura”.

11. Barraca “O Peixe”: “não-associada; Verificar débito junto ao Patrimônio; Péssimo visual, ampliando verticalmente, paredes tortas, parte coberta com lonas velhas. Aspecto da fachada e do teto extremamente decadente. Colada às barracas da Tia e Dionísio”.

A “avaliação” emitia o seguinte parecer final acerca das barracas do trecho: “Este trabalho teve uma repercussão extremamente positiva. Sua visita às barracas fez os barraqueiros entenderem que desta vez o Projeto é de verdade. Estamos à disposição para continuar as vistorias, basta que confirme a data de sua conveniência (Delegado da DPU)”; “A maioria dessas barracas são muito relaxadas. O aspecto dos proprietários chega a ser constrangedor. Normalmente os homens estão sem camisa e as mulheres em trajes de banho e ambos trabalhando no atendimento ou com alimentos (Observação do grupo de Urbanização)”.

Além de propor mudanças nos aspectos arquitetônicos e externos das barracas, como os referentes à infraestrutura das barracas do trecho 1, tal como os pareceres há pouco reproduzidos dão a entender, as regras de atendimento e manuseio de alimentos constituíam também fatores fundamentais para a constituição de uma “nova praia”. Nos anos que se seguiram ao Projeto, várias medidas de mudança nas práticas apontadas como tradicionais no interior das barracas passaram a ser propostas. O SEBRAE foi responsável por orientar todos os cursos e seminários com essa finalidade. O intuito era transformar a qualidade dos serviços oferecidos nas barracas, seja daqueles realizados na cozinha, seja no trabalho de atendimento dos garçons.

A referência a um dos documentos utilizados nesses cursos, tomado aqui como espécie de “manual de etiqueta e de bons modos” (ELIAS, 1994), fornece pistas instigantes acerca das novas regras de comportamento incentivadas desde então (Imagem 27). A centralidade alcançada pelas barracas-complexos deve-se, em grande parte, às mudanças de usos da praia. Além das medidas impostas pelos empresários aos garçons, contudo, os clientes passaram também a exercer pressões a favor de novos padrões de comportamento, da qualidade dos serviços e dos produtos ofertados durante o lazer.



Imagem 27. Área interna do complexo CrocoBeach durante o *show* da banda de pop rock Nenhum de Nós. Foto do autor: abril de 2008.

No mesmo ano de lançamento do Projeto “Esta Praia Tem Futuro” um seminário intitulado “Qualidade no Atendimento” realizado na barraca Marulho, então sede da AEPF e propriedade de sua atual presidente, prescrevia regras de comportamento e habilidades requeridas ao “garçom de praia”. Embora considerasse que algumas regras poderiam ser transpostas de espaços mais tradicionais de atuação do garçom, como os restaurantes, o seminário buscava estabelecer um atendimento diferenciado e específico às barracas de praia.

Algumas qualidades deveriam assim ser atendidas com vistas a alcançar esse objetivo. O primeiro e mais importante aspecto a ser observado se referia ao comportamento.

As regras de atendimento não são muito diferentes de restaurante para restaurante. Estando num restaurante de hotel ou em uma barraca praiana, o cliente espera sempre de quem o atende, atitudes comportamentais básicas. Garçons fumando ou mascando chicletes, por exemplo, choca tanto quem está num restaurante *à la carte* quanto numa barraca de praia. Garçons trocando informações entre si aos gritos também passam a idéia de desrespeito.

A apresentação pessoal do garçom deveria envolver regras básicas, como boa postura e apresentação desde que este estivesse

sem bigodes, de cabelos penteados, unhas limpas e sem esmalte, sem perfume, sem desodorantes fortes, sem jóia (abrindo-se exceção para alianças e relógios discretos) com uniformes impecáveis e levando no bolso só o material necessário para o trabalho: abridor, caneta, talão de comanda, fósforos e um guardanapo, de preferência branco.

O “garçom de praia” deveria reunir ainda outros traços comportamentais: “Ter sensibilidade diante das diversas situações”, “ser pontual”, “ser cortês no atendimento de clientes internos e externos”, “ter tato para lidar com problemas e pessoas”, “ter firmeza de caráter (as pessoas de comportamento dúbio não são respeitadas entre os colegas e nem aceitas pelos empregadores)”, “estar atento à linguagem corporal utilizada”, “ter habilidade de uso do tom de voz”, “ser capaz de apresentar atendimento personalizado”.

As condições de trabalho, em se tratando de praia, impunham exigências que se distanciariam dos preceitos morais acerca do caráter ou personalidade do garçom, embora deles não prescindissem. A areia da praia obrigaria o garçom à “deslocar-se de forma mais discreta”. Este deveria ser “elegante no transitar entre clientes”. O fato de se tratar de local ventilado e próximo ao mar exige habilidades na comunicação: “a falta de acústica da praia exige tom de voz acima do normal”.

Outras “boas maneiras” (ELIAS, 1994) deveriam ser atendidas durante a realização do trabalho do garçom: “durante o período de trabalho não é permitido aos garçons postura desleixada, tais como: ficar encostado nos coqueiros, balaústres ou toldos das mesas”; “o fato do serviço ser realizado na descontração de uma praia não é motivo para que o garçom deixe de atentar para a seriedade do seu trabalho”; “o garçom de praia deve estar preparado para situações adversas”, como, por exemplo, jogos nas areias de frescobol, voleibol ou pipa, que possam causar incômodo ou mesmo acidentes.

O manual concluía expondo outras exigências consideradas fundamentais ao bom trabalho dos “garçons de praia”. Dentre estas, as características físicas e intelectuais. Em relação às primeiras, as condições impostas ao “garçom de praia” pela topografia do local envolviam aspectos de agilidade e destreza: “destreza manual” (sic) (“o garçom de barraca deve ser hábil na condução de bandejas, garrafas e demais materiais de praia”); “equilíbrio” (“deslocar-se na areia requer preparo acima do normal. O garçom de barraca deve ter físico apropriado para exercer essa função. Embora não seja exigência, os profissionais que não fumam e

não bebem levam vantagem em relação a estes”); “fonação e audição normais” (“um garçom gago ou fanhoso pode causar embaraços tanto aos clientes quanto a si mesmo”); “visão” (“trabalhar exposto ao sol e à claridade excessiva de uma praia requer dos profissionais uma visão acostumada ao ambiente. O uso de óculos escuros não é aconselhável”); “olfato e paladar apurados” (“praticamente todos os frutos do mar exalam fortes odores. Desta forma, os utensílios utilizados no serviço de barraca merecem atenção redobrada, pois podem deixar cheiros desagradáveis de um cliente para outro. Isso requer do garçom olfato aguçado para perceber possíveis odores indesejáveis. O paladar evita que comidas estragadas cheguem à mesa do cliente”); por último, “sensibilidade” (“ser capaz de distinguir se uma cerveja está na temperatura adequada ou se o prato não esfriou é de fundamental importância. Ser capaz de reconhecer diferenças nas cores ou odores dos produtos também é importante”).

As regras para o “bom atendimento” incluíam ainda aptidões “intelectuais” e de “personalidade” com vistas a satisfazer o “cliente de barraca”, considerado distinto daqueles que normalmente frequentam restaurantes. O manual prescrevia como exigência intelectual ter: “boa memória”, “capacidade de compreensão oral”, “facilidade para o domínio de línguas estrangeiras”, “memória de nomes, números, objetos e fisionomia”. No que se refere à “personalidade” do garçom, esperava-se que ele revelasse durante seu trabalho “honestidade, simpatia, sociabilidade, vivacidade, persistência, estabilidade emocional e discrição”.

Além da consulta a esses manuais, por diversas vezes pude registrar nas entrevistas e em conversas informais com empresários ligados à AEPF o relato em tom negativo do trabalho realizado pelos garçons antes do Projeto e da atuação do SEBRAE. Normalmente, eles eram acusados de se apresentarem mal vestidos, de realizarem roubos a clientes e de estarem despreparados para atender turistas e fortalezenses.

Com essas orientações, o SEBRAE passava a incentivar mudanças nas práticas de atendimento no interior das barracas, resultando, ao lado de outras similares, no cercamento do sentido de praia que a dinâmica desses equipamentos parece ter favorecido. Essas regras de comportamento impostas mais recentemente aos garçons pela Empresa surgiram paralelamente às mudanças nos padrões das barracas e aos novos hábitos que os clientes que passaram a frequentá-las

puderam praticar. Nesses complexos há espaços mais restritos para a realização de refeições e cuidados com a higiene pessoal. Sem falar que os novos padrões de cozinha internacional desses complexos retiram da vida pública (ELIAS, 1994) a armazenagem, o tratamento e o preparo dos alimentos.

Este isolamento das funções naturais da vida pública, e a correspondente regulação ou moldagem das necessidades instintivas, porém, só se tornaram possíveis porque, juntamente com a sensibilidade crescente, surgiu um aparelhamento técnico que solucionou de maneira muito satisfatória o problema da eliminação dessas funções na vida social e seu deslocamento para locais mais discretos. A situação não foi diferente no tocante à mesa. O processo de mudança social e o avanço das fronteiras da vergonha e do patamar de repugnância não podem ser explicados por qualquer condição isolada e, decerto, não pelo desenvolvimento da tecnologia ou pelas descobertas científicas. Muito ao contrário, não seria difícil demonstrar as bases sociogenéticas e psicogenéticas dessas invenções e descobertas. (ELIAS, 1994, p.144).

À mesa, na “quinta do caranguejo”, são marcantes os modos como o consumo do crustáceo se tornou algo ritualizado e pacientemente realizado. Apesar de exalar forte cheiro por comportar bastante molho e condimentos, o consumo do caranguejo pelos clientes dos complexos se distancia da forma como ele é preparado e consumido nas barracas-artesaniais ou mesmo antes delas, quando os alimentos eram preparados à vista de todos, sem grandes requintes ou sofisticação.

A grande procura pelos serviços diferenciados de atendimento das barracas-complexos, hoje, por parte de turistas e visitantes que se dirigem à Praia do Futuro, é um indício da eficácia dessas transformações operadas nas barracas de praia.

Nas avaliações de clientes e frequentadores acerca dos serviços do seu lazer praiano, a alusão ao trabalho de garçons configura-se como um dos aspectos mais ressaltados. Outros, porém, são lembrados atuando nas classificações da Praia do Futuro em “praia nova” e “velha”. É digna de nota nesse sentido a “Avaliação da Praia do Futuro Segundo Seus Frequentadores” produzido pela SETUR no ano de lançamento do Projeto Esta Praia Tem Futuro.

Segundo essa Secretaria, os dados referentes aos frequentadores da Praia, em 1999, revelava o seguinte perfil dos usos do lazer praiano: 52,7% residiam fora de Fortaleza, dos quais 5,9%, em diferentes cidades do Estado e 46,8% em outros estados. Os residentes em Fortaleza somavam 47,3%. A Praia possuía um público assíduo em torno de 29,3%, dos quais 5,8% frequentam todos os dias, e os

demais 70,7% são frequentadores eventuais. Entre os frequentadores que eventualmente visitaram a Praia do Futuro 74,6% são turistas, dos quais 66,2% residem fora do Ceará e 8,4% no restante do Estado. Os residentes em Fortaleza representavam 25,4%.

Esses dados acerca da concentração eventual do público em alguns dias são reveladores do fato de que o lazer da Praia caminhou, após o Projeto e as ações do SEBRAE, para uma certa temporalidade socioespacial dos usos do seu lazer praiano que a transformaram fisicamente e, em consequência, os significados semânticos comumente atribuídos à praia (“bem público de uso comum do povo”). Essa temporalidade elegeu “o domingo na praia”, “a quinta do caranguejo” e os dias de *shows* e eventos como os mais significativos na sedimentação de sua imagem atual de lugar praiano.

Quanto à avaliação por parte desses frequentadores dos serviços públicos e infraestrutura existentes na Praia, a SETUR emitiu o seguinte quadro:

Em relação aos serviços públicos, todos os itens avaliados pelos frequentadores apresentaram índice muito aquém da qualidade mínima exigida (90%), podendo-se considerar críticos todos os itens: iluminação pública obteve 74,1%, informação turística (58,1%), sinalização de trânsito (69,1%), limpeza pública (39,6%), telefone público (73,1%), segurança pública (39,1%), serviços de ônibus (50,5%) e serviços de táxi (77%). Os serviços oferecidos pelas barracas podem ser considerados críticos, na opinião dos frequentadores, tendo em vista que os itens avaliados obtiveram índices bem abaixo aos padrões exigidos de qualidade para o item Qualidade (80,3%), Atendimento dos Garçons (66,6%) e Higiene nos Banheiros (38,7%).

Considerando apenas os aspectos que agradavam os frequentadores era dado destaque aos itens praia (33,9%), barraca (7%) e atendimento (7,4%). Dentre os que mais desagradaram do ponto de vista dos turistas estavam: Vendedores Ambulantes/Pedintes (24,1%) e Segurança (11,2%). Por último, a avaliação concluía que para os turistas, considerados um segmento dos frequentadores, algumas medidas poderiam ser tomadas para tornar a Praia do Futuro mais agradável e atraente, dentre elas: “eliminar os seguintes aspectos desagradáveis, como limpeza das praias (25,3%), melhorar a infra-estrutura (24%), mais segurança (19,7%), baixar os preços (8,5%), diminuir ambulantes e pedintes (3,5%), mais atrações musicais nas barracas (4,1%), urbanização das praias e áreas afins (3,6%), melhorar o atendimento (2,3%).”

O esforço analítico pela compreensão dos significados dos novos usos do lazer praiano em curso, que não se reduza, portanto, apenas a constatar a avaliação utilitária da eficácia de serviços e da qualidade dos produtos por parte de empresários, fortalezenses e visitantes, deve ser o de primeiramente tomar esses usos que se dão nas e pelas ações daqueles que escolhem a barraca-complexo como maneira de se situar *na praia*. O lugar ocupado por esse espaço, flexível e em constante redefinição física, como venho demonstrando, parece se articular com aspectos de disputas em torno dos significados envolvidos com as lutas por reconhecimento a cargo da AEPF.

A constatação, por parte da AEPF e do SEBRAE, da precariedade e artesanidade das barracas de praia, seja do ponto de vista das estruturas, seja quanto aos aspectos de higiene e limpeza, resultou, em fins dos anos 1990, numa tentativa de gestão compartilhada entre a Associação e a Secretaria de Turismo do Estado. O Projeto Esta Praia Tem Futuro é considerado, nesse sentido, o momento em que a sobreposição das classificações da Praia (“praia do futuro”, “praia do presente” e “praia do caos urbano”) pôs em prática várias ações e propostas de reorganização do seu lazer praiano, com suporte nos quais se intensificou a divisão entre “praia nova” e “praia velha” e as posições ocupadas pelas barracas-complexos no seu interior, no momento de maior acirramento dos conflitos envolvendo a Praia.

A posição ocupada pela AEPF no interior dessa transformação resultou em algumas mudanças fundamentais na sua atual classificação como lugar praiano. O crescimento das barracas-complexos pode ser avaliado como parte de um processo de profissionalização e fechamento do sentido atribuído à praia (Imagens 28 e 29). Vale à pena tomar a narrativa da AEPF acerca do crescimento de certas barracas para ilustrar essa mudança de significado.

É comum nos discursos dos barraqueiros associados e nos registros documentais levantados nesta pesquisa junto à AEPF justificar a necessidade dos grandes complexos de lazer no concernente à improvisação das primeiras barracas e das qualidades do público, que, por volta das décadas de 1960/1970, se dirigia à Praia do Futuro em busca do seu lazer praiano: um público, na avaliação da Associação, “simples, descontraído, informal e desprogramado”. Os significados de palavras como “barraquinhas”, “organização”, “público”, entre outras, revelam outras

apropriações semânticas realizadas pela AEPF das transformações dos usos do lazer praiano, em referência às qualidades atribuídas às barracas-artesanais.



Imagens 28 e 29. “Domingo na praia”. Área interna do complexo CrocoBeach reservada à alimentação e ao descanso. Foto do autor: fevereiro de 2010.

O tom das narrativas da AEPF que tomam esse momento por “mito de origem” é em grande parte romantizado, mas também classificado: “os

freqüentadores chegavam para um banho de mar, uma caminhada, almoçavam com os pescadores, às vezes esperavam o pôr-do-sol, ficavam até à noite à espera da 'lua cheia'. Enquanto isso, faziam fogueiras, ouviam 'estórias de pescador', tocavam violão, assavam peixes na brasa e bebiam algumas doses de caipirinhas e cervejas, acompanhados por seus anfitriões: os pescadores". (AEPF, "Praia do Futuro: passado e presente", "O primeiro público, seu comportamento e anseios", de 10/09/2002).

O aumento desse público e sua diversificação exigiam uma "certa organização, um pouco mais de conforto, um planejamento antecipado". "As primeiras barraquinhas de lona" ficaram a cargo dos pescadores responsáveis por improvisar uma estrutura de atendimento. Os serviços de bar eram feitos também "de forma muito simples"; as bebidas conservadas "no gelo em isopor"; da mesma forma cocos, refrigerantes, caipirinhas, preparadas na hora. Os serviços de cozinha não eram sofisticados quando comparados aos grandes complexos de barracas atuais. Normalmente, "os tira-gostos eram da pesca dos próprios pescadores, que serviam peixes fritos ou assados na brasa. Tudo isso acompanhado do famoso baião-de-dois, farofa e pirão". (AEPF, "Praia do Futuro: passado e presente", "A improvisação dos primeiros serviços de atendimento", de 10/09/2002).

Para a Associação, nascia aí "uma atividade própria da vocação cearense": as barracas de praia. Contudo, em decorrência do aumento do público,

que se dividia em grupos 'acampados' em vários pontos da praia, as barraquinhas móveis e incertas foram cedendo lugar a estruturas mais consistentes. Estas, por sua vez, atraíam um público cada vez maior que exigia dos estabelecimentos melhorias nas instalações e na prestação dos serviços. Por conta disto, a praia foi 'pontilhada' por barracas de maior porte, onde o proprietário e o 'grupo' freqüentador daquele ponto decidiam juntos o cardápio, os eventos, o tipo de música e até sobre a ampliação da barraca. (AEPF, Praia do Futuro: passado e presente, "A crescente ocupação da faixa de praia por barracas e a constituição de uma 'cultura da Praia do Futuro'", de 10/09/2002).

Em tom conclusivo, a narrativa lembra que, 40 anos depois, apesar das mudanças, ainda se conserva a "essência" da barraca de praia.

Acreditamos que é isto exatamente que faz a Praia do Futuro o que ela é: a praia preferida da população de Fortaleza, atendendo aos anseios de diversos segmentos sociais e encantando os turistas que visitam nosso estado e que encontram as mais variadas e saudáveis noites de lua cheia, aos esportes, aos shows de música ao vivo, de humorismo e animação infantil, além de nossa deliciosa culinária, que os mantém na praia até nos horários das principais refeições. Sem esquecer as efervescentes noites de

quintas-feiras, onde o caranguejo 'reina' como a maior referência gastronômica da cidade, saboreado por todas as gerações.

A pergunta feita a esta altura é: quais eram as características desses estabelecimentos, estruturas mais consistentes, que passaram a representar, sob a óptica da AEPF, melhorias nas instalações e na prestação dos serviços? Que mudanças no lazer praiano elas operaram por meio dessas novas propriedades materiais e simbólicas? A referência à “barraca de maior porte” é reveladora do lugar que ela ocupou no interior do lazer com o Projeto Esta Praia Tem Futuro.

As formas de organização do lazer da Praia do Futuro, inicialmente com os chamados clubes profissionais, não apenas se modificaram ao largo dos anos, bem como redefiniram as fronteiras simbólicas do que se entende por praia, proporcionando apropriações físicas e semânticas que obedecem às várias temporalidades socioespaciais mais comuns. Esse aspecto de redefinição socioespacial se revela mais fortemente durante o “domingo na praia”, “dia de banho de mar, caranguejo e pouca roupa em Fortaleza”, a “quinta do caranguejo” e os dias de grandes *shows* e eventos em algumas barracas. No próximo capítulo, apresento dados produzidos durante minha pesquisa de campo sobre o lugar das barracas-complexos nas dinâmicas de usos do lazer praiano.

4. Tempos e Espaços das Barracas-Complexos

Neste capítulo sugiro que o lazer da Praia do Futuro obedece a algumas temporalidades que reforçam suas divisões no conjunto das barracas-complexos. Demonstro que essa temporalidade é uma variável importante na sua atual sedimentação como “lugar” (CERTEAU, 2003) preferido do lazer praiano em Fortaleza. A classificação de “a praia mais badalada da cidade”, a imagem mais associada à “praia do presente”, decorre da dinâmica socioespacial que as barracas mais destacadas realizam.

Para tratar dos aspectos de redefinição da Praia, apresento dados de minha pesquisa de campo em torno do que mais caracteriza hoje esse lazer: as barracas-complexos. Três complexos são tomados como centralidades mais representativas dessa dinâmica. São estes: o “Chico do Caranguejo” (na “quinta do caranguejo”), o “CrocoBeach” (no “domingo na praia”) e o “Biruta” (nos dias de *shows* e eventos). É durante esses *tempos da praia* que os conflitos de usos e apropriações mais se intensificam. Busco demonstrar de que forma essas barracas ocupam atualmente posições de poder.

Considero que esse “lugar próprio” compreende também aquilo que Simmel (2006) denomina de “formas de vida social”, sociabilidades mais efêmeras ao mesmo tempo contrastantes e complementares, que se estruturam nos seus limites. É essa a impressão que se tem ao se observar os “excedentes”, atores excluídos dos vários projetos oficiais e alternativos de planejamento dos usos da Praia ao longo dos anos. Os “excedentes” da praia reúnem, além das barracas-artesaniais da “praia velha”, os vendedores ambulantes “fixos” e “móveis”. Estes abrangem as centenas de trabalhadores que comercializam produtos nas proximidades das principais barracas-complexos. Embora ausentes das representações produzidas pela AEPF da “praia nova”, eles têm aquelas centralidades como lugares de concretização de suas práticas sociais, aspecto que enseja alguns conflitos de usos com empresários.

Douglas (2009) e Woodward (2007) apontam algumas condições sociais e simbólicas a serem levadas em conta para a interpretação de uma ordem social desse tipo: 1) envolvem sistemas classificatórios, por meio dos quais a diferença é

inserida na ordem da vida social; 2) os membros de uma sociedade elaboram certo consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem; 3) ela é mantida em grande parte por oposições binárias (neste caso a oposição entre “praia nova” e “praia velha”/“excedentes”). A classificação simbólica está, assim, intimamente relacionada à ordem social.

Tendo a Praia do Futuro como um espaço urbano liminar, é preciso, em primeiro lugar, atentar para as maneiras como seus sistemas classificatórios (“praia do futuro”, “praia do presente” e “praia do caos urbano”) se articulam com os usos mais esperados do espaço (usos realizados pelas barracas-complexos). Em segundo lugar, ao se observar as atuais apropriações da Praia, não é possível reduzir os usos apenas àqueles praticados pelas barracas-complexos. Há um grande número de vendedores ambulantes na Praia, situados por entre elas, onde são maiores as possibilidades de comercialização, concorrendo para diversificar as trocas e posições. Esses modos contrastantes de usar a Praia são uma forma de dar visibilidade ao que é considerado público nessa ordem social marcada por novas divisões no âmbito dos intercâmbios globais-locais relacionados ao lazer e turismo.

O primeiro trabalho a ser feito, portanto, é especificar as relações entre barracas-complexos e a *outra* praia, onde a AEPF situa a “praia velha” e os “excedentes”, e, em seguida, apontar a singularidade representada pelos principais complexos nessa trama. Isto solicita que se descrevam os recursos materiais e simbólicos utilizados por esses espaços e os significados atribuídos a eles que os tornam tão atrativos. Essa é a tarefa que me proponho realizar neste capítulo.

4.1 Da barraca à barraca-complexo

Um das vias possíveis de acesso às classificações produzidas sobre lugares praianos são os guias de viagens. Freire (2008), no seu “guia de praias”, apresenta uma sugestiva imagem da Praia do Futuro: “a praia das megabarracas”. No início da introdução do seu guia, ele lança a seguinte pergunta: “Qual é a nossa praia?” A resposta que oferece é significativa a propósito da maneira como a Praia do Futuro é vista atualmente por visitantes mais seletivos e empresários: “Não temos as praias mais bonitas do mundo, mas temos as praias mais gostosas do mundo.” Fiel a essa linha de argumentação e pondo como garantia sua experiência por várias

praias do mundo, Freire situa a Praia do Futuro em relação a um referente mais próximo: a Beira-Mar:

Água verdinha, um belo recorte, calçadão, prédios chiques, bons hotéis com vista para o mar – esqueça: tudo isto está a 5 km de distância na bonita porém poluída orla da Beira-Mar, imprópria para o banho. Sem outra alternativa, Fortaleza fez da Praia do Futuro sua praia urbana. Extensa, reta, de faixa larguíssima de areia, vento constante e ondas intermitentes, não seria a praia mais agradável do mundo. Mas daí o fortalezense inventou as megabarracas de praia – verdadeiros clubes à beira-mar, que compensam a falta de conforto natural da praia com uma estrutura inacreditável.⁵²

Embora a experiência dos autores de guias possa ser útil para captar imagens de lugares praianos, busco me apropriar, comparativamente, de alguns ensinamentos de Walter Benjamim (2001), que sugeriu num texto já clássico, *Paris, capital do século XIX*, que a experiência do *flâneur* (o andarilho que percorria as galerias de Paris em meados do século XIX munido de uma estrutura mental apropriada a um contexto de novos estímulos) era a posição mais aconselhável numa sociedade cada vez mais invadida pelas mercadorias expostas nas vitrines. Essa orientação parece ainda se aplicar à sociedade contemporânea e seus novos espaços de lazer e consumo. Utilizo-me aqui dessa imagem, que é também uma sugestão metodológica, a fim de lançar um olhar sobre os modos de funcionamento das “megabarracas” ou barracas-complexos.

É a partir da divisão socioespacial entre barracas-artesaniais e barracas-complexos que esse trecho de praia é classificado nos últimos anos, quando se configura uma proliferação de cenários que contrastam entre si em termos de usos, ocupações e do público frequentador.

O recurso ao caminhar como estratégia metodológica merece uma observação. Em se tratando de praia, andar por ela em certos horários se torna algo insuportável, em virtude das condições impostas pela areia, que pode se apresentar tanto escaldante quanto movediça. Essas foram dificuldades adicionais impostas

⁵² No mesmo guia é possível encontrar descrições e avaliações das “megabarracas” feitas por Freire num capítulo dedicado à Praia do Futuro: “Das megabarracas da Praia do Futuro, a CrocoBeach é a mais incrementada, com um deck sob o coqueiral; a Atlantidz, a mais bem decorada; a Vila Galé, a mais calminha; a Vira Verão, o point da geração saúde, a única que mantém as cadeirinhas de madeira e as cabaninhas de palha de antigamente. Porém é a Cabumba, a preferida dos alternativos e do pessoal GLS. Quinta-feira acontece um fenômeno: meia cidade vai à praia à noite para comer caranguejo.” Freire (2008, p.9) encerra a introdução do seu “guia” lembrando que: “Nossas praias são gostosas quando desertas e também movucadas. São gostosas com ondonas ou com piscininhas. Com falésias, com dunas ou com coqueiros. São gostosas com prédios, também. Este guia foi peito para ajudar a você a aproveitar as mais gostosas praias do Brasil”.

pelo lugar durante minha pesquisa de campo. Isso exigiu que revisse algumas estratégias e procurasse selecionar apenas o conjunto das barracas-complexos como campo de observação. O fato de elas não estarem muito distantes uma das outras favoreceu que o percurso fosse estabelecido de modo mais rápido, até mesmo pela areia. Às vezes tomava o calçadão como suporte para meus trajetos.



Imagem 30. Instalação da barraca-complexo “Castelo Beach”, localizada na “praia nova”. Foto do autor, setembro de 2008.

Segundo levantamento do Patrimônio da União⁵³, nas areias da Praia estão cerca de 150 barracas. Nelas é possível encontrar uma variedade de serviços e produtos relacionados ao consumo de alimentos e iguarias de praia, além de outros aspectos mais variados que fogem das qualidades das primeiras barracas-artesaniais surgidas por volta década de 1970 (Imagem 30).

Na pesquisa de campo que realizei pude identificar vários aspectos de diferenciação que conferem às barracas-complexos um conjunto de elementos arquitetônicos reivindicados pela AEPF como traços da “praia nova” e mais procurados pelo público que a ela se dirige atualmente. Os cenários físicos vão se dividindo quanto às características das construções e das instalações e o tipo de

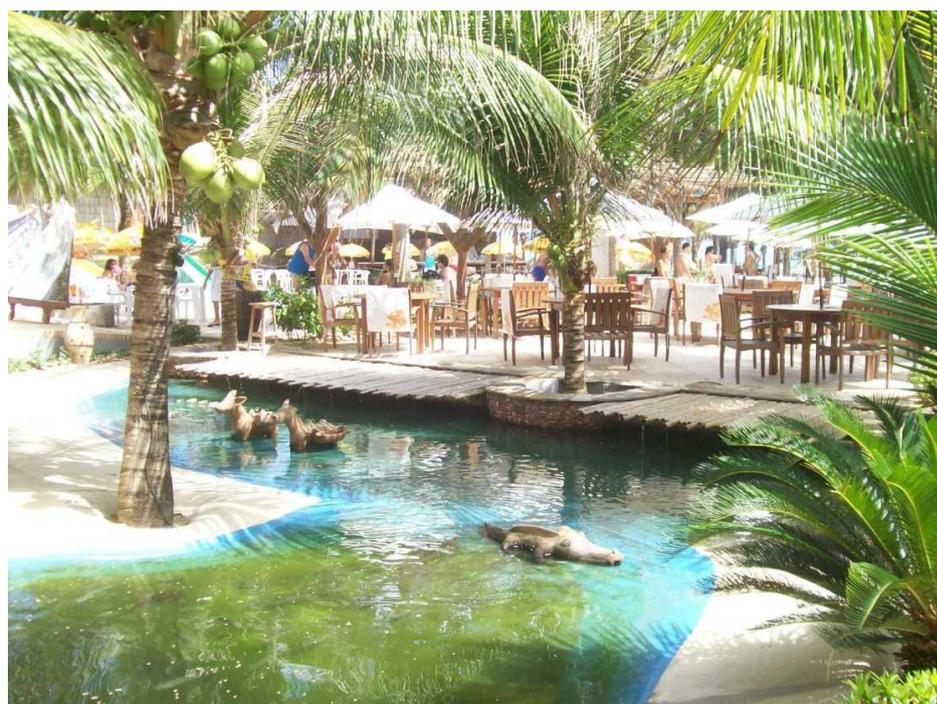
⁵³ Ministério Público Federal/Ce. Ação Civil Pública, nº000044711-0, de 2005.

público que os frequenta, o que concorre para demarcar a Praia entre diversos pontos de referência para deslocamentos e permanências possíveis, além de servirem de referenciais espaciais para várias sociabilidades (de vendedores ambulantes, surfistas etc).

Do total de barracas, apenas um pequeno conjunto delas possui elementos arquitetônicos e estéticos visualmente demarcadores em relação à “praia velha” (Imagens 31 e 32). São as barracas-complexo Atlantidz, CrocoBeach, Marulhos, Chico do Caranguejo, Vila Galé, Coco Beach, Itapariká e Tropicália. As mudanças nas suas estruturas de praia não apenas confrontam a visão jurídica do que se entende por praia, como dito antes – “bem público”, “área de uso comum do povo” – como também são apresentadas como diferencial competitivo por parte deles.

É possível também assinalar esse aspecto de competitividade em menor grau nas barracas-artesanais da “praia velha”. Embora sem os recursos econômicos e simbólicos para incrementar as ornamentações e serviços tão valorizados por esses espaços de lazer mais procurados na Praia, algumas dessas barracas tem incluído som ao vivo ou mesmo som ambiente, em que predominam os ritmos de forró e o axé. Além desses serviços, identifiquei alguns alimentos e bebidas que se aproximam daqueles oferecidos nas barracas-complexos, como pratos à base de ostras e carne de arraia, além dos coquetéis tropicais.

Em regra, as barracas diferenciadas não englobam todas as barracas-complexos reconhecidas como “praia nova”. Há ainda outras que recebem essa classificação. Vale citar, por exemplo: América do Sol, Cabumba, Garota de Ipanema. A primeira possui um público mais “popular”, predominando um estilo musical mais misto. A segunda é caracterizada pelo domínio do público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis). De todo modo, essas barracas estão incluídas entre aquelas que mais constantemente são associadas por empresários, Poder Público e pelos meios de comunicação como os principais modelos de espaços de lazer praiano.



Imagens 31 e 32. Estruturas da barraca-complexo Vila Galé (salão principal). Foto do autor: novembro de 2008. Área interna do complexo CrocoBeach. Detalhe do lago artificial. Foto do autor, novembro de 2008.

As matérias de jornais consistem em ricas fontes de informações sobre o lugar ocupado pelas barracas-complexos mais procuradas. Os traços de crescimento da barraca Tropicália, por exemplo, são destacados pelo *Diário do Nordeste* de 29 de maio de 2002. Na matéria “A barraca de toda a família”, é dada ênfase a estrutura e ao incremento de novos serviços ao lazer praiano.

Na Praia do Futuro, a mais badalada de Fortaleza, o visitante quer curtir o sol e jogar-se ao mar, mas busca também diversão, alegria e bons serviços, incluindo segurança, perfeito atendimento e uma variedade de comidas e bebidas. A Barraca Tropicália é o endereço certo. Com apenas quatro anos de operação, já constitui-se no grande 'point' da praia, despontando como a barraca de toda a família. A Tropicália é o que se pode chamar de barraca de praia completa. Um dos destaques da barraca é o seu restaurante *a la carte* aberto diariamente, com capacidade para 800 pessoas. A estrutura da barraca Tropicália inclui ainda churrasqueira, sorveteria, doceria, boutique e tabacaria, além de um serviço especializado para atendimento a portadores de deficiência física. O Bar Internacional conta com 19 marcas de whisky além de um infinidade de coquetéis, vodcas, runs, gins e licores nacionais e importados. Na areia não falta o serviço de praia, lazer e petiscos deliciosos. O caranguejo servido ali tem um sabor todo especial e é uma das grandes pedidas para os clientes. A Tropicália conta com sistema de segurança monitorizado, pára-raios. Todos os quiosques de praia contam com cofre de segurança para guarda de pertences. Os bons serviços oferecidos pela Barraca Tropicália podem ser comprovados pelos inúmeros prêmios conquistados, dentre eles 'Destaques do Ceará/98 – a melhor barraca de praia; Destaques Brasil/Nordeste 99 – melhor barraca de praia; Parceiros de Visão SETUR/Ce 99 – melhor empresa no segmento bares/barracas de praia; Selo de Qualidade em Serviços da Prefeitura de Fortaleza; Classificação Conbrappe 5 Estrelas e, em particular, o Selo de Qualidade em Serviços do SEBRAE/Ce. As premiações são um reconhecimento ao trabalho diuturno em prol da qualidade dos serviços, bem como um reconhecimento ao destaque alcançado pela empresa no mercado de entretenimento e lazer.

Matéria do *O Povo*, de agosto de 2005, “Boa comida, mas também qualidade no atendimento”, revela também alguns elementos organizadores das classificações da Praia do Futuro com suporte em referências feitas a algumas qualidades presentes nas barracas-complexos que ocupam posições mais centrais nas dinâmicas do seu lazer. A matéria traz pontos de vista de usuários dessas barracas sobre traços de público e aspectos arquitetônicos e de serviços que, em sua opinião, os tornam mais atrativos.

“A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte.’ O trecho da música do grupo Titãs faz uma boa analogia expressando que, além da cerveja gelada e do caranguejo barato, há muito mais exigências por parte dos frequentadores das barracas de praia de Fortaleza.”

Em seguida, a mesma matéria apresenta opiniões de alguns usuários das barracas preferidas na Praia do Futuro. Nas representações, são exaltados aspectos de segurança, infraestrutura, ausência de vendedores ambulantes e traços do público:

“Gosto das barracas Cuca Legal e Vira Verão porque a maioria dos meus amigos frequenta esses locais. As duas têm boas estruturas. O atendimento e a comida são bons também.” (Médico).

“Eu gosto da CrocoBeach e da Cuca Legal pelo público que vai a essas barracas, pelo atendimento e pela segurança. Gosto também da música que toca lá.” (Universitária).

“Gosto muito da América do Sol. É mais animada, tem muita gente e tem música ao vivo. A Castelo Beach é boa porque é mais tranqüila e tem os preços menores. Mas gosto do estilo de pessoas que vai a essas duas.” (Funcionária pública).

“Para ir com criança, gosto da Chico do Caranguejo porque tem mini-parque aquático onde as crianças ficam. Para ir com amigos, gosto da Marinhos porque acho o atendimento bom. É mais tranqüila, não é muito tumultuada.” (Personal trainer).

“Eu prefiro a Longue beach por causa das músicas, da decoração do ambiente e da comida. Além disso, tem um fim de tarde muito gostoso lá.” (Designer de joias).

“Pra mim, a melhor barraca é a Longue Beach, pela estrutura e pelo ambiente diferente. A música é boa e é um ótimo local para relaxar com os amigos. Tem uma boa comida. O preço é salgado, mas acho que vale a pena.” (Publicitário).

“Na minha opinião, a melhor barraca é a Itaparica. Pra quem não gosta de muita multidão, é mais família, mais elitizada, mais tranqüila. A qualidade dos alimentos é mais garantida e a gente tem também uma garantia maior de segurança.” (Empresária).

“Gosto da barraca Marulho porque o atendimento é muito especial. Os garçons são gentis e a comida é muito boa. O repertório musical é bem variado e há uma quantidade menor de ambulantes por perto.” (*Webdesigner*).

Nas observações que fiz durante minha pesquisa de campo no interior da “praia nova”, registrei vários elementos que atraem um público maior e mais heterogêneo para os novos modelos de barracas de praia. Além dos elementos arquitetônicos estilizados, ornamentados e sofisticados, uma série de serviços e produtos passou a fazer parte do cenário desses equipamentos de lazer, denotando certo empresariamento.

É possível assinalar, de modo geral, entre as barracas-complexos, os seguintes serviços e produtos ofertados: locação de veículos, loja de conveniência, estúdio de audiovisual, parque aquático com salva-vidas e monitores particulares, massoterapia, spa, salão de beleza, sorveteria, berçário, fraldário, banheiro para criança, cardápios com ofertas de pratos sofisticados e comidas estrangeiras, segurança particular, realização de eventos, guarda-volumes, filmagem ou fotografia do dia na praia, bar na areia e aula de *surf*.

Algumas outras diferenciações em relação às barracas-artesanais da “praia velha” reforçam a separação estética e física em relação a esta. Pode-se dizer que as barracas da “praia velha” possuem um aspecto mais artesanal, já que, como me revelaram alguns barraqueiros, eles próprios se encarregaram de definir, na ausência de um planejamento mais racional, as características de suas barracas. Quando se faz referência às barracas-complexos o que logo chama a atenção do receptor são os aspectos de racionalização do espaço. Praticamente todas as barracas-complexos da “praia nova” lançaram mão de escritórios de arquitetura para distribuir seus espaços e equipamentos nas areias da praia.

Na barraca Atlantidz, uma cascata recepciona os clientes e usuários desse “lugar” (CERTEAU, 2003). Mais à frente, um coqueiral possibilita certo resfriamento do ambiente. Na CrocoBeach, um riacho artificial chama a atenção de qualquer usuário que pela primeira vez se aventura pelas dependências da barraca. Na torre do Projeto Guardiões da Praia, localizado nesta barraca, há, além dos policiais e bombeiros, um posto com “educadores sociais” (assistentes sociais, como constatei em conversa informal com eles, que intensificam suas ações no “domingo na praia”, dia em que há mais crianças trabalhando na Praia) que são encarregados de fornecer informações sobre combate à prostituição, tráfico de seres humanos e trabalho infantil. Na CocoBeach, vê-se, no primeiro salão, uma adega. Já na Itapariká, a visão inicial é a do primeiro parque aquático e da loja de conveniência em barracas da Praia do Futuro.

É fácil encontrar profissionais da gastronomia, brasileiros e estrangeiros, trabalhando nas cozinhas ou centros de culinária das barracas-complexos. Informe-me com a presidente da AEPF sobre o fato de esses profissionais terem sido contratados em razão do estilo do público que passou a frequentar a Praia do Futuro. Alguns pratos produzidos foram atraindo um público mais seletivo em termos

de gosto e renda. Além das bebidas mais conhecidas, como a caipirinha à base de frutas e também conhecida batida com limão, que despontaram com as primeiras barracas, uma espécie de expansão da culinária desses estabelecimentos de lazer foi sendo incentivada após o Projeto Esta Praia Tem Futuro. Essa expansão ocorreu concomitante ao crescimento físico e de público das barracas.

Alguns pratos mais sofisticados e mais caros podem ser encontrados em praticamente todas as barracas-complexos, distanciando-se dos pratos mais comuns das barracas da “praia velha”, como o baião-de-dois com peixe frito e a peixada cearense, além de petiscos mais consumidos, como bolinhas de peixe e camarão e caldos de caranguejo e sopas. Vale citar o filé mignon *au poivre vert*, que tem como ingrediente o molho Madeira puxado na pimenta verde.

A distribuição desses pratos não sucede por entre todas as barracas-complexos. O bacalhau com nata, por exemplo, é um prato comum à Itaparika e Vila Galé, que recebe um público composto mais de estrangeiros, sobretudo portugueses e argentinos. Na CrocoBeach, há um *buffet* de churrasco nas areias da Praia e na CocoBeach um sistema de pratos com carne de caranguejo. Constatei, ainda, a existência de *buffets* de feijoada, mariscos, café da manhã, churrasco e de pratos à base de caranguejo. Este prato é um dos mais procurados, principalmente durante o “domingo na praia”, já que na “quinta do caranguejo” é mais comum o consumo desse crustáceo apenas à base de molho acompanhado pela cerveja.

No que diz respeito aos serviços que passaram a fazer parte do cenário das barracas da “praia nova”, um conjunto deles se destaca. É comum nas instalações da CrocoBeach, ou até mesmo da Itapariká, por exemplo, a grande presença de mulheres nos salões de beleza. Normalmente o fluxo se concentra por volta das nove horas da manhã do domingo. No salão é possível encontrar, além do corte de cabelo, serviços de manicure, pedicure, escova, hidratação e drenagem linfática. Nesses complexos, é possível ainda adquirir serviços de massagem, como o realizado com pedras vulcânicas, ou simplesmente fazer hidromassagem.

Na CocoBeach, um spa atrai usuários com maior poder aquisitivo. São comuns tratamentos para dores lombares, cervicais ou até problemas de circulação.

A ideia, como me revelou a presidente da AEPF, é “deixar o cliente relaxado para curtir a praia”.⁵⁴

Outros serviços menos imagináveis vendidos podem ser assinalados. Ar-condicionado, computadores, *video games*, ilha de edição, estúdio para editar fotografias e internet. Esses são produtos e serviços mais tecnológicos que os usuários desses lugares podem encontrar. Há uma grande frequência de pessoas que os adquirem nos dias mais concorridos. Na CrocoBeach, é possível gravar um dvd (R\$ 250,00, o preço do dia de filmagem) ou um cd com fotos (o preço varia de acordo com a quantidade) com registros do “dia na praia”. É comum encontrar fotógrafos e filmadores dessa barraca percorrendo os vários setores do Complexo. A edição é feita na própria barraca, em um estúdio equipado para isso. Há uma loja com até doze tipos de máquinas, incluindo computador para acessar a internet.

A separação física e estética entre essa “praia nova” dos novos serviços e produtos e a “praia velha” consiste na divisão básica no interior do conjunto das barracas da Praia do Futuro. De um lado, grande investimento particular nas estruturas das barracas de praia e presença mais constante de serviços públicos, como limpeza e saneamento básico; do outro, infraestrutura precária, ausência de segurança das torres do Projeto Guardiões da Praia.

Segundo o depoimento de um policial, com quem tive a oportunidade de conversar, localizado no Posto 4 no Projeto Guardiões da Praia, essa separação entre as “praias” é traduzida nas maneiras como o público se encontra e a forma como o policiamento se distribui: “A gente concentra mais policiamento na parte ‘nova’ que tem um movimento maior. A ‘velha’ está semiabandonada, são poucas barracas, pouco movimento. A gente nunca vai chegar ao ideal, nem aqui nem em qualquer lugar do mundo. Essa é uma área problemática”.⁵⁵

Procurro argumentar que essa divisão se opera de modo mais típico durante os dias mais concorridos do seu lazer praiano. Com isso, busco assinalar o fato de que essa separação se reforça durante os tempos e espaços do lazer

⁵⁴ Os valores mais frequentes dos serviços de spa dessa barraca-complexo são estes: drenagem linfática (R\$ 40,00), banho de lua (R\$ 30,00) terapia com pedras vulcânicas (R\$ 38,00), depilação e unha (pé e mão por R\$ 20,00). Já na CrocoBeach, o corte de cabelo custa R\$ 15,00, a escova, de R\$ 20,00 a R\$ 50,00, a hidratação, R\$ 30,00, e os serviços de depilação, de R\$ 3,00 a R\$ 20,00. Esses serviços atraem em grande parte um público composto mais por mulheres.

⁵⁵ Conversa informal com um policial da Polícia Militar no posto 4 do Projeto Guardiões da Praia, em 10 de janeiro de 2010.

praiano. Cabe agora apontar as principais redefinições de usos em curso durante essas temporalidades socioespaciais.

4.2 Temporalidades socioespaciais do lazer praiano

A primeira exigência que se impõe àqueles que observam o lazer da Praia do Futuro organizado pelas barracas-complexos diz respeito a sua temporalidade, o ritmo no tempo de sua dinâmica socioespacial. Essa observação sugere um calendário singular para compreender suas lógicas: domingo/quinta-feira/sexta-feira/sábado. É essa a marcação dos dias da semana em que ela se transforma em outra praia. Nos demais dias, não parece haver nenhuma diferença entre a Praia do Futuro e as demais: predomina a tranquilidade e há poucos frequentadores.

Não é a Praia do Futuro tranqüila que me interessa entender, mas a conhecida praia badalada dos fluxos e permanência de pessoas que se intensificam e jogam com seus significados, limites e fronteiras. Não é à toa que é nos dias mais badalados que são mais recorrentes as representações de caos e desorganização, quando ela é apropriada pelo Poder Público e pelos meios midiáticos. Essas imagens mais comuns elegem o trânsito do “domingo na praia”, o tipo de ocupação das barracas, a presença de vendedores ambulantes sem cadastro e o grande número de pessoas como os aspectos mais representativos.

Numa instigante discussão sobre a organização social do tempo, Elias (1998, p.28) fornece pistas analíticas fundamentais para se interpretar a relação entre tempo e espaço. Sua análise é útil para averiguar de que maneira as centralidades da “praia nova” organizam as relações sociais voltadas para o lazer.

Existem acontecimentos que podem ser percebidos (...) no fluxo do tempo e portanto, no tempo e no espaço, sem que aqueles que os percebem levem em consideração o caráter de símbolos do tempo e do espaço. Nesse caso, não levamos em conta, por não nos apercebermos dele, o fato de que uma atividade humana ordenadora, uma síntese consciente aprendida, é necessária para que os processos perceptíveis sejam captados como algo situado no espaço e no tempo.

Tempo e espaço, segundo essa leitura, têm por função organizar e dar certa estabilidade ao fluxo constante e cambiante dos acontecimentos e de seus significados. Mesmo que estes escapem aos que lhes estão submetidos a estabilização momentânea proporcionada pela ordenação espacial do tempo

possibilita que os significados das experiências e das escolhas mais individuais sejam compartilhados como significados coletivos. Nesse sentido, tanto tempo quanto espaço participam ao papel conferido por Woodward (2007) aos “sistemas classificatórios”: ordenar a vida social.

É significativa nos dados qualitativos levantados nesta investigação a recorrência de representações sobre caos ou desordem atribuídos ao exterior das barracas-complexos, onde se encontram como um conjunto à parte as barracas da “praia velha” e os vendedores ambulantes. O reforço e contestação das fronteiras entre essas duas “praias” ocasionam movimentos nos significados jurídicos de praia.

Sobre o aspecto de separação de usos da Praia, Segalen (2002, p.30) aproxima-se da interpretação de Woodward (2007), quando aponta certa *descontinuidade* nos significados das experiências sociais atuais, dando conta da ausência de uma espécie de cosmologia (religiosa, moral, estética etc.) a orientar as ações. A “descontinuidade” significa que a transferência de um espaço a outro de significados de experiências mais localizadas se tornou um problema contemporâneo.

A descontinuidade social é de fato uma característica do mundo moderno (...) Cada tipo de rito instaura um ‘drama social’, ou seja um conjunto de comportamentos que constituem unidades sócio-temporais mais ou menos fechadas sobre si mesmas.

Quando o escopo de análise é mais extenso, como propõe Anthony Giddens (1991, p.14), ao falar da “compressão tempo-espaço” na “alta modernidade” ou “globalização”, essa descontinuidade parece receber, do ponto de vista analítico, um lugar fundamental para a compreensão das dinâmicas das relações sociais atuais.

O que quero sublinhar é aquela descontinuidade específica, ou conjunto de descontinuidades, associados ao período moderno (..) Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intensionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana.

O resultado dessa descontinuidade postulada por Giddens são os desencaixes, trocas e deslocamentos no tempo e no espaço entre sujeitos distantes que se utilizam dos mesmos referenciais simbólicos responsáveis por dar estabilidade às relações assim distanciadas. O resultado mais imediato dessa descontinuidade, assevera Giddens, é a perda dos significados das experiências mais localizadas já que estas passam a estar cada vez mais dependentes de processos desencaixados.

A dimensão dos desencaixes está presente, por exemplo, quando se observa a proliferação pelo mundo de espaços de lazer padronizados e de formatos arquitetônicos e de estilização semelhantes, acentuados pelos usos liminares que lhes dificultam a associação imediata a uma pretensa identidade espacial. Por outro lado, Giddens não fornece saídas para o crescimento dos mecanismos de desencaixe. Na sua contrapartida, os reencaixes, não chegam a ocupar lugar de destaque na sua interpretação da “alta modernidade”. Na verdade, sua análise se dirige no sentido de afirmar que a “reflexividade moderna” caminha para um processo ainda mais intenso de separação entre tempo e espaço.

Esse debate tem intensas implicações para a interpretação das práticas de lazer que ocorrem nas barracas-complexos durante certas dimensões de tempo e espaço. A “praia nova”, divulgada como moderna e distinta da “praia velha”, é um palco onde encaixes, desencaixes e reencaixes têm lugar. Nela prevalecem os jogos de fronteiras e “guerra de lugares” (ARANTES, 2000) em que tempos e espaços mais concretos são inventados, afirmados e contestados. Esses jogos de fronteira parecem assumir papel importante na estruturação de contratos, conflitos e posições em relação ao lazer da Praia do Futuro.

Essas observações vão ao encontro dos argumentos de Caldeira (2003) e Bauman (2009). Ambos, ao estudarem as transformações do espaço público na cidade contemporânea, sugerem que a definição do que hoje é tido por “publicamente valioso” (CANCLINI, 2008) passa pela experiência social do espaço urbano. Esse vê o crescimento e a proliferação dos “enclaves fortificados” voltados para fornecer aos seus usuários principais (moradores de áreas residenciais de luxo, mas também, como observou Gondim (2007), turistas que frequentam áreas históricas “revitalizadas” e espaços urbanos de lazer) um sentido de lugar seguro e estável numa sociedade caracterizada pela rápida compressão tempo-espaço.

As consequências mais imediatas dessas mudanças, lembram os autores citados, revelam-se na forma como as interações mais cotidianas se estruturam na cidade. Medidas de segurança, como instalações de equipamentos e câmeras para monitoramento das áreas de influência dos enclaves, segurança particular e policiamento ostensivo, combinam-se como os novos formatos da arquitetura e do urbanismo “pós-moderno”, onde predominam *designers* e materiais que, ao mesmo tempo em que sugerem transparência e unidade entre experiências sociais públicas e privadas, revelam formas sutis de separar e isolar usuários apontados como perigosos e sujos. As torres do Projeto Guardiões da Praia localizadas de modo estratégico nos principais complexos de barracas da “praia nova” (Imagem 33) parecem fazer convergir esse objetivo de separar a “praia” guardada da “praia” das areias, onde os usos são mais diversificados e liminares.



Imagem 33. Ao fundo, detalhe da torre do projeto Guardiões da Praia, localizada nas imediações do complexo CrocoBeach, num “domingo na praia”, por volta de 8h 30min. Foto do autor: novembro de 2009.

É possível identificar, além da presença de vendedores ambulantes e de suas armações, outros cenários na Praia: estruturas e equipamentos destinados à organização de campeonatos de *surf* e *bodyboard* são comuns o ano todo na Praia do Futuro. Por esse motivo, é fácil encontrar pessoas que alugam pranchas para aqueles desprovidos desses materiais esportivos.

Um vídeo disponibilizado na *internet* é significativo da *descontinuidade* de significados que venho apontando entre a praia das megabarracas e a praia dos “excedentes”. Um turista se propôs produzir um registro de sua estada na Praia. Seu objetivo consistiu em apresentar o exemplo de uma “verdadeira barraca de praia”.⁵⁶ Desde a entrada da barraca até as *areias* da Praia, ele percorre e descreve seus espaços internos e externos ao mesmo tempo em que os classifica.

Galera, vou mostrar pra vocês o que é uma barraca de praia. Estamos em Fortaleza, na barraca CrocoBeach. Dá só uma olhada! Estamos na rua. Beleza? Agora nós vamos entrar na barraca. Entrando na barraca. Aqui já é beira de praia, areia. Viu ali? Alguém fazendo exercício [a câmera flagra algumas pessoas se exercitando nos equipamentos de musculação]. Isso é uma barraca de praia. Fortaleza, Praia do Futuro. Aqui [salão do restaurante] é pra quem quiser pegar um sorvetezinho, alguma outra coisa. Continuamos. Pode ver que tá muito vazio. O pessoal não vem pra cá [risos]. Tem umas mesinhas. Aqui [local para auto-retratos num espaço decorado], se as crianças quiserem tirar fotos...Nós vamos dar um subida agora. Agora vocês vão ver a maior piscina que existe na beira da praia. Dá só uma olhada na criança. Isso aqui é na beira da praia. Ela tá vazia porque vai ser inaugurada hoje a partir das seis da tarde. Vamos vindo mais pra cá. Praia do Futuro, barraca CrocoBeach. Dá uma olhada no 'boteco', na beira da praia, o 'boteco'. Bom pra hein? Vamos lá. Vocês tão vendo que não tem ninguém, né? Olha o movimento do negócio! Olha o movimento! Lá na frente, onde vocês estão vendo lá [espaço Késia] tem um *self service* e já tem um banda tocando no fundo, ao vivo. Vamo vindo pra cá agora. Vamos começar a chegar na *areia*. Tamo chegando. Agora vocês vão ver a *baixaria*. Olha a baixaria. Aqui é o início da *areia*. Mesinha. Não sei se vocês estão vendo mais tem uma outra banda tocando lá no fundo. O pessoal só comendo. Agora vamo pra *galera*, pro *fedor*. Tamo na areia. Não tem ninguém na praia, ninguém. Nossa! Não tem uma mesa vaga (...) Agora vocês tão vendo que tamo chegando perto do mar. Aqui tá a praia, a Praia do Futuro. Olha a galera. Dá uma olhada no visual. Agora são exatamente umas duas da tarde. Então, isso é uma verdadeira barraca de praia. Galera, isso aí é só pra vocês conhecerem o que é uma barraca de praia.

As hipóteses de separação elaboradas pelos enclaves parecem ser úteis para descrever e analisar um dos aspectos que em relação à Praia do Futuro contribui para intensificar suas divisões internas a partir das quais o sentido jurídico de praia é ressignificado: as interações dos principais complexos com os “excedentes”. A produção de significados de praia que se opera entre eles e a *outra* praia é ao mesmo tempo reforçada e contestada pelos usos complementares e contrastantes do seu lazer praiano.

⁵⁶ Trata-se da barraca-complexo CrocoBeach. O vídeo, postado em domínio público, pode ser acessado pelo site www.youtube.com.br

4.3 As centralidades das barracas-complexos

Apesar do lazer da Praia do Futuro ter como característica mais visível a presença das barracas-complexos, ela comporta algumas distinções significativas no interior da “praia nova”, que não podem ser desprezadas. O lugar de algumas barracas-complexos nas dinâmicas de usos do lazer ocupa centralidade na sedimentação das novas classificações desse local.

Nas várias conversas informais que estabeleci com vendedores ambulantes sempre se ressaltava a importância de estarem próximos aos grandes empreendimentos de lazer. Quando perguntado acerca de sua escolha por aqueles locais e não outros para comercializações e trocas, era comum atribuírem ao tamanho das barracas e a certas qualidades dos públicos que as frequentam, como turistas e fortalezenses com maior poder aquisitivo. As centralidades reúnem, assim, traços espaciais e sociais mais ou menos compartilhados pelos *habitués* como por usuários menos visados, o que resulta em alguns contratos e conflitos.

Ao analisar, no próximo capítulo, os contratos e conflitos construídos entre barracas-complexos e “excedentes”, procuro demonstrar como os “componentes espaciais do pedaço”, onde “está-se entre iguais”, segundo Magnani (2008; 2002), são reapropriados por outros usuários, como revelam os usos de alguns vendedores ambulantes, não só esperados como preventiva e compulsoriamente evitados. Isso é constatado pelos diversos mecanismos de segurança e outras armações arquitetônicas utilizadas para isolar a área de influência das principais barracas-complexos.

Tomar algumas das barracas-complexos como centralidades, pode ser, portanto, uma estratégia metodológica para se compreender os usos e apropriações contrastantes que interferem no reordenamento das relações sociais do lazer da Praia do Futuro. Conforme passo a argumentar, esse reordenamento operado pelos complexos ocorre segundo três movimentos da Praia, que passo a chamar a partir de agora de “praia aberta”, “praia fechada” e “praia expandida”. Essas categorias têm a finalidade de apreender o que é mais recorrente nas suas dinâmicas socioespaciais: a barraca Biruta, o Chico do Caranguejo e a CrocoBeach.

Concretamente, esses movimentos se encontram misturados, possuindo apenas uma funcionalidade analítica já que possibilita classificar as classificações de

praia. A barraca Biruta é exemplar, nesse sentido, por demonstrar como a centralidade alcançada resultou em transformações nos usos e limites da Praia. Ela é tomada como paradigmática dos três movimentos referidos.

4.3.1 Uma praia Biruta

A barraca Biruta é um dos espaços mais procurados da Praia do Futuro. Seu público é mais “descolado”, como normalmente seu proprietário e seus usuários se referenciam, composto na sua maioria por jovens. Observando esse público, distingo a presença de jovens de classe média na maioria dos eventos, além de surfistas, o pessoal do *reggae* e do *rock*, nas suas mais variadas vertentes.

Nos dias da semana em que não há grandes eventos e *shows* o Biruta parece ser irreconhecível: como não abre diurnamente, não há movimento de pessoas na barraca, apenas aquelas que se deslocam de um lugar a outro nas *areias* ou no calçadão da Praia; nesses momentos o Biruta não é o destino; é passagem. O primeiro contraste que se pode estabelecer entre esse Biruta e as demais barracas que funcionam diurnamente é este: não há palhoças, apenas areia. Não há nada que identifique o Biruta nesses dias como uma barraca, a não ser a edificação. Um detalhe, porém, chama a atenção: a existência de uma calçada, um pouco acima do nível da areia da Praia; se não há palhoças e há a presença desse aspecto, é porque há momentos em que ali acontece algo que empresta ao Biruta sua feição mais conhecida na Cidade e fora dela: a de barraca dos grandes *shows* e eventos na Praia.

Ao olhar mais desatento que só considere os dias da semana em que o Biruta não funciona, pode-se perguntar como aquele espaço se transforma. Enquanto nas outras barracas da “praia nova” o trânsito de pessoas é intenso, o que alimenta imagens de desorganização dos usos, o Biruta parece adormecer, aguardando o dia de mostrar-se. Essa imagem parece ser bem adequada a esse Biruta: durante a maior parte do tempo fechado, só abre diurnamente para receber o abastecimento de bebidas e alimentos que antecedem imediatamente os *shows* e eventos (em média um dia antes dos *shows* e eventos) que ocorrem normalmente nas sextas e sábados.

A primeira constatação que se faz da dinâmica da barraca Biruta diz respeito ao seu formato arquitetônico e a maneira como ele se distribui na Praia. Na verdade, nada lembra uma barraca-complexo mais comum à “praia nova”. O certo é que não é possível, à primeira vista, deduzir suas lógicas, observando outros complexos da Praia. Ao contrário, sua lógica é a da exceção. Senão vejamos.

A configuração do Biruta obedece a uma temporalidade única em relação às demais barracas. Durante o dia em que mais as barracas-complexos se realizam (o “domingo na praia”), o Biruta está fechado. É durante esse dia, quando predominam, quase o ano todo o sol a pique, o banho de mar e o consumo de alimentos, bebidas e serviços, que se intensificam os usos do lazer da Praia e as representações de desordem e caos. Ali, é nas sextas e sábados que ele recebe seus usuários. E é no horário noturno, não durante o dia de sol, que ele se transforma no Biruta das festas e badalações mais conhecido.

Levando em conta sua configuração espacial, a segunda observação deve ser assinalada. Nas areias de influência do Biruta, durante boa parte dos dias da semana, não há nenhuma estrutura ou qualquer equipamento de lazer ou instalações de palha, como são chamadas as palhoças, tão comuns às barracas da Praia do Futuro, utilizadas para descanso e permanência dos banhistas nas *areias*. Esse é de imediato o principal contraste com as barracas da “praia nova”. Apenas uma estrutura em alvenaria, com salão de dança e outras dependências, além de algumas estacas nas areias caracterizam esse Biruta tranqüilo (Imagem 34).

Vale lembrar que, durante o “domingo na praia”, é quando ocorre a reunião de milhares de pessoas, desde usuários mais visíveis, como moradores, turistas, vendedores ambulantes, a atores mais liminares, como meninos de rua, “trombadinhas” e ladrões, com interesses e recursos diferentes, que interagem com vistas a sedimentar sociabilidades mais ou menos estanques. As estruturas e equipamentos das barracas são tomadas, por uns e outros, para suporte dessas incursões, associações e interações. Essa, porém, não é uma chave útil para captar a especificidade da Biruta dos dias de festas e eventos.



Imagem 34. Vista da área de praia da barraca Biruta. Ausência de palhoças nas *areias*. Ao fundo, em contraste, palhoças de uma barraca nas *areias* da Praia. Foto do autor: agosto de 2010.

Segundo Fernando, proprietário da Biruta, a barraca foi adquirida em 1990 por ocasião da necessidade de preparar festas mais bem organizadas. Em entrevista, me revelou que antes elas eram mais fechadas, esporádicas e informais, reunindo apenas amigos e conhecidos. Inaugurou a Biruta então com a produção de festas privadas a pedido de amigos que o procuravam para comemorar datas importantes para estes, como aniversários ou casamentos. Com a badalação das festas, em grande parte decorrentes do tipo de música nela tocada, o público se ampliou e se diversificou, não se restringido mais ao círculo de amigos e conhecidos do proprietário.

Inicialmente, a procura por parte de amigos para a organização de festas se deu pelo fato de Fernando ter sido proprietário, durante pouco tempo, na década de 1980, de uma loja de discos raros, onde ocorria a Festa do Céu, em homenagem ao nome do local. Conhecedor de uma extensa variedade de gostos musicais, sempre estava atento às novidades da indústria fonográfica. Esse aspecto o fez lembrar um comentário de um amigo (mais tarde socioproprietário da barraca) acerca das músicas tocadas no Biruta: “Ele tinha acabado de voltar de Chicago (...)

Ele dizia que as músicas que eu tocava ele só ouvia na minha festa. E as músicas internacionais que eu tocava ele só tinha ouvido em Chicago”.⁵⁷

Antes de abrir o Biruta, Fernando trabalhou alguns meses no Barastral, também na Praia do Futuro. Após desentendimentos com o proprietário sobre a sua substituição por outros DJ's com melhor aparelhagem e repertório musical, ele resolveu procurar um local onde pudesse dar continuidade às festas:

Achamos o Biruta. Era bem pequenininho. Era só aquela primeira sala ali. Já tinha o nome de Biruta e a gente gostou do nome. E começamos a fazer uma reforma. Era de taipa. A gente derrubou. Fizemos as paredes de tijolos e a taipa serviu de aterro porque era lá na altura da areia.

Apesar da mudança de local, uma marca permaneceu: as festas continuaram sendo realizadas às sextas e aos sábados. Na entrevista, Fernando me revelou traços das dinâmicas que as transformações do seu público ocasionaram sobre a configuração de sua barraca. As primeiras festas eram abertas. Não havia, segundo revela, nenhuma restrição de acesso de pessoas, apenas no que dizia respeito ao consumo de bebidas no bar da barraca. Com a badalação alguns conflitos envolvendo a Biruta e vendedores ambulantes foram se configurando.

A partir de um mês de festa o local começou a lotar. E agente começou a se preocupar um pouco porque tava vindo gente de mais. A gente não tinha controle e as vendas começaram a cair porque começou a aparecer ambulante. *Como era aberto* a galera bebia lá e vinha dançar aqui. Agente viu que a nossa receita tava caindo. *E aí resolvemos cercar*. Isso até o calçadão. Na parte da *areia* não tinha nada. No início a gente começou aqui no Biruta à noite e depois o pessoal começou a pedir pra abrir diurnamente.

A receita financeira da barraca inicialmente provinha apenas dos serviços de bar, com a venda de bebidas e de pequenos petiscos e tira-gostos. Até 2004, a Biruta, como as demais barracas, passou a abrir diurnamente, além dos dias tradicionais das festas. Com a proliferação de vendedores ambulantes competindo com a barraca, a solução encontrada foi cercá-la.

A passagem da “praia aberta” à “praia fechada” resultou da interdependência dos atores que passavam a estabelecer posições em torno da Biruta, como os vendedores e mais tarde o próprio Patrimônio da União.

⁵⁷ Entrevista a mim concedida por Fernando, proprietário do Biruta, em 13/03/2010.

Lá fora é um mercado imenso de ambulantes, que não tem controle da Prefeitura. Você sabe que vendedor ambulante é proibido de vender bebida alcoólica. Aí agente se viu meio que...Ou agente cerca ou vamo quebrar. Nos cercamos (..) Porque eles começaram a trazer caixa de isopor com dez cervejas, dez refrigerantes, água. Quer dizer, cento e vinte ambulante ao redor da minha barraca dava mais prejuízo do que a barraca aqui vizinha. Ou seja, *era como se fosse uma barraca, uma cooperativa de ambulantes que somava mais que a barraca vizinha sugando tudo*. Aí a praia começou a vender quentinha...Resolvemos cercar. Aí apareceram várias entidades, gente reclamando que tava privatizando a praia. Mas como era apenas temporariamente...Agente colocava de noite e de manhã não tinha mais nada. Agente conseguiu a autorização com o Delegado do Patrimônio da União. Antes disso agente ainda funcionou durante cinco anos de graça, aberto. (Imagem 35).



Imagem 35. Entrada da Biruta. Acesso pelo calçadão. Detalhe para as estruturas de madeira utilizadas para fechar a barraca durante a realização do casamento de um amigo do proprietário. Foto do autor: fevereiro de 2010.

A dinâmica entre “praia aberta” e “praia fechada” se justificava, para Fernando, pelo tipo de festa e tamanho do público que a frequentava, mas também em função de separar os vendedores ambulantes. Desde a criação da Biruta, ocorriam as chamadas “festas normais”, que envolviam apenas atrações locais como bandas de *pop rock*, *reggae*, *blues* e *disk music* atraindo apenas um público mais fiel. Durante as festas normais, não se cobravam ingressos, já que a barraca era aberta. Ele lembra que, durante a vigência unicamente dessa festa, apenas em duas ocasiões, teve que fechar a barraca. Isso se deu em duas apresentações da banda de Recife, Nação Zumbi, no ano de 2004.

A “festa normal”, mais tradicional, passou a acontecer todas as sextas-feiras, sendo caracterizada por Fernando como a “festa mais simples”. Não tendo grande produção, o Biruta criou um “estilo livre” nas festas normais, em que o predominante é a mistura de estilos e gostos musicais. O público que a frequenta é “mais descolado de cabeça aberta, que não gosta de axé e nem de pagode”, lembra.

O crescimento e consolidação da “festa normal”, que chegava a reunir cerca de duas mil pessoas, se deram paralelamente ao fechamento da barraca, tanto no sentido de ser cobrado a partir de então ingresso para entrar em suas dependências, que também cresceram, quanto no sentido de sua temporalidade: a Biruta se tornou uma barraca noturna.

Em decorrência do aumento do público e da concorrência, um outro movimento passou a caracterizar a barraca: ela teve que se expandir. Por volta de 2005, como me contou, isso se deu com a barraca fechada durante o dia, em virtude do assédio dos vendedores ambulantes, o que resultou na retirada das palhoças da área de praia.

Eu continuei com as festas normais e comecei a terceirizar, né? Terceirizava a luz, o som. Eu tinha o som mais era pequeno. A festa cresceu tanto que eu tive que sonorizar os outros ambientes, né? pra não ficar localizado num canto só. E aí a Biruta foi crescendo, crescendo. Teve uma época que começou a aparecer os concorrentes, né? ‘Casa do Farol’, o ‘Mucuripe Club’...porque aí deu uma baixada no Biruta. E em 2004 agente fechou a Biruta de dia. Agente resolveu não abrir mais de dia porque tinha caído o número de pessoas que freqüentava o Biruta. Começaram a ir pro ‘Cuca Legal’, pra ‘CrocoBeach’ e pra ‘Vira Verão’ [barracas-complexos da ‘praia nova’]. Aí nós resolvemos: ‘vamo fechar a praia’. Fechar que eu digo, encerrar as atividades de atendimento diurnas e ficar só com a noite. Aí eu botei todos os meus funcionários pra fora (...) Até 2004 funcionou como as outras barracas, diurna e à noite. Na época que a festa normal era bombada agente contratava bastante artistas locais, né? porque tinha grana. Quando caiu mais o movimento da festa normal aí agente começou a não contratar mais. Mas deu bem porque começaram a contratar mais a Biruta.

Ele lembra da concorrência que outra barraca – a Opção Futuro, também localizada na Praia – passou a exercer sobre a Biruta.

Você sabe que a gente foi pioneiro nisso, de fazer festa na Praia. A gente começou a fazer show depois as outras barracas começaram a fazer. Aí sempre eles [os produtores de eventos] botavam o pé aqui e lá. Mas lá nos outros lugares nunca dava certo, né? Teve uma época que eles eram praticamente sócios da Opção Futuro, que teve um auge, mas não passou de dois, três anos. Morreu. Eu acho que isso se dá não é por conta do lugar...tem que ter um pouco de sangue, suor, amigos ao redor, sabe? Não é só você ter um lugar lindo e maravilhoso, botar uma banda ali. O primeiro

vai ser bom. Com o tempo não tem mais aquela graça. Se você trazer um show pra Biruta as pessoas ainda tem vontade de vir porque eles têm certeza que esse evento vai ser bom. Os caras vem sempre com muita vontade. Então, as coisas estão sempre indo e voltando como essa da Opção Futuro, né?

Após a Opção Futuro, outras barracas passaram a competir com a Biruta na produção de festas na Praia, intensificando a rede de interdependências do Biruta com outros atores. Essa competição resultou no surgimento de *outras praias*.

Eu vou te falar. É...antes da Biruta a barraca que passou mais tempo em evidência foi a 'Subindo ao Céu'. Não sei se você pegou. Eles passaram seis, sete anos em evidência. A Biruta passou treze, quatorze anos em evidência. Quer dizer quase o dobro do que passou o segundo lugar, o Subindo ao Céu. Antes disso as barracas passavam dois anos aí o pessoal mudava de pico, né? Entre elas passou 'Chico do Caranguejo', 'O Mendes', 'O Quente'. Tinha uma barraca ali que hoje é um hotel, antes era um motel, ali em frente a CrocoBeach. Muito antigamente logo quando fizeram a primeira...na época da Maria Luiza...a primeira urbanização. Lá tinha uma barraca também que dava muita gente. Os picos não demoravam dois, três anos. Mudava pra outra barraca. O Biruta demorou treze anos pra isso acontecer. E porque que aconteceu? Devido ter muita gente. Você sabe que gente chama mais gente e mais gente chama mais ambulante. O que foi que aconteceu? Começou uma invasão grande de ambulantes. Eles ocupavam minhas mesas, cadeiras. Eles fizeram uma máfia com meus garçons porque eles davam mais dinheiro ao garçom se vendesse o coco deles do que o meu, entendeu? 'Vende que tu vai ganhar mais'. Você tá na praia, tá no lazer, vem uma pessoa toda hora te cutucando: 'quer coco, quer bronzeador, quer no sei o quê'. Era uma concorrência louca. Então todo mundo era perturbado. Então, os melhores clientes daqueles que gastavam mais e aqueles que queriam ser menos incomodados começaram a se afastar do Biruta. 'Não, eu vou pra uma praia mais calma porque aqui virou um mercado de ambulantes'. Aí começaram a ir pra outras praias. Foram ficando só o quê? os surfistas, que gostavam do som, mas que só bebiam água de coco. Então o meu faturamento foi lá pra baixo.

Esse novo momento da dinâmica da Biruta, da "praia expandida", teve papel importante desempenhado pelas grandes empresas de entretenimento, como a D&E Entretenimentos, a 77 Eventos e a Aplausos Produções. Com o fechamento da barraca durante o dia e funcionando apenas durante as noites das sextas e sábados, a Biruta passou por momentos difíceis, quase encerrando suas atividades, já que houve grande queda no faturamento.

Ele me revelou que, para tal não acontecer, chegou a recorrer a algum tipo de fiscalização para retirar o que para Fernando era a principal causa das mudanças na configuração da barraca: os vendedores ambulantes.

Os ambulantes são como se fossem parasitas. Você tem um corpo saudável, que ta crescendo e aí eles vêm sugando tudo. Teve um momento que até os meus próprios garçons preferiam vender a cerveja do meu vizinho que era mais barata e cobravam aos meus clientes o preço da caixa. Quer dizer, os clientes tudo bebendo cerveja, o vizinho botando dinheiro no bolso, os garçons botando dinheiro no bolso... É claro que isso também tem a ver com a minha administração. Eu não sou barraqueiro. Meu ramo é produção. Aí deu pra eu agüentar até aí. Eu não sou muito ligado em fiscalizar. Por exemplo. Na CrocoBeach se você entrar...um amigo meu foi entrar com uma bicicleta, foram empurrando a bicicleta. O cara não deixou. Quer dizer, totalmente contra a lei, né? Você passa na praia do jeito que você quiser. Passar você pode. Eles não deixam nem o ambulante passar. Só que realmente o que tinha que ter era uma fiscalização porque ambulante vem do verbo ambular, ou seja, significa andar. Então se os ambulantes fossem sempre andando...só que eles se fixavam e isso foi o problema. Era uma guerra aqui, uma guerra mesmo.

Durante o mês de janeiro de 2008, a Biruta realizou, juntamente com a D&E Entretenimentos, a Prefeitura de Fortaleza e o Governo do Estado do Ceará, um evento apresentado como modelo a ser reproduzido em todo o Estado durante as férias escolares do início de cada ano: o Arena de Férias. Lanço um olhar etnográfico das dinâmicas das “praias” (aberta, fechada e expandida) durante esse evento, que reuniu milhares de pessoas e atrações nacionais e internacionais.

4.3.1.1 Dinâmicas de uma “arena”

O Evento contou com uma ampla estrutura montada nas areias da Barraca. Nas demais barracas, essa área é dedicada normalmente à instalação das palhoças ou quiosques. No Biruta, ela possibilita, durante os grandes eventos, que a barraca se expanda, além de se combinar com traços de abertura e fechamento. Essa nova dinâmica (a “praia expandida”) pode ser deduzida da forma como o Poder Público a encarava antes da barraca crescer.

A realização de eventos na Biruta e em outras barracas sempre encontrou, do lado do Poder Público, uma posição ambígua, ora parecendo representar, aos olhos deste, privatização da praia, ora uma dinâmica juridicamente legal. Em 1996 e 1999, a Delegacia do Patrimônio da União no Ceará instituiu (representado pelo delegado José Feitosa Dantas), a pedido do Ministério Público Federal, medidas para controlar os eventos realizados nas barracas da Praia, válidas até hoje.

No Ofício N°029/96/GAB/DPU/CE, de 1996, são observados os seguintes aspectos de tempo e espaço das barracas e de suas dinâmicas durante a realização de eventos: 1) estão localizadas sobre “terreno da União”; 2) “As barracas que costumam realizar os *eventos fechados por cercas provisórias* (basicamente as barracas Biruta, Chico do Caranguejo e Subindo ao Céu) estão inscritas nesta Delegacia como ocupantes de terreno de marinha pelo que recolhem uma taxa de ocupação anual correspondente a 5% do valor venal do terreno que ocupem”⁵⁸; 3) “A área sobre a qual as barracas recolhem taxa de ocupação é *anterior a área construída*, incluindo, geralmente, a parte ocupada por cadeiras de praia, pátio de manobras etc”. 4) “Não há, na legislação de ocupação nenhum dispositivo proibindo cercar, murar ou restringir qualquer forma de acesso de pessoas à área inscrita”; 5) O Ofício considerava que, mesmo em se tratando de uma ocupação em “regime especial”, essa condição não impedia que o “ocupante da praia” atendesse a “outras posturas” (leis municipais, estaduais etc) “que o obriguem a manter livre o acesso à praia ou *manter aberto determinado espaço*”; 6) Durante esses eventos é facultada, ao barraqueiro, a cobrança de ingressos já que, “ao que parece, a cerca provisória que eles instalam durante esses shows é uma forma de cobrar a entrada”; 7) “Acreditamos, mas não tenho conhecimento, que alguma norma municipal proíba cercar a praia, vedando-lhe o acesso, mas *o tipo de tapagem em discussão, por ser temporária e restrita as áreas inscritas, é difícil de ser enquadrada em qualquer dispositivo*”; 8) O ofício finaliza lembrando que “em *circunstâncias ocasionais* (...) não há nenhuma violação de norma legal em restringir-se o acesso de pessoas a determinado espaço para entrarem somente aqueles que pagarem ingresso”. [Os grifos são meus].

No Ofício N°038/99/GAB/DPU/CE, de 1999, algumas modificações podem ser observadas em relação às determinações de 1996. A ênfase, então, é conferida à responsabilidade pela fiscalização e à nomenclatura do tipo de uso em foco. A ocupação deve atender às exigências da “permissão de uso”. É dito que em “eventos de curta duração” esse dispositivo deve ser acionado. A “competência” para concedê-lo é facultada aos “titulares” das delegacias do Patrimônio da União

⁵⁸ É importante observar que uma das alegações atuais dos empresários da AEPF em sua defesa judicial diante das denúncias de privatização da praia contidas na Ação Civil Pública de 2005 consiste em afirmar que o então delegado do patrimônio da União à época, Sr. José Dantas, emitiu, por conta própria, licenças de ocupação em troca de favores econômicos.

nos Estados. Em algumas situações, essa competência pode ser assumida pelos municípios. Por fim, o Ofício emite a seguinte observação final acerca da frequência com que os eventos passaram a ocorrer durante à noite nas barracas:

Eventualmente tem havido solicitações para fechamento de áreas ao redor das barracas durante o horário noturno. Vale a pena salientar que nessas ocasiões o ingresso cobrado refere-se apenas ao show oferecido e não ao trânsito através do terreno da União. A autorização para tal costuma ser deferida por esta DPU, desde que o fechamento ocorra em intervalos de doze horas e em uma área inferior a um hectare que pode ser facilmente contornada por quem deseje ter acesso à praia ou ao mar à noite.

A organização do Arena de Férias é exemplar para a observação das dinâmicas desses movimentos de praias que os eventos recentes da Biruta passaram a imprimir à Praia do Futuro (Imagens 36 e 37). A tensão entre sua dinâmica concreta e as determinações da DPU é um traço que deve ser assinalado. Durante a divulgação do Arena, a cargo da barraca Biruta, da empresa D&E Entretenimento e da Prefeitura de Fortaleza, algumas considerações era adiantadas aos usuários que para lá se deslocassem. O Arena foi apontado como “o palco de um dos maiores eventos das férias no Ceará”. Um festival que “integra o calendário do projeto Fortaleza de Férias, desenvolvido pela Prefeitura de Fortaleza com ações culturais, de esporte e lazer”. (Folder de divulgação do Arena de Férias, 2008).

A distribuição tempo-espacial do Evento ocorreu da seguinte forma: as sextas-feiras foram dedicadas à música eletrônica e os sábados aos grandes atrações nacionais. Dentre elas: Vanessa DaMata, Tijuana, Cidade Negra e O Rapa. Os *shows*, abertos ao público, iniciaram às 18 horas. Um grande camarote, disposto em frente ao palco fincado nas areias, dava acesso privilegiado a alguns usuários vip's. Além da infraestrutura de som e palco, um grande esquema de segurança foi montado, incluindo policiais civis, militares, além de segurança privada, ambulâncias, soldados do Corpo de Bombeiros, fiscais da Secretaria Regional II e agentes de fiscalização da Autarquia Municipal de Trânsito.



Imagens 36 e 37. Na primeira imagem, entrada principal do Arena de Férias, no Biruta. Detalhe para os traços de expansão e isolamento da barraca por meio de grades sobre o calçadão e de cones na via de acesso. Na segunda imagem, vendedores ambulantes posicionando-se para o evento em uma das ruas locais de acesso ao Biruta. Foto do autor: janeiro de 2008.

Fernando, ao falar do Arena, revela algumas intenções dos realizadores do Evento no Biruta, ao limitar o acesso do público a determinados espaços da barraca.

Na real, o Arena de Férias que teve em 2008 foi como se fosse o evento piloto pra hoje em dia eles estarem fazendo nas praças, ali na Praça do Cocó, por exemplo. Daqui, do Biruta, foi pra lá e depois pra várias cidades do interior. Mas o piloto foi no Biruta. Foi uma grande estrutura. Eles [os organizadores] fizeram um evento pra oferecer pro Governo do Estado, mas... Eles pensaram assim: 'se eu fizer tudo aberto, não vou ter um boca a boca de formadores de opinião. Vai ter um público que não é formador de opinião'. Aonde tem coisa aberta vai, mas não é o público que chega: 'Ah, o evento do Governo foi legal, bacana', entendeu? Então, eles quiseram fazer o primeiro dessa maneira. Eles queriam que o evento desse certo de uma maneira geral, que fosse falado, não só pelo público que não é considerado formador de opinião, mas...Então, *eles fizeram uma área no Biruta que a grande maioria era cortesia*. Mas às vezes você quer ir num canto, que não tem cortesia. Aí você vai e compra o ingresso. A maioria dessa *área separada* era cortesia.

Cheguei ao Biruta por meio das 15 horas do dia 18 de janeiro, quando algumas estruturas da barraca estavam ainda sendo montadas (na sua maior parte já montadas) e no momento em que os vendedores ambulantes já chegavam e se posicionavam nos lugares mais próximos ao Biruta: por onde circulavam pessoas (nesse horário, banhistas e curiosos em saber o que estava acontecendo ali), para aproveitar as maiores chances de comercializações. No trecho da barraca que dava para o calçadão, o Biruta já estava nesse horário expandido: cercas armadas, distando mais ou menos 30 metros do início da barraca até o calçadão; cercavam toda a barraca por esse trecho; fincado na praia, um grande palco, com equipamentos apenas utilizados em grandes *shows* já estava montado; a presença de técnicos de som testando-os, anunciava mais uma noite do conhecido Biruta: nesses dias do evento vários artistas nacionais se apresentaram: Vanessa da Mata, O Rapa, Cidade Negra, Tijuana, entre outros.

Nas areias, além do palco, que ocupava grande espaço, seis torres de cerca de quatro metros de altura cada qual foram espalhadas por pontos estratégicos nas areias, em formato quadrangular. Elas traçavam linhas imaginárias como que delimitando o espaço do Biruta expandido por esse trecho. Por volta das 16 horas, algumas pessoas já chegavam e iam se avolumando em pontos mais próximos do palco onde fosse possível ter uma visão melhor dos artistas; outro contraste com as demais barracas: enquanto os usuários das outras barracas se preparavam para retornar, esse era o momento de chegar ao Biruta.

Esse é o tempo do Biruta, no qual ele mais se afirma em sua especificidade. Entre o calçadão e as areias, algumas estruturas me chamaram a atenção: a presença de caminhões de bebidas, viaturas policiais e fiscais da

Prefeitura davam uma dinâmica muito particular àquele espaço: a imagem de caos tão comum à Praia parecia se contrapor ao que ali ocorria, algo no mínimo muito organizado a um olhar mais distante. Ainda no calçadão outras estruturas estavam presentes: cabines da Polícia Militar e de imprensa. Espécies de *outdoors* anunciavam as atrações dos dias do evento além dos nomes dos patrocinadores. Uma grande faixa anunciava que, após o calçadão, era possível ter “acesso público à praia”. Cercas no calçadão restringiam o acesso a esse trecho do Biruta àqueles que poderiam pagar pela entrada, em média, 30 reais por dia.

Somente por volta das 20 horas (estava prevista a apresentação das principais atrações para às 22 horas), um público maior e mais diversificado começou a chegar, tanto entrando pelo Biruta do calçadão quanto pelo Biruta da areia. No calçadão, um painel com informações sobre as atrações previstas por dia e uma entrada recepcionava os usuários. Um corredor levava os que por aqui entravam em direção a uma tenda branca, cujo acesso era ambientado por luminárias e sombras. Algumas pessoas permaneciam em frente, talvez aguardando conhecidos para só aí decidir entrar. Um segurança de uma empresa privada parado deixava entrever que a entrada não estava aberta a todos.

Nas areias, com o início dos *shows* principais, um grande público mais diversificado ocupava o perímetro demarcado pelas torres, algumas pessoas isoladas ou em grupos, dando a crer numa sociabilidade específica de grupos que compartilham os mesmos gostos musicais; em sua maioria, as pessoas estavam vestidas de modo descontraído: homens com blusas, *shorts* e chinelos; as mulheres, vestidos longos ou curtos e blusas leves.

Esse público das areias era mais heterogêneo do que o público que entrava pelo calçadão. Era possível identificar, de modo mais visível, casais homossexuais, jovens usuários de maconha, bêbados etc. Outra diferença era possível ser assinalada com base nas vestimentas e estilos. Entre as torres e o público, um conjunto de barraquinhas mais ou menos alinhadas vendia lanches, cervejas e refrigerantes aos que por esta parte do Biruta se aventuravam.

Nos limites desse lugar apenas pessoas credenciadas pela organização do evento e pela Prefeitura podiam comercializar. Nesse Biruta, embora as fronteiras estivessem imaginariamente definidas, estas eram constantemente burladas por vendedores ambulantes, denotando uma “guerra de lugares” (ARANTES NETO,

2000) (Imagem 38): entrar e sair desse espaço não exigiam grandes formalidades, como apresentar bilhetes de entrada e vestimentas específicas.

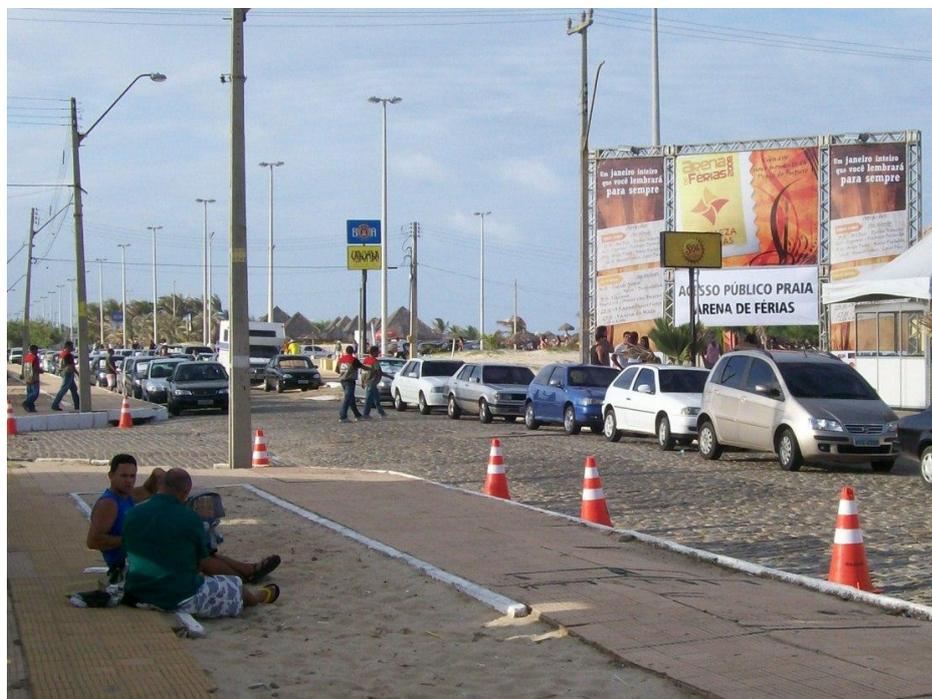


Imagem 38. Vendedores ambulantes posicionados nos limites do Biruta “expandido”. Detalhe para cones e agentes da Prefeitura de Fortaleza, ao fundo, ordenando o fluxo de pessoas em direção ao complexo. Foto do autor: janeiro de 2008.

O Biruta sempre foi caracterizado por esses grandes *shows* descontraídos. Por este Biruta era possível ver também cercas e obstáculos que separavam as areias da parte do calçadão, onde estavam as áreas *vips* e os camarotes; o público era em sua maior parte formado por homens que aparentavam ter mais de 25 anos; nas ruas de acesso locais ao Biruta, carros circulavam freneticamente de lado a outro num pequeno espaço; isso me impressionou, porque parecia um movimento desnecessário, já que o tamanho frontal da barraca era de cerca de 50 metros: havia engarrafamento e vários carros esperavam por um estacionamento perto da barraca; com a aproximação das principais atrações, algumas pessoas, em sua maioria jovens, esperavam ou em frente ao Biruta do calçadão ou nas barraquinhas de vendedores ambulantes, onde aproveitavam os preços mais baixos para comer ou beber algo.

Na principal via de acesso local ao Biruta, a Avenida Zezé Diogo, grande quantidade de barraquinhas de vendedores ambulantes iniciava suas instalações.

Isso acontecia já por volta das 16 horas. Carros largos com caixas de isopor contendo gelo e bebidas, além de pequenos fogões ou churrasqueiras, estavam entre as principais armações. Essa rua contrastava com as demais: apenas nela havia a presença dessas barraquinhas; ali era, com certeza, o trajeto principal para aqueles que mais tarde chegariam ao Biruta. Nesse momento, seus proprietários realizavam um intenso trabalho de organização das cadeiras e mesas ao redor do carro; nessa ocasião era fácil diferenciar uma barraquinha das demais, mas, à noite, com o público chegando em grande quantidade, essa distinção parecia se desfazer; era difícil definir onde começava ou terminava uma barraquinha.

As tendas armadas no calçadão pela organização do evento proporcionavam uma imagem do Biruta ampliado e contrastante em relação aos usos periféricos. Pelo calçadão, após a cerca longa e bem afastada da estrutura fixa da barraca, era possível visualizar várias estruturas de madeira que encobriam da parte dos que estavam de fora desse Biruta ver o que dentro se passava. Em toda a extensão da barraca havia esse tipo de estrutura; alguns jarros de flores e plantas dificultavam visualizar esse aspecto em sua totalidade; bem, se esse efeito foi proposital por parte dos organizadores, à noite ele era bem mais eficiente, já que o jogo luz/sombra era mais definido, permitindo apenas visualizar claramente a tenda branca que levava ao interior deste Biruta.

4.3.2 A quinta do caranguejo

Durante as noites das quintas-feiras, distintamente dos dias de *shows* e eventos, ocorre outro fenômeno fundamental para entender as lógicas de tempo e espaço do lazer da Praia do Futuro: é a “quinta do caranguejo”. Embora hoje praticamente todas as barracas-complexos se organizem durante a quinta-feira para esse ritual, ela normalmente é mais associada ao Chico do Caranguejo, nome pelo qual se tornou conhecido o proprietário da barraca (Imagem 39). A influência do Chico tem sido constada também em bares e restaurantes de Fortaleza e fora da cidade denotando certa inversão no surgimento de padrões de comportamento que surgem na praia em direção a outros lugares.



Imagem 39. Estilização de um caranguejo gigante de madeira na entrada principal do Chico do Caranguejo. Foto do autor: março de 2010.

Para muitos fortalezenses, ir à praia, nesse dia, é sinônimo de comer caranguejo. As condições nas quais isso ocorre variam segundo o lugar na Praia do Futuro. Nos demais dias da semana, é possível encontrar o crustáceo em praticamente todas as barracas, tanto da “praia nova”, quanto da “velha”. É preciso ressaltar, ainda, que há diferenças no preparo e volume na produção de caranguejos e de seus pratos para a alimentação de clientes. Dependendo do período do ano, há mais ou menos turistas durante a semana, quando é mais preferível a Praia tranquila. Nas quintas e domingos, com o aumento do público, essa produção ocorre em larga escala.

Na “quinta do caranguejo”, alguns rituais mais organizados podem ser observados por entre os complexos da Praia do Futuro. As barracas viram-se para o calçadão. O “trecho de praia” é fechado. Não é possível acessá-las por esse lugar. Observando as barracas-complexos durante a “quinta”, todas apresentam esse

formato. No calçadão, algumas barracas sugerem um espaço mais aberto, sem a presença de nenhum obstáculo arquitetônico a restringir o acesso de usuários. Nesse lugar, são distribuídas dezenas de mesas e cadeiras. Essa distribuição sugere que, nesse tempo, as barracas estão mais receptivas, aproximando-se mais dos limites que a separam por esse espaço. Por outro lado, quando comparados ao “domingo na praia”, esses complexos parecem mais reservados e restritos.

É comum encontrar seguranças particulares que imprimem uma separação menos nítida a usuários mais evitados, como guardadores de carros e meninos de rua. Como não há estacionamento particular nesses estabelecimentos, seus clientes devem fazê-lo na Avenida Zezé Diogo, via de acesso local às barracas, o que normalmente resulta em abordagens mais diretas por parte dos guardadores de carro.

No Chico do Caranguejo, a dinâmica é diferente (Imagens 40 e 41). Enquanto nas outras barracas-complexos a composição de mesas e cadeiras sugere certa abertura, no Chico, a área equivalente às demais barracas é cercada. Para entrar em suas dependências é preciso desembolsar cerca de R\$ 20,00 a R\$ 30,00. Quando comparado às demais barracas-complexos, esse formato do Chico parece contribuir para a menor presença de guardadores de carros e meninos de rua, já que não conseguem realizar abordagens mais diretas. Nos outros espaços da “quinta”, são mais recorrentes as incursões de meninos por entre o calçadão onde estão localizadas estruturas de atendimento aos clientes, sendo por conta disso mais frequentes os conflitos envolvendo garçons, seguranças e meninos de rua.

Nas quintas do caranguejo, diferentemente dos dias de *shows* e eventos do Biruta e dos demais dias, um público mais homogêneo se dirige ao Chico do Caranguejo. Esse público é composto de turistas, além de moradores que após o dia de trabalho dedicam o fim da noite para exercitar uma sociabilidade mais restrita.

Os guias turísticos se encarregam do traslado de turistas até à Praia na quinta, já que intencionam realizar uma espécie de *tour* pela Cidade, evitando assim o grande fluxo de pessoas do domingo. É frequente o fato de taxistas credenciados pela Prefeitura e guias turísticos estabelecerem algum tipo de contrato com empresários da “praia nova” para levar prioritariamente turistas para apenas algumas barracas-complexos. Normalmente o turista é conduzido já no aeroporto para o hotel e deste para a Praia do Futuro.



Imagens 40 e 41. Detalhe para a organização de mesas durante a “quinta do caranguejo”. Por volta das 21 horas o público do Chico da “quinta” chega. Foto do autor: 14/05/2009.

Como observei, na “quinta do caranguejo” há grande presença de turistas nacionais e estrangeiros. Diferentemente dos demais dias na “quinta”, é mais fácil identificá-los. Estão em grupos, normalmente acompanhados por algum guia. Além do Chico do Caranguejo, é possível encontrá-los na CrocoBeach, na Marulho’s, na Master Beach e na Vira Verão durante esse tempo. É no Chico do

Caranguejo, porém, onde eles mais se concentram. Nas observações que fiz durante minha pesquisa de campo, havia um espaço reservado para embarque e desembarque de turistas sob responsabilidade de guias e taxistas contratados pela barraca. Esses contratos são informais e menos estruturados.

A Praia do Futuro do Chico do Caranguejo, além de contar com menos frequentadores, quando comparada ao “domingo na praia” ou aos dias de shows e eventos, embora mais procurada por turistas, possui uma dinâmica sócioespacial peculiar (Imagem 42). A partir das 21 horas um público maior chega ao Chico. Por volta das 22, o cheiro forte e batidas realizadas sinalizando que o caranguejo está servido é comum. Nesse momento, também uma banda de forró pé-de-serra anima o Chico do Caranguejo. Sons da zabumba, do triângulo e da batida no caranguejo se misturam criando uma sonoridade rítmica própria desse lugar.

Antes de se configurar esse cenário o Chico se organiza da seguinte maneira. Após a entrada limitada aos que podem pagar um grande caranguejo em madeira recepciona os frequentadores. Ele está situado no limite entre a entrada principal e o salão de dança onde se distribuem várias mesas e cadeiras. Por trás do caranguejo, um grande aquário com peixes raros prende a atenção do usuário pelo colorido e tamanho. É comum encontrar pessoas que param nesse lugar para registro de fotos e imagens.

A decoração das “quintas”, normalmente, obedece a um padrão mais ritualístico. Além de luzes com cores menos fortes e luminárias, há plantas e móveis em madeira que sugerem ao mesmo tempo aspectos de sofisticação e rusticidade. Em feriados, o Chico incorpora um tipo de decoração mais específico. Durante o carnaval, por exemplo, há alegorias, como máscaras e fantasias, marcadas por tamanhos e cores diferentes, essas mais fortes e com maior brilho do que aquelas das “quintas” normais.



Imagem 42. Entrada do Chico do Caranguejo numa segunda-feira. Detalhe para a ausência de obstáculos arquitetônicos como as cercas que são utilizadas durante as “quintas do caranguejo” para fechar a barraca. Foto do autor: março de 2010.

Realizei observação numa “quinta” na Copa do Mundo de 2010. Nela as cores verde e amarelo dominavam o cenário da barraca. Durante os jogos da Seleção Brasileira de Futebol, o Chico recebia torcedores com um grande telão. Grandes bolas coloridas com essas cores e bandeirolas foram distribuídas pelo teto. Já no *réveillon* predominam o branco e o dourado, além de flores e tecidos brancos nas mesas.

A utilização do caranguejo como alimentação mais procurada na “quinta do caranguejo” merece uma observação. As sociabilidades que se organizam em torno dos rituais da “quinta” ultrapassaram os limites da Praia do Futuro. Em Fortaleza ou pequenas cidades do Estado do Ceará vê-se a organização de bares e restaurantes para o consumo do caranguejo. Sobressaem a associação entre Chico do Caranguejo e “quinta”.

Como me revelou a presidente da AEPF, Fátima Queiroz, a espécie de caranguejo mais utilizada na Praia do Futuro é a uca (*Ucides Cordatus*), cuja cor varia de azulado e roxo ao amarelo e marrom. 90% desse tipo de caranguejo consumido na Praia provém do Delta do Parnaíba, área litorânea e de mangue localizada entre os estados do Piauí e Maranhão. Segundo revela, a procura por

esses locais se deu devido a crescente poluição de mangues, a pesca predatória e o aumento do consumo o que levou a certa escassez do crustáceo no estado do Ceará.⁵⁹

Na entrevista que me concedeu Chico do Caranguejo, empresário associado à AEPF, que desde 1987 possui barraca de mesmo nome na Praia do Futuro, revelou que inicialmente o objetivo era construir um depósito na Praia para a armazenagem de caranguejos já que, em sua família, se trabalhava com distribuição desse crustáceo. Esse fato resultou na mudança no nome da barraca adquirida.

O nome dessa barraca antes era 'Meu Garoto', né? Tinha umas oito mesinhas. As paredes eram feitas de madeirite. É tanto que começou a dar um movimentozinho. O antigo dono que se chamava Meu Garoto fez confusão com o nome. Me deu vinte e quatro horas pra eu tirar o nome, né? Eu pedi um prazo a mais. Aí eu pedi a opinião de amigos sobre o novo nome. O meu nome é Francisco. Como eu vendia caranguejo então ficou 'Chico do Caranguejo'. Aí eu botei o nome. Antes eu vendia caranguejo, mas era conhecido como 'Francisco'.⁶⁰

Com o novo nome, Chico do Caranguejo narra como a “quinta-feira” teve início.

A partir daí começou o movimento. Eu continuei vendendo caranguejo. Foi quando eu resolvi arriscar à noite. Essa 'quinta-feira' se deu primeiramente na 'segunda'. Aí, chegou uma pessoa aqui dizendo que na semana seguinte ia receber uns amigos de São Paulo. Pediu pra mim (sic) fazer um caranguejo especial. Dizia que ia trazer violão, num sei o quê. Essa 'quinta-feira' podia ser qualquer outro dia. Aí reuniram uma roda de dez amigos. Aí eu tive a idéia, né? Aí, eu arrumei naquela época um cara pra tocar rock, né? Aí começou devagarzinho. Aí foi aumentando, aumentando. O início foi difícil porque eu passava noites e noites sem vender nenhum caranguejo.

Com o aumento do público e adotada a divulgação por meio de panfletos e utilização de mídias eletrônicas, comum aos grandes complexos, a barraca alcançou certa centralidade quando se fala em “quinta do caranguejo”. Essa centralidade se revela tanto na procura por um público mais seletivo composto de turistas quando nos traços de dinâmicas de que a barraca é alvo durante esse tempo. É a única barraca-complexo a limitar o acesso apenas aos que decidem desembolsar o valor da entrada.

⁵⁹ Segunda ainda Fátima Queiroz, uma das medidas para evitar o desaparecimento do caranguejo do cardápio das “quintas” e demais dias consiste na delimitação do chamado período de defeso, momento em que os caranguejos saem de suas tocas para se reproduzirem.

⁶⁰ Entrevista concedida a mim pelo Chico do Caranguejo, em 15 de março de 2010.

As transformações operadas na barraca são associadas por Chico do Caranguejo ao Projeto Esta Praia Tem Futuro. Segundo ele, as ações do Projeto proporcionaram a vinda de outros usuários com as mudanças arquitetônicas das barracas-complexos. Ao falar das transformações do público de sua “casa”, desde o Projeto, ele lembra que

há uns dez anos atrás quando iniciou o Projeto, a gente botava pagode, uns forró pesado aqui. Hoje eu sou contra esse negócio de botar forró na Praia. Então, tava muito misturado. É tanto que essa casa ela hoje é assim..., ela era o contrário. Aí, resolvemos passar um trator por cima dela. Não ficou um tijolo. Era lotada essa casa. Naquela época a gente vendia mil cervejas. Hoje talvez nós tenhamos baixado pra menos da metade. Mas graças à Deus, resolvi mudar o estilo, né? Coloquei aquele forrozinho pé-de-serra na quinta-feira, show de humor e hoje a nossa clientela é selecionada, cinco estrelas. Mudou da água pro vinho. Muitas pessoas de Fortaleza passaram a conhecer a nossa casa. Houve essa mudança há dez anos (...) Diga quantos seguranças nossa casa tem? Só um. É porque a gente é selecionada, graças à Deus. Antes era bagunça. Naquela época eu mesmo ficava envergonhado de chegar um amigo e vê aquela bagunça. Naquela época eu só vendia cerveja, cerveja... Hoje não, a gente parou de vender tanta cerveja e vende mais comida, é mais organizado assim. Eu mesmo ficava com vergonha de ver aquelas garotas de programa, no colo dos homens, era uma bagunça. Hoje não, hoje a família pode vim e vai ver um lugar cinco estrelas.⁶¹

Antes dessa atual configuração da barraca, Chico do Caranguejo lembra que o aspecto das barracas era mais simples e menos requintado.

A primeira barraca aqui antes da minha [no mesmo local] ... eu me lembro que agente arrumava uma lona nas dunas. Era tipo um circo, armava e desarmava. E depois foi começando aquele negócio de palha. Essa estrutura de lá pra cá cada qual fez a sua melhor, né? Antigamente era mais simples. O poder público deixava agente à vontade pra construir. Essa questão da padronização das barracas eu sou único na Praia que não bota obstáculo. Tô sempre a favor do público.

Além dos traços físicos das barracas, Chico emite certa avaliação moral sobre os “antigos usuários” de sua “casa”. Há correlação, na sua avaliação, entre mudanças nos usos da barraca e o estilo do público que passou a frequentar a “Chico do Caranguejo”.

Olha, resolvi mudar a estrutura da barraca porque eu não agüentava tanta vergonha de ver prostituição. Naquela época o ponto delas era só aqui, né? Tinha várias ‘casas’ aqui na Praia do Futuro, né? Naquela época só tinha a ‘Chico do Caranguejo’ e mais umas três ou quatro. De dez anos pra cá a Praia do Futuro cresceu e mudou muito, mudou pra melhor.

⁶¹ Entrevista concedida ao autor pelo proprietário da “barraca” “Chico do Caranguejo”, em 06/02/2009.

É comum nas “quintas” encontrar turistas acompanhados com garotas de programa. Se a referência que Chico faz antes do Projeto decorria de grande presença de prostitutas, isso não significa que elas deixaram de estar presentes no Chico do Caranguejo, que passou a receber mais “famílias” e “casais”.

As mudanças nas barracas possuem grande importância, quando se faz referências ao atual lazer da Praia. Após desligar o gravador, em tom avaliativo, Chico do Caranguejo me revelou que algumas barracas haviam crescido excessivamente, “prejudicando os negócios de outras barracas”. Ao emitir essa opinião, fez referências ao complexo Crocobeach, o maior da Praia do Futuro e o que mais tem modificado os usos do lazer praiano.

Embora as dinâmicas da CrocoBeach ainda não se intensifiquem tanto durante a “quinta” ou nos dias de *shows* e eventos, o que poderia representar maior concorrência com a Chico do Caranguejo e o Biruta, ela passou a concentrar os maiores investimentos e público em torno das “badalações” do “domingo na praia”.

4.3..3 “Esta é a sua praia”: o complexo CrocoBeach

Diferenciando-se das tradicionais barracas de praia, a CrocoBeach é um Complexo Turístico de 13.000 m², que recebe na alta estação aproximadamente 120 mil turistas por mês, oferecendo uma excelente cozinha, shows de humor, shows culturais, grandes atrações, bom atendimento, qualidade nos produtos e ótima segurança. O Complexo CrocoBeach possui uma série de serviços agregados como cyber café, sala de massagem, loja de conveniência, loja de artesanato, salão de beleza, aulas de surf, piscinas (infantil e adulta), sauna, bar molhado, jardins, deck panorâmico, taxista credenciados, produtoras de áudio e vídeo, sorveteria e cafeteria. A CrocoBeach ainda proporciona uma rádio interna com uma programação que mescla os grandes hits do momento com os maiores flashbacks. A cozinha é premiada, porém, para a grande quantidade de grupos que visitam a CrocoBeach foi criado o Buffet Self service no salão principal e no espaço do palco praia. Essa proposta, inédita na praia, está sendo muito bem aceita já que apresenta mais de trinta tipos de saladas, frutos do mar e sushis, carnes grelhadas, massas, frios, sobremesas e tortas. A CrocoBeach é um dos maiores incentivadores do turismo no Ceará, dispõe de câmeras on line na Internet, que auxiliam as agências de viagem do País e estrangeiros quando querem vender o destino Fortaleza. Possui sistema interno de segurança com agentes e câmeras espalhados em todos os setores. Também faz parceria com a hotelaria e todas as companhias aéreas nacionais. Pelo conceito e qualidade, as matérias relativas às praias de Fortaleza têm espaço garantido nos jornais O Estado, Diário do Nordeste e O Povo. (Imagem 43).

É esta descrição que o visitante encontra ao acessar o site eletrônico do Complexo CrocoBeach⁶². Sobressaem os aspectos de distinção, empresariamento, organização e racionalização do espaço. Outros traços distintivos da barraca são lembrados também na página eletrônica: “geração de 200 empregos diretos (com carteira assinada, plano de saúde e dentário) e 1.000 indiretos; segurança da Praia do Futuro (recebeu medalha de honra ao Mérito da Polícia Militar); atração do público para a parte velha da Praia do Futuro”.



Imagem 43. Entrada do complexo CrocoBeach. Acesso pelo “calçadão”. Foto do autor: dezembro de 2009.

Ao se observar a distribuição espacial da CrocoBeach na Praia, é possível assinalar, de imediato, a especificidade que sua configuração representa em relação às demais barracas-complexos: sua grandiosidade. Nos últimos anos⁶³, a CrocoBeach cresceu mais que cada uma das barracas da Praia do Futuro. Esse fato constitui uma das principais acusações presentes na Ação Civil Pública de 2005. Segundo o que nela consta, o complexo excede atualmente em 6.318,15 m² a área de uso permitida pelo Patrimônio da União. Apenas seis barracas-complexos se

⁶² www.crocobeach.com.br

⁶³ As informações sobre tamanho e crescimento das barracas-complexos foram colhidas junto à Ação Civil Pública de 2005 nº 79/95 Ref. PA nº 15.000.000416/2005-18. Segundo a mesma Ação, o período que mais as barracas-complexos cresceram corresponde ao intervalo dos anos de 2003 e 2005, algo que se intensificou nos últimos anos.

aproximam dessa marca: “Estação do Sol” (4.281, 39 m²), “Marinho’s Beach” (4.929,23 m²), “Itapariká” (4.075,58 m²), “Castelo Beach” (5.155,35 m²), “Arpão” (5.267,25 m²) e “Paraíso Ecológico” (4.568,80 m²).

Em minha pesquisa de campo, percorri e descrevi o Complexo, assinalando seus espaços e lógicas internas. Nas observações que fiz, registrei prioritariamente os aspectos qualitativos de crescimento da CrocoBeach, atentando para a arquitetura, os espaços e seus públicos.

Como as demais barracas não é comum localizar a CrocoBeach pela referência a um endereço mais impessoal⁶⁴. Na Praia do Futuro, vai-se a uma ou outra barraca pelas características de ornamentação destas e pelo público. Na entrada da CrocoBeach, o visitante ou morador de Fortaleza depara uma identificação em tom imperativo: “Esta é a sua praia”. Um grande mapa informativo cercado por plantas permite situar o usuário em relação ao complexo. Antes de descobrir “esta praia”, o mesmo observador pode avistar à direita a Praça CrocoBeach, que consiste numa pequena área verde onde não consta nenhum equipamento para permanência, como é comum nas praças de Fortaleza.

Ainda na entrada, cercas e dezenas de árvores contornando a CrocoBeach impossibilitam o observador de ter uma visão de conjunto do complexo desde esse ponto. Ao entrar, logo avista uma “área de preservação ecológica”, dividida por ambos os lados da trilha que conduz o usuário às principais dependências da barraca.

A CrocoBeach está dividida por vários setores voltados para a oferta de produtos e serviços que mais são associados às barracas-complexos (Imagem 44). Uma agência de viagens e uma loja recebem o frequentador logo na entrada. É preciso realizar um pequeno desvio ou à direita ou à esquerda se este não quiser permanecer nesses espaços. Na loja, é possível encontrar produtos de moda e banho mais típicos das áreas de praia, como sungas, maiôs, biquínis, sombreros e roupas leves. Na agência, o usuário pode comprar passagens para outros “destinos praianos” no estado do Ceará. A viagem liga diretamente a CrocoBeach ao lugar escolhido.

⁶⁴ O endereço comercial do complexo consta na página eletrônica da seguinte forma: “Calçadão – Avenida Zezé Diogo, 3125”.



Imagem 44. Grande fluxo de pessoas no complexo CrocoBeach durante o “domingo na praia”. Detalhe do setor “praia”. Foto do autor: 07/02/2010.

Nesse espaço, além da loja e da agência, há também uma produtora de áudio e vídeo, que permite ao usuário que desembolsar em torno de R\$ 150 a R\$ 250 ter seu dia “na praia” registrado e editado. Todos os momentos no complexo são filmados, fotografados e reunidos no formato de um documento. Ao lado desta produtora, constam um salão de beleza e a segunda loja, essa mais dedicada às bijuterias. Há ainda uma sorveteria, uma sala de massagem e um *cyber* café, além de um banheiro exclusivo aos usuários desses espaços. No “domingo na praia”, esses espaços permanecem sempre muito concorridos.

Saindo desse centro comercial e dirigindo-se pela trilha após a área de preservação, um lago contendo peixes de espécies raras ornamenta a vista que se tem a partir de uma pequena passarela separando a primeira área do complexo da segunda, mais caracterizada por espaços de permanência, principalmente os dedicados a alimentação e vestiários. Além do lago, uma “fonte dos desejos” cercada por vegetação chama a atenção do observador.

No segundo “setor”, mais central, é possível assinalar algumas lógicas específicas, levando em conta as características e funcionalidade de cada espaço. Nele constam: um centro de culinária (o que corresponde à cozinha nas demais barracas-complexos ou mesmo nas barracas-artesanais), ocupando grande área.

Acoplados a esse centro duas grandes caixas (I e II) se encarregam da maioria dos pagamentos de serviços e produtos consumidos pelos clientes. Colado a eles, o “Âncora Bar” permite o consumo de bebidas servidas rapidamente. Finalizando essa área, um grandioso e equipado “WC” (masculino, infantil e feminino) completa o cenário.

Essa área possui uma função operacional no interior do Complexo: é por ela que todas as estratégias da empresa são coordenadas, tanto no que diz respeito à saída de produtos e serviços como a entrada de receitas. É por ela também onde os cuidados com alimentação e higiene do corpo são realizados. Pode-se dizer ainda que é nesse setor da barraca que os usuários satisfazem as necessidades mais materiais.



Imagem 45. Área reservada ao “Estibordo Bar”, decorada com vasos da Indonésia. Foto do autor: 07/02/2009.

À esquerda desse setor, outro (coberto) desponta, cujos aspectos de organização sugerem um lugar mais reservado, dedicado à fruição e ao descanso. É comum encontrar pessoas lendo ou descansando em espreguiçadeiras e redes sofisticadas e bordadas. Há ainda nele um “espaço vip” (com capacidade para 80 lugares), um bar, o “Estibordo Bar”, onde constam cadeiras em madeira amplas e estilizadas em verniz (Imagem 45). No bar, bebidas quentes e coquetéis restringem

o rol de opções aos frequentadores mais seletivos dispostos a consumir produtos mais elaborados e raros.

Do lado direito da área mais central e operacional, está o “Espaço Beats”, destinado à realização de *shows* e eventos com capacidade para 800 lugares. Esse espaço assemelha-se àqueles mais restritos do Biruta. É nesse setor onde ocorrem, as terças do humor⁶⁵, com humoristas cearenses e as quintas do caranguejo. Desde 2007, esse setor foi batizado com o nome de “Espaço Késia” em memória da contadora da banda Marajazz, contratada para apresentações às terças, quintas e domingos. Ao lado desse espaço “Leme bar e Churrasqueira” completa o espaço.

Uma área intermediária localizada entre a segunda, mais logística e operacional, e a área de praia, reúne, dentro dos padrões do complexo, características mistas, atraindo um público mais homogêneo em termos de renda e estilo. Nela há tanto aspectos dos espaços mais operacionais, como uma minicozinha e uma área para *self-service* (o “Proa Bar”), quanto áreas para descanso (“Solarium Jangada”, para 200 pessoas) e higiene (chuveiros livres). Por esse caráter intermediário, essa área é a que mais recebe monitoramento por parte dos dispositivos de câmeras de vigilância, bem como dos seguranças privados da barraca. É nele também onde existem mais cercas de cordas, que sugerem traços de separação e restrição no que concerne à área de praia.

Por entre as áreas de praia, estão distribuídos os quiosques (embora similares, são mais sofisticados quando comparados às palhoças da maioria das barracas-complexos e das barracas-artesanais). Os quiosques estão nas areias após um resistente piso em madeira suspenso cerca de 30 a 50 centímetros. Esse piso leva a um palco fincado nas areias onde acontecem apresentações de artistas locais, como bandas de *axé* e *pop rock*.

Nesse setor, duas grandes áreas são identificadas: a “Praça do Sol Nascente”, com capacidade para 500 lugares, e a “Praça do Sol Poente”, comportando até 800 lugares. Diferentemente dos outros setores, aí é onde predomina maior heterogeneidade do público da CrocoBeach. É uma área menos formal e restrita, já que recebe no “domingo na praia” um público maior, o que atrai por conta disso uma grande quantidade de vendedores ambulantes.

⁶⁵ Esse dia ainda não se firmou, em termos de dinâmica socioespacial, no calendário da Praia, já que a apresentação de humoristas faz parte também da programação da “quinta”, mais tradicional.

Nessas praças, os contatos e trocas entre atores mais distantes do ponto de vista de sua localização social, no que diz respeito aos aspectos de renda, origem e cor, são mais acentuados. A maneira como se está na praia aí é caracterizada pela descontração e informalidade dos trajés e comportamentos, embora possa se inferir que, pela qualidade das vestimentas utilizadas, haja uma seleção conforme a renda no consumo desses bens.

Na entrevista que realizei com o gerente comercial da CrocoBeach, alguns traços dessa seleção de público da barraca por entre seus setores pôde melhor ser assinalada. Explorei em sua fala os aspectos que mais me interessavam ao tratar da CrocoBeach: seus traços de crescimento, distinção, divisão espacial e empresariamento.

Em uma das perguntas sobre o crescimento da “praia nova”, o gerente assinalou algumas divisões que foram se impondo à dinâmica da Praia pelos grandes complexos. A oposição às barracas-artesanais é tomada como principal contraponto para a construção simbólica do lugar das barracas-complexos no lazer praiano.

A evolução da Praia do Futuro é uma coisa marcante. Eu não sou daqui, eu sou de São Paulo. Pelo que me consta a Praia do Futuro até trinta anos atrás era deserta. Ela não era utilizada pro turismo, né? Tem alguns percussores dessa onda de barraca de praia, de se voltar pro turismo...o “Chico do Caranguejo”, “O Mendes”. Um pouquinho depois a barraca “Subindo ao Céu”. Isso na Praia do Futuro ‘nova’. Desse lado aqui, na ‘nova’, algumas barracas começaram a despontar mais na década de 1980 em diante. Esse lado aqui que é considerado a parte ‘nova’. As antigas eram ‘O Casarão’, ‘A Igrejinha’, depois foi anexada à CrocoBeach. Esse lado aqui começou com essas barracas. Essa configuração atual de barracas de praia, de modelo atual voltado pro serviço, incrementando estrutura, tentando dar um sentido turístico começou de fato de 1999 pra frente. Antes as barracas de praia tinha um chuveirinho, tinha os banheiros, que eram precários. O que é que se buscava? Pegar aquelas pessoas que vinham pra praia, dar a elas uma cadeira, uma mesa pra comer um peixinho, um caranguejo, beber uma cervejinha (...) Não tinha um espírito ‘marketeiro’. Era tudo voltado pra subsistência. ‘Eu tenho uma barraquinha aqui. Tenho cinco funcionários. Vou ganhar meu dinheirinho. Invisto uma graninha aqui’ (...) Não tinha ainda proprietários europeus. Algumas barracas começaram a ser percussoras. É o caso do ‘Subindo ao Céu’. Era de um fortalezense aí foi comprada por dois italianos. E começaram a explorar elas. A partir daí ela começou a despontar. Mas não era bem arrumada. Eles não se preocupavam muito com alinhamento dos quiosques. E também nessa época o Patrimônio da União não batia em cima porque não havia muita coisa. Aí quando se começou a pensar na Praia do Futuro como uma ferramenta de turismo, começou-se a dar uma forma mais turística a ela.

Entre as barracas-complexos essa forma turística foi assumida mais diretamente pela CrocoBeach. Segundo Heitor, na Praia do Futuro, o complexo alcançou certa posição no interior do espaço das barracas de praia em razão dos serviços e traços de estilização que passou a investir na barraca. Alguns aspectos dessa diferenciação podem ser inferidos de suas classificações sobre essa barraca vanguardista.

O que diferencia a CrocoBeach das demais barracas, primeiramente, é cabeça do dono. Qualquer barraca hoje se tivesse a mesma estrutura da CrocoBeach ou algo parecido, voltado pro atendimento ao cliente, tentando imaginar o que o cliente tá pensando, qualquer barraca teria sucesso. Eu diria que a CrocoBeach faz o sucesso que faz porque ela anda sozinha. Pronto! Ela é vanguardista. A CrocoBeach é vanguardista. Por quê? É a primeira barraca que colocou um complexo de lojas. É a primeira barraca que colocou um salão de beleza. É a primeira barraca que transformou uma piscina em algo que realmente fizesse a diferença. A primeira barraca que mudou a configuração do espaço e tentou transformar esse espaço num espaço vip na praia, sem mexer no preço. A primeira barraca que mudou a configuração dos quiosques. É a primeira barraca que realmente investiu em coqueiros na praia. Então, por tudo isso a CrocoBeach acaba sendo vanguardista. O que diferencia ela de todas as barracas é justamente o poder que ela tem de ir se transformando.

As redefinições que as barracas-complexos imprimem aos usos do lazer da Praia do Futuro parecem revelar mudanças significativas acerca do planejamento urbano de praias em curso no Brasil. O lugar ocupado por essas centralidades nessa dinâmica é exemplar nesse sentido. Conforme Ferreira Paula (2005), é comum nas propostas de planejamento de praias no Brasil definir pelo menos três zonas, cada qual possuindo uma funcionalidade bem objetiva: uma zona ativa (dedicada ao banho e aos esportes), uma zona de descanso (onde há presença de guarda-sóis e cadeiras) e uma zona de reserva, onde constam vestiários e restaurantes normalmente localizados em uma avenida à beira-mar ou no calçadão, quando esse existe. É o caso da famosa Copacabana e sua Avenida Atlântica.

Ao se observar, comparativamente, os usos do lazer organizados pelas principais barracas-complexos (Biruta, CrocoBeach e Chico do Caranguejo), aquelas zonas funcionais combinam-se e se misturam no interior da barraca, tornando-se difícil estabelecer limites em que cada uma delas tem início ou fim. Esse aspecto de liminaridade espacial entre barraca e praia parece ser a característica mais marcante desses novos espaços da Praia do Futuro. As posições contrastantes em relação a esse lazer resultam em disputas judiciais para precisar os limites físicos e semânticos do que seja uma praia.

Esses traços de redefinição dos usos e classificações emprestados pelas barracas de praia, associadas por empresários, moradores e visitantes como os espaços mais representativos da “praia mais badalada da cidade”, à imagem mais divulgada da “praia do presente”, é que melhor condensam a associação entre praia e barraca. No próximo capítulo, interpreto os conflitos em torno das barracas-complexos, com base nas disputas judiciais inauguradas pela Ação Civil Pública de 2005.

5. Redefinições da Praia do *futuro* nas Disputas Simbólicas do *presente*

Os atuais usos do lazer realizados pelas barracas-complexos têm modificado os significados jurídicos de praia (“bem público de uso comum do povo”) consoante às posições ocupadas pelos agentes no espaço das barracas. Essas posições revelam publicamente conflitos. Para os empresários da AEPF, os usos do lazer organizados pelas barracas-complexos são os que mais emprestam a classificação de “a praia mais badalada da cidade”. Por outro lado, para parte do Poder Público, o modo de classificar esse tipo de ocupação veicula formas de contestação da “praia do presente” da AEPF.

Para acessar essas dimensões de disputa, tomo, de modo central, em primeiro lugar, as posições divergentes assumidas por empresários e agentes do Poder Público em torno dos atuais usos da Praia do Futuro a partir da Ação Civil Pública de 2005 e seus desdobramentos. Nesta Ação Civil Pública, ainda em vigor, estão previstas a demolição de todas as barracas da Praia do Futuro e sua reorganização em barracas padronizadas. Essa medida foi dada como definitiva em outubro de 2010 por meio de uma sentença final. É constatado que, do total das barracas, 101 impedem o livre acesso à praia por meio de obstáculos como cercas, muros e tendas; 43 realizam “apropriação clandestina de trechos de praia”, enquanto 98 ocupam área que excedem o limite de ocupação estabelecido pelas legislações.

As lutas simbólicas entre empresários e Poder Público passam pela forma como os usos da Praia são legitimados. Nesse sentido, uma das dimensões de conflito observadas nos discursos se referem à maneira como os usos são nomeados como legais ou ilegais. Além das lutas de classificação entre empresários e agentes públicos, considero ainda os “usos ordinários” (CERTEAU, 2003, p.184) menos visíveis, praticados pelos “excedentes” (vendedores ambulantes) situados nos limites das principais barracas-complexos.

Certeau (2003) observou que um “lugar próprio” é “uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”. O “nome próprio” lhe dá esta “indicação”. O “uso cotidiano”, por outro lado, lhe fornece a característica de um “lugar praticado”. Tanto para empresários quanto para o Poder Público as barracas-complexos parecem ocupar atualmente essa “indicação de estabilidade”: é

a “praia do presente”, lugar onde se concentram os pontos do lazer praiano mais procurados em Fortaleza, como o complexo CrocoBeach, onde consta na sua entrada principal o “nome” indicativo do presente: “Esta é a sua praia”.

Nestas disputas de usos e classificações da Praia, atento para os movimentos nas “zonas de fronteira” (ARANTES NETO, 2000) que os “excedentes” imprimem aos limites simbólicos construídos pelas barracas-complexos (Imagem 46). Analiso os usos da Praia realizados pelos vendedores ambulantes, por serem os atores que estão fisicamente mais próximos dos principais espaços de lazer e, ao mesmo tempo, aqueles mais evitados e impedidos. Há, todavia, trabalhadores que estabelecem contratos informais com empresários, concorrendo para diversificar as posições nos limites dos complexos.

Por conta desses interesses, a constituição de uma linguagem pública sobre a especificidade da Praia do Futuro como bem público está desde 2005 no centro das disputas que tratam dos sentidos jurídicos de praia no Estado do Ceará e no País. Considera-se, para tanto, que as redefinições da Praia devem ser buscadas simultaneamente num duplo registro: tanto nos usos quanto nas práticas jurídicas.

A tese aqui proposta considera que a atribuição de significados a um espaço urbano articula usos e classificações conforme as posições assumidas no seu interior, o que tem implicações diretas no modo de tipificar uma praia como bem público. Essa maneira de colocar o problema lembra a alusão feita por Vera Telles (2004, p.96; 98) a respeito da necessidade teórica e política posta em pauta atualmente no Brasil de “construção de uma noção de bem público e de responsabilidade pública” que “desloque e subverta a tradicional centralidade e unicidade do direito formal como regra ordenadora da vida social”. Pode-se dizer, na esteira da autora, que a construção dessa “noção de bem público” insere-se na maneira como é constituída uma linguagem pública adequada a um bem público. No caso do espaço urbano praia, essa linguagem é um veículo de conflitos de significados segundo a posição ocupada no campo considerado.

Como visto, é possível assinalar certa correlação cronológica entre usos e classificações desde as décadas em que a Praia passou a ser ocupada (“praia do futuro” para as décadas de 1950 e 1960; “praia do presente”, para a década de 1970 e 1980, “praia do caos urbano”, para as décadas de 1980 e “a praia mais badalada

da cidade”, desde a década de 1990). Atualmente, esses usos e classificações, se combinam revelando significados distintos ao sentido jurídico de praia.



Imagem 46. “Excedente” “móvel” nos limites do complexo CrocoBeach: aspectos de separação e expansão da barraca para as areias. Foto do autor: dezembro de 2009.

A zona que caracteriza os limites das barracas-complexos é onde se concretizam usos contrastantes e complementares, envolvendo empresários, seguranças privados, os *habitués* e visitantes e aqueles praticados pelos “excedentes”. É nessa zona que os aspectos de abertura e fechamento da praia se estruturam. O exterior das barracas é definido como lugar dos assaltos e roubos, de atores liminares. O “domingo na praia”, pelo fato de receber maior público, é escolhido como o tempo principal dessas ações e tipificações, daí as medidas mais intensas de vigilância e separação por meios de obstáculos arquitetônicos. Os movimentos nos usos dessa zona são mais diversificados e intensos, já que aproximam, ao mesmo tempo em que opõem, posições desiguais em relação ao lazer, pois envolvem, do lado dos complexos, os *habitués* e empresários, e do lado dos “excedentes”, sujeitos que são, em grande parte, interditados de permanecer nesses lugares.

Para averiguar de que maneira a litigiosidade acerca da nomeação da Praia do Futuro como bem público foi sendo construída tomo como informação empírica os discursos veiculados nas matérias jurídicas e jornalísticas produzidas sobre a Praia e nas entrevistas que realizei com empresários e agentes do Poder Público. Embora a Ação Civil Pública de 2005 tenha sintetizado as principais acusações dirigidas pelo Patrimônio da União aos empresários, algumas dinâmicas de usos e classificações foram sendo construídas anteriormente no interior do espaço das barracas de praia.

5.1 Usos legais e ilegais da Praia do Futuro

Pode-se dizer que a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 (Lei de Gerenciamento Costeiro), consagrou a “estratégia” (CERTEAU, 2003) semântica de praia como bem público o que se deu no bojo dos processos de redemocratização que envolviam transformações no estado, economia e sociedade no Brasil, onde a temática da reconstrução do espaço público alçou à condição de tema nacional (DAGNINO, 2004; 2002; 2000).

Em relação à consideração da Praia do Futuro como bem público, o primeiro traço acerca de mudança desse sentido jurídico de praia diz respeito à maneira como a ocupação das barracas passou a ser interpretada, avaliada e julgada. Ao longo dos anos, essa ocupação oscilou perante o Estado (considerado agente responsável pela administração dos bens públicos) entre a acusação de legalidade e ilegalidade. Várias foram as tentativas de planejamento desses usos.

É certo que não é possível definir esses usos, na forma de uma ou outra dessas classificações, sem levar em conta os significados de praia em jogo. Desde esse ponto de vista, não há, portanto, uma pretensa identidade de usos legais oposta a outros ilegais que possa, de antemão, ser validada por algum critério técnico.

O ponto de partida empírico para a compreensão dessa litigiosidade em relação à Praia reside na ocasião do reconhecimento do domínio do loteamento Praia Antonio Diogo, que passou a ser, a partir de 1944, de responsabilidade da Cia. Imobiliária Antonio Diogo. O “mal de origem” é apontado na maneira como o Loteamento foi aprovado, loteado e comercializado.

Embora “legalizado” em 1944 o loteamento assume centralidade nas disputas judiciais. A tentativa de fazer retornar ao Estado o controle sobre os usos do lazer da Praia do Futuro, intensificados com o Projeto Esta Praia Tem Futuro, proporcionará vários debates sobre a legalidade e existência do Loteamento. O loteamento, que havia sido aprovado em 1949, modificado em 1956 e definitivamente reconhecido em 1976, com a intensificação da ocupação pelas barracas de praia e sua consequente desfiguração topográfica, passou a ter apenas cartograficamente seus limites reconhecidos e respeitados. O limite previsto do loteamento passou a ser a mais tarde Avenida Zezé Diogo.

Várias foram as medidas judiciais envolvendo Ministério Público Federal, Patrimônio da União, Prefeitura de Fortaleza e barraqueiros em torno da ocupação do loteamento, desde então. Inicialmente, as acusações de ocupação ilegal possuíam uma constatação específica: as barracas de praia ocupam e privatizam a área de praia. Todas essas acusações em torno da ocupação do loteamento ainda estão em vigor atualmente juntas das medidas judiciais específicas reunidas na Ação Civil Pública de 2005.

Em abril de 1987, a constatação de usos irregulares da Praia se baseava na ausência de saneamento básico adequado para o funcionamento das barracas. Uma ação civil pública foi organizada pelo MPF. Três meses após, em julho, a liminar foi concedida. Essa medida judicial obrigava a Prefeitura e a Companhia de Água e Esgotos do Estado do Ceará-CAGECE a realizarem as interligações do sistema de saneamento das barracas, já que “muitos estabelecimentos estavam ligando clandestinamente seus esgotos sanitários”.⁶⁶ A confirmação dessa liminar só ocorreu após mais de 20 anos, em 02 de março de 2007.

Há pelos menos duas posições contraditórias no âmbito do Ministério Público Federal em relação à interligação sanitárias das barracas de praia. Uma reunião entre Prefeitura de Fortaleza e CAGECE foi organizada em 2007, com vistas a propor um “trabalho de ação conjunta”. O resultado desses debates foi o início da implementação do Projeto SANEAR da Praia do Futuro. Esse Projeto, contudo, foi interrompido pelo mesmo MPF no Ceará, sob o argumento de que as barracas de praia estavam ilegais. Tal obra de saneamento, de então, legalizaria as construções.

⁶⁶ “Manifestação dos réus representados pelo Dr. Paulo Lamarão sobre o laudo pericial da Praia do Futuro”, de 14 de janeiro de 2010.

A não-inclusão dos barraqueiros no “TAC” (Termo de Ajustamento de Conduta) firmado entre CAGECE e Prefeitura de Fortaleza não pode ser vista isoladamente como um ato jurídico. Os comerciantes que se reuniram em torno da AEPF conseguiram na gestão da Prefeita Maria Luiza, em obra complementar à 2ª etapa da urbanização do Projeto Turístico Atlântico Sul, de 1984, ter suas barracas de praia conectadas ao sistema municipal de água e esgotos. Em conversa informal com a Presidente da AEPF, constatei que o aspecto de organização desses barraqueiros favoreceu certa pressão sobre a empresa de abastecimento durante a gestão da Prefeita.

Note-se que o reconhecimento jurídico acerca do entendimento de praia já havia sido estabelecido em 1988 – Lei n°. 7.661 – que trata do chamado “gerenciamento costeiro” no País e a similar lei estadual 13.796 de 1993 – quando muitas dessas questões já singularizavam a Praia do Futuro. A caracterização da praia como bem público tornava juridicamente ilegais quaisquer intervenções de qualquer natureza no espaço da Praia.

De todo modo, em 2008, os empresários associados à AEPF conseguiram a inclusão de seus estabelecimentos no Programa Federal “Saneamento Para Todos”. O Projeto reaproveitou o que estava previsto pelo Projeto SANEAR por meio da empresa Granito Ltda. Por nova decisão do MPF, a implementação do saneamento foi interrompida sob alegação de que tal obra “iria legitimar a ocupação dos barraqueiros na Praia do Futuro”.⁶⁷

A sentença definitiva acerca das condições sanitárias das barracas de praia foi emitida em 25 de setembro de 2009. Alegava-se que o “uso degradante do meio-ambiente praiano” não poderia ser consentido por parte da PMF e da CAGECE, o que resultou na acusação, pelo mesmo MPF, de que o Município e a CAGECE

não vêm exercendo seu poder de polícia administrativo-sanitário em relação aos consumidores residenciais, não residenciais, permissionários de barracas de praia ou proprietários de quaisquer outros estabelecimentos sítidos na faixa de praia urbana.

Na ausência de centralidade por parte do Estado (como parece ter sido desde o surgimento das primeiras barracas-artesaniais na década de 1970), que até

⁶⁷ Ministério Público Federal/Ce. Ação Civil Pública, nº000044711-0, de 2005.

o presente momento não conseguiu incorporar uma posição legítima diante dos usos do lazer da Praia, certas barracas foram assumindo essa função estabelecida na rede de interdependência (ELIAS, 1994). O Estado, apenas em alguns momentos, passou a ocupar uma posição mais ou menos central em relação às dinâmicas de usos da Praia, como é possível inferir pelas várias propostas de urbanização. Até quando parecia assumir tal posição, ela se fez num campo de tensão envolvendo os barraqueiros.

Outra acusação jurídica, não mais de caráter sanitário, passou a envolver os atores que foram assumindo posições centrais de interesses no lazer da Praia do Futuro. A acusação passou a girar em torno da ausência do relatório e do estudo de impacto ambiental (EIA-RIMA). O fato é que todas as barracas da Praia do Futuro, sejam as barracas da “praia velha”, sejam as barracas-complexos da “praia nova”, foram erguidas antes dessa exigência, por meio de projetos de urbanização de iniciativa do próprio Poder Público, em conjunto ou separadamente com os barraqueiros.

Com efeito, o projeto de urbanização, drenagem e pavimentação da Praia do Futuro do 2º trecho (da Praça 31 de Março à Praia do Caça e Pesca), aí incluídas as barracas, foi concebido, elaborado e executado por um funcionário cedido ao Ministério Público Federal do Ceará (Sr. Artur Carlos da Fonseca) através da sua empresa, a Projecto Engenharia Ltda. Essa intervenção foi contemporânea à parte das obras públicas realizadas na Praia do Futuro.

A aparente relação ambígua que há por parte do Ministério Público parece resultar do movimento que a classificação da praia como espaço público foi sendo interiorizada até mesmo por conta dos agentes públicos. Quando da acusação de ausência do EIA-RIMA, o mesmo MPF já havia em outra ocasião autorizado as obras na Praia do Futuro. Durante os trabalhos de medição dos chamados terrenos de marinha, berma e faixa de praia, essas informações foram ocultadas junto ao perito oficial nomeado pela Ação Civil Pública de 2005.

Outro aspecto de (i)legalidade da ocupação e dos usos do lazer da Praia do Futuro passou a constar nos laudos judiciais. Desde a Lei de 1988, é responsabilidade da Gerência Regional do Patrimônio da União no Ceará a medição da chamada Linha de Preamar Média – LPM. Essa linha mede geometricamente os

limites dos espaços passíveis de permissão para construção parcial ou definitiva de edificações em áreas de praia em todo o Brasil.

Na Praia do Futuro, os conflitos sobre esses limites se concentraram nos “pressupostos científicos e técnicos” que melhor balizassem essas medidas⁶⁸. As acusações por parte do advogado da AEPF se baseavam na suposição de que haveria, desde o início da atuação do GRPU na Praia do Futuro, uma definição prévia da LPM que favoreceu a dois objetivos fundamentais: a legitimidade da ocupação das barracas de praia e a prática de extorsão por parte de funcionários da GRPU-CE. É fato que boa parte dos funcionários que emitiram permissão de ocupação ou lançaram taxas ou outros tipos de cobranças desde fins dos anos 1980 aos barraqueiros respondem hoje às acusações de improbidade administrativa e estão afastados de suas funções de agente público.

Desde a Lei nº. 9.636, de 15 de maio de 1998, é de responsabilidade legal do Poder Executivo efetuar as ações de identificação e demarcação dos “bens imóveis da União” por meio dessa linha. Cabe ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE propor a padronização das determinações técnicas para os levantamentos cartográficos dos espaços de praia no Brasil.

A propósito da LPM da Praia do Futuro, o próprio perito oficial indicado pelo juiz encarregado da Ação Civil Pública de 2005 reconheceu, na mesma Ação, que a LPM da Praia do Futuro “contém equívocos metodológicos e de imposição de dados para o cálculo”. O desconhecimento dessa medida por parte do perito foi estendido ao também desconhecimento da planta do loteamento Praia Antonio Diogo, supostamente aprovado pela Prefeitura de Fortaleza na década de 1970.⁶⁹

O Patrimônio da União reconhece que, desde 1992, não existe demarcação oficial da LPM da Praia do Futuro. O que há são estudos topográficos do trecho de praia, onde se considera o calçadão da Avenida Zezé Diogo o limite dos chamados terrenos de marinha. A dinâmica dos complexos, em particular, da barraca Biruta, em certas dimensões de tempo e espaço, movimentam os limites do calçadão e do que se entende por faixa de praia ou terreno de marinha, conferindo à Praia uma dinâmica que foge aos dispositivos técnicos e jurídicos.

⁶⁸ Informações presentes no Agravo de Instrumento nº 81.504, anexo da Ação de 2005.

⁶⁹ Processo nº 2009.00007.9250-5, 23ª Vara Cível do Estado do Ceará.

Essa indefinição jurídica da Praia fez com que um dos réus da ACP de 2005 (um dos barraqueiros) ingressasse com uma ação judicial⁷⁰ solicitando que se fizesse demarcação legal da LPM e só depois a vistoria do perito oficial para sua certificação.

Para a medição da LPM da Praia do Futuro, assim como para a de qualquer outra área de praia, é utilizada uma “cota básica” de 1,50 m, que mede a distância métrica desde a maré alta até o início da ocupação da área de praia. O fato é que, à época, na ausência de vigência legal dessa “cota”, os funcionários da SPU, que hoje sofrem acusação de improbidade administrativa, dependendo das conveniências e do valor das propinas, acrescentavam ou excluíaam valores numéricos, chegando a elevar a “cota” a um valor de 2,50 m, alteração que passava a incluir barracas de praia que, juridicamente, não estavam em áreas públicas de praia.⁷¹

Em 2004, foi criada no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União (antiga GRPU) no Estado do Ceará uma Comissão de Re-ratificação da Cota Básica para todo o litoral cearense, em virtude das constantes acusações de indefinição dessa medida em áreas litorâneas que passaram a ser objeto de uma fiscalização mais intensa por parte do Órgão. A Comissão chegou à conclusão técnica⁷² da medida de 1,50 para a “cota básica” a ser aplicada em todo o Estado.

Os conflitos sobre as indefinições técnicas e jurídicas sobre os limites de praia se intensificaram desde os anos 1990 com o crescimento dos “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2003) para lazer, turismo e moradia na Praia. A disputa judicial em torno da definição dos critérios técnicos para a delimitação das áreas de praias da Praia do Futuro pode ser visualizada em várias propostas de urbanização para conter esse avanço.

Todos os projetos (total de seis) foram de iniciativa do Poder Público, em conjunto ou separadamente com os “barraqueiros”. Em todos os projetos, o reconhecimento do caráter público da praia foi posto como garantia para sua implementação. Vale lembrar, nesse sentido, o Projeto Turístico Esta Praia Tem

⁷⁰ Ação Ordinária de Obrigação de Fazer e Não Fazer, na 7ª Vara Federal, processo nº 2004.22507-2.

⁷¹ De todo modo, aos olhos do perito oficial indicado pela Ação Civil Pública, “os ecossistemas presentes na área em conflito são praia (...) não se podendo considerar a existência de nenhum outro, por absoluta falta de características que assim os classifiquem distintamente (...) é aconselhável a padronização das barracas”.

⁷² Parecer Técnico nº616/2004, fls. 10.591, vol. 50 da Ação Civil Pública de 2005.

Futuro, que representou não só uma grande operação de mudança nos usos, mas, sobretudo, uma grande operação semântica de redefinição da Praia.

A posição ambígua por parte da própria União em relação ao Projeto é reveladora da maneira seletiva com que o discurso jurídico foi incorporando sentidos particulares de praia no âmbito do próprio Estado. Note-se que o Projeto foi autorizado pela mesma União⁷³.

A atividade requerida pelo autor incidirá diretamente em toda área da Praia do Futuro, local no qual está em curso a implantação de um projeto de infraestrutura, destinado à criação de área especial de interesse turístico, denominado 'Esta Praia Tem Futuro'. O Projeto que busca disciplinar a ocupação e urbanização daquela área é conduzido pela Secretaria de Turismo do Ceará e Secretaria do Patrimônio da União inserindo-se em um amplo programa que abrange desde a preocupação com o meio ambiente até a melhoria da qualidade de vida da população urbana, criando, notadamente, mais espaços para uso público, medidas que atendem inclusive ao fim perseguido nas Ações Cíveis Públicas (...) O deslinde da ação é de interesse do Estado do Ceará porque o projeto Esta Praia Tem Futuro desenvolve-se em conjunto com a Secretaria de Turismo que não deseja a permissão de novas ocupações, instalação de barracas ou ampliação das já existentes, a fim de não prejudicar o andamento do referido projeto.

Constata-se que, até no âmbito dos dispositivos do Estado, o entendimento jurídico de praia não encontra estabilidade normativa. A indefinição conceitual e técnica que acompanha essa disputa judicial tem consequências para o entendimento da Praia do Futuro como bem público.

5.2 Os significados de praia em jogo na disputa judicial

No ano de 2005, ante a expansão das construções das barracas para áreas consideradas públicas na Praia, a Secretaria do Patrimônio da União, juntamente com a Prefeitura de Fortaleza, entrou com ação civil pública pedindo a retirada de todas as 154 barracas da faixa de praia e das armações arquitetônicas utilizadas como parte das estruturas das barracas-complexo, alegando que elas estavam se expandindo para além dos limites previstos nas legislações de gerenciamento costeiro que incidem sobre as áreas de praia do Brasil (Imagens 47 e 48).

⁷³ A autorização consta na Ação de Obrigação de Fazer e de Não Fazer, 7ª Vara Federal, Processo nº2004.022507-2.



Imagens 47 e 48. Estrutura fixas de madeira da barraca CrocoBeach expandindo-se sobre as areias da Praia do Futuro. “Setor praia” da barraca CrocoBeach, no limite das areias da Praia do Futuro, durante um “domingo na praia”. Foto do autor: março de 2010.

O lugar ocupado pelo Projeto “Esta Praia Tem Futuro” não representa aspecto menos importante, já que foi com suporte nele que as principais modificações nos usos do lazer da Praia foram adotadas, o que resultou em apropriações físicas de espaços da área de praia. Por meio dele, vários complexos de barracas surgiram e passaram a se expandir.

A crise do intermitente contrato público acerca dos usos do lazer da Praia do Futuro (o que pressupõe o reconhecimento da legitimidade do conflito acerca dos vários interesses em jogo, capaz, dessa forma, de fazer retornar a deliberação política aos seus possíveis contextos de expressão pública, no caso aqui, a barraca de praia) pode ser inferida consultando-se a “carta de intenções”⁷⁴ encaminhada pelos empresários associados à AEPF à União Federal, ao Ministério Público Federal e ao Município de Fortaleza, após se tomar conhecimento das medidas previstas na Ação Civil Pública de 2005, ratificadas em 2010.

Devido à iminência das medidas de acusação, a AEPF reconheceu as modificações impostas ao lazer pelas barracas optando pela busca de uma “solução negociada” em relação às seguintes transformações:

- 1) “os barraqueiros excederam seus limites pactuados com a União federal”;
- 2) “infringiram um máximo de especificações de instalações físicas entendidas como barracas de praia e estão impedindo o razoável acesso e uso da praia pela população local que não têm interesse no uso ou consumo dos produtos e serviços ofertados”.

Como medidas a serem adotadas com vistas a redefinir as construções, era previsto pela AEPF:

- 1) “Eliminar, no prazo de trinta dias, quaisquer barreiras que impeçam o livre acesso de pessoas a praia, como por exemplo: muros, tapumes, cercas de madeira ou de plantas, etc”;
- 2) “Recuar as cadeiras das barracas, no prazo de sessenta dias, para os limites originais de ocupação e concessão da área”;
- 3) “Cumprir com as definições oferecidas pela Prefeitura de Fortaleza dos termos de referências físicos e arquitetônicos para que as barracas de praia atendam aos padrões urbanísticos e de construção do Município de Fortaleza”.

⁷⁴ Associação dos Empresários da Praia do Futuro – AEPF. “Carta de Intenções”, de 24 de janeiro de 2006.

As disputas judiciais sobre a Praia do Futuro são ricas fontes para pôr em movimento as categorias de nomeação do mundo com pretensões objetivistas, porque se acredita fundamentada na “realidade”. Para tratar disso enumero os principais desdobramentos judiciais desde a Ação Civil Pública de 2005.

Os aspectos de expansão das barracas nas areias constituíram as principais acusações por parte do Ministério Público Federal. Em agosto de 2006, o juiz José Vidal, encarregado da Ação Civil Pública, determinou: a retirada dos obstáculos ao acesso dos usuários da praia, a interdição imediata das barracas sem autorização e o fechamento das piscinas e parques aquáticos (com multa diária prevista de R\$ 5.000,00 em caso de descumprimento). A liminar foi cassada pelo 5º Tribunal Regional Federal de Recife por medida da AEPF.

Em 2007, o mesmo juiz determinou a realização de perícia, a ser realizada num prazo de 60 dias, nas barracas, para esclarecimento público se ultrapassavam a área licenciada pela Gerência do Patrimônio da União. Ainda nesse mesmo ano, a desembargadora do 5º Tribunal Regional Federal, Sra. Margarida Cantareli, entrou com despacho, alegando que a perícia só poderia ser feita depois da homologação da linha de preamar da Praia do Futuro.

Em 17 de abril de 2009, teve início a perícia para responder às questões técnicas na análise da Ação de 2005. Foi dado prazo de mais 60 dias para tal. Em janeiro de 2010, a perícia final foi feita, concluindo que todas as barracas da Praia do Futuro encontram-se em área de praia. Em outubro do mesmo ano, foi editada a sentença final do juiz, autorizando a imediata demolição de todas as barracas de praia.

Interessa-me averiguar nessa disputa judicial os movimentos de classificação que os agentes foram imprimindo ao sentido jurídico de praia. Cabe atentar para o lugar em que barracas, “excedentes” “fixos” e “móveis” são inseridos conforme as conveniências e interesses (Imagens 49 e 50). A ausência de consenso em torno do sentido de praia se sobressai nos próprios discursos jurídicos onde as interpretações operam inclusões ou exclusões de “áreas” conforme as posições no espaço social das barracas.

O posicionamento em relação à Praia do Futuro depende da área de conhecimento que está lidando com a matéria, e mesmo entre geocientistas ele não é de consenso, mesmo porque, se praia fosse tão somente a zona

banhada pelas marés, simplesmente não existiriam praticamente barracas de praia, pois, inegavelmente, muito poucos empreendedores se arriscariam a construir seus estabelecimentos dentro dos limites da referida zona (...) Fica claríssimo claro que, no caso da Praia do Futuro, a praia termina onde começa o ecossistema do mar.



Imagens 49 e 50. Vendedores ambulantes nas areias da Praia do Futuro, nos limites do complexo CrocoBeach e da torre do Projeto Guardiões da Praia. Foto do autor: fevereiro de 2010.

Um dos critérios naturais utilizados na Ação de 2005 foi dividir a área de praia em três “faixas” distintas conforme o “movimento das marés”: uma “superior” (constantemente umedecida), uma “mediana” (coberta e descoberta periodicamente) e outra “inferior” (quase sempre submersa, mas exposta durante as marés baixas). Mesmo essa referência “natural”, que embasa o entendimento jurídico de praia, é reconhecida na mesma Ação como um “assunto” para o qual “não existe uma solução de consenso”.

A mesma Ação Civil Pública reconhece que a Praia do Futuro se tornou uma “terra de ninguém” pois, “juridicamente a Ação perdeu o objeto” diante das indefinições conceituais e técnicas do que seja praia. A perda gradativa desse “objeto”, pelo que parece, teve início com as principais propostas de urbanização da Praia, antes mesmo da instituição da Lei de 1988: no primeiro momento, em 1984, a Prefeitura de Fortaleza lançou com grande pompa o Projeto Turístico Atlântico Sul. Após a implantação das barracas padronizadas, o Ministério Público Federal, junto com os barraqueiros, moveu a ação civil pública para que a Prefeitura e a CAGECE fizessem e executassem o projeto de esgotamento sanitário para evitar a poluição das praias de Fortaleza.

Durante a primeira proposta de transformar a Praia do Futuro em “praia do presente” (o Projeto Atlântico Sul, de 1984), o antigo loteamento passou a ser descaracterizado ao ponto de, em 1995, a então Delegacia do Patrimônio da União no Ceará declarar a ilegalidade do título de posse das terras então em nome do proprietário Antônio Diogo. Com isso, todas as terras voltariam ao domínio pleno da União. O processo não foi concluído nem obedecidas as formalidades legais, tanto assim é que o título de aforamento⁷⁵ permanece registrado no Cartório de Imóveis em nome da antiga Cia. Imobiliária Antônio Diogo.

A interpretação da AEPF em torno da nomeação do lugar de ocupação das barracas opera similarmente movimentos na classificação de praia como bem público. Desde o lançamento do Projeto Atlântico Sul, a Prefeitura de Fortaleza recusou-se a reconhecer ou legalizar processos relativos às edificações de barracas

⁷⁵ Segundo a Ação Civil Pública de 2005: “Enfiteuse ou aforamento é o instituto civil mediante o qual o proprietário atribui a outrem o domínio útil do imóvel, pagando a pessoa que o adquire (enfiteuta), ao senhorio direto, uma pensão ou foro anual, certo e invariável. Em outras palavras consiste na transferência do domínio útil do imóvel, à pose e gozo perpétuo da pessoa que irá utilizá-lo daí por diante”. Observe-se que, a respeito da Praia do Futuro, a condição de aforamento, embora registrada, não possui juridicamente sujeito.

da Praia do Futuro. Alegavam-se, para isso, duas coisas: tratavam-se de edificações em área da União, onde somente o poder disciplinatório federal poderia ser exercido, ou então tratava-se de zona *non aedificandi*, conforme o Código de Posturas do Município de Fortaleza.

O fato é que as ações de defesa impetradas por parte da AEPF revelaram a respeito da Praia do Futuro a ausência de clareza quanto aos limites da responsabilidade administrativa sobre as áreas de praia, ora oscilando entre a União e o Estado, ora cabendo à Prefeitura de Fortaleza propor medidas de planejamento dos seus usos.

Nos registros oficiais do Patrimônio da União, a Praia do Futuro possui uma área de 160 hectares (8.000m x 200m), dos quais cerca de 30 hectares são ocupados por barracas (150 barracas com 2.000 m² cada uma). Embora boa parte das ocupações concretas ultrapassem esses limites oficiais, a AEPF os utiliza como forma de asseverar que as barracas estão fora da área de praia.

Já o MPF situa a Avenida Zezé Diogo como o limite da praia. Diferentemente de outras praias no Brasil onde há uma avenida litorânea demarcando o limite para as construções nessas áreas, no caso da Praia do Futuro essa zona ganha interpretações que obedecem a outros critérios que não podem ser reduzidos apenas a critérios técnicos.

Em outra carta de intenções encaminhada pela AEPF à Prefeitura, ao Ministério Público Federal e à Secretaria do Patrimônio da União era denunciada a “paralisia crônica em relação à Praia do Futuro”, atravessando os vários órgãos federais, estaduais e municipais que passaram a se encarregar do planejamento dos seus usos. Sobressaem, todavia, apropriações dos argumentos jurídicos que incidem sobre os limites do que seja praia.

É possível haver uma interpretação da definição de praia que acolhe a situação das barracas da Praia do Futuro à luz da definição na qual praia é definida ‘como área coberta e descoberta periodicamente pelas águas (...) até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema’. Essa definição de praia deve levar em conta que uma área urbana também é um ecossistema. O limite de praia é o limite do ecossistema urbano caso contrário poder-se-ia considerar que metade da cidade de Fortaleza estaria construída sobre área de uso comum. No caso da Praia do Futuro, as próprias barracas já iniciam a zona urbana, consistindo em si um novo ecossistema separado da praia. [Todos os grifos são meus].

Só é possível compreender essa interpretação realizada pela AEPF, em que se opera a resignificação do sentido jurídico de praia, quando comparada à posição da GRPU, que, ao longo dos anos, teria agido em relação à ocupação da Praia pelas barracas, “ameaçando despejar os ocupantes, revelando grande incoerência e descontinuidade nas sucessões administrativas”.

A permissão para a atual ocupação do lazer da Praia do Futuro foi fruto de um acordo entre a Procuradoria da República, Prefeitura e a própria GRPU-CE, em 1988. Por volta de 1998, com a intensificação do controle e o “abandono das regras do jogo” por parte da GRPU, teve início, segundo a AEPF, uma “reviravolta conceitual”, onde as barracas foram acusadas de

ocupar área de praia, na definição da Lei 7661, que já existia quando as atuais definições de ocupações foram feitas e que foi interpretada de forma totalmente diversa nessa outra ocasião. Só pedimos que se respeite os acordos firmados com o Ministério Público, que não se ignore a dinâmica do processo econômico porque algumas barracas crescem, outras fecham ou são adquiridas pelo vizinho e as mudanças arquitetônicas decorrentes desse processo não são ilícitas e de, forma geral, terminam por beneficiar a melhoria paisagística, a utilização dos espaços públicos. Além disso, a GRPU-Ce precisa reconhecer os limites da sua atuação no que concerne ao disciplinamento do espaço urbano, constitucionalmente atribuição das prefeituras. A invasão de competências faz-se amiúde na Praia do Futuro, em escala nunca vista em qualquer outra parte da cidade.⁷⁶

Do lado do Ministério Federal, o reconhecimento das modificações realizadas pelas barracas pode ser enumerado da seguinte forma, segundo consta na Sentença Final publicada em 21 de outubro de 2010:

as ocupações deixam patentes as multifárias irregularidades tornadas rotineiras na Praia do Futuro: vistas de cima, a olho nu se percebe a sucessão de barracas situadas claramente em área de praia, em acintosa privatização do espaço público. A cercadura com gravetos, cordas, plantas, madeira, arame, carnaúba, ‘náilon’ ou bambus, foi fotografada; a colocação de mourões, de pedra ou cimento, foi registrada; muretas ou muros em alvenaria a cercar o acesso à praia foram flagrados; estacionamento sobre a praia e restrição à passagem com corda também; construção de tapumes e de cerca de plantas de grande porte encontra-se; percebe-se a invasão da praia com a plantação particular de coqueiros; vêem-se lagos ornamentais em plena praia; realização de rampas de madeira sobre a praia; rampa de acesso ao calçadão público para estacionamento; até construções irregulares de imóveis, choupanas, com pedra, alvenaria e palha; constatou-se inclusive a construção de grandes parques aquáticos, dotados de piscinas e outros equipamentos; aterros sobre a praia; a ocupação desordenada, profusa e atentatória desabrocha em moradias no meio da praia, quiosques e tendas de massagem, assim como ampliação de benfeitorias.

⁷⁶ Associação dos Empresários da Praia do Futuro – AEPF. “Carta de Intenções”, de 24 de janeiro de 2006.

A constatação, pelo MP, das transformações nos usos da Praia realizadas pelas barracas-complexos revelou certa tensão em relação às interpretações técnica e jurídica de praia (Imagem 51). O laudo técnico a cargo do perito nomeado pelo próprio juiz encarregado da Ação de 2005 entendeu que as barracas de praia estão sobre uma área denominada berma, “circunscrita ao campo dos fatos científicos em exame”.



Imagem 51. Instalações expandidas da barraca Biruta durante o Arena de Férias, de 2008. Torres de vigilância demarcam os limites do complexo nos dias de *shows* e eventos. Foto do autor. Janeiro de 2008.

Ao afirmar que a Praia do Futuro seria composta por “três faixas de praia”, cada qual com especificidades físicas próprias, o perito pôs em questão a validade da definição jurídica de praia, algo que foi contestado na sentença final de 2010. No embate entre essas definições, a sentença apontou um significado limítrofe que escapa aos sentidos das classificações técnica e jurídica.

O perito diz que o conceito de praia envolveria dois aspectos importantes, um científico anterior, e outro da definição jurídica. Equivoca-se redondamente nesta afirmação, porquanto inexistente como que um conceito científico de praia que rivalizaria ou se imporia sobre a definição legal de praia ou o afastaria. Evidentemente, o legislador não está compelido a adotar terminologia científica, principalmente se conhecida apenas de um escasso número de estudiosos iniciados, e que não tenha nenhuma utilidade para os valores da vida comum que está a normatizar. Ao revés, é de boa e forçosa *técnica legislativa* que se expresse em *linguagem comum*

e correntia do povo, que qualquer indivíduo integrante da sociedade, e potencial destinatário da lei, possa compreender. Tal grau de obscuridade extrema da palavra 'praia' faz com que ela devesse ser expressamente adotada pela legislação em questão. A legislação que traz o conceito legal de praia, para os efeitos de definir os usos permitidos aos particulares nesta área pública comum de todos, a rigor, reproduz praticamente a noção e senso comum de quem observa esta característica região [Grifos meus].

A ausência de um nome comum expressa na discordância entre técnico e juiz parece não encontrar medida de equivalência no referencial jurídico de praia, o que justifica a alusão a outro sentido próximo ao senso-comum ou de quem “observa” a praia. Cabe perguntar então sobre outras classificações que alargam os significados jurídicos de praia. Sugiro que essas classificações são formadas pela maneira como se articulam aos usos da Praia do Futuro.

5.3 Quando a “praia do futuro” é a “praia do presente”

As maneiras como são combinadas e significadas as imagens de “praia do futuro”, “praia do presente” e “praia do caos urbano”, segundo o contexto de enunciação dos atores sociais, possibilitam visualizar como as relações entre “nome” e aquilo que “cresce sobre o solo” (CALVINO, 1998) produzem usos e classificações menos estáveis como supõe o discurso jurídico e empresarial. As transformações recentes nos usos da Praia do Futuro, além de conferir a ela uma nova imagem atualmente (“a praia mais badalada da cidade”) têm sido apropriadas para demarcar diferenças em torno dos sentidos de praia em uso.

Importa dizer que a forma de articulação entre usos e “nome”, tanto para empresários, Poder Público, moradores e “excedentes”, acontece numa localização liminar característica da Praia do Futuro. A definição da Praia como “espaço urbano liminar”, como visto, busca realçar os aspectos de indeterminação e fluidez de suas fronteiras físicas e simbólicas responsáveis por torná-la em certas ocasiões outra coisa, como ocorre durante os *tempos da praia* (“a quinta do caranguejo”, “o domingo na praia” e os dias de *shows* e eventos). É durante o “domingo na praia”, contudo, que os jogos de fronteiras são mais reforçados e ao mesmo tempo contestados (Imagem 52). Nele, situam-se vendedores ambulantes, vigilância privada, atores mais marginais, as torres do projeto Guardiões da Praia e os complexos da Praia que concorrem para movimentar os limites dessa zona.



Imagem 52. Olhar vigilante dirigido a um “excedente” “móvel” situado entre as areias e o salão do complexo CrocoBeach, num “domingo na praia”. Foto do autor: dezembro de 2009.

A qualidade de liminar significa dizer, por outro lado, que os discursos de empresários e agentes públicos que tomam a Praia como objeto de julgamento e avaliação realizam uma “apropriação”, conferindo-lhe um “nome próprio”. Do lado dos vendedores, seus usos ambulantes (“fixos” e “móveis”, como são tipificados) combinam “nomes” e “práticas de espaço” (CERTEAU, 2003).

As relações de sentido da caminhada com o sentido das palavras situam duas espécies de movimentos aparentemente contrários, um de exterioridade (caminhar é sair); o outro, interior (uma mobilidade sob a estabilidade do significante) (...) Ligando gestos e passos, abrindo rumos e direções, essas palavras operam ao mesmo tempo título de um esvaziamento e de um desgaste do seu significado primário. Tornam-se assim espaços liberados, ocupáveis. Uma rica indeterminação lhes vale, mediante uma rarefação semântica, a função de articular uma geografia segunda, poética, sobre a geografia do sentido literal, proibido ou permitido. (CERTEAU, 2003, p.184-185).

As posições divergentes ocupadas no interior do espaço das barracas podem ser tomadas como veículos de significados de praia em disputa. Ao contrapô-las, busco apontar os movimentos nos sentidos jurídicos de praia que daí surgem. Os discursos, ao se referirem à “praia do presente”, sugerem representações da

“praia do futuro” em tensão. Nesse tópico, exploro as classificações realizadas pela AEPF e por agentes públicos.

As maneiras como os empresários associados à AEPF mobilizam as imagens mais comuns da Praia do Futuro sinalizam para um modo singular de nomear praia e seus usos atuais. A associação mais comum efetua uma associação na qual “praia do futuro” é tomada como projeção dos usos realizados pelos complexos de lazer da “praia nova”.

O maior diferencial turístico e de lazer de Fortaleza é a Praia do Futuro, né? suas barracas. O turista quando chega aqui ele fica pasmo e não acredita que ele pode chegar aqui e ter tudo que ele quiser. É isso que faz a Praia do Futuro a praia preferida do fortalezense, a praia mais badalada. Mas a Praia do Futuro, na verdade, eu até diria que ela é uma filha órfã dessa cidade, porque...eu não sei se pelo nome, sabe? leva as autoridades a pensar que isso é pro futuro, alguma coisa assim. O que existe é uma necessidade urgente das autoridades de Fortaleza dá um encaminhamento a essa problemática. Quantas tentativas foram feitas pelos barraqueiros para concretizar isso. Toda vida que os barraqueiros foram chamados eles estavam lá prontos pra negociar, pra ceder. E vamos fazer sempre que isso representar o bem pra nossa praia. Na verdade, eu diria assim. Agente tem uma coisa forte do brasileiro...é a questão da confiança e da esperança, certo? O que eu posso dizer é que a Associação vai continuar trabalhando no sentido de regulamentar a nossa atividade de barraqueiro, pra fazer um projeto aqui pra Praia. Eu quero que a Praia do Futuro se torne a praia do presente, que agente saia desse estigma de ser sempre algo pro futuro. O que eu posso dizer é que agente vai continuar batalhando por dias melhores aqui na Praia e por um trabalho melhor voltado para a infraestrutura da Praia. Que agente possa trazer um melhor retorno pra orla, que agente possa realmente melhorar a aparência de muitas barracas que estão aqui perdidas no tempo.⁷⁷

O tom das referências ao “maior diferencial turístico e de lazer” da Cidade denota qualidades positivas que, do ponto de vista do “nome próprio”, se contrapõem a outras referências que “pelo nome leva as autoridades a pensar que isso é pro futuro”. O reconhecimento por parte da AEPF de que os empresários teriam “concretizado” esta “praia do presente” sobressai ao lembrar “que é isso que faz a Praia do Futuro a praia preferida do fortalezense, a praia mais badalada”.

Essa “concretização” da “praia do presente”, porém, não é algo que já se tenha alcançado. “Continuar batalhando por melhorias” e incrementar “infraestrutura” parece ser um trabalho constante de transformação dos usos do lazer da Praia do Futuro. O desejo por trás dessas ações é tirar a Praia do “estigma de ser algo pro

⁷⁷ Entrevista a mim concedida pela presidente da Associação dos Empresários da Praia do Futuro e proprietária da barraca Marulhos, em 10 de setembro de 2008.

futuro”; daí também as medidas para “melhorar os aspectos de barracas perdidas no tempo” (Imagem 53).



Imagem 53. Material de campanha da Sra. Fátima Queiroz para o cargo de vereadora do Município de Fortaleza, durante as eleições de 2008. Na imagem, onde consta o *slogan* “turismo é a minha praia”, a mão esquerda aponta para o complexo Marulho’s. de sua propriedade. Ao lado, mais arborizado, o complexo CrocoBeach.

Recentemente, na seção “opinião” do Jornal O Povo (“Protagonista do lazer”) dedicada à “polêmica” envolvendo as “barracas de praia”, a presidente da AEPF faz referências ao lugar desses espaços na sedimentação de sua atual classificação como “principal protagonista do lazer praiano”. Ao fazê-lo rebate as acusações que associam barracas a problema, imagem que reporta à classificação de “praia do caos urbano”:

As barracas da Praia do Futuro, apesar da grande polêmica que foi criada em torno deste assunto, não podem ser encaradas como um problema para nossa cidade. A referida orla, antes de tudo, é um orgulho de todos os fortalezenses e de todo o povo cearense, pois somos considerados um exemplar único em todo o litoral brasileiro, sendo destaque no quesito infraestrutura do Guia Quatro Rodas e de outras publicações nacionais especializadas em turismo. Nossa estrutura e nossos serviços têm uma relevante projeção nacional e internacional. Somos uma das principais âncoras da atividade turística em Fortaleza e principal protagonista do lazer praiano do povo cearense, tudo isso embalado em mais de 40 anos de tradição. Em verdade, o problema que assola a Praia do Futuro, além da necessidade de ordenamento das barracas, é, sobretudo, de ordem social, e se dá da seguinte forma: falta de moradia adequada para a comunidade carente, barracas abandonadas, exploração do trabalho infantil, trânsito de animais, total ausência de disciplinamento do comércio ambulante e carência de investimentos em infraestrutura pública (segurança, saneamento básico, iluminação pública, pavimentação, praças, escolas, oficinas de formação técnica e profissional, lazer, atividades de esporte e

cultura). A Praia do Futuro tem que ser vista como principal atrativo de Fortaleza, que merece sensibilidade em sua reformulação, pois as barracas de praia jamais podem perder sua verdadeira essência. Somos a vanguarda do lazer praiano em todo o Brasil.

As posições acerca dessa “praia do presente” se intensificaram com a Ação Civil Pública de 2005. Uma das medidas adotadas pela AEPF foi a criação de um apelo público com vistas a alcançar adesão por parte da chamada opinião pública sobre os usos feitos pelas barracas de praia. Em 2008 uma “carta à população de Fortaleza”, intitulada “Sou cearense, digo sim às barracas”, foi lançada. Além de ser um meio para mobilizar as opiniões em torno da legalidade dos atuais usos das barracas ela consistiu num abaixo-assinado com cerca de 50 mil assinaturas, segundo me revelou a presidente da AEPF.

Por ocasião do lançamento dessa carta, a Prefeitura de Fortaleza, através do chamado Plano Diretor Participativo, realizou assembleias para discutir os rumos do crescimento e planejamento da Cidade. Dentro dessas previsões, estava a demolição de todas as barracas da Praia do Futuro. A AEPF assim se posicionava em relação a essa medida. Várias são as referências à “praia do presente”, feitas durante essa mobilização.

A Prefeita Luizianne Lins encaminhou à Câmara de Vereadores o novo Plano Diretor de Fortaleza, com uma proposta clara: destruir todas as barracas de praia de nossa cidade. A Prefeita quer transformar nossas praias numa área desértica, em detrimento do conforto, da boa alimentação e das boas instalações de nossas barracas. A proposta da Prefeita Luizianne é um verdadeiro atentado à cultura cearense, que tem nas barracas *um estilo de lazer praiano único*, que, por sua vez, é admirado e reconhecido por todo o Brasil. Morrer na praia, jamais! Este é o desafio dos frequentadores, trabalhadores e empresários da Praia do Futuro, que nos últimos anos vem combatendo o completo descaso e o abandono por parte da Prefeitura de Fortaleza, e que ao final sonham com uma realidade digna da grandeza de nosso povo.

Esse “estilo único de lazer praiano” passou a ser o recurso de apropriação discursiva e de usos da Praia feito pelos complexos da “praia nova”. Alguns desses aspectos (físicos e semânticos) de associação da Praia como lugar público são ressaltados na página eletrônica da barraca-complexo Vira Verão, associada à AEPF. Nela, praia e barraca são tomadas como equivalentes, num rico jogo de significação.

Deixe os problemas do dia-dia em casa ou no hotel. Sinta a brisa do mar, ponha os pés na areia branca, venha para a Vira Verão e peça uma bebida. Nada de se preocupar em levar cadeira, guarda-sol ou esteira. Aprecie o vasto mar a frente e as pessoas bonitas que caminham pela areia. Relaxe. Este lugar é a Praia do Futuro (...) O local é ideal para quem quer mordomias. Quer comer peixe, camarão ou lagosta tomando uma cerveja gelada ou água-de-coco? Basta chamar o garçom. Que tal deixar as crianças brincando na areia, nas piscinas naturais que se formam na maré baixa ou então em playgrounds enquanto você os observa batendo um papo sob um guarda-sol? Bronzeamento rápido, música ao vivo, show de humor, apresentações artísticas, comercialização de artesanato. A praia mais freqüentada pelos fortalezenses tem tudo isso e mais um pouco.

Recentemente, a Câmara Municipal de Fortaleza, por meio do seu presidente, o vereador Acrísio Sena, passou a se posicionar em relação à dinâmica desses espaços. Sem negar a falta de ordenamento dos atuais usos do lazer, aspecto que conduziria, conforme a sentença final, à demolição de todas as barracas, o Presidente da Câmara propôs como solução o “reordenamento da Praia do Futuro”. Nessa proposta, é possível observar referências à “praia do presente”, “praia do futuro” e “praia do caos urbano”. A Praia é considerada síntese de uma nova dinâmica de crescimento (físico e semântico) previsto para Fortaleza. O futuro urbano da Cidade está diretamente associado às mudanças impostas pelos novos espaços da Praia no presente.

Fortaleza é uma cidade que cresceu e firmou-se como metrópole nestes últimos 60 anos. Em apenas 20 anos, saltamos de 1,7 milhão de habitantes para 2,44 milhões, segundo os dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este crescimento acabou provocando uma crise urbana que pode ser vista pela situação anárquica da divisão territorial, pelo monopólio da propriedade do solo e pelo crescimento da especulação imobiliária. Esta crise pode ser facilmente visualizada em qualquer um dos bairros de nossa capital. *Foi neste contexto que a Praia do Futuro estabeleceu-se e tornou-se uma das principais atrações turísticas da cidade.* Constituiu-se, como as demais áreas de Fortaleza, dentro de uma situação sem controle urbano. As barracas adquiriram padrões diferentes e ocupam áreas de diferentes tamanhos. Temos naquela faixa litorânea de terra todos os tipos de ocupação. De barracas de alto padrão, planejada arquitetonicamente e com diversas opções de lazer até barracas que servem como moradia. *Mas não se pode negar que hoje a Praia do Futuro e suas barracas são também cartão-postal da cidade.* Culturalmente, virou um hábito para todos nós sentarmos diante do mar para apreciarmos a gastronomia cearense, regada a um bom papo e a uma cerveja gelada. Este modelo é bastante diferente de outros encontrados nas capitais do Nordeste, é um diferencial de nossa cidade. Tornou-se um atrativo turístico e um negócio que gera emprego e renda para milhares de pessoas. A cidade dividiu-se entre estes argumentos. Agora chegou a hora de definirmos esta situação. A escolha de Fortaleza como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 impõe um calendário para modificações que devem ser feitas na infraestrutura da cidade. *Temos então a oportunidade/necessidade de estabelecermos uma nova realidade para aquela área. Não podemos chegar a 2014 com uma área desequilibrada urbanisticamente e sem estabilidade jurídica para funcionar (...)* É nosso

*desejo que uma nova Praia do Futuro, erguida dentro da legalidade, levando em conta a vocação turística da área e a vontade da população, possa surgir como síntese de todo este debate.*⁷⁸

A Praia ocupa lugar central nessa nova dinâmica prevista para a Cidade. Ao mesmo tempo em que ela é vista como reflexo de uma situação de ilegalidade (“situação anárquica”), que acompanhou o próprio crescimento de Fortaleza, figura também como cartão postal que se firmou a despeito da crise urbana. A solução para esse espaço está em equilibrar essa realidade de “barracas de alto padrão, planejada arquitetonicamente e com diversas opções de lazer”, mesmo que se constate uma “situação sem controle urbano”, às expectativas anunciadas para alguns anos.

As acusações contra os atuais usos da Praia passaram a veicular referências a uma “praia desordenada e sem planejamento”. Esse tom está presente nas falas e discursos dos agentes públicos que realizam avaliações e julgamentos em relação à “praia do presente” da AEPF.

Para o Procurador da República, Alessandro Sales, um dos autores da Ação Civil Pública de 2005, as barracas

estão ilegais porque elas estão em área de praia e segundo a Lei Federal 7.761/88 área de praia é bem público de uso comum do povo e nada pode ser construído de forma definitiva para finalidade privada. Como todas aquelas barracas estão localizadas em área de praia elas não podem estar ali. É uma questão de legalidade. As barracas estão na praia. Elas colocam equipamentos fixos, guarda-sóis fixos. Bem de uso comum do povo não pode ser apropriado por ninguém. O que é uma praia? É um bem comum de uso do povo. Por que eu posso chegar no meio de uma praia e colocar uma barraca, com restaurante, com parque aquático? Sob o ponto de vista jurídico ali na Praia do Futuro a discussão é simplória. Basta definir na perícia se a área é praia ou não. A perícia vai definir que é. Não precisa ser um técnico em geologia pra ver isso. O leigo tá vendo que aquilo ali é praia. Mas precisa de um acertamento técnico dizendo que aquilo ali é praia. Quando a perícia disser que aquilo ali é praia aí você vai aplicar aquela faixa no disciplinamento jurídico para praia.⁷⁹

Num artigo veiculado pelo jornal *O Povo*, em 04 de setembro de 2008 (“Essa Praia Terá Futuro”), com título parafraseando o nome dado pelos empresários associados à AEPF ao Projeto Turístico Esta Praia Tem Futuro, como me revelou em entrevista, o Procurador reúne algumas medidas para “restituir a praia ocupada pelas barracas à coletividade”: “um redimensionamento urbanístico

⁷⁸ Jornal *O Povo*, “A nova Praia do Futuro”, de 01 de março de 2011.

⁷⁹ Entrevista concedida ao autor pelo Procurador da República Alessandro Sales em 15 de março de 2010.

da Praia do Futuro, fixando índice zero de ocupação na região”, “construir uma gestão compartilhada de toda zona costeira da Cidade”, “reestabelecer o sentido de praia como bem público, de uso comum, ou seja, de todos” para que “não possa vir a ser apropriado por poucos, com mero intuito de lucro”.

5.4 Um bem público em movimento

A emergência de atores até então improváveis no cenário público brasileiro é apontada como um grande desafio para a análise das dinâmicas por direito, representação e reconhecimento (ARANTES NETO, 2000). O que se discute de modo central nessas dinâmicas é a trama associativa e, ao mesmo tempo, conflitiva, que esses atores produzem e os desafios que eles imprimem aos formatos menos formais de encaminhamento de demandas e direitos. Abre-se, então, com essa novidade a possibilidade de ampliar o espaço da política para arenas novas que surgem no âmbito das mudanças que afetam estado, economia e sociedade na contemporaneidade (TELLES, 2004, 1999), como aqueles dedicados ao lazer praiano.

Ante as possibilidades que os usos e contra-usos (LEITE, 1999) voltados para o lazer da Praia do Futuro podem imprimir nas maneiras como as demandas públicas são formuladas e dadas a público, distintamente da perspectiva de Urry, que vê nessas práticas “uma fuga do cotidiano”, o que se coloca é a maneira performática e singular com que elas repõem, contestam e retraduzem desigualdades e hierarquias constituídas no dia-a-dia, numa outra gramática ou linguagem dos direitos.

Deve se levar em conta o fato de que as políticas públicas e privadas de lazer e turismo na Praia do Futuro, ao promoverem certas barracas-complexos como centralidades do lazer praiano, redefinem também a ordem social na qual o seu *outro* é confrontado/classificado. Cabe perguntar, então, em que medida se pode caracterizar um lugar praiano como “bem público”.

A análise das relações entre complexos e “excedentes” “fixos” e “móveis” pode ser reveladora da litigiosidade que perpassa as sociabilidades que se estruturam durante o lazer da Praia do Futuro. A luta, encenação, performance conflitiva ou contratual, das chamadas minorias por reconhecimento (que também

pode se traduzir na busca por estabelecer novos parâmetros/regras para a convivência pública) em determinadas temporalidades socioespaciais, podem repolitizar a produção das novas centralidades na cidade contemporânea.

Ao mesmo tempo em que é útil assinalar os traços de internacionalização das barracas-complexos, deles não se pode dissociar “as formas sociais tradicionais de vida”, nas palavras de Simmel (2006), que, por meio dos usos, se apropriam deles com vistas, não necessariamente racional, ao controle dos significados das práticas de lazer.

Esse controle é exercido tanto por parte daqueles que estão inseridos nas barracas-complexos, os *habitués* (MAGNANI, 2002) que, se utilizando dessas armações e dos bens neles ofertados, como lembra Canclini (2008), “definem o que é publicamente valioso”, quanto por parte daqueles que, embora não sendo os usuários almejados por elas, as têm como organizadoras de suas práticas sociais. Magnani (2002, p.37; 38), porém, parece conferir demasiada importância analítica aos *habitués*, “usuários [que] obedecem a ordem [do espaço] sem necessariamente se darem conta disso, pois o padrão está internalizado”.

Os “excedentes” da “praia”, exemplos concretos de emaranhado de vida com os complexos, foram estabelecendo relações responsáveis pelo movimento dos limites de praia em jogo. Os vendedores ambulantes, apesar de não organizados em torno de uma associação ou entidade, passaram a tecer formas de interação e sociabilidade mais fluídas capazes de, por meio das suas práticas de comercialização, se tornarem atores visíveis e sujeitos nos dramas e interesses que carregam sobre braços e ombros na forma de mercadorias.

5.4.1 Os “excedentes” da “praia”

Nas *areias* da Praia, os sujeitos desta pesquisa utilizam suportes espaciais mais flexíveis que as zonas supostas pelas classificações jurídicas, como, por exemplo, a escolha, por certos frequentadores da Praia, de barracas mais sofisticadas e restritas em detrimento de outras mais distanciadas em relação a esse padrão; ou, da parte dos vendedores ambulantes, a apropriação de referenciais menos visíveis, como as diversas armações (muitas das vezes o próprio corpo) utilizadas como suporte de produtos para a comercialização na Praia. Esses atores

lançam ainda mão de referências temporais, onde as fronteiras são, simultaneamente, mais reforçadas e contestadas nas areias, como durante os *tempos da praia*.

Desde o início da ocupação da Praia pelas barracas, na década de 1970, a existência dos vendedores ambulantes sempre foi um traço marcante. Alguns vieram a se tornar barraqueiros, como visto com “Seu” Marinho, mais caracterizados por possuírem propriedades arquitetônicas permanentes no âmbito das posições assumidas no interior da configuração de barracas. Outros passaram a disputar lugares com os barraqueiros estabelecidos na AEPF.

Os vendedores que, ao longo das décadas, foram sendo excluídos das propostas oficiais e alternativas de urbanização de trechos da Praia, passaram a estabelecer relações de conflito e complementaridade com as barracas. Com os processos de constituição das barracas-complexos, esses vendedores foram incluídos, ao lado das barracas da “praia velha”, nas representações da AEPF entre os “excedentes” da “praia nova”.

A separação física e simbólica em relação aquela ocorreu tanto por meio de medidas de retirada e demolição de barracas, quanto por intermédio das mudanças arquitetônicas de outras de propriedade dos associados à AEPF durante o Projeto Esta Praia Tem Futuro. A expansão das barracas-complexos nas areias da Praia, após esse Projeto, passou a disputar espaços com vendedores ambulantes, resultando ao mesmo tempo no estabelecimento de contratos com uns e no impedimento de outros em permanecer nas áreas de influência das barracas-complexos. Alguns vendedores ambulantes disputam os limites de praia demarcados pelas barracas-complexos. Normalmente esses limites são construídos com o recurso de obstáculos arquitetônicos, como cercas, tapumes, cordas, vegetação ou telas de *nylon*.

Segundo a Presidente da AEPF, a relação entre barraqueiros e vendedores ambulantes “já foi bem pior”. Após tentativas frustradas de fazer o Poder Público mediar essa relação, os próprios barraqueiros e ambulantes teriam encontrado “alguns parâmetros para um melhor relacionamento”. As regras que passaram a presidir o trabalho dos ambulantes incluíram: não perturbar o horário de almoço dos clientes nos salões das barracas, não circular nas áreas internas das barracas e estabelecimento de quantidade de vendedores “fixos” vendendo coco. A

Presidente chegou a afirmar que antes do Projeto Esta Praia Tem Futuro, havia em média cerca de 30 vendedores nas proximidades das barracas. Hoje, essa média passou a ser de dois a cinco vendedores.

Basta estar por alguns instantes na “praia nova” para se deparar com centenas de vendedores ambulantes, “fixos” e “móveis”, que comercializam os mais variados produtos e serviços. Cd’s piratas, cocos, redes, picolés, roupas, bijuterias, brinquedos, ovos de codorna, cervejas, refrigerantes, camarão, lagosta, sanduíches, tatuagens etc. Tentar listar tudo que se é ofertado por eles na Praia parece representar um esforço inútil, visto que se tem sempre a impressão de que algo novo está sendo vendido.

Antes de especificar as relações concretas entre barracas-complexos e “excedentes”, apresento dados que fornecem informações mais objetivas acerca das características socioeconômicas dos vendedores ambulantes da Praia do Futuro. Recorro para isto a uma pesquisa realizada em conjunto pelo Instituto do Desenvolvimento do Trabalho-IDT e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Fortaleza com esses trabalhadores durante o mês de dezembro de 2005.⁸⁰ Embora a pesquisa em foco não especifique claramente em que barracas os vendedores mais se situam, é possível deduzir, por meio de alguns dos resultados alcançados, que os grandes complexos é o que mais os atrai.

Segundo a pesquisa, existem cerca de 1.270 vendedores ambulantes trabalhando “da Praia do Futuro ao Caça e Pesca”. Cerca de 91,26% (1.159 ambulantes), desenvolvem “suas atividades somente na área de comercialização”. A maioria (95,67%) reside na própria cidade de Fortaleza, ou seja, aproximadamente, 1.215 ambulantes. Do total de vendedores, prevalece o sexo masculino com 1.024 pessoas (80,63%) e 246 mulheres (19,37%). A idade mais frequente é de 23 anos e 50% dos ambulantes têm no máximo 30 anos. Quanto à escolaridade, 649 (51,10%) têm apenas o nível fundamental, seguido pelo ensino médio, que tem representação de 22,52% (286 ambulantes).

É possível, com base na pesquisa, apontar os produtos mais ofertados entre os vendedores ambulantes. Entre aqueles, sobressaem: camarão, queijo, coco gelado, picolés, cervejas, refrigerantes, ovos de codorna, salgados, sanduíches,

⁸⁰ Trata-se da pesquisa “Perfil dos Ambulantes Itinerantes e Fixos da Praia do Futuro”

todos com 50% de representação, ou seja, 635 ambulantes, e os demais vendendo diversos outros produtos, como bronzeadores, gel, óculos etc.

No tocante ao estado civil, 53,15% se declararam casados (675) e 42,13% solteiros (535 pessoas). Ademais, 60,87% (773 ambulantes) se intitulam chefes de família. A expressiva maioria, ou seja, 88,03% (1.118) exerce apenas a atividade de ambulante ao longo da orla marítima. Em outras atividades, tem-se a representação acumulada de 8,82% (112 ambulantes).

Atesta-se que a família da maioria, ou seja, 37,72% (479 ambulantes), concentra de quatro a cinco pessoas e que em 25,98% (330 ambulantes) das famílias, a faixa do número de pessoas é de duas a três. A estimativa do número médio de pessoas por família é de 4,7%. Tendo-se como referência este resultado e mais o rendimento médio mensal da família, conclui-se, em valores per capita/mês, um rendimento mais frequente de R\$ 75,00; 50% das famílias que auferem R\$ 90,00 e a estatística média *per capita* alcança o valor de R\$ 101,00.

Sobre o tempo em que trabalha como ambulante, a pesquisa aponta que prevalece o período de 17 a 48 meses (28,35%), ou seja, 360 ambulantes, e entre 49 e 120 meses (28,42%), correspondendo a 361 pessoas. Por outro lado, 9,61% dos trabalhadores citados (122 pessoas) comercializam seus produtos há mais de nove anos. No geral, levando em consideração as medidas de posição da distribuição, em valores aproximados, o tempo mais freqüente é de 49 meses; 50% comercializam seus produtos, até no máximo de quatro anos, e o tempo médio estimado é de 44 meses.

No tocante ao rendimento diário líquido, apenas 7,24% (92 pessoas) ganham acima de R\$ 60,00. Por outro lado, destaca-se na distribuição a representação de 29,30% (372 pessoas), daqueles que apuram entre R\$ 21,00 a R\$ 40,00. Referendando as medidas de posição, o valor mais frequente do rendimento é de R\$ 20,00; 50% dos ambulantes auferem no máximo R\$ 30,00 e a média do rendimento diário é de R\$ 31,60.

Segundo a pesquisa, tendo com referência o total de 1.270 ambulantes, 64% (815 ambulantes) afirmaram que o seu negócio é próprio, porém não autorizado. Destaca-se ainda o fato de a participação daqueles na condição de autorizados ser de 14,72%, isto é, aproximadamente, 187 ambulantes. Há ainda os

que trabalham por arrendamento (11,02%), aqueles que dispõem de materiais alugados (1,97%) e os cedidos (4,57%). A pesquisa ainda identifica outros, correspondendo a 3,54% dos vendedores.

Sobre as pessoas com quem trabalha, a pesquisa atesta que a maioria de 77,87% (989 ambulantes) não dispõe de empregados. E uma expressiva participação de pessoas da família, ajudando aqueles que trabalham sozinhos, 18,19%, ou seja, 231 pessoas. A pesquisa revela que, quando indagados sobre a intenção de comercializar os produtos noutros locais do Município de Fortaleza, apenas 20,32% (258 ambulantes) responderam afirmativamente contra 79,68% (1.012) daqueles que preferem desenvolver sua atividade na Praia do Futuro. 1.154 ambulantes (90,88%) têm o estado do Ceará como o de origem dos produtos mais vendidos.

A pesquisa conclui apontando que uma das “maiores dificuldades” que os ambulantes enfrentam, quanto às “condições do seu negócio”, é: “melhorar relacionamento com os barraqueiros (livre acesso às barracas, cooperação e acordo com os barraqueiros)”, totalizando 25,77% das “opiniões” nesse sentido. “Aumentar a segurança”, com 16,54%, e “realizar cadastramento/controle/organização”, tem 12,80%.

Em minha pesquisa de campo pude assinalar dois tipos de relações que há entre barracas-complexos e “excedentes”. Observei, de um lado, que há relações que se orientam para o estabelecimento de formas de contratos mais informais. Por outro, há relações que podem ser mais bem caracterizadas como conflituosas. Do lado dos “excedentes” os “fixos” são tomados como exemplo da primeira relação. Já os “excedentes” “móveis” são considerados como indícios do segundo tipo.

5.4.2 Os “excedentes” “fixos”

Apesar do caráter geral das informações da pesquisa citada no início desse tópico, elas são úteis por mostrar aspectos estruturais da atividade dos vendedores ambulantes na Praia do Futuro. Como a pesquisa revela, apenas 14,72% deles possuem autorização para comercializar seus produtos nas proximidades das principais barracas, enquanto a maioria (64%) está incluída nos não-autorizados. A dinâmica dos “coqueiros” (vendedores de cocos “fixos” que, em

sua maioria são oriundos da “comunidade” dos Cocos da Praia do Futuro), é exemplar por apresentar aspectos qualitativos das relações entre barracas-complexos e “excedentes”.

Há, segundo a pesquisa, “coqueiros” autorizados, não-autorizados, arrendados, alugados e cedidos. Essas representações logo se mostram mais dinâmicas quando vistas em movimento. Nesse sentido, uma dessas condições pode ser alterada dependendo das contingências dos conflitos e interações. Os dados de minha pesquisa de campo a esse respeito fornecem indícios importantes dos usos e apropriações realizados pelos “coqueiros” durante o lazer da Praia.

Considero o trabalho dos “coqueiros” simultaneamente em sua complementaridade e autonomia em relação às barracas-complexos. Essa observação é válida tendo em vista que é mais comum em algumas perspectivas teóricas considerar apenas os traços de separação e menos os que revelam formas de contatos nas experiências sociais contemporâneas. Opto, então, por interpretar essas trocas entre “coqueiros” e barracas em seus aspectos de interdependência (ELIAS, 1994).

Ao longo da Praia, os “coqueiros” se destacam pela maneira como estão distribuídos: concentram-se junto às barracas-complexos, possuem equipamentos que os permitem ser visualizados à distância, em razão do colorido e da quantidade de cadeiras e sombreiros. Mesmo “fixos”, há traços de deslocamentos que não podem ser desprezados.

É possível ainda classificá-los entre aqueles que não empregam pessoas e que se limitam a possuir apenas os materiais típicos aos “coqueiros” (Imagem 54), como: uma grande caixa de isopor com gelo para armazenagem dos cocos, um sombreiro, um carrinho para transporte dos materiais, além de um facão e uma pequena furadeira para o corte e abertura do coco, respectivamente. Há outros “coqueiros” que, além desses materiais, possuem cadeiras e sombreiros em quantidade bem maior, podendo chegar a médias de 40 cadeiras e 16 sombreiros.



Imagem 54. “Coqueiro” mais comum da Praia do Futuro, nas proximidades da barraca-complexo América do Sol. Foto do autor: 01/02/2009.

Em virtude da grande quantidade de “coqueiros” que passaram a se estabelecer na Praia após o projeto Esta Praia Tem Futuro, atraídos pelas possibilidades de comercialização, apenas alguns conseguiram contrair algum tipo de contrato com empresários da “praia nova”, como por diversas vezes ouvi de vendedores em conversas informais ou em entrevistas com empresários. Aqueles que conseguiram permanecer tiveram que atender a algumas exigências, como, por exemplo, limitar o espaço ocupado pelas suas armações. Já aqueles que foram retirados passaram a ocupar áreas logo abaixo das barracas. Esses começaram então a se expandir em número e em espaço na Praia.

A dinâmica de dois desses “coqueiros” observados durante minha pesquisa de campo apresenta dimensões de autonomia e complementaridade com as barracas-complexos que os dados da pesquisa do IDT/SDE não possibilitam captar.

Além das cadeiras e sombreros em grande quantidade nas mãos de alguns “coqueiros”, eles podem ser tomados como pontos de uma rede de interdependências em torno de uma dinâmica socioeconômica com lógica relativamente própria. Os diálogos que estabeleci com os “coqueiros” Edinho e Toinho dos Cocos possibilitam fazer inferências nesse sentido.

O tempo de organização de sua atividade se inicia ainda durante a madrugada. É nesse momento que os fornecedores de cocos chegam à “comunidade” dos Cocos para distribuí-los entre os trabalhadores. No caso de Edinho, por volta das quatro horas ele recebe um fornecedor vindo do Município de Pentecoste, no Estado do Ceará. Em média, são recebidos entre 160 a 400 cocos, variação que depende tanto dos dias de comercialização como do número de clientes e do tempo de trabalho na Praia, segundo me contou.

Segundo relatos de moradores, a “comunidade” teve origem na década de 1970. “Seu” Francisco de Assis, morador desde o início da sua ocupação, conta que a “comunidade” se originou em razão da Praça 31 de Março.

A comunidade dos Cocos recebeu o nome de 31 de Março porque foi construído, onde atualmente é a praça, um restaurante de nome Luarada, e sua inauguração ocorreu no dia 31 de março. A comunidade dos Cocos é dividida em Cocos I e Cocos II, onde estamos localizados [nas imediações da Praça]. Por conta da área próxima da praia e do sucesso do restaurante, que funcionava vinte e quatro horas, os vendedores ambulantes da praia construíram suas casas de lona e tábua nas proximidades, dando início à comunidade dos Cocos. Nesse tempo, os moradores não freqüentavam a Praça, mas as barracas eram de lona e tinha no centro o restaurante Luarada, e não era freqüentado pelos populares porque o lazer era só pros ricos. A atividade principal era o comércio ambulante na beira da praia. Vendiam coco e outras peças, como osso de peixe e búzios. Alguns tinham bodegas, botequins, e com o tempo vieram as mercearias.⁸¹

Boa parte dos moradores das “comunidades” da Praia tem como origem municípios litorâneos do Estado do Ceará. Assim como “Seu” Francisco, o “coqueiro” Edinho há cinco anos se mudou do Município de Trairi, no litoral oeste do estado, para Fortaleza por “motivos pessoais”. Conta que logo buscou parentes que já estavam instalados na Praia. Como se encontrava desempregado, um tio lhe sugeriu que vendesse coco na Praia. Edinho me explicou que no início de sua atividade trabalhava por arrendamento. Os materiais eram fornecidos pelo tio, o que produzia vários atritos devido acusações que Edinho sofria de que estaria retendo valores além do combinado (Imagem 55).

⁸¹ Essa fala foi registrada durante a realização do Projeto “Historiando os Cocos”, realizado por professores e estudantes do curso de História da Universidade Estadual do Ceará, durante os meses de maio, junho e julho de 2008. Além de entrevistas com os “guardiões da memória”, o Projeto realizou ainda oficinas de pintura, música e poesia, tendo as experiências de vida dos moradores por foco. Participei de dois encontros como convidado.



Imagem 55. “Coqueiro” com estruturas fixas nas *areais* da Praia, nas proximidades da barraca Vila Galé e Chico do Caranguejo, além dos materiais básicos armados, sombreros e cadeiras “excedentes”. Foto do autor: 19/01/2009.

Em decorrência dessa desconfiança, Edinho convenceu um morador aposentado da Praia para que comprasse os materiais de trabalho do tio, que se resumiam ao conjunto típico aos “coqueiros” da Praia. Os ganhos passaram a ser repartidos entre os dois. Revelou que os equipamentos do tio foram adquiridos pelo valor de R\$ 3.000,00.

Após o trabalho inicial de preparo e armazenagem dos cocos, a partir das sete horas, com o coco e o gelo já depositados na caixa de isopor, inicia-se o trabalho de deslocar as armações para a Praia. Normalmente esse trajeto é feito sozinho, o que requer certo vigor físico, pois, além do peso dos equipamentos, o trajeto exige subidas ao morro dos Cocos. Ocorre que, às vezes, recebe ajuda de algum parente ou amigo. Primeiramente, são levadas as cadeiras e sombreros para demarcar o lugar onde permanece durante o dia – no seu caso, no entorno da barraca Vila Galé e Chico do Caranguejo.

As dificuldades em transportar os materiais de trabalho parecem ser o principal fator que inviabiliza outros trabalhadores de bairros distantes de fazer algo semelhante. Mesmo assim, é possível encontrar, na forma de arrendamento, donos

de instalações que distribuem com trabalhadores da “comunidade”. Por esse motivo, a “comunidade” dos Cocos concentra a maior parte dos “coqueiros” da Praia.



Imagem 56. Clientes utilizando as estruturas do “coqueiro” Edinho. Detalhe da área de influência de dois “coqueiros”, nas proximidades da barraca CrocoBeach. Foto do autor: 19/01/2009.

Além de clientes próprios, que utilizam seus equipamentos, há outros vindos das barracas (Imagem 56). Presenciei alguns banhistas que se deslocavam de uma praia a outra. Edinho me revelou que eram seus clientes há anos. Por diversas vezes, contou-me ainda dos conflitos que envolvem outros “coqueiros” sobre esse aspecto. Às vezes é comum clientes ocuparem cadeiras e sombreiros pertencentes a outro “coqueiro”, o que por diversas vezes gera atritos já que passam a disputar o cliente.

Além dessa dimensão de conflito, há outras mais relacionadas com o espaço ocupado pelo “coqueiro”. Desde manhã cedo, as cadeiras e sombreiros são distribuídos nas areias na ausência de outro referencial, senão a proximidade de uma barraca-complexo; no caso de Edinho, entre as barracas Vila Galé e Chico do Caranguejo. Mais ou menos postos em linha por toda a extensão da Praia, abaixo da linha imaginária das barracas, há momentos em que os “coqueiros” passam a avançar sobre as áreas uns dos outros. Para mim foi difícil, durante as primeiras observações, diferenciar o espaço de um “coqueiro” tendo em vista que alguns se

utilizavam de cadeiras e sombreiros semelhantes em tamanho e cor diferentes o que dificultava mais ainda distinguir.

Isso decorre em grande parte do fato de haver proprietários que possuem mais de um conjunto desses materiais de trabalho dos “coqueiros”, cedendo-os em áreas contíguas. Normalmente, eles distribuem os “coqueiros” por entre as grandes barracas, tanto na forma de arrendamento quanto na de aluguel. Na área de influência do “coqueiro” Edinho, é possível visualizar outros “coqueiros” trabalhando dessa forma.

O caso de Edinho parece exemplificar a relativa autonomia da atividade de “coqueiro” diante das barracas-complexos. É possível captar alguns dos seus elementos com base nas suas dinâmicas socioeconômicas. Mesmo “fixo”, boa parte de seu trabalho é realizada com movimentos nas areias. Esses movimentos se dão no raio de influência das armações do “coqueiro”. Parece haver aí uma tensão entre “fixo” e “móvel”, mais dinâmica do que a representação da pesquisa citada anteriormente.

Por outro lado, há aspectos da relação “fixo”/“móvel” que demonstra complementaridade entre “coqueiros” e barracas-complexos que merecem ser assinalados. Para isso, tomo o caso do “coqueiro” Toinho dos Cocos como exemplo (Imagens 57 e 58). Toinho veio morar na Praia em 1988 movido pela promessa feita por um irmão que já trabalhava com a venda de coco na orla: “ele foi e falou pra mim que aqui era muito bom pra ganhar dinheiro, aqui na Praia do Futuro. E eu vim pra cá e graças à Deus até hoje eu tô batalhando por aqui”.⁸²

Ao iniciar seu trabalho na Praia, “Seu” Toinho logo buscou uma barraca onde encontrasse oportunidade para comercializar seus cocos. A primeira barraca, “Subindo ao Céu”, antes importante “centro” na Praia, pareceu oferecer as condições para isso. Na entrevista que me concedeu, ele revela os movimentos e permanências que acompanham seus “vinte anos de praia” como “coqueiro”.

Rapaz, aqui nessa barraca ‘Garota de Ipanema’, eu tô com dezessete anos e dois meses. Quando eu cheguei na Praia comecei a trabalhar vendendo coco. Só que eu passei três anos na ‘Subindo ao Céu’, quando era encostado aqui na ‘América do Sol’. Porque a ‘Subindo ao Céu’ depois passou lá pra frente. Ela era aqui. Aí ela foi vendida pra um sargento,

⁸² Entrevista a mim concedida em 23/10/2009 por “Seu” Toinho dos Cocos, na altura das barracas Garota de Ipanema e CrocoBeach.

aposentado. E esse sargento criou um grande problema comigo. Chegou ao ponto de eu ser obrigado a vender a caixa com tudo. Caixa, coco, com facão, do jeito que tava na beirada da praia. O cliente sentava na cadeira; ele chegava a retirar o cliente. Ele era o dono da barraca. Ele comprou a barraca, mas não queria que eu vendesse coco na barraca dele não. Queria vender coco, mas que fosse dele.

Por conta desse “grande problema” “Seu” Toinho decidiu se deslocar para outra barraca. O fato de conhecer o dono da antiga “40 Graus”, atual “Garota de Ipanema”, possibilitou essa mudança. Mesmo “fixo”, passaria a viver e presenciar vários movimentos envolvendo ele e as barracas-complexos onde trabalhou, como revela:

Daí pra cá [a barraca Garota de Ipanema] já vai passando na mão de sete donos e ainda continuo aqui. Essa barracazinha que tá sendo feita aí...é o dono da barraca que tá mandando fazer pra mim. Essas duas carnaúbas que tão montando aí...Aí vai ser uma barraca bem organizadinha pra mim. O dono dessa barraca comprou agora tá com um mês e dez dias. Aí perguntou pra mim se ele fazendo uma barraca pra mim ali....porque tudo é dele, agora isso aqui. Tá construindo ali com essa aqui [me mostra as duas barracas que se transformarão em uma grande barraca-complexo]. Tudo é desse dono agora. Ele perguntou se construindo uma barracazinha pra mim, se eu não fazia questão de sair desse canto pra passar pr’ali. Eu disse: ‘Não, de maneira nenhuma’. É porque ele disse que fazendo a barraquinha aí, é melhor pra mim porque *eu já vou pegar espaço dessa barraca e da outra*. Porque ele disse que não quer outro vendedor pra não criar problema, né? Pra não ter bagunça, porque ele sabe como é que eu trabalho...e aqui eu trabalho com ele. Assim...sempre trabalhei tipo um espião. Qualquer coisa errada chego pro dono.

Na entrevista que me concedeu, “Seu” Toinho revela traços de sua dinâmica como “coqueiro”. Ele narra que, no início de sua ocupação, eram comuns conflitos com proprietários que não queriam vendedor ambulante comercializando nas proximidades de sua barraca. Aos poucos, um tipo de parceria foi sendo tecida.

No início era muito bom. Ai depois quando foi vendido aí começou esses problemas, né? Do dono não querer. Não queria que tivesse vendedor na frente da barraca. Era aquele negócio. Só queria pra ele. *Achava que a praia era dele, certo? É diferente hoje. Hoje o cara já me dá espaço*. Agora, ele não quer que eu deixe faltar coco (...) Antes do sargento vinha tudo bem. Cheguei e pedi pra encostar um caixa. O dono aceitou. Tô trabalhando numa boa. Quando o sargento comprou já passou a ter problema. Também foi por poucos dias, por pouco tempo. Aí peguei a oportunidade do dono daqui. Aí com ele foi beleza. Quando ele foi vender pra outro dono já deu boas informações de mim. Pediu pra não mexer comigo. O outro que comprou do mesmo jeito. Quando o outro foi comprar, foi a Dona Fátima [presidente da AEPF] ...quando foi comprar já pegou as mesmas informações pra não mexer comigo. Depois foi vendido pra um paulista. Continuou na mesma. Outro paulista. Continuou na mesma. Foi vendido pra um italiano. Esse paulista já passou as mesmas coisas pra não mexer comigo. Hoje já é de outro italiano. O último italiano, que vendeu pra esse agora, disse que eu era homem de confiança da casa, porque aqui eu

ficava de olho em tudo. Sempre trabalhei assim. A gente trabalha em conjunto, né? Eles me ajudam porque o cliente pedi um coco na mesa, ele manda eu botar. No caso eu ajudo eles também.



Imagem 57. “Seu” Toinho dos Cocos junto de sua “barraquinha” nas proximidades da barraca Garota de Ipanema. Foto do autor, outubro de 2009.

Antes da compra da “Garota de Ipanema” por parte do atual proprietário, um italiano, “Seu” Toinho lembra que passou por momentos difíceis após o fechamento da barraca. O dilema entre permanecer ou sair da barraca passou a acompanhá-lo. Essa escolha levou em conta a possibilidade de voltar a construir sua barraca.

Mesmo com a barraca fechada eu fiquei aqui. Eu não abri mão. O pessoal me chamava de doido. Quando ela tava funcionando, no final de semana, eu vendia cento e vinte, cento e cinquenta coco. Quando ela fechou eu passei a vender trinta, trinta e cinco. Mas não desisti. Eu disse: ‘eu tenho esperança que isso aqui vai voltar a ser o que era antes. E eu quero tá aqui quando isso acontecer. Eu não vou abrir mão não’. Aí, de repente, graças à Deus, o cara comprou e já ta começando a melhorar a barraca (...) Aí chegava um amigo: ‘rapaz, vai pra outra barraca boa’. Aí eu dizia: ‘não vou sair não, vou ficar onde estou. Vou ficar porque se eu sair a barraca vai ser vendida, outro dono vai comprar, chega e não me vê. Quando eu quiser encostar ele não vai aceitar. E ele comprando já me vendo lá, ele sabe que eu já tava. Chegou mas eu já tava’. E assim foi indo. Eu consegui vencer e hoje tô aqui (...) Durante esse tempo todo que tô aqui essa foi a pior crise que eu passei. Porque eu tinha uma clientela boa. Hoje eu já tô conseguindo conquistar minha clientela de novo. Esse pessoal é de Manaus [me mostra várias pessoas reunidas em torno de alguns de seus

sombreiros]. Eu já conheço há quatorze anos. Essa turma daqui, do segundo guarda-sol pra lá, são do Acre. Já tem dez anos que eu conheço.



Imagem 58. De vendedor ambulante à barraqueiro. Estrutura da nova barraca de “Seu” Toinho sendo construída. Ao fundo, barraca desativada adquirida pelo atual proprietário da barraca “Garota de Ipanema”. Foto do autor/outubro de 2009.

Ao falar de sua barraca e da barraca onde está “encostado”, ele sugere traços de interdependências entre complexo e “excedentes”, difíceis de o observador menos atento captar. Ao falar dos seus clientes do Acre, ele revela aspectos fundamentais dos jogos de usos entre “centros” e “excedentes”.

Eles fazem questão de ser botado aqui perto da *minha barraca*. Ontem ele ligou pra mim umas nove horas da manhã. ‘E aí, tu tá onde? Já tá na praia?’ Eu disse que já tava. Sempre quando eles vêm de férias vem pra essa *barraca aqui*. Nessa época que tava fechado, foi na época que já tinha passado a alta estação, né? (...) Aí meus clientes de fora...não teve como atingir eles, sabe? Eles voltam sempre numa data mais ou menos certa, e *aqui* já tava funcionando de novo. Agora perdi muito cliente daqui de Fortaleza. Mas devagarzinho já tô recuperando porque os *meninos que passam por aqui* me diz que viu cliente em tal canto: ‘Olha, diz pra ele que a barraca já ta funcionando’. Botei na cabeça do dono pros meninos distribuir panfleto, né? da barraca e o pessoal diz, né?: ‘*Olhe, a barraca do Seu Toinho, lá onde o Toinho dos Cocos trabalha, já tá aberta*’. Ai o pessoal diz: ‘Já sei onde é’. Já tem muitos que vem aqui através da panfletagem. Sabe que reabriu a barraca (...) é porque muita gente...Porque, por exemplo: O cliente que vem pra cá, pra *essa barraca aqui*, ele sempre fala pro dono e pros garçons: ‘olha, eu venho aqui não é através da barraca não, eu venho pra cá pelo Toinho. Se não fosse ele eu

não vinha não, porque tem muita barraca melhor do que essa pra ficar, mas eu prefiro ficar aqui'. É a questão da *confiança*, né?

Essa confiança frágil construída entre “coqueiro”, clientes, “meninos” e proprietários de barracas depende, para se manter, de mudanças mais gerais que atinge a dinâmica do lazer da Praia do Futuro. “Seu” Toinho dos Cocos apresenta o que, segundo ele, são as mudanças mais importantes da Praia do Futuro.

Eu to aqui há vinte anos. Durante uns quatorze anos foi bem melhor que seis anos pra cá. Porque teve muita mudança na Praia, *pro vendedor ambulante*, sabe? Teve muita mudança. Por exemplo, é...hoje você sai de casa pra praia, pega seu documento e seu cartão de crédito. Com seu cartão de crédito você compra a cerveja, o peixe, a água de coco. Tudo na barraca você passa no cartão. Se você for comprar o meu coco você tem que trazer dinheiro de casa e se já tem na barraca você vai pegar da barraca, aí vem o lado da segurança na Praia. Isso é um lado que tá...que tem atingido de mais agente. Essas duas coisas derrubou muito o lado do vendedor ambulante. Como derruba também pro barraqueiro, né? Porque é o seguinte. Tem muitos barraqueiros gente boa que dá a mão pro vendedor ambulante, mas já tem outros barraqueiros que discrimina, né? Ele diz que a mercadoria do vendedor é estragada. E tudo isso você sabe que é ruim. Tem aquele vendedor ambulante, no caso, *que nem eu*, que trabalha honestamente.

Diferentemente das relações mais contratuais entre barracas-complexos e “excedentes” “fixos” os tipos de relações entre complexos e “excedentes” “móveis” são mais conflituosas envolvendo os vendedores ambulantes que atuam nas áreas de praia entre as barracas-complexos e os “excedentes fixos”. As representações mais comuns da AEPF atribuem a eles tipos de usos ilegais. No próximo tópico apresento dados de minha pesquisa de campo sobre as disputas de usos entre esses agentes. Eles imprimem movimentos nas fronteiras entre os limites e sentidos de praia conferidos pela AEPF. As ações dos “excedentes móveis” se localizam numa espécie de “entre-lugar” (BHABHA, 2007) entre a praia da AEPF e a praia representada pelos “excedentes” “fixos”.

Esse espaço de ação constitui uma síntese analítica dos processos sociais concretos que ocorrem nas frestas e limites da sociedade atual. Com base nisso, é possível dizer que é nesse limite fronteiro e liminar que grupos enfraquecidos ou deslegitimados em suas atividades cotidianas disputam os significados das classificações atribuídas pelos atores sociais situados em posições mais centrais.

5.4.3 Os “excedentes” “móveis”

É válido inferir que é no entre-lugar onde as “táticas” apontadas por Certeau (2003) de atores marginalizados concorrem para reencaixar a relativa autonomia alcançada pelas barracas-complexos e sua “fuga do cotidiano” (URRY, 2001). É nesse terreno que ocorrem as negociações sobre as distribuições desiguais dos recursos materiais e simbólicos, capazes de demarcar lugares e (des)fazer fronteiras sociais.

No que diz respeito às práticas sociais relacionadas ao lazer da Praia do Futuro, essa perspectiva possibilita compreender o espaço entre os complexos e os “excedentes” “fixos” como um entre-lugar, espaço onde o jogo tático dos lugares e não-lugares ocorre (ARANTES, 2000; LEITE, 2001); uma zona fronteira que confere, sobretudo àqueles despolitizados na sua existência diária, ocasião para exercitar o conflito em torno dos valores/princípios produtores dos lugares praianos.

De um ponto de vista analítico, a valorização das zonas liminares como possíveis espaços do dissenso na sociedade contemporânea possui uma grande fecundidade para analisar as disputas concretas em torno dos recursos escassos materializados pelas barracas-complexos da Praia do Futuro. A ideia de entre-lugar possibilita potencializar, do ponto de vista político, os usos e apropriações que ocorrem nas frestas dos lugares onde predominam relações que se estabelecem na trama cotidiana entre, de um lado, os *habitués* dos espaços de lazer na sociedade contemporânea e, de outro, aqueles sujeitos que, embora incluídos, participam de um contrato frágil (Imagem 59).

A proibição imposta pelos empresários da “praia nova” aos vendedores ambulantes “móveis” de não comercializarem nas áreas de influência das barracas-complexos não é obedecida por todos. É comum presenciar trabalhadores que, embora permaneçam distantes das barracas, se aproximam delas quando chamados por algum cliente com interesse em adquirir seus produtos ou serviços. Há, por outro lado, vendedores que evitam transitar até mesmo pelas áreas limítrofes das barracas, optando mais pelas principais centralidades que, apesar de intensificarem as estratégias de vigilância, são as que mais recebem moradores e visitantes com maior poder aquisitivo, possibilitando aos vendedores maiores

chances de vendas. Há ainda vendedores que, embora “móveis”, estabelecem relações de confiança principalmente com turistas.

Presenciei alguns vendedores dizer que às vezes acontece de, no momento da venda, não possuírem o dinheiro ou o troco que devem ao cliente. O vendedor então decide deixar o produto com o cliente na promessa de voltar pouco depois ou simplesmente receber num outro encontro, o que pode só voltar a ocorrer numa outra alta estação. Essas relações são muito frágeis pois da mesma forma que há certa reciprocidade entre vendedores e cliente/turistas, o oposto também ocorre. O risco de não ter o valor do produto ou serviço devidamente pago é grande.



Imagem 59. “Excedentes” “móveis” nas *areias*, posicionados entre as barracas-complexos Vila Galé (detalhe dos seus quiosques) e Chico do Caranguejo e a torre de observação do Projeto Guardiões da Praia. Foto do autor: fevereiro de 2010.

Entre as imagens mais reproduzidas das atividades desses vendedores na Praia, sobressaem as que denunciam desorganização e marginalidade, associando-os a práticas ilegais que ocorrem em lugares sem fiscalização ou controle. Essas imagens passaram a alimentar práticas de controle nos limites das barracas-complexos, onde é mais comum encontrar os “excedentes” transitando. Essas medidas de controle adotadas pelos empresários da “praia nova” passaram a exercer um tipo de repressão mais ostensiva sobre o trabalho dos “excedentes”

“móveis”, já que, pelo fato de não se fixarem, tornaram mais difícil qualquer tentativa de disciplinamento dos seus usos.

Esses tipos de relações são mais frequentes entre os “excedentes” “móveis” e os clientes localizados nas barracas da “praia nova”, pois é aí onde o volume de vendas é maior. Devido à proibição desses vendedores de não poderem se fixar nas dependências das barracas sua atividade se torna mais imprevisível e incerta, fazendo-os aproveitar mais os “usos ocasionais” possíveis de praticar nos limites das praias.

De modo similar a Certeau (2003), Simmel (2006, p.60) já havia observado, ao tratar da temática da sociabilidade, o modelo típico, segundo ele, de interação entre indivíduos organizados numa dada sociedade, que estes imprimem certas “formas” às “matérias” ou “conteúdos” (“tudo que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica”) encontrados na sociedade. Essas matérias ou conteúdos só assumem a condição de “fatores de socialização quando transformam a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro que pertencem ao conceito geral de interação”.

Mais importante do que atentar para o fluido dos conteúdos, sempre fugidios e imprecisos, lembra Simmel, vale mais levar em conta a maneira como “elaboramos o material que tomamos do mundo. De acordo com nossos propósitos, damos a esses materiais determinadas formas, e apenas com tais formas esse material é usado como elemento de nossas vidas”.

Com base nessa ideia, não é possível, portanto, deixar de assinalar que, para fortalezenses e visitantes, a “forma” impressa pela barraca à “matéria” praia assumiu tamanha relevância quando se trata de desvendar os significados que esse espaço possui para uns e outros.

É Simmel (2006, p.61) ainda, que assinala, segundo o mesmo viés analítico, e talvez a observação mais importante sobre as ações dos indivíduos interagindo em sociedade, que as forças e interesses que deram origem a essas formas (no caso da Praia do Futuro interesses à cargo dos empresários associados à AEPF em suas redes de interdependência com outros barraqueiros, vendedores ambulantes e poder público) inicialmente também produtos de conteúdos (de caráter

subjetivo), passam a condensar novos sentidos uma vez que “se libertam do serviço à vida que os havia gerado e aos quais estavam originalmente presos”.

Essas novas formas/conteúdos tornam-se autônomos no sentido de que não se podem mais separar do objeto que formaram exclusivamente para seu próprio funcionamento e realização. A autonomização dos complexos parece caminhar nessa direção. O que “cresce sobre o solo” na Praia do Futuro, ao produzir novos conteúdos de praia, embora se apresente “independentemente de seu emaranhado com a vida prática”, constrói com esta uma “dinâmica da vida” (SIMMEL, 2006).

Para finalizar as referências a Simmel sobre este ponto crucial, parece oportuno a última chamada sobre o paralelo feito por ele entre arte e jogo a fim de assinalar o que busco propor a respeito das redefinições operadas pelas barracas *de praia*:

Tanto na arte como no jogo, as formas que se desenvolveram a partir da realidade da vida criaram seu domínio autônomo com relação à realidade. É de sua origem – que as mantém atreladas à vida – que retiram sua força e sua profundidade. Sempre que arte e jogo se esvaziam de vida, tornam-se artifício e mero entretenimento. Assim seu significado e sua essência se encontram justamente nessa mudança fundamental pela qual as formas criadas pelas finalidades e pelas matérias da vida se desprendem dela e se tornam finalidade e matéria de sua própria existência. Assimilam das realidades da vida somente o que pode se conformar à sua própria natureza e ser absorvido em sua existência autônoma (SIMMEL, 2006, p.61).

Ora, o que Simmel assinala são os riscos que essa autonomia das formas pode significar para a vida em sociedade. Embora o autor não aprofunde essa linha de argumentação, é possível vê-la apontada numa direção específica na afirmação de Urry, segundo a qual as práticas de lazer imprimem “uma fuga do cotidiano”. A vida ou o cotidiano, caótico e rico de experiências, parece ser a contraposição das formas que alcançaram a separação dos limites e significados assumidos por certas maneiras de estar perante os iguais e os diferentes.

É preciso pensar, portanto, as dinâmicas das barracas de praia para além daquilo que inicialmente passaram a propor (a organização do lazer praiano) e vê-las como a forma que a praia hoje assume para *habitués* (empresários, turistas e fortalezenses) e “excedentes”. Vê-la novamente reunida à “dinâmica da vida”, por outro lado, parece representar não apenas um desafio teórico, mas político. De todo

modo é certo que as redefinições dos limites do que se entende por praia se dão tanto no plano dos usos quanto das palavras que designam as partes da cidade.

6. Da Barraca à Cidade: Considerações Finais Sobre Uma Zona Liminar

Esta tese se propôs investigar as redefinições de usos e classificações da Praia do Futuro favorecidas pela dinâmica dos novos formatos de lazer praiano localizados no trecho de orla situado ao leste de Fortaleza. A visibilidade alcançada dentro e fora de Fortaleza de “a praia mais badalada da cidade” decorre do modo como as barracas de praia (espécies de bares, restaurantes e casas de *shows* à beira-mar) passaram a estar associadas a imagens mais positivas da Praia do Futuro, sobretudo, quando ela é apropriada pela imprensa local, empresários, turistas e moradores de Fortaleza.

Ao comparar o formato das barracas da Praia do Futuro àquele das demais praias de Fortaleza, aponte algumas particularidades reportadas a ele: é lá onde se concentram as barracas mais representativas do gênero; os estabelecimentos mais procurados são também os que mais passaram a investir em diferenças de arquitetura, ornamentação e estilização dos seus ambientes internos; esses investimentos contribuíram para que certas barracas crescessem em tamanho, avançando nas areias da Praia; o tipo de organização do espaço urbano por esse formato de lazer passou a atrair um grande fluxo de pessoas nos dias mais badalados, dispostos a consumir produtos e serviços ofertados até então inéditos em trechos de praia no Brasil; esse público é mais diversificado em termos de renda, gostos musicais, origem, gênero, escolaridade e opções sexuais.

Metodologicamente, optei por combinar um conjunto de procedimentos com a finalidade de tratar de alguns aspectos que me pareceram mais fundamentais, como, por exemplo, uma importante pesquisa documental para tratar das classificações dos usos constituídos durante os processos de ocupação da Praia do Futuro. Primeiramente, por obras que lhe serviam de acesso; em seguida, por edificações multifamiliares para setores de classe média e por favelas, e por último, pelos espaços de lazer e turismo, com destaque para as barracas de praia.

Constatei que as primeiras ocupações passaram a estar associados com imagens que, num momento, reportavam essa zona como lugar de promessas e de desejo (“praia do futuro”); imagens que faziam constatações da Praia que “crescia sobre o solo” (“praia do presente”), para recordar a Aglaura de Ítalo Calvino; e, por

fim, imagens que teciam avaliações e julgamentos acerca do ritmo acelerado e a ausência de controle sobre essa ocupação (“praia do caos urbano”).

De posse dos dados fornecidos por jornais e documentos diversos, assinalei certa relação cronológica entre usos e classificações: “Futura Barra da Tijuca”, durante as décadas de 1950 e 1960; “paraíso dos apartamentos” e do “crescimento anárquico”, nas décadas de 1970 e 1980. Por conta do lazer organizado pelas barracas, identifiquei mais recentemente uma mudança no modo de nomear a Praia. Nos discursos de empresários, barraqueiros e agentes do Poder Público, a classificação de “a praia mais badalada da cidade” resulta da forma como as classificações mais comuns se associam aos usos da Praia realizados pelos principais espaços de lazer, o que resulta em disputas simbólicas quanto aos seus significados e limites.

Realizei, ao mesmo tempo, entrevistas com sujeitos considerados centrais com a finalidade de captar dimensões de significados e sentidos das ações dos empresários, dos barraqueiros da “praia velha”, dos agentes públicos e dos vendedores ambulantes. Por meio delas, registrei significados acerca das posições distintas em relação aos novos usos e assinalei suas dimensões de conflitos. Em conjunto com as entrevistas, as imagens fotográficas permitiram-me estabilizar registros das ações.

A partir da conjugação entre teoria e empiria argumentei que o crescimento de algumas barracas ocorreu no contexto de inserção de Fortaleza nos mercados de lazer e turismo, onde a invenção de novas centralidades urbanas se tornou uma das marcas mais associadas à chamada “cidade mercadoria” (VAINER, 2000). No que diz respeito à dinâmica interna do lazer da Praia do Futuro, os barraqueiros que, ao longo dos anos, estabeleceram parcerias em torno de propostas de planejamento público dos seus usos ou realizaram por conta própria modificações nas barracas, ocuparam posições de poder na direção dos planejamentos dos usos seguintes, dando origem às barracas-complexos. Tomei o Projeto Turístico Esta Praia Tem Futuro como marco dessa reviravolta de usos, em 1999, uma pareceria entre AEPF e Secretaria de Turismo do Estado do Ceará.

A Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF, desde os anos 1980, passou a reunir proprietários dos espaços de lazer que vinham se diferenciando. Daquela década em diante, ela esteve presente em todas as

propostas de urbanização da Praia. Aos poucos, isso resultou num acúmulo de funções de organização do lazer em suas mãos, antes sob responsabilidade do Estado. Os usos do lazer, ao poucos, passou a apresentar uma divisão, em virtude do investimento desigual nos traços arquitetônicos das barracas, que se refletiu tanto nas qualidades do seu público usuário, quanto nos traços estéticos de infraestrutura das barracas e na presença ou ausência de serviços públicos ou privados. Esses usos deram origem à divisão simbólica entre “praia nova” e “praia velha”.

Como observei, na “praia velha”, estão as barracas-artesanais, caracterizadas por utilizar materiais menos sofisticados e de realizar menores ou nenhum investimento material e simbólico. Seus proprietários são ainda conhecidos como barraqueiros e seu funcionamento não exige processos racionais de planejamento associados àqueles das empresas. É também a esse trecho que as imagens mais negativas de falta de segurança, limpeza pública e serviços de lazer de qualidade mais estão associadas.

Na “praia nova”, em contraposição, identificada pelos empresários da AEPF, os “intermediários culturais” do lazer praiano (FEATHERSTONE, 1997), como a “praia do presente”, estão os equipamentos que denominei de barracas-complexos, espaços que se assemelham ao que Featherstone (2007; 2001) e Zukin (2000) denominaram de “espaços urbanos liminares”. Misturando funções e empresariamento das suas operações, essas barracas se tornaram os bens de consumo mais procurados e, visualmente, os mais utilizados do lazer praiano em Fortaleza. Eles são responsáveis por movimentar também grande quantidade de produtos e serviços nas suas dependências.

Sobre esse aspecto de liminaridade encontrei-o nos tipos de decoração ou em espaços internos das barracas-complexos feitos em referência a estilos e citações culturais de outros tempos e lugares, como: jarros da Indonésia, pórticos romanos, castelos medievais, jangadas, varandas, lagos entre outros artefatos. Em parte, essa citação decorre do encurtamento das distâncias e aumento dos contatos culturais intensificados pelo que Giddens (1991) denominou de desencaixes. Há, por conta disso, maior sensação de simultaneidade das ações e processos sociais entre os lugares assim distanciados. Ocorre, ainda, maior padronização dos formatos de espaços urbanos, já que gostos e estilos de vida passam a estar cada vez mais

associados ao consumo dos mesmos “bens posicionais” (DOUGLAS, 2009), o que tem resultado em mudanças no planejamento urbano das cidades em todo o mundo a fim de se aproximar desse formato multifuncional.

Considerarei que a barraca-complexo pode ser vista como esse bem dirigido a esse tipo de consumo preferido em Fortaleza, quando se trata de lazer praiano. Optei por certa cautela quanto a essa consideração. Tem se discutido muito acerca da invasão da imagem midiática e publicitária na produção e reprodução de “espaços simulacionais”, mundo a fora. O risco que apontei em considerar totalmente as barracas-complexos segundo esse viés foi o de afastar-me da tentação de associar as práticas de lazer e turismo ao que Urry (2001) chamou de “fuga do cotidiano” em decorrência de mudanças no “olhar no turista”: o lazer e turismo seriam as atividades principais na sociedade contemporânea para a manipulação dessa “realidade simulacional”.

Como saída a essa espécie de esvaziamento do cotidiano pelo consumo, apropriei-me do que Certeau (2003) chamou de “práticas do espaço”. Embora as barracas-complexos construam no espaço urbano um “lugar próprio”, que em grande parte, se alimenta da liminaridade de tempos, espaços e funções e de um “nome próprio” para se reproduzir, os usos ambulantes dos trabalhadores que comercializam produtos nos limites dos principais complexos de barracas concorrem para movimentar as fronteiras da “praia das megabarracas” e para diversificar as posições quanto a esses espaços, também em constante redefinição durante as temporalidades socioespaciais da praia.

Esses fatores de organização e diferenciação do lazer realizados pelas barracas-complexos, por outro lado, são mobilizados de outra forma, quando apropriados por agentes públicos. São recorrentes imagens que sugerem traços de desorganização e ocupação ilegal pelas barracas. Isso aporta em disputas simbólicas em torno da definição da Praia do Futuro como “bem público de uso comum do povo”. Em vez de assinalar traços positivos relacionados à badalação e aos investimentos materiais e simbólicos das barracas, como fazem os empresários da AEPF e parte da imprensa, esses atores públicos expõem formas de contestação da “praia do presente”, anunciando medidas para a construção da “praia do futuro”.

Um jeito talentoso de formular o problema abordado nesta tese, o da relação entre “nome” e o “que cresce sobre o solo”, foi sugerido por Ítalo Calvino ao

tratar da Aglaura, uma das suas cidades imaginárias. Para os moradores de Aglaura, a cidade parecia crescer apenas em função do nome. Ao se observar apenas a Aglaura que crescia sobre o solo, Calvino se limitou a deslocar o problema.

O exemplo da Praia do Futuro é representativo por envolver problema semelhante, mas solução distinta, pelo menos para aqueles que hoje a classificam como principal lugar do lazer praiano. Nos diversos discursos sobre a Praia as classificações mais comuns (“praia do futuro”, “praia do presente” e “praia do caos urbano”) articulam-se com os usos num modo singular de nomeá-la. Ela ensina que a melhor forma de compreender os significados de um espaço urbano no interior de uma cidade é atentar para as maneiras como “o que cresce sobre o solo” e “nome” são mobilizados segundo as posições ocupadas no seu interior. Foi em relação a esse modo de tratar do problema assinalado que empreendi importantes descobertas sobre a Praia do Futuro.

Tive o cuidado de assinalar as mudanças de usos, físicas, conceituais e patrimoniais que atingem esses “bens” no Brasil e, em particular, os conflitos quanto a sua redefinição. A Praia se revelou num caso típico das transformações que os usos voltados para lazer e turismo fazem da orla das principais cidades brasileiras. Fortaleza, conhecida internacionalmente como “cidade praiana”, pode agora ser vista com outros olhares, a partir da Praia do Futuro. Resta saber de qual praia – a “do presente” ou a “do futuro”.

7. Bibliografia

- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____. “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas” In: _____; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000a, p.11-74.
- _____. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2000b.
- ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas-SP; Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- AVRITZER, Leonardo. “Em busca de um padrão de cidadania mundial”. *Lua Nova*, nº55-56, 2002, p.29-55.
- BARREIRA, Irllys. “Narrativas do olhar: Fortaleza em cartões postais”. In: LEITE, Rogério Proença (Org). *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008, p. 107-128.
- _____. “Pensamento, palavras e obras” In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José (Orgs). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.
- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 4ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- _____. *Simulacros e simulação*. Lisboa-Portugal: Relógio D’Água, 1991.
- _____. *Para uma crítica da economia do signo*. São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- BENJAMIN, Walter. “Paris, capital do século XIX” In: FORTUNA, Carlos (Org). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 2001, p.67-82.
- BERNAL, Maria Cleide Carlos. *A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza*. Fortaleza: Editora Ufc, 2004.

- BEZERRA, Roselane. O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia”: usos e abusos num espaço urbano. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- BONFIM, Washington Luís de S. “De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará”. In: PARENTE, Josênio. *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p.35-62.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre-RS: Zouk, 2007.
- BRESCIANI, Maria Stella. “Cidade, cidadania e imaginário” In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997, 13-24.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2003.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- _____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa da. *Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Departamento de Geografia, Dissertação de Mestrado, 1988.
- DAGNINO, Evelina. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? En Daniel Mato (Coord), *Políticas de cidadania y sociedade em tempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp.95-110.
- “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania” In: _____. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004b, p.103-118.
- _____. “Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades” In: _____ (Org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.279-302.
- _____. “Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana” In: ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e*

política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p.61-102.

DEPAULE, Jean-Charles; TOPOLOV, Christian. “A cidade através de suas palavras” In: BRESCIANI, Maria Stella (Org). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

DOUGLAS, Mary. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2008.

_____. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1998.

_____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994, 2v.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

_____. “Culturas globais e culturas locais” In: FORTUNA, Carlos (Org). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 2001, p.83-104.

_____. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

FERREIRA DE PAULA, Glairton. *As barracas da Praia do Futuro e sua relevância como atrativo diferencial para o turismo de Fortaleza*. 63p. Monografia (2005). Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET-Ce.

FORTUNA, Carlos. *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1999.

FREIRE, Ricardo. *100 praias que valem a viagem: uma seleção das praias mais gostosas do Brasil*. São Paulo: Ed. Globo, 2008.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. “A vida em uma sociedade pós-tradicional” In: _____; BECK, Ulrich; LASH, Scott (Orgs). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p.73-154.

_____. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1991.

GIRADET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. “Imagens da cidade, políticas culturais e desenvolvimento urbano: a produção imaginária de Fortaleza como ‘cidade global’” In: *Reforma do Estado e outros estudos*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p.13-32.

_____. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)*. Ijuí-RS: Ed. UNIJUÍ, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: DL&A, 2000.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 13ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 2002.

JUCÁ, Gisafran Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume, 2003.

LEITE, Rogério Proença de Sousa. *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Campinas-SP: [s.n], 2001.

MACIEL, Wellington. *O Aeroporto e a Cidade: usos e significados do espaço urbano na Fortaleza turística*. Fortaleza: EdUECE, 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008.

_____. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *RBCS*, vol.17, nº49, junho de 2002, p.11-29.

_____. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARICATO, Ermínia. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil” In: VAINER, Carlos; ARANTES, Otília. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000, p.121-192.

MOURA, Cristina Patriota de. “Vivendo entre muros: o sonho da aldeia” In: VELHO, Gilberto (Org). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.43-54.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. "Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo" In: ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 103-148.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 3ª. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. *A cidade dos clubes: modernidade e "glamour" na Fortaleza de 1950-1970*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SEGALEN, Martine. *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

"A metrópole e a vida do espírito" In: FORTUNA, Carlos (Org). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras-Portugal: Celta Editora, p.31-44.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

TELLES, Vera da Silva. "Sociedade civil e a construção de espaços públicos" In: DAGNINO, Evelina (Org). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São paulo: Brasiliense, 2004, p.91-102.

_____. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VAINER, Carlos. "Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano" In: _____; ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000, p.75-104.

WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual" In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

Zukin, Sharon. "Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder" In: ARANTES, A. (Org). *O espaço da diferença*. Campinas-SP: Papyrus, 2000, p.80-103.

Documentos:

Associação dos Empresários da Praia do Futuro – AEPF. “Carta de Intenções”, de 24 de janeiro de 2006.

Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF/Secretaria de Turismo do Ceará-SETUR, Projeto Turístico “*Esta Praia Tem Futuro*”, 1999-2000.

Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF. Ofício à SETUR, de 24 de novembro de 2000.

Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF. Ofício à AEPF, de 11 de dezembro de 2000.

Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF. “Praia do Futuro: passado e presente”, 2002.

Alumbramento Produções Cinematográficas. Fortaleza. “Praia do Futuro – um filme em episódios”, de 2008.

Ceará. Governador, 1995-1998 (Tasso Jereissati). *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará – 1995-1998*. Fortaleza: SEPLAN, 1995, p.46.

Delegacia do Patrimônio da União. *Ofício* N°029/96/GAB/DPU/CE, de 1996.

Delegacia do Patrimônio da União. *Ofício* N°038/99/GAB/DPU/CE, de 1999.

FAGNER. *Fortaleza*. Manaus: Som Livre, 2007. 1 CD: digital, estéreo.

Instituto do Desenvolvimento do Trabalho-IDT e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Fortaleza. “Perfil dos Ambulantes Itinerantes e Fixos da Praia do Futuro”, 2005.

Jornal *Diário do Nordeste*.

Jornal *O Povo*.

Ministério Público Federal/Ce. *Ação Civil Pública*, n°000044711-0, de 2005.

Ministério do Planejamento. *PROJETO ORLA: fundamentos para gestão integrada*. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002.

Prefeitura de Fortaleza. Decreto Municipal n°12431 que instituiu a “Comissão de Análise da Dinâmica de Uso da Praia do Futuro”, 2008.

Processo n° 2009.00007.9250-5, 23ª Vara Cível do Estado do Ceará, 2009.

Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. Fortaleza: Secretaria do Turismo do Estado do Ceará – SETUR, 2002.

SEBRAE- Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa. Setembro de 1993, “Pesquisa Setor Turismo – Barracas de Praia”.

Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – SETUR. “Avaliação da Praia do Futuro Segundo Seus Frequentadores”, 1999.